ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

VOLUME VIII

AVEIRO

1942

N.º 29 – Março, 1942

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

MAIS UM ANIVERSÁRIO...

No alvorecer de 1942, o Arquivo do Distrito de Aveiro, *que de princípio parecia destinado a sossobrar perante as dificuldades inerentes à época em que surgiu a público, completou sete anos de existência, e vai agora entrar no seu oitavo ano.*

Estamos profundamente satisfeitos com os resultados obtidos. Temos a consciência de que o Arquivo *é uma afirmação que honra o Distrito. Moralmente, sentimo-nos, pois, bem compensados dos sacrifícios de tôda a ordem que temos feito para manter a sua publicação. Quanto à parte material, nenhuns interêsses jamais tivemos em vista, nem o* Arquivo *de outros recursos vive que não sejam os próprios, pois nenhuma entidade o subsidia, ao contrário do que sucede com outras revistas do mesmo género.*

Reconhecemos, porém, que todos os nossos esforços teriam sido vãos, se não fôra a dedicação dos nossos assinantes e o precioso e generoso auxílio dos nossos colaboradores. Por êsse motivo, aqui lhes testemunhamos, uma vez mais, tôda a nossa imensa gratidão pela firmeza da solidariedade com que nos teem acompanhado.

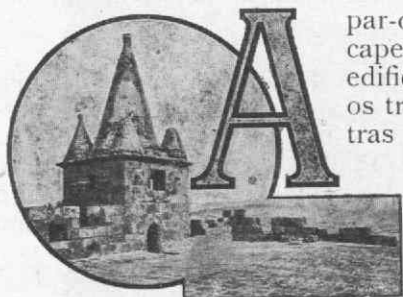
Se a época do aparecimento desta revista, de paz e equilíbrio, já não era favorável a tal empreendimento, que dizer da actualidade e do futuro? Mudaram totalmente as circunstâncias. À tranqüilidade sobreveio o desassossêgo; à paz fecunda sucedeu a guerra, que está destruindo a humanidade e os seus melhores bens. A vida

do Arquivo *já se ressentiu das conseqüências desta ingente e terrível luta, e continua ameaçada por dificuldades materiais cada vez maiores.*

Faremos, porém, todos os esforços e sacrifícios para que a publicação não sossobre na tormenta que tão profundamente está afligindo e embaraçando os povos, dirigindo-se já às suas próprias fontes espirituais. Continuaremos a trabalhar pelo Arquivo *com a mesma fé e entusiasmo que nos teem animado até hoje, e confiados em que melhores dias surgirão em breve.*

Aveiro, Fevereiro de 1942.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

SANTA LUZIA
DO CASTELO DA FEIRA

A par-do Castelo da Feira existe a capela da Senhora de Março, linda edificação sextavada com a porta e os três altares guarnecidos por pilastras lavradas em duas volutas reentrantes ao meio graciosamente e sobreposta a de cima pelo relêvo duma fôlha de acanto. Sôbre a porta e por baixo do enquadramento duma rosácea hexagonal, cujo vitral actualmente ostenta a cruz floreada e aberta dos Pereiras, está inscrita a legenda:

ESTA CAPELA MANDOV FAZER A CONDEÇA
DA FEIRA D. JOANNA FORJAZ PEREI-
RA DE MENEZES & SILVA — 1656

O padre FRANCISCO DE SANTA MARIA, reitor do Convento de Santo Eloi de Lisboa, na sua *História das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa & de S. João Evangelista em Portugal,* publicada em 1697, e a que chamou *O Ceo aberto na terra,* diz, referindo-se à igreja de S. Nicolau do convento dos loios na Feira:

«Tem mais esta Igreja sete Ermidas:
a primeira de N. S. da Encarnação, sita no Castelo, a qual reedificou à sua custa a excelentíssima senhora D. Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva, e tôda de cantaria, sextavada, coisa perfeitíssima. Nela se guardam notáveis relíquias de Santos:
a segunda é de S. Luzia Virgem e Mártir.»

Outra interessante referência às capelas é a que se encontra na resposta ao questionário ordenado pelo Marquês de Pombal, dada pelo vigário José de São Pedro Quintela, na data de 30 de Abril de 1758, e existente na Tôrre de Tombo:

« Tem mais esta freguesia oito capelas que são:
Nossa Senhora da Encarnação do Castelo a qual reedificou à sua custa a excelentíssima senhora D. Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva da nobilíssima casa dos condes desta vila, é tôda de cantaria, sextavada, coisa perfeita, nela se guardam notáveis relíquias de santos das quais muitas pelo curso do tempo teem levado descaminho; tem esta capela três altares, em um dos quais está novamente colocada a imagem de Santa Luzia por se ter arruinado a capela da dita Santa que estava extra muros do mesmo Castelo, sem romagem. »

Em outros textos se lê que esta arruinada capela de Santa Luzia era perto da tenalha do Castelo; mas sem se poder precisar a localização exacta.

Desaparecida entre 1697 e 1758 a capela de Santa Luzia, pode atribuir-se a sua ruína ao terremoto de 1755; mas não é de acreditar esta hipótese; porque o vigário Quintela, ao quesito sôbre as conseqüências dêsse cataclismo, responde:

« Além desta ruina (a do campanário do torreão noroeste da tôrre de menagem do Castelo) agora referida e da abóbada da Misericórdia e do dormitório do convento, como acima dissemos, não houve ruína alguma memorável. »

Aquelas palavras « *novamente colocada a imagem* » dão-nos a errada ideia de ter vindo da capela arruinada, a Santa Luzia, sua padroeira, para a reconstruída havia pouco menos de um século.

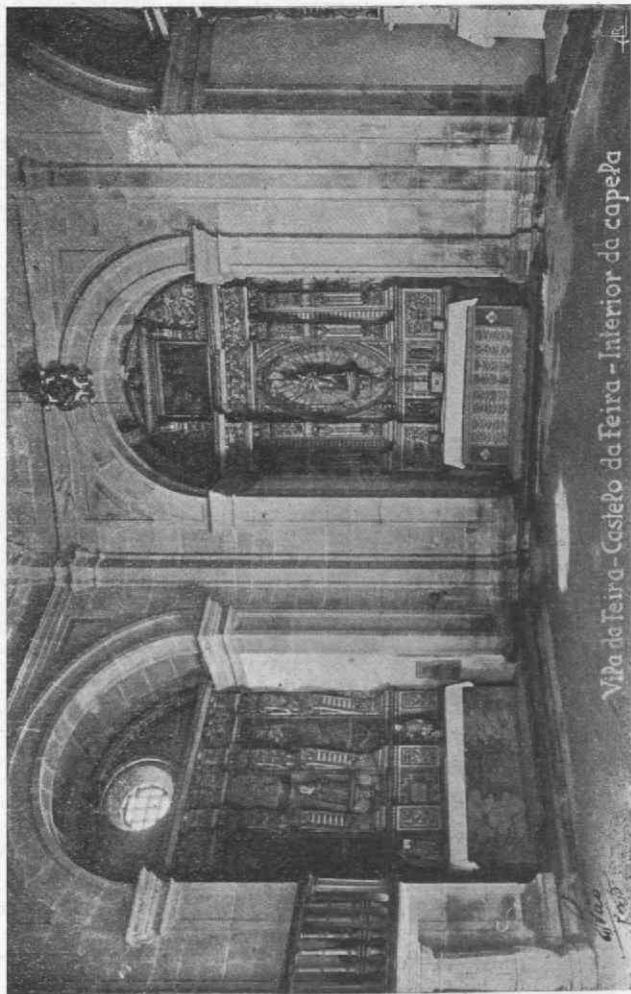
Não sucedeu isso. Logo ao reedificar-se a capela do Castelo foi um dos altares destinado a Santa Luzia, que tinha e conserva grande devoção dos povos dêstes sitios, como advogada das doenças de olhos.

Vê-se que a condessa D. Joana quis consagrar êsse altar à Santa Luzia, porque, entre as pilastras, as pinturas representam esta santa à direita e a Raínha Santa à esquerda.

Bem visíveis estão na gravura do interior da actual capela a imagem e o quadro representando a Santa Luzia.

No altar fronteiro, não abrangido na fotografia, está outra imagem da mesma Santa Luzia, de madeira, semelhante na feitura, maneira, colorido e tamanho, à da Senhora da Encarnação que se vê no altar principal, com um quadro da Anunciação

por cima, entre a curva do arco da cantaria envolvente cortada pela lisonja da condessa D. Joana.

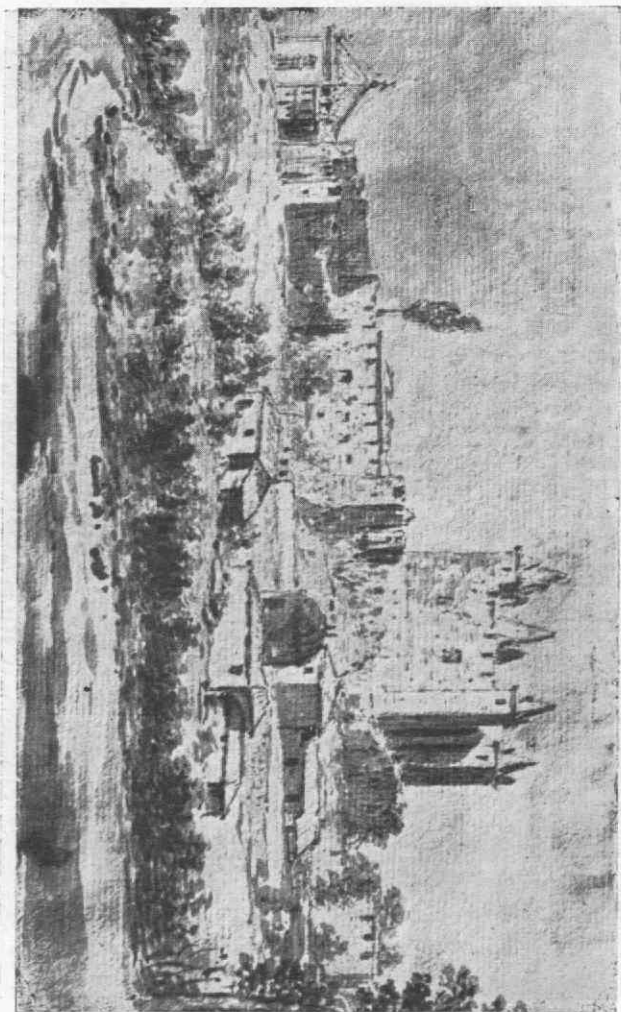
Temos de considerar esta devota senhora incapaz de ir tirar à sua capela ainda existente a imagem aí venerada pelo

CASTELO DA FEIRA
Interior da capela

povo, com tanta devoção que ela quis erguer um altar na nova capela à mesma Santa, mas a diversa imagem.

Vamos à descoberta da velha capela e da imagem lá venerada.

Possui o sr. almirante Carlos Braga, do Porto, uns albuns, ou, melhor direi, cadernos, de desenhos dum estudante de pintura

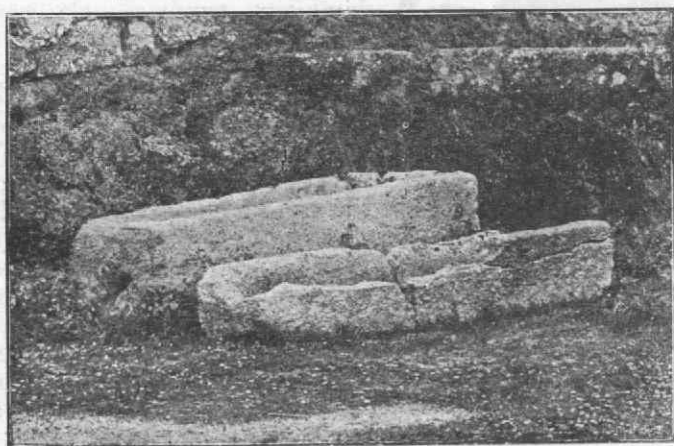
em Roma, como se vê dos dizeres do frontespício dum dêles. No caderno datado de 1741 encontram-se reproduções de monumentos italianos, quási todos de Roma, e nas quatro últimas fôlhas vêem-se representados: o convento de S. Francisco de

CASTELO DA FEIRA
Desenho de 1741

Vinhais, pormenores de figura do mesmo convento, a ponte de Murça e, numa sanguínea, o Castelo da Feira. Nas páginas anteriores aos desenhos de Vinhais e de Murça está escrito por mão do desenhista a nota do que representam. Mas na página anterior ao desenho do Castelo da Feira não há nota nenhuma.

Parece que o autor sabia bem o que reproduzira, sem necessidade de pôr-lhe a indicação.

Por três maneiras escreve o seu nome êste artista: — João Esterbele, no referido frontespício (talvez italianizando o apelido alemão) — « João Ströberle depois João Glama » — explica numa nota escrita com a sua própria letra.

Tenho ideia de ter havido no próximo lugar do Balteiro uma família Glama; mas nada de seguro pude apurar a tal respeito. Seria por ter aqui parentes que o pintor cá veio ter?

O certo é que êste desenho de há dois séculos nos mostra evidentemente a capela de Santa Luzia no edifício redondo que negreja por baixo da tôrre de menagem.

CASTELO DA FEIRA

Túmulos

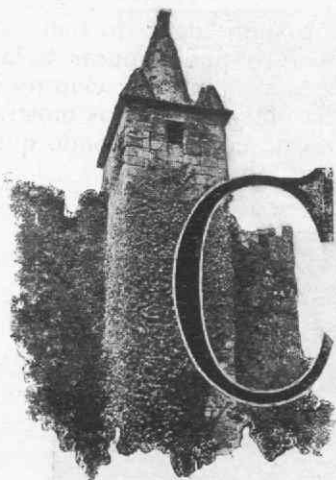
Não só temos localizada a capela, como ficamos certos de existir ainda em 1741 e, portanto, ruiu nos catorze anos decorridos entre o desenho do artista Glama e o terremoto de 1755, como já vimos no relatório do vigário Quintela.

E, existindo em 1741, estava lá uma imagem da Santa Luzia, diversa da *novamente colocada* pela condessa D. Joana na sua capela hexagonal.

Provàvelmente provinham dessa capela redonda destruída os dois túmulos que se guardam na praça de armas do Castelo da Feira, um dos quais esteve muitos anos fora da barbacã.

O maior, ou antes, o menos partido, tem aos pés e num dos lados gravados escudos já dificilmente perceptíveis. O dos pés tem uma fôlha ou talvez uma flor de lis e, dos quatro do lado, tem cada um cinco fôlhas ou flôres postas em aspa.

Quando, em 1940, se abriu a estrada em tôrno das muralhas, libertando o monumento da propriedade particular que o cercava, encontraram-se volumosas pedras no sítio da antiga capela, de-certo restantes dos seus alicerces.

Reconstituída assim uma parte da história da velha capela, vejamos o que se apura referente à sua imagem da Santa Luzia.

ONTINUOU o culto da Santa advogada dos olhos perante a nova imagem exposta pela condessa D. Joana na sua capela sextavada logo à reconstrução desta, ou só depois de desaparecer a outra? Não será fácil averiguar.

Embora a festividade e romaria se fizesse, na nova capela, a 25 de Março, no dia da *feira da linhaça,* que era à porta do Castelo no terreiro sempre chamado *Feira de Março,* a veneração do povo, sem romagem, como nota o vigário Quintela, dirigia-se principalmente à Santa Luzia. Tanto que encontramos a capela, ainda existente e única junto ao Castelo desde o meado do século XVIII, crismada oficialmente com o nome de Santa Luzia. Assim diz a acta da sessão da Câmara Municipal da Feira de 25 de Janeiro de 1843:

> « Foi mais presente outro ofício do mesmo govêrno civil com data de 12 do corrente remetendo por cópia a portaria do Ministério do Reino de 5 dêste mês, pela qual S. M. A Raínha foi servida mandar declarar que pelo Ministério da Fazenda se expedissem as ordens necessárias para ser cometida à Junta de Paróquia desta vila a conservação e guarda da capela de Santa Luzia do Castelo e casa contigua. Deliberando sôbre o mesmo, assentaram unânimemente, que, visto a dúvida que neste acto oferece o Administrador dêste Conselho em dar posse à mesma Junta da referida capela e casa contígua, se dirigisse a S. M. A Raínha uma respeitosa representação pela via competente, a-fim-da mesma Augusta Senhora se dignar resolver sôbre a mesma dúvida. »

Pena é não sabermos qual foi a dúvida do administrador do concelho, o famigerado José Correia Leite Barbosa, das Airas, que o sôpro revolucionário da Maria da Fonte derrubou

em 1846, para só voltar à administração em 1874, sendo ministro do reino o Sampaio da « *Revolução* », o que valeu a êste um violento ataque do deputado pela Feira, cónego Manuel Augusto de Sousa Pires de Lima. A capela do Castelo nunca chegou a ser entregue à junta da paróquia.

Ainda hoje, esquecida há muitos anos a festividade de 25 de Março, a Santa Luzia não passa um ano sem a sua missa a 13 de Dezembro.

De toda a devoção é alvo actualmente a velha imagem de pedra, mais pequena, mais antiga, que era a da capela redonda e foi arrecadada, quando esta ruíu, pelos vizinhos donos da casa que, entre ela e o Castelo, se vê no desenho de 1741. Era uma família Brandão, cujos representantes — Henrique e Alexandre — possuiam na última década do século XIX as propriedades circunvizinhas do Castelo da Feira.

O Henrique Brandão era dono da casa dos seus antepassados e dos terrenos, desde a casamata, juntos às muralhas e à terralha, pelo ocidente e pelo sul.

A norte havia umas escadarias cavadas no talude, que subiam da calçada para o terreiro da *Feira de Março* e, num patamar dessas escadas, ficava uma casa que o Alexandre Brandão herdou duma tia, a senhora Mariquinhas do Castelo, possuidora dum óculo de longa vista, através do qual em rapaz me entretive a observar a vila e a paisagem. No local desta casa e das escadarias construiu o Alexandre Brandão, sócio da fábrica de conservas Brandão Gomes & C.ª, um *chalet* mais tarde transferido para a rua 18 de Espinho.

Sendo os Brandões os mais próximos vizinhos do imponente monumento e da sua linda capela, quiseram restituir ao culto a velha imagem da Santa Luzia, ignorada do público durante mais dum século, e o Henrique ofertou-a à capela da Encarnação do Castelo e ambos abrilhantaram e fizeram estrondosa a festa em 25 de Março de 1893.

A Santa Luzia de pedra usurpou o altar próprio à imagem lá posta pela condessa D. Joana e obrigou-a a passar para o outro fronteiro.

E o culto dos povos venera de novo a antiga escultura com a mesma devoção consagrada durante dois séculos à mais moderna, amaneirada e bonita.

Feira, 13 de Dezembro de 1941.

VAZ FERREIRA

O MOSTEIRO DE CUCUJÃES E O SEU FUNDADOR

Os cronistas monásticos opulentaram os seus livros com tanta fantasia, que podem induzir em êrro até os mais prevenidos. Para justificarem precedências e privilégios dos respectivos institutos, inventavam ou falsificavam documentos com a maior sem-cerimónia. Todos sabemos isto, mas nem sempre nos lembramos de duvidar do seu testemunho no momento próprio.

A propósito de outro estudo, ocorreu-me verificar os títulos com que se apresentam diversos personagens como fundadores ou reedificadores do mosteiro de Cucujães. Talvez sejam de alguma utilidade as conclusões dessa breve digressão histórica. Aqui as exponho, sem esquecer os estudos do rev. P.e João Domingues Arede, que consagrou a Cucujães e ao mosteiro trabalhos de paciência beneditina, mas apenas por devoção à história local em que êste meu distinto amigo já era mestre, qnando eu ensaiava os primeiros passos.

Passemos em sumária revista as várias hipóteses.

D. EGAS MONIZ, O GASCO. — Tudo quanto se escreveu sôbre os Gascos se baseia no seguinte passo do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro (tít. 36):

> «Este dom Moninho Veegas o Gasto primeiro veo a Portugall em tempo delrrey dom Ramiro de Leom, e veo de Gasconha e outro seu irmãao com el que foy bispo do Porto e avia nome dom Sesnamdo, este morreo e jaz em Villa-Boa do Bispo. E veo com elle o bispo dom Nonego que jaz no moesteiro de Coyaos e veerom com elle dous seus filhos, huum ouue nome dom Egas Moniz o Gasto e ho outro ouue nome dom Garçia Moniz o Gasto» *(P. M. H., Scriptores,* pág. 316).

Com tão magras informações, aventou-se a hipótese de que D. Egas Moniz seria sobrinho de D. Nonego e construiria o

mosteiro em que foi sepultado o tio. Houve cronista que mudou a hipótese em certeza, e logo outros se entretiveram a desenvolvê-la. Assim se formou uma cadeia de autoridades, tôdas excelentes, mas que se dispensaram de aduzir uma só prova documental. Quem discordar, arrisca-se a ficar na situação do soldado da anedota. « — Como se chama? pregunta o cabo. — José Fernandes. — Não pode ser, porque o nosso sargento diz que morreu o soldado dêsse nome. — Mas eu estou vivo. — Ora essa! então você quere saber mais do que o nosso sargento? »

D. NONEGO. — Fizeram dêle tudo, desde bispo de Vandoma a bispo do Pôrto. Como o Nobiliário lhe chama bispo, os historiadores mais sérios identificam-no com um *Ennegus Portucalense Sedis Episcopus* que confirma um documento do ano de 1025; mas será absolutamente segura esta identificação?

Diz o Nobiliário que êle « jaz no moesteiro de Coyaos ». Daqui concluíram alguns que êle foi o fundador do mosteiro; outros contentam-se com dizer que lá faleceu e foi sepultado. Por que artes mágicas se passou de *Coyaos* para *Cucujães* — explique-o quem souber. *Coyaos* é, sem dúvida, palavra deturpada pelos copistas, que só pode entender-se cotejando êste passo com o de outros nobiliários. E lá está, no mesmo volume dos *Scriptores*, o *Livro Velho II*, em que se lê: « e veyo com elle (Monio Gasco) seu irmão o bispo D. Sesnando que jaz em Villaboa do Bispo, e o bispo D. Enego seu irmão, que jaz em Tuyas ». Mais um que fica eliminado da história de Cucujães.

D. EGAS MONIZ, O AIO. — Teve também os seus defensores, só por identidade de nome com o Gasco. Os argumentos são de igual quilate, isto é, de nulidade absoluta.

D. PAIO GUTERRES DA SILVA. — É o favorito de D. Rodrigo da Cunha, no *Catálogo dos Bispos do Pôrto*. Vá lá que tem um texto em sua defesa. Lê-se no tít. 58 do Nobiliário de D. Pedro: « dom Paay Goterrez da Sillua, o que fundou o moesteiro de Cujaaes ». Porém, no tít. 36 ficou dito: « dom Paay Goterrez da Silua, o que emcontou o moesteiro de Tiuãaes ». Dois mosteiros à conta de D. Paio?

Vejamos outro Nobiliário. O *Livro Velho I* chama-lhe num passo « D. Pay Guterres de Cunhaens » ou, segundo a variante, « de Truuhaens »; adiante, « D. Payo Guterres que fez Cucuaies » ou, pela variante, « Tivaes »; mais adiante, « D. Pay Guterres que fez Tibaens ».

Quem tiver umas luzes de paleografia, descobrirá sem custo o motivo da confusão: *Tiuães* assemelhava-se na escrita a *Cuiães*, como *Treixemil* a *Creixomil*, etc. Para admitir o D. Egas Moniz

e não rejeitar D. Paio Guterres, alguns fizeram dêste o reedificador de Cucujães. Creio que nem isso foi, porque ainda não existia o mosteiro.

D. URRACA VIEGAS. — Teve esta dama o voto de Fr. Gregório de Argaiz, como informa o seu confrade beneditino Manuel Pereira de Novais. Base? Sempre a mesma: errada interpretação de uma palavra do Nobiliário de D. Pedro. Diz êste no tít. 37: « dona Orraca Ueegas que fundou o moesteiro de Tuyas filha de dom Egas Moniz de riba de Douro e da minhana dona Tareyia Affonso que fundou o moesteyro de Salzeda ». Onde se lê *Tuyas*, Fr. Gregório viu *Tugaens*; daí a *Cujaens* e Cucujães era um passo, ainda mais fácil que o de Coyaos.

D. GODINHA PAIS. — Inclina-se para esta senhora o cronista beneditino Fr. Leão de S. Tomás. E alega um documento que diz existir no cartório de Arouca, datado de 13 das calendas de Junho de 1129 (ano de 1091). D. Godinha faz uma composição com os monges de Arouca « Ordinis Sanctissimi Patris nostri Benedicti », dando-lhes o mosteiro de Cucujães de que é padroeira e recebendo o dêles em troca, para lá meter as filhas, parentes e outras virgens, « ut ibi monialem vitam gerentes, deinceps Deo et Beatissimo Patri nostro Benedicto inseruiant ».
Confiados em Fr. Leão, muitos autores citam ou reproduzem o documento. Trata-se, porém, de autêntica invenção do insigne padre-mestre, em abôno da antiguidade da sua Ordem. Ninguém mais viu o original. Êle não figura na colecção *Diplomata et Chartae*. São insólitas nos documentos da época as insistentes referências à Ordem do nosso Santíssimo Pai Bento. Nem vale a pena discutir outros pormenores.

D. EGAS ODORIZ. — Eis-nos, por fim, em terreno mais firme. Sabemos que êste cavalheiro existiu, teve propriedades nesta região, esteve ligado ao mosteiro e foi reconhecido, já em meados do século XIV, como seu fundador.
Os Monizes e os Gascos aparecem-nos sempre para os lados de Riba-Douro. A família Odoriz, à roda de Cucujães. Em 1131, Odório Álvares vendeu a Soeiro Odoriz uma herdade na Agoncida (*Baio Ferrado*, fl. 105). Em 1146, fala-se no próprio Egas Odorici, numa carta de venda de herdades em S. Vicente de Pereira aos Templários (Bib. Nac. de Lisboa, ms. 736, fl. 325 v.).
Acima de tudo, porém, está o próprio texto da carta de couto, dada ao mosteiro de Cucujães por D. Afonso Henriques, a 7 de Julho de 1139. Nela se lê:

« Ego egregius infans anfonsus... uobis dominus martini necnon et dominus egas odoriz facio cautum ad illud

monasterium sancti martini de cucugianes pro remedio anime mee et pro seruitio quod mihi fecistis et facturi estis et etiam propter quod predictus egas odoriz dedit mihi mille solidos et duos caballos et habet iacentiam predictum monasterium in loco qui uocatur cucugianes sub monte castro recharei discurrente riunlo ur portugalensi territorio» (ABIAH E. REUTER, *Chancelarias Medievais Portuguesas,* vol. 1, pág. 125).

Para não faltar menção de Nobiliário, temos no *Livro Velho I* «Egas Soares Uzurei de Cucuiaens».

É verdade que os textos não declaram quando e por quem foi fundado o mosteiro, mas também se não encontrou até hoje nenhum documento autêntico da sua existência, anterior a 1139. Fundado pelo ano mil, pode lá admitir-se que o mosteiro fôsse ignorado ou ficasse em silêncio durante mais de um século? Até prova em contrário, Egas Odoriz deve ter-se como fundador do mosteiro, em data próxima à da carta do couto. E isto, afinal, não constitui grande novidade. Já em 1358, como informa VITERBO, se decidiu por sentença que «Egas Orèz fora o Fundador do Mosteiro de Cucujaens».

Não estranharei, todavia, as opiniões discordantes, porque consta da mesma sentença que «Bartholomeu Pires, Companhom de um dos Sobre juizes», não acordara nisto (Doc. das Bentas do Pôrto, cit. por VITERBO, *Elucidário,* v. «Companhom»).

P.[e] MIGUEL DE OLIVEIRA

A CASA DA GRACIOSA

SUAS ANTIGAS TRADIÇÕES RELIGIOSAS

DOS antigos Senhores de Carvalhais, Ílhavo e Avelãs de Cima, proveio a descendência hoje representada na ilustre Casa da Graciosa, cujos antepassados mais remotos encontramos, no último quartel do século XVI, a residir no seu Paço da Figueira [1], tendo também sepultura própria na igreja daquela última freguesia.

Fig. 1
Brasão de armas esculpido na pedra tumular, na Igreja de Avelãs de Cima, de D. Maria de Miranda Pereira.

[1] Logar pertencente à freguesia de Avelãs de Cima, onde se manteem ainda as designações de «Quinta do Paço» e «Fonte do Paço», reminiscências do velho solar que foi assento da família da Graciosa; existem também ali alguns vestígios de construções antigas já demolidas, e que faziam parte da velha moradia senhorial.

Ainda hoje se pode ver naquele templo, e no pavimento da sua capela-mor, destacando-se de entre outras que ali existem, uma pedra tumular armoriada *(fig. 1)*, que tem esculpidos, além dos atributos heráldicos da família da Graciosa, — dois corações unidos e trespassados por uma seta *(fig. 2)* — símbolo tão altamente expressivo que logo domina a nossa atenção, demorando-nos o pensamento em sugestivas lembranças, e que, através dos tempos, há-de recordar a todos quantos o virem, o amor de dois esposos que na vida por seus laços se prenderam, e na morte

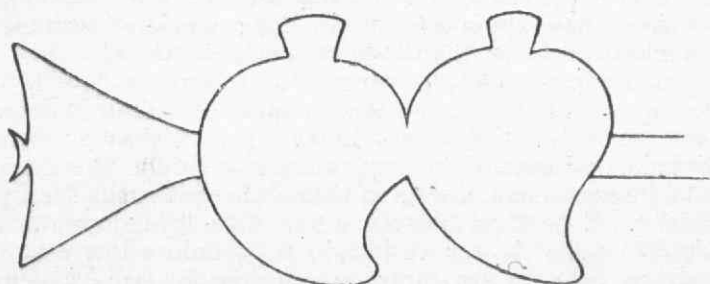



Fig. 2

Escultura da pedra tumular referida, na Igreja de Avelãs de Cima.

foram depois juntar-se também, para sempre... Sob aquela pedra jaz sepultada Dona Maria de Miranda Pereira [2], casada que foi com Francisco de Melo de Sampaio, Senhores da Quinta e Prazo da Figueira, e da Casa e Quinta da Graciosa; e a seu lado, em campa igualmente rasa, mas mais simples, e despida de qualquer letreiro ou sinal que de algum modo possa denunciar-nos a qualidade da pessoa tumulada, Francisco de Melo de de Sampaio dorme também o sono derradeiro, bem como uma grande parte da sua fidalga descendência, que ali foi a enterrar, em sucessivas gerações [3].

---

[2] A inscrição tumular, hoje sumida, dizia:

«Sepultura de Donna Maria de Miranda Pereira mulher que foy de Francisco de Mello de Sampaio; filha de Sebastião Prª de Miranda e de Donna Fr.ca de Mendonsa. Falceo a 20 de Agosto de 1684 annos.»

Vide Rocha Madahil, *Informação Paroquial de Avelãs de Cima,* in *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. IV.

[3] Francisco de Melo de Sampaio faleceu na Graciosa a 28 de Setembro de 1711; foi sepultado em campa pegada à de sua espôsa. Ali foram enterrados também D. Mariana de Melo, sua filha, falecida a 14 de Agôsto de 1716; António Luís de Melo, irmão desta, falecido na Graciosa a 30 de Outubro de 1741; José de Melo de Sampaio Pereira de Figueiredo, falecido a 11 de Abril de 1778, etc. etc.

Diz-se numa curiosa memória, ou informação paroquial, respeitante a Avelãs de Cima, escrita no ano de 1721 [4] pelo então prior desta freguesia, SEBASTIÃO PEREIRA DE MIRANDA HENRIQUES, também da família da Graciosa, e que, na redacção dêste documento se nos revela um espírito de culta e fina observação — que naqueles dois corações assim atravessados por uma flecha *«se insinúa o mutuo e puro affecto com que sempre viveram e em união os dous casados»* os ditos Sebastião Pereira e Dona Maria de Miranda. Não nos diz aquela memória quem teve a ideia, tão delicada e tocante, de mandar abrir na pedra dura, e em sulco vivo, o desenho tôsco que até hoje o tempo ainda não apagou [5], e do qual, volvidos séculos, se evola ainda o perfume dum lindo romance de amor!...

Seria o espôso querido, vergado ao pêso da saüdade, para que no seu coração não esmorecesse nunca a lembrança daquela que tanto amou?... E não seria antes o prior Sebastião Pereira de Miranda, no desejo de perpetuar, por forma tão simples, mas tão impressionante, a grande afeição que uniu seus pais em vida?... É possível que tenha sido êste, levando-me a essa suposição o facto de ter verificado o cuidadoso interêsse que êste pároco teve em procurar os registos dos seus avoengos nos velhos tombos paroquiais, sublinhando-lhes os nomes, avivando-os, ou envolvendo-os em finos traços, e até escrevendo-os de novo, com a sua firme e boa caligrafia; e ainda a forma, tão cheia de emoção, como se refere «ao mutuo e puro affecto» que entre si tiveram aquêles dois casados. Acresce ainda, em refôrço desta opinião, que o desenho a que nos vimos referindo é menos perfeito que os motivos ornamentais, que, em relêvo, se vêem no brasão que encima a lápide, sem dúvida de muito melhor acabamento, e devidos à mão de lavrante mais experimentado e hábil: não repugna aceitar pois que àquele prior se deva tão sentida manifestação de homenagem filial.

À vista dêste eloqüente simbolismo, ainda surge ao nosso espírito a interrogação àcêrca do significado que se quis atribuir à seta com a extremidade cortante já partida, e isto não deixa de ter interêsse, porque de-certo foi bem intencional da parte de quem o mandou executar. Não se quereria afirmar, como julgo, que foi ao contacto daquêles dois corações abrasados na labareda dum amor forte e sincero, que o próprio metal se fundiu, partindo-se a flecha ao atravessá-los?!... Por mim, não

---

[4] Memória já cit.

[5] O desenho que ilustra esta página foi corrigido à vista de decalque feito sôbre a sepultura de D. Maria de Miranda, em Avelãs de Cima. Ao conhecido e abalisado professor de arte J. F. SANTA MARIA, por obsequiosa intervenção do distinto director do Museu da Figueira da Foz, Professor Vitor Guerra, devo o poder inserí-lo aqui: a ambos ficam consignados os meus agradecimentos.

conheço motivo funerário que, como êste, envôlto em tão discreta simplicidade, se preste a interpretações de mais profundo sentimento.

*

Tudo isto despertou a minha curiosidade na altura em que entrei na igreja de Avelãs de Cima pela primeira vez, são decorridos mais de vinte anos: mas se a minha atenção foi logo por tôdas estas coisas solicitada, deixando-se prender ainda do mesmo interêsse, noutras ocasiões que mais tarde se me proporcionaram de ali voltar, quando no desempenho de funções públicas tive residência em Anadia, nunca me passou entretanto pela mente a ideia de que viria a ocupar-me dêste assunto com desenvolvimento. E foi só muito mais tarde, ao ler a *História da fundação do Real Convento e Seminário do Varatojo,* escrita nos fins do século XVIII, por Frei MANUEL DE MARIA SANTÍSSIMA, na recôlha de elementos para um pequeno trabalho que então preparava, àcêrca dum conhecido missionário franciscano que ali professara, [6] e ao ver as referências da mais respeitosa veneração que se fazem nessa obra a D. FREI LOURENÇO DE SANTA MARIA, Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente e depois Bispo do Algarve *(fig. 3),* mas que antes de tudo isso tomara naquêle convento o pobre hábito de S. Francisco, seguindo, em edificante observância, a humilde e austera regra franciscana por que se regia aquela casa conventual, — que eu me propus organizar estas notas. Trata-se na verdade dum vulto muito notável da minha região, e nela quási desconhecido; duma figura de grande relêvo que o cronista monástico justa e elevadamente exaltou; e que, tão respeitada por seus merecimentos na época em que viveu, bem merece ser evocada, arrancando-a dum esquecimento cuja causa nem se sabe bem a que atribuir. E quando o nome prestigioso daquêle Prelado é referido, largamente, em obras antigas e modernas, e a cada passo lembrado na Diocese do Algarve que o contou como um dos seus mais diletos pastores, [7] na terra que lhe foi bêrço não podem contar-se por muitos os que sabem da sua existência, e bem menos são ainda aquêles que teem conhecimento da sua vida exemplaríssima. Perante casos como êste, chega a parecer, até, que qualquer fôrça estranha se apostou em esconder aos nossos olhos, para furtar à nossa admiração, vultos que foram grandes no Passado,

---

[6] *Frei Manuel das Chagas, Notas para a sua biografia.*

[7] História do Real Seminário e Convento do Varatojo, já cit. *História da Igreja em Portugal,* de FORTUNATO DE ALMEIDA, parte II, t. III. *Memórias do Bispado do Algarve,* de BAPTISTA LOPES; *Boletim da Diocese do Algarve; Memórias das Caldas de Monchique,* pelo Dr. SILVA CARVALHO, 1939, onde pode ver-se o seu retrato; *O Bispo Santo D. Francisco Gomes de Avelar,* do Padre JOSÉ CABRITA, 1940; *Guia-Album do Algarve,* por MÁRIO LYSTER FRANCO, 1932, etc.

e que, aureolados por tradições nobilitantes, teem, por muitos motivos, jus às nossas melhores homenagens; creio entretanto que à ignorância das coisas teremos de ir buscar a explicação

Fig. 3

Retrato de D. Frei Lourenço de Santa Maria.

(Gravura da obra *Memórias das Caldas de Monchique*, do Sr. Dr. SILVA CARVALHO, obsequiosamente cedida pelo Ex.mo Director daquelas termas).

de tão lamentável e bastante generalizado facto. Foi nesta ordem de ideias que assentou o meu propósito de traçar, ao menos em rápido bosquejo, a biografia daquêle ilustre príncipe da igreja.

*

D. Frei Lourenço de Santa Maria, no século, Lourenço Berardo de Melo, nasceu em S. Pedro de Avelãs de Cima a 16 de Janeiro de 1704. Seus pais, António Luís de Melo e D. Micaela Viçoso de Sampaio, viviam por essa época em companhia do prior Sebastião Pereira de Miranda, de quem já falámos no decurso dêste trabalho, e na própria residência paroquial; não chegaram até nós notícias desenvolvidas que permitam saber como decorreram os anos da infância de Lourenço de Melo ([8]). Sabe-se que seus pais eram de grande crença religiosa, e que, desde o bêrço o instruíram «no santo temor de Deos e na pratica das virtudes Moraes e Cristãs»; que a sua educação foi, em parte, confiada a um exemplar sacerdote, e que aos cinco anos já sabia a doutrina e ajudava à missa, como refere o seu biógrafo. Muito cedo o vemos a freqüentar os estudos, em que revela qualidades invulgares de aplicação e de talento, indo assim «crescendo na idáde, na virtude e na sabedoria». Entra novo na Universidade de Coimbra, de que foi aluno laureado, e lá se fêz Doutor. Mas, mais tarde, e numa altura da vida em que desabrocham e florescem os melhores sonhos, o jovem fidalgo, a quem as grandezas do mundo não conseguiram prender, depois de ter sido estudante aplicado, e mestre sabedor, abandona tudo, para enterrar a sua mocidade, brilhante e esperançosa, na pobre mortalha dum hábito de franciscano!... Recolhe ao Convento do Varatojo, e leva ali vida tão simples e humilde que a tôda a comunidade fortemente impressiona, passando assim alguns anos, querido e venerado pelos seus irmãos no hábito, até que a fama das suas virtudes chega à Côrte. O rei D. João V distingue-o com o Arcebispado de Goa, e Frei Lourenço de Santa Maria, que abraçara a vida religiosa por vocação decidida do seu espírito, bem preferia não ter de trilhar outro caminho além do que por êle foi escolhido; mas, ainda por sentimento de obediência, lá segue a ocupar a Prelazia de Goa, onde afinal pouco se demora, em vista da saúde abalada. Regressa à metrópole, e quando acalentava os melhores sonhos de voltar à paz do recolhimento varatojano, é nomeado Bispo do Algarve para onde em breve parte a presidir aos destinos da nova Diocese com que foi agraciado. Ali assiste à horrorosa tragédia do terramoto de 1755, que naquela província se sentiu também violentamente; o que, em tão singular emergência, o Prelado fêz, assinalou a sua passagem por lá de forma inesquecível, tornando-se a sua acção bem notória em todo o País, e sendo bem justamente salientada. Ainda hoje o seu nome é apontado e lembrado às

([8]) Encontro-o, ainda criança, a servir de Padrinho num baptizado que se realizou em Avelãs de Cima a 24 de Janeiro de 1710.

gerações presentes, como um dos mais bondosos e disvelados pastores de almas que ocuparam aquela cadeira episcopal.

Estava D. Frei Lourenço de Santa Maria revestido para celebrar missa na sua Sé, na comemoração da festa de Todos os Santos, quando um ruído surdo, estranho, pôs tôda a gente em consternado alvorôço, que aumentou ainda mais ao sentir-se a tôrre do templo caír com fragor no terreiro: surge confusão e dor por tôda a parte; e o Bispo, que então governava também a Praça Militar do Algarve, passados os primeiros momentos do pânico, enfrenta corajosamente a situação, e acorre a prestar e a ordenar socorro às numerosas vítimas da tremenda catástrofe. Aparece junto dos escombros; vai ungindo mortos, consolando sobreviventes, e ajudando a tirar das ruínas muitos dos que ficaram soterrados! O povo em grita, alucinado, clamava por perdão e misericórdia. E D. Lourenço, perante tão confrangedor e emocionante espectáculo, e num gesto da mais alta abnegação, que por si bastaria para lhe perpetuar a memória, empunha êle mesmo uma enxada, e remove com enérgicos esforços os entulhos amontoados, onde os corpos jaziam alquebrados e torcidos pela dor!...

* * *

Acabo de ordenar estas notas numa doirada manhã de Setembro, e na própria casa que foi, e é ainda, pertença da ilustre família de D. Frei Lourenço de Santa Maria [9]. A dois passos da capela onde êle e seus irmãos resaram, e celebraram missa; à vista da arca de couro, pregueada de amarelo, em que se guardam, com reverente cuidado, as vestes de sêda branca, recamadas de oiro, que ao Prelado ofereceu o Rei Magnânimo. Sôbre a mesa onde escrevo, vou folheando livros, e examinando documentos vários, que revelam remotos antecedentes religiosos na família da Graciosa; e à face de tudo isso o nosso espírito transporta-se a eras já bem longínquas, reconstituindo todo um cortejo grandioso e solene: umas vezes revestido de brilhante aparato, com Prelados a pontificar nas grandes cerimónias litúrgicas das catedrais; outras, mais grave e recolhido, de freiras ou de monges, salmodiando matinas ou vésperas nos coros e claustros dos mosteiros de Portugal!... Perpassam ainda na nossa imaginação vultos de velhos Abades ou simples Priores, lendo seus breviários no remanso de tranqüilos Pres-

---

[9] Não passo adiante, sem deixar aqui expresso o meu vivo reconhecimento ao Ex.mo Senhor Marquês da Graciosa pelas inumeras atenções com que me distinguiu a sua fidalga gentileza, permitindo-me o exame da documentação existente no arquivo daquele solar, onde colhi elementos que muito realce vieram trazer a êste trabalho.

bitérios; sombras fugidias de Letrados, de Cavaleiros das Ordens de Cristo e de Malta...

Mas voltemos novamente ao século XVIII, e aí, procuremos enquadrar a figura de D. Frei Lourenço de Santa Maria na sua época, e no ambiente familiar em que nasceu e decorreram os anos da sua infância, até seguir os estudos, e entrar em Religião. Antes porém, digamos alguma coisa dos seus primeiros ascendentes conhecidos em terras de Avelãs de Cima; e assim, começaremos pelo princípio.

Fig. 4

A Casa da Graciosa vista hoje.

A Quinta da Graciosa não teve sempre esta designação. Aparece mencionada no foral que o rei D. Manuel concedeu a Avelãs de Cima no ano de 1514, com o nome de Póvoa do Roupeiro; [10] mas Francisco Pereira de Miranda, a quem por herança de família coubera esta propriedade, mudou aquêle nome para o de Graciosa, que manteve até ao presente. Conta-se, reproduzindo velha tradição que chegou a nossos dias, que aquêle fidalgo, no regresso duma viagem que fêz a África onde passou alguns anos, ia perecendo num naufrágio, porque a nau em que vinha, açoitada por violento temporal, foi arrastada até ao mar dos Açôres, indo ali aportar à Ilha da Graciosa; e em memória dêste facto e para que o nome da terra que lhe foi pôrto de salvamento se perpetuasse na lembrança dos vindoiros, rememorando aquela ocorrência, o mencionado Francisco Pereira de Miranda deu à sua antiga quinta o nome porque há muito é conhecida. E depois da sua estada em África, onde militou muitos anos «pella feé Catholica e pello Serviço do seu

[10] Lê-se no Foral de Avelãs de Cima:
« E Junto do dito loguo de famalicã contra alfelas ha el Rey hũa povoa a que chamõ povoa de Roupeiro. » (Vide Rocha Madahil, *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. VII.

Rey» ([11]), recolheu à Graciosa, e ali passou os últimos anos da vida na prática de actos piedosos bem demonstrativos das suas crenças religiosas. Da acção que teve fora da sua terra, consta, além do que ficou dito, que foi Embaixador ao Concílio de Trento.

Francisco P. de Miranda instituiu uma capela junto das suas casas nobres da Graciosa, e fundou Irmandades e Confrarias nas terras que eram senhorio de seu pai, como Arcos, Moita e Avelãs de Cima; ([12]) para esta igreja trouxe êle de Roma duas imagens de grande valor artístico, muito perfeitas, representando S. Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, e que ali foram postas ao culto ([13]). No ponto mais alto da Serra do Buçaco, mandou erguer uma cruz que depois foi motivo para a invocação que os frades carmelitas deram ao seu convento; e no cimo do Monte do Crasto, fronteiro à sua quinta, foi por êle mandado levantar, também no ano de 1616, um cruzeiro de pedra de Ançã, com a imagem de Cristo crucificado, em cujo pedestal se lia êste letreiro:

MEMENTO
†
NAM DESMAYES PECCADOR
LEVANTA OS OLHOS A MIM
QUE POR TI ME PUZ AQUI.†

FR NCISCO PR.A DE MIRANDA, FILHO DE RUY PR.A DE MIRANDA, E DE D. ANNA DA CUNHA, SENHORES DE CARVALHAES, CAZADO COM D. ANNA DA CUNHA SR.A DA CAZA DE TABOA, ME POZ AQUI EM 27 DE MAYO DE 1616. PELLA SUA TENSÃO, E ALMA PADRE NOSSO, E AVE MARIA. ([14])

([11]) *Informação Paroquial de Avelãs de Cima,* já cit.

([12]) A capela que hoje existe, é dos princípios do século XVIII.

Das Irmandades fundadas por Francisco Pereira de Miranda, julgo que já nenhuma existe. A de Avelãs de Cima tinha a designação de «Confraria de N.ª Senhora da Escravaria», e deve ter sido instituída nos fins do século XVI ou princípios do seguinte; encontrei-lhe várias referências nos livros do Registo Paroquial daquela freguesia, e assim, vejo-a mencionada em dois assentos de óbito, um do ano de 1640, outro de 1677, onde é referida por «Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora.» O nome mais citado é o primeiro, e assim lhe chama o *Dicionário Geográfico* do P.e Luís Cardoso, ed. de 1747, que lhe atribue 400 irmãos; usavam vestes brancas com murças azuis; E-lhe dado também êste nome, na *Informação Paroquial de Avelãs de Cima.* No cartório paroquial, vi um documento de 1777, em que figura com o nome «Confraria da Escravaria».

([13]) A imagem de N.ª Senhora do Rosário, não pude apurar que rumo levou; mas a de S. Sebastião julgo ser a que ainda hoje se encontra ao culto, porém tão recoberta de grosseiras tintas, que não deixa ver o valor que dela se afirma.

([14]) *Informação Paroquial de Avelãs de Cima,* já cit. D. Ana da Cunha, acima referida, era filha de João de Castilho, Caçador Mor do Rei D. João III (Arquivo C. G.). Onde pára êste Cruzeiro? Ninguém o sabe dizer!...

De Francisco Pereira de Miranda, que faleceu sem sucessão, foram irmãos:

André Pereira de Miranda, que tomou estado e teve descendência [15]; Frei Simão de Miranda Henriques, que foi Religioso da Ordem Militar de S. João de Malta. Fundou a ermida de Nossa Senhora do Socorro no Rocio da vila de Avelãs de Cima, em cujo retábulo se fêz figurar, ao lado da imagem da Virgem, de joelhos, e em atitude orante, vestido de armas brancas e espada à cinta, com o elmo e manoplas depostos a seus pés. Na vêrga da porta principal da capela, estava esta inscrição:

ESTA ERMIDA DE NOSSA SR.ª DO SOCORRO HE DE FR. SIMÃO DE MIRANDA HENRIQUEZ COMMENDADOR DE MALTA . ANNO DE 1592 [16]

Por morte de Frei Simão de Miranda, a posse e administração desta capela passou para seu irmão Francisco Pereira de Miranda, atrás mencionado. Foi ainda irmão dêstes, Luís

Fig. 5

O registo de casamento de Luis Pereira de Miranda com D. Maria de Mariz em 1581

(Arquivo da Univ. de Coimbra)

Pereira de Miranda, [17] por quem se continuou a família hoje com representação na Casa da Graciosa; casou Luís Pereira de

---

[15] Teve uma filha, Dona Luísa de Melo, casada que foi com Cristóvão de Almada, Provedor da Casa da Índia.

[16] Não existe já esta ermida. Em 1625 estava ela ainda ao culto, pois tenho nota de que se realizou ali o casamento do Licenciado Jacinto de Abreu com Maria de Mariz, filha de Miguel Ferreira e de Ana de Mariz, de Avelãs de Cima.

[17] Todos quatro, filhos de Rui Pereira de Miranda e de D. Ana da Cunha, Senhores de Carvalhais; netos de António Borges que herdara o senhorio destas terras, doadas a seu pai Gonçalo Borges, por D. Afonso V. (Arquivo da C. G.).

Miranda no ano de 1581, com D. Maria de Mariz (18), da qual teve sucessão; e, por morte desta, seguiu a vida religiosa, fazendo-se clérigo, sendo mais tarde eleito Bispo de Cabo Verde. Para ali seguiu a tomar conta da sua Diocese, falecendo um mês depois de chegar àquela cidade; jaz sepultado na Sé Catedral (19).

De Luís Pereira de Miranda foi filho Sebastião Pereira de Miranda, que nasceu no lugar da Figueira a 18 de Janeiro de 1585 (20). Casou com D. Francisca de Mendonça, da vila de Pombeiro de quem viuvando, se fêz clérigo (21), havendo dêste casamento os seguintes filhos:

Francisco de Miranda Henriques, que foi Abade em Trás-os-Montes (22); Miguel Pereira de Miranda, que seguiu idêntico rumo, sendo Abade de Penacova (23); António Pereira de Miranda, que morreu na Índia; foi « cavalleiro generoso e allentado que pella fée e serviço do seu Rey honrada e fidalgamente se expoz á morte » (24). D. Angela Pereira (25), e D. Teresa Henriques que professaram no Mosteiro de Celas (26); D. Serafina de Miranda, que faleceu sendo noviça naquela mesma casa religiosa (27); D. Sabina Pereira (28), D. Joana de Mendonça (29), e D. Isabel Pereira (30), que não sei se tomaram ou não estado; e finalmente, D. Maria de Miranda Pereira, a quem já nos referimos no comêço dêste trabalho, e que nasceu em 25 de Dezembro de 1626 (31). Emquanto, desta geração, a maior parte seguiu o caminho da

---

(18) Filha de Heitor de Mariz e de Dona Helena de Figueiredo. Transcrevo o registo do seu casamento *(fig. 5)*, que teve lugar no ano de 1581:

« Foi recebido luis pereira de miranda f.º de Ruy pereira e de donna Anna cõ donna maria f.ª de eitor de maris e de D. Ilena de Figueiredo ».

(19) F. de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. III parte II.

(20) Registo de baptismo de Sebastião Pereira de Miranda. Tombo Paroquial de Avelãs de Cima, ano de 1585, 26 de Janeiro.

« Figueira — Sebastião — No mesmo dia foi batisado bastiam f.º de luis pereira e de sua molher dona maria mo.ʳᵃ na figeira; forão padrinhos fr.co pereira e dona violante foi batisado por seu tio migel de mariz ». Faleceu em 1638.

(21) Filha de Manuel Nunes de Mendonça e de D. Sabina de Sequeira.

(22) Baptizado em Avelãs em 13 de Outubro de 1618, sendo seu Padrinho Cristóvão de Almada.

(23) Encontro-o a servir de padrinho num baptizado em Avelãs, em 1639.

(24) *Inf. Paroquial de Avelãs.* Vê-se que António P. de Miranda, foi cavaleiro esforçado, portando-se com bravura nos Estados da Índia, o que levou o Rei a dar sentimentos ao pai, a quando da sua morte, chamando-lhe « bom e Leal Vaçalo ».

(25)-(26) Arquivo da Casa da Graciosa, Tombo Genealógico.

(27) Baptizada em Avelãs em 22 de Dezembro de 1624.

(28) Baptizada em 23 de julho de 1622; foram seus Padrinhos Miguel Ferreira e Maria de Mariz, de Avelãs.

(29) Figura com seu pai Sebastião Pereira de Miranda, num baptizado que teve lugar em Avelãs, em 23 de Agôsto de 1640.

(30) Aparece madrinha num baptizado em 26 de Dezembro de 1623.

(31) Baptizada em 1 de Janeiro de 1627.

vida religiosa, foi por esta filha de Sebastião Pereira de Miranda que se continuou a sua descendência; e do seu casamento, que teve lugar na capela da Casa da Graciosa a 4 de Julho de 1659, com Francisco de Melo de Sampaio [32], ficaram os filhos seguintes: D. Mariana de Melo, que faleceu solteira [33]; o Prior Sebastião Pereira de Miranda, já mais de uma vez referido [34], e António Luís de Melo, por quem se continuou a família, e que nasceu no logar da Figueira em 1665 [35]. Casou na capela da Casa da Graciosa a 12 de Fevereiro de 1695 com D. Micaela de Sampaio Pessoa [36], havendo dêste casamento uma pleiade brilhante de filhos; e se um dêles não tomasse estado, ficaria uma geração inteira exclusivamente ao serviço de Deus; passemos a indicá-los: Francisco de Melo, que nasceu na Graciosa em 1696 [37]; Simão de Melo de Sampaio Pereira de Figueiredo, que nasceu em S. Pedro de Avelãs a 19 de Abril de 1702, F. C. R. Cavaleiro da O. de Cristo [38]; Lourenço Berardo de Melo, que nasceu em S. Pedro de Avelãs no dia 16 de Janeiro de 1704, de quem já nos ocupámos, e daremos notas mais desenvolvidas adiante [39]; André (Frei André de Melo), que nas-

(32) Filho de António Luís de Melo de Sampaio e de D. Maria Botelho, do Remirão, Bispado de Viseu.

(33) Foi educanda no Mosteiro de Celas, onde professaram muitas pessoas da família. Encontro D. Mariana, juntamente com seus irmãos António e Sebastião, a assistir na igreja de Arcos à cerimónia do Crisma que ali teve lugar em Julho de 1673, presidida pelo Bispo de Coimbra D. Frei Álvaro de S. Boaventura, estando também seus pais Francisco de Melo de Sampaio e D. Maria de Miranda, além dos 8 criados da casa, Maria, Maria, Catarina, Domingos, Pedro, Francisco, Manuel e Miguel.

(34) Paroquiou a freguesia desde 1698 a 1743, ano em que faleceu. Foi no seu tempo de pároco que se fêz de novo a igreja actual, que é um templo amplo, em boa construção do primeiro quartel do século XVIII. O Prior Sebastião P.ª de Miranda jaz sepultado na capela-mor da igreja de Avelãs, e lê-se na sua sepultura esta inscrição:

«Aqui jas Seb.am Per.a de Miranda Fidalgvo Capelam da casa Rial e Prior Q Foi desta igreja. Faleceo a 29 de Setembro de 1743.

(35) Baptizado a 27 de Agôsto daquêle ano. Foram Padrinhos o Dr. Manuel Homem Freire, Conservador da Universidade de Coimbra e D. Angela Pereira, religiosa em Celas.

(36) Filha de António Viçoso da Veiga e D. Clara de Sampaio, do Bispado de Viseu. Falecida na Graciosa em 3 de Fevereiro de 1744. Dispôs que lhe fizessem ofícios sem pompa.

(37) Foi baptizado em Arcos em 18 de Setembro daquêle ano.

(38) Baptizado em Avelãs a 26 de Abril de 1702, sendo seus padrinhos o Prior Sebastião Pereira de Miranda e D. Rosa de Sampaio, tia materna; faleceu na Graciosa a 28 de Novembro de 1741. Sepultado na igreja de Avelãs.

(39) Foi baptizado em Avelãs a 24 de Janeiro daquêle ano; diz assim o seu assento de baptismo:

«Sam P.º Lourenso Em os vinte e quatro dias do mez de Janeiro baptizei a Lourenço filho de meu irmão António Luiz de Mello e Sampayo e de sua m.er D. Michaella Vissozo de S. Payo: foram padrinhos Duarte Theixeira natural e Prior da Colegiada da Villa de Chaves q com procuraçam sua e em seu nome assestio ao Baptismo Francisco de Mello de S. Payo avo

ceu a 28 de Novembro de 1705. Foi Religioso da Ordem de Cristo, Doutor em Teologia, Qualificador do Santo Ofício, e Prior do Colégio de Tomar, em Coimbra; segundo li num manuscrito dos fins do século XVIII, era Frei André de Melo « optimo prègador espirito de grande esphera » (40); João de Melo de Sampaio Pereira de Figueiredo, que nasceu em 1707 (41). Foi Monsenhor da igreja Patriarcal de Lisboa, do Conselho de El-Rei e F. C. R.; Sebastião, que nasceu em 1708, e faleceu criança (42); José de Melo de Sampaio Pereira de Figueiredo que nasceu em 1710. Foi Licenciado em Cânones, Cavaleiro da O. de Cristo, F. C. R., Alcaide Mór de Penedono e Mestre de Campo do Têrço da Comarca de Esgueira (43); D. Maria Luísa de Melo que nasceu em 1711; professou no Convento das Carmelitas de Aveiro e em Religião tomou o nome de Soror Maria Luísa de Santa Teresa. Falando dela, diz o autor dum manuscrito do século XVIII ao referir-se à família da Graciosa: que do seu nome « não nos devemos lembrar, por se querer esquecer do seculo » (44); Francisco, que nasceu em 1714 (45).

---

paterno do Baptizado; e sua tia D. Mariana de Mello educanda no convento de Santa Maria de Cellas de Coimbra e em seu nome e com procuraçam sua assestio Francisco Eugenio de Mello e S. Payo irmão do sobredito Baptisado anno de 1704 O Prior Seb.am P.ra de Myr.da ».

(40) Foi baptizado a 6 de Dezembro de 1705, sendo seus padrinhos Miguel Fernandes de Andrada, desembargador do Paço e sua mulher D. Ana Brandão, ao tempo residentes em Coimbra.

Encontro Frei André de Melo a servir de padrinho num baptizado que teve lugar na igreja de Arcos a 16 de Outubro de 1750, de um filho de João das Neves e de Ana de Mariz; e em 18 de Agôsto de 1755, encontro-o novamente na Bairrada, assistindo ao baptismo de um irmão do célebre escultor Machado de Castro, que se realisou na igreja de Tamengos. Residiu algum tempo no Colégio de S. Tiago, de Coimbra.

(41) Baptizado em Avelãs a 22 de Março de 1707, sendo padrinhos Miguel Barbosa Carneiro, Desembargador da Mesa da Suplicação e Deputado do Santo Ofício em Lisboa e Dona Joana Luísa de Almada, irmã de Cristóvão de Almada, e ao tempo Abadessa do Convento de Santa Clara, em Coimbra.

No livro *Cronica dos Valerosos e Insignes Feytos del Rey D. João II* de Garcia de Resende, acrescentada com uma *Miscelanea* por Luís de Morais e Castro, ed. de 1752, obra que é dedicada a João de M. de S. Pereira, o A. dá êste fidalgo como descendente de alguns monarcas e, como tal, de um irmão de S. Luís, rei de França, dizendo-o também, pelo lado dos Pereiras, descendente de D. Henrique Pereira, irmão do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

(42) Baptizado a 23 de Dezembro de 1708, sendo padrinhos Gaspar Cardoso de Carvalho, desembargador da R. do Porto e sua mulher D. Ana Maria de Araújo.

(43) Baptizado em Avelãs a 17 de Novembro de 1710, sendo seus padrinhos o Licenciado Manuel Adrião, da vila de Aveiro e D. Joana Micaela de de Andrada, educanda no Convento de Santa Ana, de Coimbra.

(44) Baptizada em 17 de Dezembro de 1711, sendo padrinhos Martim de Távora Castelo Branco, da Quinta de Ois do Bairro e D. Bernarda Teles de Meneses, religiosa no Convento de Lorvão.

(45) Foi baptizado em 11 de Novembro de 1714. Foram padrinhos o Licenciado Manuel Adrião, da vila de Aveiro e D. Quitéria Freire, religiosa do Convento de Celas.

De todos estes, foi José de Melo de Sampaio Pereira de Figueiredo, que continuou a descendência ilustre da Casa da Graciosa. Mas terminam aqui as notas colhidas sôbre ela; e alcançada a época em que viveu o Bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria, digamos mais alguma coisa do que a seu respeito ainda temos anotado, e de-certo pode contribuír para tornar bem conhecida entre nós esta alta figura da igreja em Portugal.

* * *

Assinalámos já que a infância de D. Frei Lourenço de Santa Maria foi vivida num ambiente familiar de remota e sólida tradição religiosa, e no recolhimento calmo duma residência paroquial aldeã; e é lícito concluir, à vista do seu honroso aproveitamento escolar, que êle se dedicou sempre ao estudo com amor, contribuindo também, de certo modo, a tranqüilidade e o sossêgo da terra, para um mais permanente e fecundo convívio com os livros. Inicia bem cedo os seus estudos em Coimbra, onde em 1715 já cursava Filosofia, e seis anos mais tarde vêmo-lo a examinar bachareis na Universidade. Além disso estudou Cânones, em que tomou o grau de Doutor e foi ainda Mestre em Artes, Opositor na cadeira de Decretos e Deputado do Santo Ofício naquela cidade, em 1726.

Por esta época, apareceram em Coimbra a prègar, em Missão, os frades varatojanos Frei Manuel de Deus e Frei Afonso dos Prazeres, que tinham a escutá-los grandes auditórios na cidade universitária; não faltou tambem a ouví-los o jovem Doutor Lourenço de Melo; e, pelo que já sabemos dêle, bem poderemos ajuizar que as prédicas dos religiosos lhe calaram fundo no espírito, contribuindo talvez para apressar a sua entrada no convento, se é que lha não determinaram; abeira-se então dos franciscanos e comunica-lhes que, como êles, êle quer abandonar o mundo: separar-se, esconder-se para sempre das coisas terrenas; confundir-se na humildade dum hábito de S. Francisco. Abdica dos seus direitos à herança de família, no irmão que esta há-de continuar.

Podemos fàcilmente fazer ideia da satisfação dos bons frades perante êste facto, jamais tratando-se de quem, por seus méritos intelectuais, bem conhecido se tornara, acrescendo ainda a circunstância de ser oriundo duma família poderosa, pertencente à melhor nobreza da província da Beira. E não se fizeram esperar muito os acontecimentos, pois que, a 23 de Abril de 1728, o Doutor Lourenço de Melo entra no convento do Varatojo e passado pouco tempo ali professa, adoptando em Religião o nome de Frei Lourenço de Santa Maria, «pela cordial devoção que desde seos tenros annos sempre teve á Santissima Virgem Mãe de Deos».

Não tinham volvido ainda muitos anos sobre a reforma imposta àquela casa conventual pelo conhecido e austero Frei António das Chagas, que lhe fixou regimento de apertada regra; e é lá, seguindo-o rigorosamente, que a personalidade religiosa de Frei Lourenço de Santa Maria toma vulto e se ergue para a nossa veneração, em altos exemplos de piedade cristã e abnegada renúncia. Vamos agora surpreendê-lo no convento entregue às ocupações mais rasteiras, como o mais simples dos seus irmãos no hábito: varre a igreja, os dormitórios, as enfermarias; chega a servir no refeitório e até a desempenhar o cargo de porteiro. Nunca fugia a estes serviços, antes procurava que lhos distribuíssem, não permitindo que se fizesse qualquer distinção entre êle e os outros religiosos; sempre com «ar modestamente alegre e fervoroso», mostrava «desejo de praticar os exercicios que aos olhos dos mundanos parecem mais abatidos e despreziveis». E quando saía à rua a esmolar para o sustento da comunidade irradiava de si «tal agrado e modestia religiosa que a todos deixava edificados e atraidos suavemente para Deos».

Não quis a Providência que os ensinamentos vindos do seu exemplo ficassem por muito tempo ocultos na clausura, e assim, a sua voz eloqüente vai ouvir-se por êsse Portugal além; começa vida apostólica a partir do ano de 1733, sendo muitas as terras que êle percorre, jornadeando a pé grandes distâncias. E à semelhança do que antes dêle já fizera o grande missionário que foi Frei António das Chagas, Frei Lourenço faz-se acompanhar duma devota imagem de Cristo Crucificado, que êle mesmo transporta através dos povoados; seus pés ficam feridos das longas caminhadas, mas tudo isso êle acha secundário e segue sempre, envôlto no hábito já gasto e remendado, exposto a todos os rigores do tempo. Prèga nos arredores de Lisboa, passa ao Alentejo, e, retrocedendo depois, alcança a região do Douro, que da mesma forma visita. Em 1737 está em Coimbra, e ali, onde foi laureado estudante, e mestre sabedor, êle se faz ouvir também. Parte depois para Aveiro e terras próximas, entre elas Esgueira, Águeda, Serém, Branca, etc. etc., até que recolhe de novo ao Varatojo em 1740; no ano seguinte vai para o Funchal e por lá se demora na tarefa da prègação; mas dando-se entretanto a vaga da mitra primacial de Goa, o Rei D. João V houve por bem prover nela a Frei Lourenço, recebendo, êste, aviso para regressar à Côrte. Com êsse fim tomou o primeiro navio, chegando a Lisboa a 26 de Maio de 1743. Apresenta-se logo ao Monarca, e em vez de se mostrar contente por tal mercê, antes manifesta o desejo de não ser investido em tão alta dignidade. Tal escusa porém não é aceite, e antes, da parte do Rei, que bem conhecia os predicados morais de Frei Lourenço, houve para êste grandes demonstrações de aprêço. A 9 de Junho dàquêle ano teve lugar a sua sagração

na Catedral lisbonense, e D. João V ofereceu então ao Arcebispo as ricas vestes sacerdotais que ainda se guardam na família, determinando também que, enquanto o Prelado não retirasse de Lisboa, se servisse com carruagens da Casa Real. Quis dar-lhe ainda nessa ocasião uma copa de prata para seu uso, mas D. Frei Lourenço apenas aceitou os objectos mais necessários para as ceremónias da missa, e outras pequenas coisas, como um relógio, e alguns livros. Não tarda muito que o vejamos embarcar para Goa, a ocupar o seu alto cargo, mas encaminha-se primeiro ao Varatojo, a despedir-se dos religiosos seus companheiros, que bem sentem o seu afastamento; vai dizer também adeus à família, e na volta permanece mais algum tempo no Convento, impondo o desejo de seguir, sem alteração, as regras da comunidade que tão inteiramente observara. A 4 de Outubro de 1744 faz a sua entrada solene na Sé de Goa, tendo chegado a esta cidade, depois duma tormentosa viagem, a 29 de Março daquêle ano, a bordo da nau «Nossa Senhora da Caridade».

Bem cedo a figura do Prelado se impôs ao respeito dos seus diocesanos, ressaltando logo ao espírito daquela gente, além da grande bondade do Arcebispo, o «zêlo apostólico com que prègava» o «seu talento raro», vasta erudição e eloqüência sagrada.

A doença porém embargou a brilhante carreira pastoral por êle começada em terras do Oriente, e levou-o a pedir a renúncia do Arcebispado. Em conseqüência disso retira dali e já o vemos em Lisboa no ano de 1752. D. Frei Lourenço de Santa Maria, alimenta, mais uma vez, a esperança de tornar à paz conventual, mas outro foi-o destino que Deus lhe traçou, e vai ser nomeado agora bispo do Algarve, por El-Rei D. José I. Entra festivamente em Faro no dia 8 de Dezembro do dito ano de 1752, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira de Portugal, e por tôda a parte êle recebe as mais significativas provas de respeitosa veneração.

Fig. 6

Rubrica de
D. Fr. Lourenço de Santa Maria

(Grav. obsequiosamente cedida como a da Fig. 3).

No Algarve, é ainda hoje recordado com louvor o nome de D. Frei Lourenço de Santa Maria, e várias obras atestam a sua passagem por êste bispado: mas de tudo o que êle fêz, foram os passos que deu a quando do terramoto de 1755 que lhe marcaram mais vivamente o rasto, vincando-o a tradição

em letras de oiro, nos anais da Diocese. E do que temos lido e tão sentidamente nos fala da acção de D. Frei Lourenço nesse transe, nem sabemos definir bem se a figura do Arcebispo, que na nossa mente se retrata, atinge proporções mais altas quando por entre uma multidão desvairada pela dor êle surge a repartir, com o mais paternal carinho, palavras de confôrto e de esperança «vendo-se rodeado de imenso povo que em altos gritos, banhados todos em lagrimas ferindo seos peitos pedião perdão e misericordia a Deos»; ou se antes, passadas as primeiras horas da tragédia, acompanhado do clero da cidade e de soldados da sua praça militar, que então comandava, percorre os lugares mais devastados pela catástrofe, para recolher os corpos das vítimas já regelados pela morte, e em lúgubre cortejo, entre responsos e lágrimas, os acompanha à sepultura. Ou ainda quando, a-pesar de alquebrado pelos anos e pela doença, êle próprio não carrega com alguns dos mortos para a cova!... Impressionante gesto de humildade foi também êsse do Arcebispo deixar o seu Paço, indo albergar-se por algumas noites numa cabana do campo, desprovida do menor confôrto para mais estreitamente se irmanar com tantos e tantos que ficaram sem pão e sem abrigo, compartilhando assim, mais de perto, do seu infortúnio; quis viver como êles, e junto dêles, aquelas horas tão amargas de sofrimento e de dor.

Arquivemos neste lugar, em seqüência ao que vimos dizendo sôbre o Prelado ilustre cuja biografia é o principal motivo dêste trabalho, esta alusão, que entre outras lemos numa obra recente, e lhe é feita a propósito do que se passou no Algarve pelo terramoto de 1755.

> «Era o primeiro em assistir aos feridos e enfermos para os livrar das ruinas dos edificios que desabavam, de cujos desentulhos se poude conseguir salvar alguns com vida, e desenterrar os corpos dos que nela tinham sucumbido á morte, para lhes dar honrada sepultura, acompanhando sempre estas obras de misericordia e caridade» [46].

Pouco depois da sua chegada ao Algarve, mereceram-lhe especial atenção, como já tinha acontecido com alguns dos seus antecessores, as Caldas de Monchique, onde afluíam para tratamento muitos doentes pobres daquêles sítios. Ali fêz D. Lourenço de Santa Maria obras importantes, mandando construir um banho de lodo, e ampliar o Hospital com uma alpendurada, uma cosinha, etc.; provia às necessidades mais urgentes, não faltando com dinheiro e trigo para os internados, e mandando restabelecer de novo em 1772 o lugar de médico do hospital,

---

[46] *Memorias das Caldas de Monchique*, cit., pág. 70 v.°

que havia sido extinto « para assistir aos enfermos dele desde o dia dous de Julho, em q̃ se abre p.ª os pobres, athe o dia vinte e nove de Setembro, em q̃ se fecha p.ª os mesmos pobres », conforme determinou um despacho seu, de 1 de Julho daquêle ano de 1772 (47).

Fig. 7

« *Brasão de D. Fr. Lourenço de Santa Maria, colocado no Poente do balneário* » (de Monchique).

(Grav. obsequiosamente cedida como a antecedente).

De entre as obras que a êste Prelado se ficaram devendo, merecem ser postas em relêvo, além do que se disse, a ampliação do terreiro da Sé, para o que comprou algumas casas que o acanhavam, e a reedificação do Paço Episcopal, a que pro-

(47) *Memorias das Caldas de Monchique*, cit., pág. 72.

curou imprimir a grandeza própria do fim a que tal edifício se destinava. Ali podem admirar-se ainda « os mais belos azulejos de toda a provincia, no patio, na escadaria e nas antigas salas de receção e do trôno » [48].

Assim andava o Arcebispo todo entregue aos cuidados do govêrno da sua Diocese quando um aviso régio o chamou à Côrte, e uma vez ali, é-lhe comunicado pelo Marquês de Pombal que El-Rei pensava em dividir o bispado do Algarve em dois, e que D. Frei Lourenço poderia ir ocupar a cadeira episcopal de Aveiro, a cuja diocese pertencia, e onde ficava situada a Quinta da Graciosa, solar de sua família. A isto, o Bispo respondeu firme e terminantemente, dizendo que estava pronto a ceder o bispado, mas que a sua actividade pastoral a não reputava útil em Aveiro, terra tão próxima da sua, entre os parentes e amigos que deixara quando foi para o Varatojo; além disso, achava-se adiantado nos anos e acabrunhado pela doença, não se sentindo assim com as fôrças necessárias para assumir a direcção dum bispado novo, com os numerosos e variados serviços que em tal caso se requerem. Perante resposta tão clara, e sem hesitação, e talvez suspeitando de que o Prelado lhe adivinhara algum reservado pensamento, o Marquês de Pombal apressou-se a retorquir, com amável acento: « Vossa Excellencia por sua grande capacidade está ainda para muito mais...». Mas D. Frei Lourenço que nunca se tinha prendido a honrarias, e antes por inclinação e sentimento religioso queria viver modesta e recolhidamente na obediência às regras da Ordem em que professara tão devotadamente; e ainda num acto da mais perfeita humildade cristã, optou pela renúncia do bispado do Algarve, com a renda de dois contos de reis por ano para a sua sustentação. E julgou êle que, assim, estava escrita a última página da sua vida episcopal; floresce-lhe na alma, uma vez mais, a ideia de que dentro de pouco tempo se afastará de vez do mundo, escondendo-se para sempre na clausura monástica. Dirige-se então para o Varatojo, onde o seu regresso é motivo de grande satisfação por parte da Comunidade, que o venerava.

Foi nomeado um Vigário Apostólico para presidir ao govêrno da Diocese até que nela fôsse provido prelado efectivo; mas foram-se arrastando os negócios eclesiásticos inerentes a tal caso e chega-se assim ao ano de 1777, em que, a 24 de Fevereiro, morre El-Rei D. José I. A nomeação de bispo para o Algarve ainda não estava feita; ao monarca falecido sucede sua filha, a Raínha D. Maria I; preparam-se as coisas para a sua aclamação solene. D. Frei Lourenço de Santa Maria está no Varatojo, gozando a paz que há muito almejava, e que

---

[48] *Guia-Album do Algarve,* por Mario Lyster Franco, edição de 1934

a subida ao trono da Soberana vai interromper: recebe ali convocação para ir assistir às festas que iam ter lugar na Côrte; segue para Lisboa, e, no dia marcado, lá está a assistir à imponente cerimónia, junto do Bispo Conde de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, seu velho amigo, e ambos êles figuras venerandas, já avançados nos anos, dando então na vista pelo seu imponente e aristocrático porte, sendo alvo de carinhosas home-

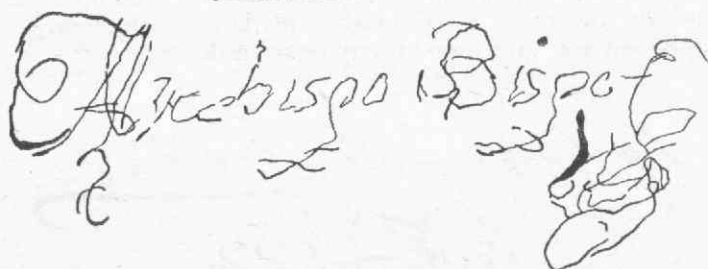



Fig. 8
Assinatura de D. Fr. Lourenço de Santa Maria.
(Grav. obsequiosamente cedida como a antecedente).

nagens, de-certo ainda mais sentidas, na lembrança da perseguição que a ambos movera o estadista cujo mando já findara... Extintos os últimos ecos das festas, o Prelado avista-se com os Soberanos, a quem o irmão de Frei Lourenço — Frei André de Melo, religioso Tomarista, já tinha feito notar o silêncio havido na Côrte à volta do caso da nomeação de bispo para o Algarve.

Foi o Arcebispo recebido com mostras do maior aprêço por parte dos Monarcas que lhe comunicaram ser do seu «gosto e real serviço» e também de Deus, que êle voltasse ao seu Bispado. D. Frei Lourenço de Santa Maria, anuindo ao desejo tão amàvelmente manifestado, e que tanto o distinguia, lá parte novamente para o Algarve, a tomar conta da sua antiga Diocese, dando já despacho em 31 de Maio daquêle ano de 1777 (49), embora a sua entrada solene só tivesse lugar a 22 de Junho.

Mas o Arcebispo estava velho e cançado; e a doença, de mãos dadas com a idade, foi-lhe minando o organismo. Perdeu a vista: não duraria muitos anos mais. No dia 25 de Novembro de 1783 foi êle acometido dum tremor de corpo tão violento que o privou totalmente dos sentidos;

---

(49) *Memória Monográfica de Vila Nova de Portimão*, pelo P.e José Gonçalves Vieira, edição de 1911.

administraram-lhe o Sacramento da Extrema-Unção quando o viram assim. Teve morte edificante; antes de morrer, repetia freqüentemente os nomes de Jesus e Maria e fazia sôbre si o sinal da Cruz; pelas cinco horas da manhã do dia 5 de Dezembro entregava a sua alma a Deus, tendo a rodear-lhe o leito mortuário, além dos religiosos do convento de Faro, os sacerdotes capitulares e outros eclesiásticos, que acorreram a assistir aos últimos momentos do bondoso Prelado. Acabava assim uma existência que, bem ilustre por nascimento e saber, bem mais o foi ainda por suas preclaras virtudes, embora, por espírito de profunda e verdadeira piedade cristã, outra coisa não quisesse ser, que humilde, apagada criatura...

Fig. 9

Rubrica de D. Fr. Lourenço de Santa Maria

(Grav. obsequiosamente cedida como a antecedente).

Quando D. Frei Lourenço de Santa Maria morreu, não estava em Faro o bispo governador da diocese, e, em vista do rigoroso inverno dêsse ano, foi-lhe impossível regressar a tempo de presidir aos funerais que logo se destinaram, e a que concorreram as comunidades religiosas, o clero e a nobreza da cidade; D. Frei Lourenço foi sepultado em lugar próprio, sob a capela-mor da Sé, não tendo sido ali colocado qualquer letreiro ou sinal que nas eras posteriores pudesse lembrar o seu nome ([50]).

Entretanto regressava a Faro o prelado ausente, que, achando não terem sido condignas as ceremónias fúnebres realizadas, não demorou a ordenar outras que revestissem maior solenidade. E nos dias 15 e 16 do referido mês de Dezembro, precedida de

---

([50]) «Não era Prelado que gostasse de ostentações» disse-me em carta o Rev.º P.º José Cabrita, a quem fico devendo amáveis informações, dadas na sua qualidade de bom conhecedor das tradições algarvias. A Sua Rev.ª, bem como ao rev.º Arcipreste da Figueira da Foz, P.º José Lourenço dos Santos Palrinhas, que me pôs em comunicação com a Secretaria do Bispado, os meus melhores agradecimentos.

vésperas, foi celebrada missa de *Pontifical,* seguida das descargas do estilo no terreiro da Sé, como homenagem ao Arcebispo, na sua qualidade de antigo governador que fôra da praça militar do Algarve; e ao mesmo tempo que isto aqui se passava, no convento do Varatojo, os antigos companheiros de Frei Lourenço iam-lhe também sufragando a alma com exercícios piedosos e numerosas missas, resadas pelo seu eterno descanço.

Chego ao momento de dar por findas estas ligeiras notas; e se reconheço ter, por um lado, cumprido um dever que me impôs o meu culto regionalista, grande pesar é o meu de não ter sabido fazer melhor, pois o que aí fica está muito aquém do que merecia a personalidade cuja biografia tentei fazer: socorro-me então mais uma vez da obra de Frei Manuel de Maria Santíssima, de onde colhi tantos dos elementos com que organizei êste trabalho, e remato com as palavras que a seguir se transcrevem, cuja síntese admirável seria, só por si, bastante para traçar o perfil do Prelado eminente, que não só honrou a terra onde nasceu, mas também a diocese a cujo govêrno espiritual, por largos anos, e tão brilhantemente, presidiu.

« *A extremosa caridade e compaixão que tinha com as miserias e necessidades alheias lhe mereceo justamente o nome de pai dos pobres, verdadeiro amigo da humanidade socorro pronto dos atribulados e miseraveis Bispo Santo e continuo remediador e protector dos pobres de Jesú Christo naquelle Reino* ».

SOARES DA GRAÇA

DOCUMENTOS

UMA CARTA DE D. FREI LOURENÇO DE SANTA MARIA

« Meu Irmão e S.^{r} muito do coração: recebo a vossa carta de 18 de Novembro, e com ella o gosto das vossas noticias, e da Mana, a quem desejo a continuação da saude q^{e} logra: estimo as melhoras do Mano Mons.^{or} sentindo não sejão tão crescidas como eu lhe desejava: a elle me recomendo e á Mana e ao Mano Fr. Andre, a quem não posso escrever neste correo.

Todas as noticias q^{e} escrevi sobre o Prazo de Villa Nova, forão tiradas de húa certidão q.^{e} o Primo Prior de S. Tiago foi tirar ao cartorio de Lorvão haverá 30 annos pouco mais ou menos, e se conservava entre os mais papeis na gaveta pertencente a este prazo. Que o segundo imprazam.^{to} fosse feito em 2 de Janeiro de 1440 e não em 2 de Janeiro de 1490 não tenho duvida; porq^{e} poderia ser erro de escrivão q^{e} passou a certidão e me parece o mais verocimel: pois sendo o primeiro imprazam.^{to} feito em 7

de Agosto de 1435 a Pedro Alvres e a sua mulher Beatriz Peres, q.e já terião edade avansada vivessem ainda sincoenta e sinco annos, para por morte delles se fazer o segundo emprazam.to a seu filho Pedro Ferreira Cavaleiro da Ordem de S. Tiago e a sua mulher Beatriz da Costa no anno de 1490; o q.e entendo he q.e Pedro Alvres e sua mulher Beatriz Peres viverão só sinco annos; e q.e no de 1440 he q.e se fes a renovação ao d.o Pedro Ferreira, e a sua mulher Beatriz da Costa.

Que o dito Pedro Ferreira fosse filho de Pedro Alvres e de 1.a m.er Beatriz Peres, he para mim evidente; pois consta do d.o segundo imprazamento, em q.e se nomea treceira vida e se fas menção das bemfeitorias q.e seu Pay, e May tinhão feito no d.o Prazo e de q.e nelle tinhão sido 1.a e 2.a vida. O dizer Gonçalo Pires Bandeira, q.e Diogo Ferreira Veles era Pay de Pedro Ferreira, me parece sem fundam.to; e q.e procedeo de hum Brazão q.e na gaveta referida se acha desse Fidalgo, q.e segundo m.a lembrança era filho ou neto de hũm Gomes Ferreira Porteiro-Mor Del Rey D. Afonso 5.o, e se se computarem os annos, me parece se conhecerá a impossibilid.e: á vista do q.e não vos embaraceis com ninharias: são passados mais de trezentos annos, e por aquelle tempo muitos Fidalgos e Cavalheiros vivião encostados a outros Snr.s como podereis ver na vida do Condestável D. Nuno, e nas Chronicas do Reyno: os Cunhas Snr.s de Pombeiro não são parentes da Caza Real, q.e por falta de dispensa annullou El-Rey D. Fernando o cazamento de João Lourenço da Cunha com sua M.er D. Leonor Telles, e se cazou com ella, e foi Raynha de Portugal e May da Raynha de Castella: este he o meu parecer na referida materia.

Estimo as lembranças dos primos de Anadia, e dos Am.os de Ois, e lhe correspondo agradecido: em tudo fico as vossas ordens, e ao vosso dispor. A vossa Pessoa G.de Ds M.o A.o Faro 4 de Dezembro de 1753 Irmão q.e m.to vos ama e venera

Arcebispo Bispo do Alg.e (51)

---

(51) Arquivo da Casa da Graciosa.

FILARMÓNICAS DO DISTRITO

III

BANDA DE SALREU

A *Banda do Visconde de Salreu* foi fundada em Outubro de 1925 e apresentou-se pela primeira vez em público no mês de Setembro de 1927.

Foram seus fundadores os Srs. Manuel Marques, Ângelo Soares, Júlio Vidal, Miguel de Lemos, Guilherme Marques da Silva e outros. Foi constituído, de início, um curso infantil de música, sob a direcção do prof. Manuel Pedro Calado; mais tarde, formada já a banda, agregaram-se-lhe alguns elementos que haviam pertencido a outras bandas da região. — Foi seu primeiro regente o Sr. Manuel Pedro Calado, que nesse lugar se manteve até 1935. De então para cá, tem sido regente o Sr. Capitão, chefe da banda, Manuel Lourenço da Cunha, de Aveiro. — A actual direcção da banda é constituída pelos Srs. Manuel Marques, Benjamim da Silva, Miguel de Lemos e Júlio Vidal.

BANDA DO TROVISCAL

A banda do Troviscal foi fundada em 1911 pelo professor primário dessa freguesia, Sr. José de Oliveira Pinto de Sousa, que a denominou *Banda Escolar do Troviscal*, por ser exclusivamente constituída pelos rapazes da sua escola. Tornou-se, em breve, muito conhecida e afamada, e a sua popularidade aumentou principalmente depois da interdição que lhe foi imposta pelo Bispo de Coimbra, por se haver encorporado num entêrro civil, interdição que o Arcebispo-Bispo de Aveiro, D. João Evangelista de Lima Vidal, após a restauração do bispado, lhe levantou.

Tem entrado em numerosos certâmens, em que sempre tem sido classificada. Nunca teve outro regente que não seja o seu fundador, maestro José de Oliveira Pinto de Sousa.

FILARMÓNICA DA MAMARROSA

No dia 21 de Dezembro de 1916, Jaime de Oliveira, professor primário, pertencente a uma família de músicos, apresentou pela primeira vez em público a *Banda Escolar da Mamarrosa,* constituída por alunos da escola do seu fundador. Jaime de Oliveira foi sempre o regente até 4 de Agôsto de 1940, data em que faleceu, precisamente quando a sua banda percorria as ruas da Mamarrosa a anunciar a principal festa da terra. De então para cá, tem sido regente José de Oliveira Pato, filho do fundador.

FILARMÓNICA DE MACIEIRA DE CAMBRA

A filarmónica denominada «*Lira Cambrense*», de Macieira de Cambra, foi fundada em 1873 pelo P.e Manuel Tavares de Paiva, notável orador sagrado, que durante muitos anos a amparou e protegeu, sacrificando-lhe grande parte da sua parca fortuna. Foi, de início, o seu mestre e ensaiador. Seguiu-se o regente José de Oliveira, estimado cambrense, hoje com oitenta e dois anos de idade, que durante trinta e três anos lhe consagrou todo o seu esfôrço, entusiasmo e saber. Nesta fase, entrou a banda em vários certâmens musicais, como, por exemplo, em 1905, no jardim público de Aveiro, em que, com outras bandas, executou a peça do concurso: sinfonia do «Barbeiro de Sevilha».

A José de Oliveira seguiram-se, principalmente, os seguintes regentes: Domingos Tavares de Almeida, também cambrense, que mais tarde ingressou noutra banda; Carlos Dôres, músico reformado da antiga Banda da Guarda Republicana do Pôrto; Artur Tavares de Pinho; António Fernandes e Joaquim José Vieira, antigos músicos da aludida banda, êste último regente durante onze anos.

Dirige-a actualmente o Sr. Luís Lourenço Pestanco, 1.º sargento músico.

É protector da «*Lira Cambrense*», há cêrca de vinte e quatro anos, o Sr. Comendador Luís Bernardo de Almeida, patrono do «Centro Recreativo Musical e Literário», a cujo cargo estão as despesas concernentes a esta banda.

*

As informações que se seguem até quási ao fim dêste artigo devem-se ao Sr. Dr. Zagalo dos Santos, a quem nos referimos no primeiro artigo.

FILARMÓNICA DE FERMENTELOS

A *Banda Musical de Fermentelos* foi fundada em 1867 por José da Costa Júnior, José Silva, João Pereira Raposo e António Fernandes Rosálio. Foram seus regentes: P.e João Galucho; Manuel José de Oliveira, e José de Oliveira, professores; Luís Abrantes e Manuel Abrantes.

FILARMÓNICA DE AROUCA

A chamada *Música da Vila* foi fundada em 1825 por Bernardino Joaquim Soares, seu primeiro regente. Seguiram-se-lhe os seguintes: Miguel António Valente, Ernesto Pinto Ferreira, Domingos Augusto de Almeida e Carlos Tavares Alves.

FILARMÓNICA DE ESPINHO

A banda dos *Bombeiros Voluntários* de Espinho (antiga *Soqueiro)* foi fundada em 1850 por José Alves Neves e Joaquim Alves de Sousa Neves. Alguns regentes: Ilídio Neves e Manuel Baptista da Silva.

FILARMÓNICA DE PARAMOS

A *Música de Paramos* foi criada em 1932 por José Alves Vieira, negociante de vinhos. Foram seus regentes: António Fernandes, sub-chefe de música, reformado, e A. Guedes, 1.º sargento músico, reformado.

FILARMÓNICA DE BARCOUÇO (MEALHADA)

A filarmónica denominada *Lira Barcoucense 10 de Agôsto* começou em 10 de Agôsto de 1919. Foram seus fundadores António Simões Martins, José Simões Martins, António Nunes Ferreira, António Baptista Dias e Joaquim Ferreira da Silva.

Alguns regentes: António dos Santos, tanoeiro; Diogo José Ermida, 1.º sargento reformado; António Medina, 2.º sargento reformado; Alfredo Queirós e Joaquim Barbosa, 1.º sargento reformado.

FILARMÓNICA DE LOUREIRO

Fundaram-na em 1900 Manuel Maria Dias Quintas, João Valente Queirós, Abel Nunes Lopes e Abel Valente de Almeida. Alguns regentes: José Maria Pedro; Rufino José Correia, professor; Abel Nunes Lopes; João Alves; António Ferreira Carvalho; António Costa e António Augusto Correia.

FILARMÓNICA DE PESSEGUEIRO DO VOUGA

A *União Pessegueirense* foi fundada em 16 de Julho de 1866 pelo prior de Roge, Manuel Francisco de Amorim, que foi quem abonou o dinheiro para a compra do instrumental. Alguns regentes: A. Sapata, António Rodrigues da Silva, António Francisco Tavares, António Rodrigues Correia (1888 a 1899) e Vergílio Correia.

FILARMÓNICA DO VALE DE CAMBRA

Existe desde 1913. Deve-se a sua fundação a Francisco Tavares de Almeida, negociante; Camilo Tavares de Matos, farmacêutico; P.e Joaquim Manuel Tavares; Dr. Domingos de Almeida Brandão e P.e Manuel de Oliveira. Teem sido seus regentes: Arnaldo Tavares de Pinho; Júlio Branco; António Fernandes, sub-chefe reformado; Cap. Manuel Lourenço da Cunha e Arnaldo de Vasconcelos.

FILARMÓNICA DE S. TIAGO DE RIBA-UL

Merecia esta banda uma notícia desenvolvida, já pela sua antiguidade, já pelo seu valor e fama; mas foram inúteis todos os esforços que fizemos, junto da regência, para obter informações! O Sr. Dr. Zagalo dos Santos escreveu àcêrca dela o seguinte: «Não se pode fixar a data da sua fundação, mas sabe-se que acompanhou as tropas anglo-lusas nas campanhas da Península. Acompanhou depois, às ordens da Junta Provisória do Supremo Govêrno do Reino, as tropas patuleias contra o despotismo da Rainha. — Regentes conhecem-se apenas os três últimos: Manuel José de Pinho, o *Pinho Alho,* compositor de elevado mérito; Augusto da Silva Pereira e Armando de Pinho Dias».

A estas notas acrescentamos o que o Sr. Abade João Domingues Arede deixou escrito no vol. v do *Arquivo* (págs. 77

e 78): — «A banda de música de Santiago de Riba de Ul é uma das mais antigas desta região, pois tomou parte nas guerras napoleónicas, tendo por fim acompanhado o exército anglo-luso até Navas de Tolosa, não havendo memória do regente que a acompanhou. Dessa organização musical conservou-se o bombo, até há pouco tempo, em Santiago, como uma relíquia histórica da grande guerra. — As tradições musicais de Santiago de Riba de Ul, que afirmam a feição artística do seu povo, não se perderam. — Esta freguesia tem mantido sempre a sua banda de música, que vem revivendo, através dos tempos, as glórias passadas, não pelo carácter belicoso que algumas vezes estas instituïções assumiam em épocas revôltas, mas pela importância da sua organização e pelo valor dos seus elementos, em que entraram talentosos compositores, êntre os quais é de justiça salientar o falecido Manuel José de Pinho Júnior, que fêz bastantes composições que lhe assegurarão, por largo tempo, um lugar de destaque, sobretudo na música sacra. — Modernamente, teve um exemplo de valor e dedicação no seu regente, o Sr. Armando de Pinho Dias, que à corporação a que presidiu com brilho prestou relevantes serviços, não sòmente levando-a, em virtude do seu alto esfôrço e competência, a um grau de perfeição artística que a tornou admirada em muitas terras afastadas desta região, mas também como maestro de muito merecimento, que para a mesma compôs bastantes partituras de subido valor».

(Continua)

JOSÉ TAVARES

BEDUÍDO

BEDUÍDO, não é qualquer estância das afamadas por seus ares e águas. E superior embora a muitas outras regiões do País, nem por isso o seu nome tem figurado entre as zonas categorizadas de repouso e saúde! É uma terra do Norte, apagada no Mapa, e desconhecida e ignorada do nosso público fino e viajado! Tem belezas naturais, tem recursos variados e sem conta, mas, não obstante, ninguém sabe onde é nem quanto vale Beduído!

Mas agora também não vá o leitor pensar que se trata duma aldeola de CAMILO ou ORTIGÃO, pregada aí nessas serras, debruçada sôbre horizontes alpestres com água a deslizar cristalina e cantante e a vegetação enchendo os olhos de verde e cobrindo a paìsagem de maciezas de paraíso!...

Não: Beduído, estendendo-se por essa Beira Litoral, no espaço que vai das faldas do Caramulo até à Ria de Aveiro (Nascente e Poente) e dos campos de Avanca até às lezírias de Salreu (Norte e Sul), é mar e é serra, é planície e planalto!... Terra grande, magnificente, com extensíssimos horizontes formosos e variados! Terra de fartura, de belezas e de saúde, como outra não haverá em todo êsse Portugal de jardins à beira-mar!

Pois bem: supondo que os cativa a paìsagem verde, plana, onde a vida se espraia na vastidão e o pensamento se eleva prêso duma misteriosa impressão de grandeza e duma ânsia forte de expansão a mil necessidades estranhas, vagas, imprecisas — assente que amam as vistas da planície, aí teem Beduído com as suas praias de arroz e as suas marinhas rasgadas na lama à fôrça e perícia de enxada!... As praias de arroz!... uma doce expressão da terra e a floração generosa do suor que em Fevereiro dispenderam homens e gados!...

Mas gostando mais do monte e preferindo socalcos e declives, onde o esfôrço do homem é mais visível e mais duro e mais ingrato, voltarão seus olhos ao Nascente, e logo outra grandeza de terra lhes será patente! Outrora montes desnudos, agora doces colinas manchadas com ramaria variada de pinheiros e eucaliptos, de carvalhos e sobreiros; vales onde o Antuã

deslizava tranqüilo e só, vêem-se agora guarnecidos de povoações e moínhos, postos rio acima, a embelezar e a enriquecer; e mais fontes e estradas e pontes, um cenário ao mesmo tempo bravo e manso que nos fala do engenho forte do homem e dos prémios de beleza e riqueza que a terra dá a quem lhe vota amor e trabalho.

Depois, as boas águas e os ares que dão juventude, a temperatura regular, suavíssima! Ali se nos acalmam os nervos, ali o coração regula mansinho, o cérebro desincendeia-se e pensa calmo — e uma confiança alegre desperta para a vida e para o tempo e dá-nos humanidade e desfaz-nos egoísmos — enfim, um meio belo, que dá beleza às nossas almas!...

Quantas vezes o nosso pacato semelhante dá voltas à memória e ao Mapa à procura da *sua* estância, e encontra sempre esta e aquela que não lhe são favoráveis, que não quere escolher porque não lhe satisfazem as exigências?! Quantas vezes êle queda triste, desesperado de não saber duma terra assim?!...

Mas Beduído não é só a terra que lhes pinto. Um *folclore* vasto e variado reflecte a sua vida e a alma do seu povo. Costumes de trabalho, lendas, contos, provérbios, uma fala típica e uma indumentária bela e original revelam-nos o bom gôsto, os primores artísticos, o génio sem par desta gente!...

Não obstante algumas indústrias fabris, Beduído é mais agrícola, é mesmo essencialmente agrícola, pois que as suas indústrias estão prêsas à agricultura e à lavoura.

Os operários são filhos de lavradores, ou lavradores por si, teem as suas pequenas terras e, cessado o labor das fábricas, lá se voltam para elas num espontâneo e generoso carinho. Por tôda a parte e a tôda a hora se respira ali o ar rijo da saúde, do trabalho e da grande abundância! Por tôda a parte as palpitações da fecundidade, do amor activo, da bondade dos homens e da fartura das terras. Por tôda a parte o cheiro a saúde e os encantos da fartura alegre e fácil.

E, caso singular: êste povo de Beduído é magro e é sóbrio. Não obstante a fartura de pão e tanto vinho e carnes de vitelos e coelhos e galinhas, tantos ovos, tanto leite, tanta fruta, não obstante tôda essa abundância, alimenta-se quási exclusivamente do peixe da Ria e do Mar.

Magros e altos, parecem uma anomalia rácica neste meio tão favorável. A tez morena das irradiações do Mar e da Ria que ficam perto, não lhes consente uma vestimenta numerosa e pesada. Qualquer fino algodão, qualquer ligeira roupagem se veste e chega. E esta indumentária tende sempre para o escuro — é preta, é castanha, é azul!... Outra anomalia, quem sabe?!...

«Que é dos pintores?!...» E que é dos etnógrafos?!

Ora muitos do povo aqui teem um ideal sôbre todos os outros — querem a todo o custo enriquecer! E tisnam-se

os corpos sob invernos e soalheiras, gastam-se os músculos na dureza dos trabalhos, esgota-se a fôrça, só para que no S. Miguel se possam contar mais alqueires na arca ou mais cordões e correntes. Já na tenra idade os pais deitam os filhos ao trabalho, e os moços acabam por amar a labuta, fanatisando-se ao ganho e poupança! Mas não obstante, boa gente, honestíssima, franca e generosa! Com êles próprios, tôda a frugalidade é pouca; mas com os outros, manda a boa hospitalidade que se dê arca à discrição, que dá fartura sem reservas.

E também não é triste êste povo! Podeis vê-lo mudo, vergado agressivamente para a terra, uma praga contorcida nos lábios ou formada nas rugas, mas não é mais que a raiva forte de a rasgar para a fecundidade. Não é mais que a gana viril de arrancar o pão à terra!...

E passado isso, eis que esta gente se mostra despreocupada, alegre e reinadia! Pode ver-se — e é bom de ver-se! — aí pela Senhora da Saúde, pela Senhora das Dôres ou no São Paio! Vão vê-lo aí, nas romarias, e já vai esquècido e sêco o suor do trabalho, já a terra, segunda mãe, está dada ao olvido!... A alma é então pujante, estrepitante, cantando alegrias, fremindo entusiasmos, rodando nas danças, soltando cantigas, rindo forte, são e alegre, numa apoteose à vida, tão farta e tão bela.

Os descantes sucedem-se; são moças folgazãs que desafiam rapazes, são velhos a velhas, é um delírio simpático!...

E diz êste:

Deus, se deu a terra ao homem,
Foi p'ra êle trabalhar;
E até deixou escrito:
Ninguém come sem suar!...

E outro:

Deus abandonou o homem,
Deixando-lhe a maldição
De trabalhar tôda a vida,
Que ao contrário não há pão!...

E digam lá se êste povo de Beduído não tem uma crença rija, sã, pautada por virtude e honra, afirmada em sólida realidade social!... É que a segurança na frutificação da terra em que trabalha, tôdas as condições físicas do meio, desenvolvem-lhe a independência e a filosofia confiada, serena e superior a temores e dúvidas!... E também não sustenta vis egoísmos, que a consciência é esclarecida e nobre e a terra é hospitaleira e farta:

Não vês que é filho de Deus
Êsse homem que vai na rua?
Dá-lhe pão e agasalho,
Que a terra não é só tua!...

E sôbre tudo isto uma lenga-lenga ingénua, mas que lhe fica bem:

Dizem as águas da fonte
Que a terra não esquece a gente;
Dizem as flôres do monte
Que o sol é bom, mesmo quente;
E eu digo em meus cantares:
Homem serei, hoje e sempre!

E isto vem significar-vos que todo o seu desejo é ser sempre tal qual — trabalhador, honesto, urbano, leal e dedicado. Tem isto como determinante do seu fado, como imperiosa, inarredàvel finalidade de vida. Quere nunca deixar de ser homem!... Quere sempre ser homem, em tôda a humanidade e firme obediência do dever!

E então é vê-los em festa, ali no São Paio, por exemplo. Tôda a sua alma se nos abre, todo o oiro, todo o perfume, todo o encanto. Nem preconceitos, nem moralismos de qualquer ordem. É cantar, dançar, dar enfim largas a mil desejos tão longa e austeramente contidos pelo tempo em que urgia trabalhar e ganhar dinheiro. E são então raparigas que vêem dizer:

Ó São Paio da Torreira,
Casai-me que bem podeis,
P'ra não ter teias d'aranha
Naquilo que vós sabeis!...

E arma-se rusga e segue outro mote:

Ó mar da variedade,
Eu também já variei:
Variaram os meus olhos
Logo que aqui cheguei!

E eu não vi nem sei de povo *que seja tão outro* quando se toma num ambiente de festa. Folgazão, desbragado, repentista, sentencioso:

O meu pai é cantador,
Minha mãe é cantadeira;
Sou filho de cantadores
Cantarei a vida inteira!

E as festas crescem de animação, os arraiais são postos em maior agitação, há maior movimento e há mais côres, mais luzes, um jôgo maior e melhor, um estonteamento de corpos, de fatos garridos e arcos de festa e foguetes e balões e frutas e doces e bandeiras e cordões de flôres e o riso e o sussuro!... O aturdimento nos sons, nas côres, na luz, no crepitar da alegria desmedida!... O delírio e a felicidade, a embriaguez dos corpos e das almas, no franco e generoso tributo à sensualidade humana. O homem é isto, é assim mesmo, e não serei eu a dizer que é mal!

Depois, quando a festa vai no auge, o povo lembra-se, como que acorda, e começa as despedidas:

Ó São Paio da Torreira.
Ó milagroso santinho,
Pró ano cá voltaremos
Regar teu manto com vinho!

E regava. Inda há bem pouco tempo o povo fazia isto. Mas como foi proïbido, nem sequer aquela gente crê na santidade e virtude do santinho novo, tão rosadinho, tão bem talhado. Milagroso, só o outro, o negro, aquêle que entrava num alguidar e era banhado ali, para receber a oferenda, e ao fim da festa dar vinho santificado a quem queria.

O santo curava maleitas. E as maleitas... vinham da água! Natural estava que o santo fôsse assim festejado. E ninguém bebia água, ninguém! Naquele arraial tudo ria, e tudo trocava as pernas. O vinho era de preceito!

Aconselhava-se mesmo o abuso. E não lhes digo nada; tôda esta diversidade de alegrias e pândegas, constituia o espectáculo mais consolador e extravagante que teem visto meus olhos. Um povo bondoso, trabalhador e valente. Um povo feliz que a terra fêz!... Eu creio que foi a terra!... É certo que o fêz pagão; pagão no sentir, no pensar e nas expansões!... Mas, se a terra o fêz assim, se Beduído faz isto, não serei eu a dizer que Beduído faz mal!...

(Do livro a publicar: *Delirios de Amor à Terra*).

JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA

FORAIS NOVOS DO DISTRITO DE AVEIRO

CARVALHAIS, FERREIROS, FONTEMANHA E VALE DE AVIM

Capítulos	
¶ Jmquiricomes	i
¶ Eiradegua	ij
¶ Geiras ¶ Gemtar	iij
¶ Foguaça ¶ Moemdas ¶ Maninhos	iiij
¶ Tabaliam ¶ Gado do vemto ¶ Lotossas Coutadas ¶ Portagem	b
¶ Paã V*inh*o sal call ¶ Decraraçam das carguas ¶ Carros ¶ Coussas de que se nã pagua portagē	bj
¶ Cassa mouida ¶ Nouidades dos beēs pera fora ¶ Passagem ¶ Carne Caça ¶ Escrauos Bestas	bij
¶ Panos finos ¶ Coyrama *e* / coussas delle ¶ Metaaes ¶ Cera azeite mell ¶ Forros ¶ Fruita seca ¶ Palma esparto ¶ Linho laã Mad*ei*ra ¶ Pescado	biij
¶ Obra de baro ¶ Sacada cargua por cargua ¶ Emtrada ¶ Descaminhado ¶ Saida	ix
¶ Descaminhado por Saida ¶ Priuiligyados	x
¶ Pena do forall	xj /

DOM MANVEL Per graça de d*eu*s Rey de purtuguall *e* dos alguarues daquem *e* daalē mar em africa *e* Senhor da guimee *(sic)* *e* da comquista neueguãça comercio de hetiopia aRabia persia *e* da Jmdea A quamtos esta nossa carta de foral dado aas terras de carualhaes ferreiros fomte manha Vall de uy pera sempre Virem fazemos saber que per beē das semtemcas detriminaçoões Jeraaes *e* espiçiaaes que foram dadas *e* feitas / per nos *e* com os do nosso comselho *e* letrados açerqua dos foraaēs de nossos Regnos *e* dos direitos *e* trebutos que se per elles deuiã d*e* aRecadar *e* paguar ¶ E assy pellas emquiricoões que primçipalmente mamdamos tirar *e* fazer

em todollos luguares de nossos Reignos *e* Senhorios Justificadas primeiro com as pessoas que os di*c*tos direitos Reaães tinhã achamos Visto ho forall das di*c*tas terras dado per el Rey dom denis que as Remdas *e* direitos Reaães se deuem hy d*e* aRecadar *e* paguar na forma *e* maneira seguint*e*

JNQ*U*IRECOÕES

MOstra se pollos di*c*tos foraaes ¶ E assy pellas Jmquiriçõoes que particularmẽte nas di*c*tas terras mandamos ora tirar que os nossos foros *e* direitos Reaães se Recadam *e* hã de Recadar *e* paguar daqui adiamte na forma seguimte . *a saber* . ho trellado do tombo de carua(*l*)haes he este

PRimeiramente em carualhaaes auia çimquo cassaes emcabescados ¶ E agora sam quatro meyo porque todo o que se chamaua do paço por amdar denegado se fez em foro de meyo casal ¶ E em quĩtela ha . *cinquo* . *e* meo asy que sam per todos aguora dez cassaes os quaaes sam del Rey *e* fazem estes foros como este cassall do paco soia de fazer ¶ Primeiramente de todo paã *e* linho / que d*eu*s hy der a quimta parte ao Senhor E do V*inh*o ho a seista parte saluo dalguãs terras de que se pagua a oitaua que adiamte saã escritas ¶ E outrosy deuẽ de paguar dos legumes que lhe d*eu*s hy der a quimta parte ¶ E dos alhos *e* cebollas que d*eu*s hy der

EIRADEGA

E Por eiradegua de todo o momte de triguo oito alqueires polla medida Velha *e* de cemteo ou ceuada d*e* eiradegua de todo ho mõte quatro alqueires pella Velha ¶ E de milho d*e* eiradegua de todo o momte quatro alqueires pella Velha ¶ E por ẽtrudo de foro huũ cabrito ou por pascoa tres soldos ¶ E por natall huũa espadoa de porco de noue costas : —

E De triguo linpo aa Vamdeja do seu propio por foguaça ẽ maio quatro alqueires pella velha ¶ E por sã miguell de setembro por foro huũ capã *e* duas gualinhas *e* huũ pato ¶ E por pascoa de Remda dez soldos *e* dez ouos segumdo tudo estaua escrito no liuro do tombo da terra ¶ E aguora estam em costume de leuar de cada casall destes de foro de foguaça de triguo linpo dous alqueires *e* meyo pella medida noua ¶ E outro tamto de cemteo *e* outro tamto de milho ¶ E da eiradegua que eram oito alqueires por Velha leuã cimquo por noua ¶ E os outros foros d*e* aues cabritos espadoa ouos / se leuã como he comtheudo neste tombo saluo dos dez soldos de que se leuam somente dez Reaaes desta moeda: —

Andam neste luguar tambẽ os direitos do Regemguo de quintella as quaaes se paguam segumdo o forall del Rey dom denis *e* decraraçã adiamte escrita decraramdo mais que pollo quarteiro de pãa que se nella mamda pagar se leuã aguora dez alqueires desta medida daguora . *a saber* . de momte mayor ¶ E pollos tres leuam dous *e* meyo ¶ E posto que se nã momtẽ nos tres mais de dous a Respeito da medida de çima . *a saber* . de quimze do quarteiro dez ¶ E assy de tres dous porem o meyo alqueire que se mais leua se paga pollo alqueire de foguaça que aguora nã paguã nẽ paguarã mais ¶ E posto que lhe leuem dos momtes maninhos o oit*auo* segumdo ho forall *e* mais ho capã *e* se se leua beẽ pollo seisto das Vinhas nouas que nã paguã de que pagã oitauo a prazer do pouo *e* Senhorio decrarãdo que as Vinhas amtiguas paguauã de seis huũ ¶ E as nouas se pagua desta guissa . *a saber* . das terras que pagauã a quinto do pã pagã o sei(*s*)to se se fazẽ ẽ V*inh*as E se as fazem nas terras oitaueiras paguã ho oitauo do Vinho ¶ E dos dez cassaes de quimtella sam / ¶ Delles quatro *e* meio em carualhaes segumdo fica asemtado no foro de carualhaes: —

GEIRAS

E Quamto aas geiras do forall dar se ã cadano tres homes que seruẽ no laguar ou homde os mamdã *e* nã lhe da o Senhorio Jornall nẽ de comer ¶ E os foreiros se comcertam p*er*a os darẽ na di*c*ta maneira: —

E Sã mais nesta terra outras terras que amdam com esta . *a saber* . ferreiros fomte manha *e* Valdeuy nos quaaes se paguã estes direit*os* segumdo sam decrarados per huuã Jnquiriçam feita em tempo do Jmfamte dom pedro a quall foy mostrada aos moradores da di*c*ta terrra *e* a cada capitollo decrarã as coussas delle na forma seguĩte . *a saber* . que quẽ cometer ¶ Rouso omiçidio ou esterco em boca sera ha pena do Senhorio segumdo no forall amtiguo se decrar(*ar*) pollo quall todallas outras penas d*e* arma *e* quaaes-q*ue*r outras sam do cõcelho . *a saber* . as penas das forças . *a saber* . cemto *e* oyto R*eae*s quamdo forem Julguadas aa custa do forcador ¶ E mais das penas das armas duzemtos R*eae*s *e* mais as armas perdidas com decraracã . *a saber* . que as di*c*tas penas se nõ leuarã quamdo apunharẽ espada *e* quallquer outra arma sem ha tirar ¶ Nẽ os que sem preposyto em Reixa noua tomarem / paao ou pedra posto que com ella facã mall ¶ Nem as paguara moço de quinze anños *e* di p*er*a baixo ¶ Nẽ mulher de quallq*ue*r Jdade nem os que castiguamdo sua mulher *e* filhos ou escrauos tirarẽ samgue ¶ Nẽ os que com bofetada ou punhada tirarẽ sangue ¶ Nẽ quẽ em defemdimento de seu corpo ou apartar *e* estremar outros em aRoido tirarẽ armas posto que com ellas tirem samgue ¶ Nem escrauo de qualquer Jdade que sẽ ferro tirar samgue ¶ E o meirinho da terra nã emtra la por beẽ do di*c*to forall *e* custume: —

GEMTAR

E Quamto ao gemtar Jmposto no di*c*to forall pagua ora cada cassall da di*c*ta terra tiramdo os do Regemguo atras escrito cadano nas eiras meyo alqueire de triguo linpo *e* huũ framgão *e* dous R*eae*s *e* tres c*eiptis* ¶ E este gemtar pagã soomente trimta *e* huũ cassaes amtiguos ¶ E segumdo cada pessoa traz os cassaes dobrados ou semgelhos assy pagua os di*c*tos foros per esse Respeito a Rezam de m*e*o alqueire por cada cassall *e* dinheiro *e* framguão ¶ E paguã todos sem deferemca o oitauo segumdo forma do di*c*to foral:

EIRADEGA

E A eiradegua se ha soomente de paguar pel*os* trimta *e* huũ cassaaes que paguam ho gemtar segumdo cada huũ traz a terra: — /

E Pollo sesteiro do forall emtemderã oito alqueires amtiguos que fazem desta medida daguora cimquo alqueires ¶ E Repartem se desta maneira . *a saber* . alqueire *e* quarta de cemteo *e* outro tamto de milho ¶ E de Vinho dez meas aa biqua que saã huũ almude *e* duas meas ¶ E porque ho forall diz que quamdo nã ouuer V*inho* que ho paguẽ de segũda ¶ Decraramos que porquãto numca Jso se costumou que quamdo assy nã ouuer Vinho que se pague a dinheiro pollo preço que na terra comũmente emtã Valler: —

E Pellas foguaças dos *tres* alqueires paguã dous de cemteo desta medida ¶ E pollo molho do linho do di*c*to foral paguarã soomente hũa maçadoira quiJamda fizerẽ ¶ E a cada huum dos trimta *e* huũ cassaaes paguara huũ capam com seus ouos segumdo custumarã ¶ E em dia de natall seis d*inhei*rros pello garazill os quaaes paguaram desta nossa moeda segumdo amtiguamente foram emtrepetados de seis çeptis o Real: —

PAguã mais certos cassaes de griJaes senhos patos segumdo sabidamente tod*os* sabẽ nos quaaes se nã fara emnouaçã nem mudãca os quaaes saã do Vsso dos momtados *e* aguoas que saã dos d*ire*i*tos* Reaaes E Jsto ẽ q*u*intella /

MÕTADOS

E Nã leuara outro mõtado aos da terra nẽ com quẽ tiuerem vizinhãça ¶ E dos outros de fora leuã de montado de cabeça maior dous Reaes do meudo nada: —

MANINHOS

Os maninhos serã dados pello Senhorio pollos preços com que se auier das nouidades comtamto que se nã dẽ nas saidas dos outros cassaes e logramentos delles ¶ E portamto os dictos maninhos se nã darã sem primeiramente ser notheficado aas partes a que tocar se lhe traz pruuicamẽte dano porque ẽtam nã se darã: —

E Quamto aa mata primcipal da dicta terra decraramos que se possã aproueitar della pera suas lauoiras todollos foreiros e Regẽgeyros da dicta terra sem paguaren trebuto nhuum nẽ foro ¶ E os de fora nã ho poderã fazer sem licẽca ou auemça do Senhorio ¶ E este mesmo Juizo e ley mandamos que se tenha na mata da lãde della:

E Em soelhall tambẽ sofreguanho a ferreiros ha huũ cassal emcabeçado que foram Jantais ¶ E por despouoaçã o tornou ho doutor martim do sem a fazer e emcabescar em huũ soo cassal com suas comfromtacões nos tombos da terra decraradas ¶ E pagua se delle de todo paã e linho que laurarẽ a seista parte e do Vinho a setena ¶ E de / foro de triguo pella medida noua de todo o monte dous alqueires ¶ E de cemteo ou ceuada outros dous gualinas duas capoões huũ: —

PAgua mais de pemsam huũ tabaliam ao Senhorio duzemtos Reaes

GADO DO UẼTO

¶ O guado do uemto he do Senhorio pella ordenaçã com decraraçã que a pessoa a cuJo poder for ter ho dicto guado ho venha escreuer a dez dias primeiros seguintes so pena de lhe ser demamdado de furto ¶ Nam ha hy lutossas nem outros direitos saluo a portagem que se leuara na maneira seguimte: —

E Mamdamos e defemdemos ao Senhorio que for da dicta terra e aos Vymdoiros que nom se serua dos homẽes da dicta terra sem dinheiro nẽ lhe tome Roupas nẽ bestas nem palha nẽ nenhuũas coussas nẽ carnes nẽ aues senã Requẽrdo *(sic)* as primeiro aos Juizes da terra que lhas mandem dar por seu almotacell pollo estado da terra damdo loguo dellas o dinheiro e nã de outra maneira.

E Assy nõ fara coutadas na dicta terra de cacar nẽ pescar nem leuar montados aos moradores da terra particularmente de pastarem e moutarem nos Resyos do comcelho nẽ menos os aRẽdara aos de fora em perJuizo dos moradores da terra saluo nas matas / de ilheuo que se cumprira como hy particularmẽte temos detriminado: —

E Decraramos que ho Senhorio dara as cadeas e ferro necesario pera os pressos e assy paguara as guardas e cacereiro se quiser leuar os direitos e pena de alcaidaria ¶ E o comçelho dara a primeira Vez a cassa em que aJã destar ¶ E di por diante o Senhorio dos dictos direitos a coregera e Repairara das despessas e coreJimentos que ouuer mester: —

E Defemdemos que mais se nõ leuem os alqueires de paã que leuaua o meirinho da terra ¶ E se asy o Senhorio dos dictos direitos nã quiser fazer as dictas despessas dos pressos como dicto he defemdemos lhe e mamdamos que nã leue mais os dictos direitos das armas nẽ nẽhuũs outros ordenados

as alcaidarias ¶ E que os comçelhos as aJã todas pera sy *e* façã as dictas despessas pera hos dictos pressos como dicto he: —

PORTAGẼ

DEcraramos primeiramente que ha portagem que se ouuer de paguar nas dictas terras ha de ser per homẽes de fora della que hy trouxerem coussas de fora a uemder ou as hy comprarem *e* tirarẽ pe*ra* fora das terras *e* / ¶ Termos a qual portagem se paguara nesta maneira comuem a saber: —

PÃ V*INH*O SAL CAL LINHAÇA

DE todo triguo cemteo ceuada milho paimço auea ou de farinha de cada huũ delles ou de sall call ou de linhaça ou de Vinho *e* de Vinagre ¶ E de quallq*ue*r fruita Verde emtramdo ortaliça *e* meloões *e* legumes Verdes se paguara por cargua menor de cada huũa das dictas coussas . *a saber* . de besta cauallar ou muar huũ Reall de seis çeitis ho Real ¶ E por cargua menor que he dasno meo Reall *e* por costall que huũ homẽ pode trazer as costas dous ceitis ¶ E dy pera baixo em qualq*ue*r camtidade em que se uemderem se paguara huũ ceitill ¶ E out*ro* tamto se paguara quamdo se tirar pera fora porẽ quem das dictas coussas ou de cada huũa dellas comprar *e* tirar pera seu Vsso *e* nã pe*ra* Vemder cousa que nã chegue pollos dictos preços a meo Reall de pagua nam paguara da tall portagẽ nem ho fara saber

DECRA*RA*CÃ DAS CARGUAS

E Posto que mais se nom decrare adiamte neste forall a cargua maior nẽ menor decraramos que sempre a primeira adicã *e* asemto de cada huũa das dictas coussas he de besta maior sẽ mais se nomear ¶ E pollo preço que a essa primeira adiçã sera posto s*e* emtemda loguo sẽ se hy mais decrarar que ho meo do preço dessa / ¶ Cargua sera de besta menor ¶ E o quarto do dicto preço per comseguinte sera do dicto costall: —

E Quamdo as dictas coussas ou outras Vyerem ou forem em carros ou carretas paguar se a por cada huũa dellas duas carguas maiores segumdo ho preço de que forem ¶ E quamdo as carguas deste forall se comecarem a uemder toda ha cargua paguara a portagẽ soldo a liura do que soomente Vender *e* nã do mais que fiqua por Vemder: —

A Quall portagem se nõ paguara de todo paã cozido queiJadas biscoito farellos nem baguaço d*e* azeitona nẽ d*e* ouos ¶ Nẽ de leite nẽ de coussa delle que seJa sem sall nẽ de prata laurada ¶ Nẽ de Vides nẽ de canas nẽ carqueiJa toJo palha Vasoiras ¶ Nẽ de pedra nẽ de barro nẽ de lenha nem erua nẽ das coussas que se comprarem do luguar pera ho termo nẽ do termo pera o lugar posto que seJam pera Vemder assy Vizinhos como nã Vezinhos nẽ das coussas que se trouxerem ou leuarem pera alguũa armada nossa ou feita per nosso mandado ¶ Nem dos mantimentos que os caminhantes comprarẽ *e* leuarẽ pera sy *e* pera suas bestas ¶ Nẽ dos guados que Vierem pastar a alguũs luguares passamdo / ¶ Nẽ estamdo saluo daquelles que se hy somente Vemderẽ dos quaaes emtã paguarã pollas leis *e* preços deste forall ¶ E decraramos que das dictas coussas nam se a de fazer saber aa portagẽ de que assy mandamos que se nõ pague direito nella:

CASA MOUIDA

A Quall portagem Jsso mesmo se nom paguara de cassa mouida asy Jmdo como Vimdo nẽ nehuũ outro direito per quallq*ue*r nome que o possam chamar saluo se com a dicta cassa mouida leuarem coussas pera Vemder porque das taaes paguarã portagem homde as somente ouuerẽ de Vemder segumdo as comtias neste forall Vã decraradas ¶ E nã doutra maneira: —

NOUIDADES DOS BEẼS P*ER*A FORA

NEm paguarã portagem os que leuarem os fruitos de seus beẽs moues ou de Raiz ou doutros beẽs alheos que trouxerem d*e* aRemdamento ¶ Nem das coussas que a alguũas pessoas forem dadas em paguamento de suas temcas cassamentos merçes ou mantimentos posto que as leuẽ pera Vemder: —

PASAJEM

E Nam se paguara portagem de nẽhuas mercadorias que no di*c*to luguar Vyerem ou forem de passaJem p*er*a outra parte assy de noute como de dia *e* quaaesq*ue*r tempos *e* oras Nem seram obriguados de ho fazerem saber nẽ / emcoreram por Jsso em nẽhuũa pena posto que hy descarregem *e* pousem ¶ E se hy mais ouuerẽ d*e* estar que todo ho outro dia por alguũa cousa di por diamte o faram saber posto que nõ aJam de uẽder

CARNE

N *(sic)* Paguar se a mais por cabeca de boi que se hy Vemder pollas di*c*tas pessoas de fora na di*c*ta maneira tres R*eae*s *e* da Vaca dous Reaes ¶ E do carneiro porco dous ceptis ¶ E do bode cabra ouelha huũ ceitill ¶ E nõ se paguara portagem de borreguos cordeiros cabritos ¶ Nem de leitooes saluo se se uemderẽ ou comprarem de quatro cabeças pera çima Jumtamente porque emtam paguaram por cada huũa huũ çeitill ¶ E do touçinho ou marã Jmtero dous ceptis ¶ E do emçetado nam se paguara nada ¶ Nem de carne de talho ou d*e* emxerca: —

CAÇA

E De coelhos lebres perdizes nem de nẽhuãs aues nẽ caça nã se paguara portagẽ assy pollo Vemdedor como pollo comprador em quallq*ue*r camtidade

ESCRAUOS

¶ E do escrauo ou escraua que se uẽder aJmda que seJa parida se paguara treze R*ea*es: —

BESTAS

E Da besta caualar ou muar outros treze R*eae*s ¶ E da eguoa trez R*eae*s ¶ E da besta asnar d*(o)*us R*eae*s ¶ E este direito das bestas nã pagaram Vasallos *e* escudeiros nossos *e* da Rainha *e* de nossos filhos ¶ E se trocarem huũs por outros / tornamdo dinheiro paguaram Jmteiramente ¶ E se nõ tornarẽ dinheiro nã paguarã ¶ E a tres dias despois da compra de cada huua das di*c*tas bestas ou escrauos teram tempo pera ho irẽ escreuer sem pena: —

PANOS

E De cargua maior de todollos panos de llam seda *e* de linho *e* alguodam de quallquer sorte assy delguados como grossos ¶ E da laã *e* linho Ja fiados doze Reães

COURAMA *E* COUSAS DELLA

¶ E outros doze R*eae*s se paguaram por toda coirama cortida *e* coussas della ¶ E assy dos coiros Vacaris cortidos ou por cortir ¶ E asy da coirama em cabello ¶ E assy por calcado *e* quaaesq*ue*r obras de cada huũ delles ¶ E por coiro Vacarill huũ Reall ¶ E das outras pelles a dous çeitis quãdo nõ forem per carguas: —

METAAES

E Outros doze R*eae*s se paguaram por toda cargua de ferro Aço *e* de todollos metaes ¶ E por quaaesq*ue*r obras delles assy grossas como del-

guadas ¶ E outros doze R*eae*s se paguaram por cargua de todallas marçarias especearias *e* boticarias *e* timturas ¶ E por todas outras suas semelhamtes

CERA MEL AZEITE SEUO VMTO

¶ E assy por cargua de cera azeite mel seuo Ṽto queiJos secos *e* mamteigua salguada pez Rezina breu sabã alcatrã outros doze R*eae*s: —

FORROS

E Assy por tadallas *(sic)* pelles de coelhos cordeiras *e* de quallq*ue*r outra pellitaria ¶ E quẽ das / di*c*tas coussas ou de cada huũa dellas leuar pera seu Vsso *e* nã pera Vemder nã paguara portagem naã passando de costall que ha de ser de duas aRouas *e* mea de cada huũa dellas de que se a de paguar tres R*eae*s de portagem leuamdo ha cargua maior deste forall em dez aRouas destas aguora ¶ E a cargua menor em cimquo ¶ E o costall nas di*c*tas duas aRobas *e* mea: —

FRUITA SECA

E Por cargua de castanhas *e* nozes Verdes *e* secas ameixias passadas figuos passados ¶ E assy Vuas amemdoas pinhoẽes por britar auellaãs bellotas mostarda lemtilhas

LEGUMES

¶ E por todollos legumes secos comtamdo alhos secos *e* cebollas a quatro R*eae*s por cargua maior

CASCA CUMAGRE

¶ E outro tamto leuarã da casca cumagre: —

COUSAS DE SPARTO

E Outro tamto se paguara de palma esparto Jumça Jumco *e* de todallas obras de cada huũa dellas ou de tabua *e* fumcho . *a saber* . quatro R*eae*s por cargua maior

LINHO Ẽ CABELO

¶ E per este Respeito de quatro R*eae*s se paguarã de cargua maior de linho em cabello

MADEIRA

¶ E de toda madeira assy laurada como por laurar: —

PESCADO

E Assy de cargua maior de pescado do mar E marisco se paguara os di*c*tos quatro R*eae*s como destroutas *(sic)* de cima quamdo Vyer pera / ¶ Uemder porem quamdo se tirar do di*c*to luguar se paguara soomente huũ Reall de seis ceptis o Reall ¶ E outro Reall se paguara do pescado do Rio quamdo se uender soomente ¶ E outros quatro R*eae*s se paguara de toda louça *e* obra de barro aJmda que seJa Vidrada asy do Reino como de fora delle: —

SACADA CARGUA POR CARGA

E Decraramos que se dara sacada cargua por cargua no di*c*to luguar ¶ E tomara o portageiro a maior dellas quall quiser ¶ E se for pagua ha primeira que foy maior nam paguara de quallq*ue*r outra que tirar nada ¶ E se for mais pequena a que pagou leuar lhe ã em comta p*er*a pagua da maior que tirar o que tiuer paguo pella primeira mais pequena q*ue* meteo

EMTRADA

E Os que trouxerẽ mercadorias pera Vemder se no propio luguar homde quiser Vender ouuer Remdeiro da portagem ou ofiçiall della fazer lho am a saber ou as leuaram aa praça ou acougue do luguar ou nos Resios delle quall mais quisserem sẽ nenhuũa pena ¶ E se hy nõ ouuer Remdeiro nẽ praça descarreguarã liuremente homde quiserem sem nẽhuũa pena comtamto que nam Vemdã sem ho noteficar ao Remdeiro se ho y ouuer ou ao Juiz ou Vymtaneiro que hy no luguar possa auer ¶ E se hy nẽhuũ delles nom ouuer nem se poder emtã achar notefiquẽ no a duas testemu / nhas ou a huũa se hy mais nõ ouuer ¶ E a cada hũ delles paguarã o dicto direito de portagẽ que per este forall mandamos paguar sem nẽhuũa mais cautella nẽ pena ¶ E nã ho fazemdo assy descaminharã *e* perderã as mercadorias soomente do que assy nã paguarem o dicto direito de portagem ¶ E nam outras nẽhuũas nem as bestas nẽ carros nẽ as outras coussas em q*ue* as leuarẽ ou acharẽ: —

E Posto q*ue* hy aJa Remdeiro no tal luguar ou praça se cheguarem de noute depois do soll posto nã farã saber mais *e* descaregarã hõde quiserẽ comtamto que hao outro dia athe meo dia o nothefiquẽ aos ofiçiaaes da dicta portagẽ primeiro que Vemdã so a dicta pena ¶ E se nõ ouuerẽ de Vẽder ¶ E forem de caminho nã seram obriguados a nẽhuũa das dictas Recadações ¶ E segumdo no titollo da pasagem fiqua decrarado: —

E Os que comprarem coussas pera tirar pera fora de que se deua paguar portagẽ pode las am comprar liuremente sem nẽhuũa obriguaçã nem deligemcia ¶ E soomente amte que as tirem do tal luguar ou termo aRecadaram com os oficiaaes a que pertemçer so a dita pena de descaminhado: —

E Os priuilligyados da dicta portagem / ¶ Posto que nã aJam de paguar nã seram escussos destas deligemçias destes dous capitollos atras das entradas *e* saidas como dicto he so a dicta pena: —

AS pessoas eclesiasticas de todollos moesteiros assy de omẽs como de mulheres que fazem Voto de profisam ¶ E os clериguos d*e* ordes sacras ¶ E assy os benefiçiados d*e* ordes menores posto que as nõ tenhã que Viuẽ como clerigos *e* por taães forã auidos todollos sobredictos saã Jsemtos priuilligyados de portagẽ nẽhuũa Vssagem ¶ Custumagẽ per quallq*ue*r nome que a possã chamar assy das coussas que Vemderẽ de seus bẽes *e* benefiçiados como das que comprarẽ trouxerẽ ou leuarẽ p*er*a seus Vssos ou de seus benefiçios *e* cassas *e* famelliares de quallq*ue*r calidade que seJam: —

E Assy as çidades Villas e luguares de nossos Regnos que tẽ priuillegyo de nom paguarẽ . *a saber* . ¶ A çidade de Lixboa ¶ E a guaia do porto ¶ Pouoa de Varzym ¶ Guimaraães ¶ Bragua ¶ Barcellos ¶ Prado ¶ Pomte de lima ¶ Uiana de lima ¶ Caminha ¶ Uilla noua de cerueira ¶ Ualemça ¶ Momçã ¶ Crasto leboreiro ¶ Miramda ¶ Braguamca ¶ Ffreixo ¶ Ho azinhozo ¶ Moguadoiro ¶ Amciaaes ¶ Monforte de Rio liure ¶ Momtalegre ¶ Crasto V*icen*te / Uilla Reall ¶ A çidade da guarda ¶ Jormello ¶ Pinhell ¶ Castell Rodriguo ¶ Almeida ¶ Castel mendo ¶ Uillar maior Alfaiates ¶ Sabugual ¶ Sortelha ¶ Couilhãa ¶ Momsamto ¶ Portalegre ¶ Maruã ¶ ARomches ¶ Campo maior ¶ Ffromteira ¶ Momforte ¶ Momtemor ho nouo ¶ Momsaraz ¶ BeJa ¶ Moura ¶ Noudall ¶ Almodouuar ¶ Hodemira ¶ Uilla Viçosa ¶ Eluas ¶ Oliuemca ¶ A cidade d*e* euora ¶ Os moradores no castello de cezymbra ¶ E assy o serã os Vizinhos do mesmo luguar *e* termo no dicto luguar ¶ E assy seram liberdados da dicta portagẽ quaes pessoas ou luguares que nossos priuillegyos tiuerem ou mostrarem ou ho trelado em pubrica forma alem dos acima comtheudos: —

E As pessoas dos di*c*tos luguares priuilligyados nõ tirarã mais o trellado do priuillegyo nẽ ho trazerã soomente tirarã certidam feita pollo escriuã da camara *e* cõ ho sello do comçelho como sam Vizinhos daquelle lugar ¶ E posto q*ue* aJa duuida nas di*c*tas certidoẽs se sam Verdadeiras ou daquelles que as apresentã porder lhes am sobre Jsso dar Juramento sem os mais deterẽ posto que se digua que nã sam Verdadeiras ¶ E se despois se prouar que erã falsas perdera ho escriuã q*ue* a fez / ho ofiçio *e* degradado dous anños pera cepta ¶ E a parte perdera em dobro as coussas de que assy ẽguanou *e* sonegou aa portagẽ a metade p*er*a a nosa camara *e* a outra pera ha di*c*ta portagẽ dos quaaes priuillegyos Vsaram as pessoas nelles comtheudas pellas di*c*tas certidoões posto que nã Vaã com suas mercadorias nẽ mamdem suas precuraçooẽs comtamto que aquellas pessas *(sic)* que as leuarẽ Jurẽ que a di*c*ta certidaã he uerdadeira *e* que as taaẽs mercadorias saã daquelles cuJa he a certidã que apresentarem: —

PENA DO FORAL

E Quallq*uer* pessoa que for comtra este nosso forall leuamdo mais direitos dos aqui nomeados ou leuamdo destes maiores comthias das aqui decraradas ho auemos por degradado por huũ anño fora do lug*ar* *e* termo *e* mais pague da cadea trimta R*eae*s por huũ de todo ho que assy mais leuar p*er*a parte a que os leuou *e* se a nõ quiser leuar seJa a metade pera quẽ ho acussar *e* a outra metade p*er*a os catiuos ¶ E damos poder a quallq*uer* Justiça homde acomteçer assy Juizes como Vintaneiros ou quadrilheiros que sẽ mais processo nẽ ordem de Juizo sumariamente sabida a Verdade comdenem os culpados no di*c*to casso de degredo *e* assy do dinheiro athe comthya de dous mill R*eae*s sem / apellaçã nem agrauo ¶ E sem disso poder conhecer almoxarife nẽ comtador nẽ outro hofiçiall nosso nẽ de nossa fazemda em casso que ho i aJa ¶ E se o Senhorio dos di*c*tos direitos ho di*c*to forall quebramtar per sy ou per outrẽ seJa loguo sospemso delles *e* da Jurdicã do di*c*to luguar se a tiuer emquãto nossa merçe for ¶ E mais as pessoas que em seu nome ou per elle o fizerẽ emcorram nas di*c*tas penas *e* os almoxarifes escpriuaaẽs dos di*c*tos direitos que ho assy nã comprirem perderam loguo os di*c*tos ofiçios *e* nã auerã mais outros ¶ E portamto mamdamos que todallas coussas comtheudas neste forall que nos poemos por ley se cumpram pera sempre do theor do quall mandamos fazer tres huũ delles pera camara das terras ¶ E outro pera ho ¶ Senhorio dos di*c*tos direitõs ¶ E outro p*er*a nossa torre do tombo p*er*a em todo ho tempo se poder tirar quallq*uer* duuida que sobre Jsso possa sobreVyr dada em ha nossa mui nobre *e* sempre leall çidade de lixboa ha *dez* dias de março Año do nacimento de nosso Senhor Jh*esu* *christ*o de mil *e* quinhentos *e* quatorze esc*r*ipto *e* cõçertado em omze folhas cõ esta per mym fernam de pyna:

el Rey · ⁝ ———

foral p*er*a a terra de Carualhaaes — R*cus* / Vallem os Cust*os* — *setecentos e trinta e um* R*eae*s / Reg*ista*do No tombo Fernã de Pyna.

Seguia-se o auto de entrega, mas encontra-se completamente destruído por efeito das aplicações de *águas declaratórias* que sofreu, e de muitas raspagens.

Como, no entanto, em virtude do despacho da *correição* de 1797, o foral foi passado a «Letra inteligivel» em 12 de Novembro de 1799 pelo tabelião Domingos António Monteiro, tendo-o conferido o Beneficiado Francisco Madeira *(de Coimbra?)* «Perito em Ler Letras antigas», e dessa cópia fêz o escrivão de Ferreiros, Manuel Pereira, um traslado em 20 de Junho

de 1833, que se encontra encadernado com o texto original, daí transcrevemos o referido auto de entrega, peça que sempre consideramos de capital interêsse em virtude do onomástico que fornece para a história local do século XVI, e que diz o seguinte:

« Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil e quinhentos e dezaseis aos Sette dias do mes de Outubro em o lugar de Arcos termo da Villa de Avellans de Sima estando hi o honrrado Johom Velho Juis Ordenario em o Comcelho de Ferreiros o prezente anno e Fernam De annes, e Affonço Fernandes Vereador, e Diogo Fernandes Procurador por parte dos Moradores do ditto Comcelho he outroSim estando ahi Braz de Ferreira Escrevam dalfandega do Almoxarifado de Aveiro Logo ahi por elle foi aprezentado hum requerimento de Sua Alteza da maneira que Se haviaõ de Lançar os forainijs que Sua Alteza manda Lançar por Seus Reinos e aSem aprezentou este Foral Com outro tal que logo hy foi proferido em pessoa dos dittos officiais e parte dos Moradores do ditto Concelho he provequado Como o ho ditto he o ditto Bras Ferreira, requereo que Se comprise Como se nelle Comthem e o entregou a Alvara o Leitaõ... *(sic)* O qual recebeu em Si o ditto Foral e lhe requereo o ditto Braz Ferreira que logo lhe pagasse Settecentos e trinta reis que Se nelle monto
Testemunhas Luis Eannes, e Gonçallo Fernandes da Villa de Avellans de Sima e Outros e Eu Affonço Peres Provico Taballiao Escrivaõ da Camara e o Escrevi Fernam *(sinal)* De Annes . Johane + Velho Juis Affonço + Fernandes Alvaro *(sinal)* Leitão, Diogo + Fernandes, Luis + Eanes Testemunha Gonçallo *(sinal)* Fernandes Testemunha; he o que Comthem o principio de huma folha que se acha adiente Separada do ditto Forall que por estar cheia de Nodoas Negras que Se naõ pode Ler toda aSim Como Se naõ percebeu as palavras em Cujo lugar Vaõ os Pontinhos, E naõ Se continha mais em o ditto Treslado que aqui bem e fielmente Copiei do propio »...

Vistos de correição desde 1606 a 1833.

Encadernado em pastas de papelão cobertas de carneira, conservando oito das primitivas brochas de latão e tendo duas à imitação das antigas. Travincas de carneira e latão.

Esta última encadernação foi determinada pela correição de 1833. Falta-lhe o cordão e o sêlo.

Exemplar pertencente à Câmara Municipal de Anadia.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

O CONSELHEIRO JOSÉ LUCIANO DE CASTRO

QUÁSI trinta e dois anos são decorridos depois que a República se estabeleceu em Portugal. Êsse período pode ser dividido em duas épocas distintas: a que vai desde 1910 até 1927, governada por alguns políticos inteligentes, mas por vezes de um faciosismo tal que provocou a desordem e lançou o desalento da confiança em melhores dias, fazendo saüdades dos tempos que êles chamavam ominosos, e a que decorre de 1927 até hoje, em que uma pléiade de homens, escolhida nas escolas superiores, sob o domínio espiritual e moral de SALAZAR, apurada no cadinho do patriotismo, surgiu na ânsia de salvar a nossa pátria, digna de tôdas as venturas, de uma fatal catástrofe.

Mas, a-pesar-de vivermos, a bem dizer, num céu aberto e termos confiança absoluta nos homens que nos governam, porque representam o expoente máximo da política portuguesa, não devemos esquecer alguns vultos eminentes e sobranceiros dos dois últimos reinados da monarquia. É certo que êles arrastaram com a irredutibilidade dos seus processos políticos a queda do regimen, mas é preciso atender a que a sua honestidade, o seu talento, a sua educação, os notabilizavam.

Dentre êles, o Conselheiro JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, último chefe do partido progressista, nado e criado na Quinta da Oliveirinha, freguesia de Eixo, distrito de Aveiro, é uma figura notável que não podia ficar no esquecimento. Teve êle agora o seu ressurgimento no magnífico livro da sua biografia, pensado e escrito pelo Sr. Prof. Doutor F. M. DA COSTA LÔBO, que marca eruditamente a influência política que êle exerceu no período constitucional de 1851 a 1910.

É portanto um livro histórico, escrito com erudição e com sinceridade, porque, militando o autor no partido progressista e sendo uma pessoa da confiança do seu chefe, privando na amizade e na consulta de graves problemas interessantes ao partido, descreve a sua vida política desde que êste tomou conta da chefia, em 1885.

Não me compete analizar a obra política do Conselheiro José Luciano de Castro. Quem a quiser conhecer consulte o livro do Sr. Doutor Costa Lôbo. Só me interessa a parte activa dessa política depois do regicídio, isto é, depois do primeiro Conselho de Estado realizado no reinado de El-Rei D. Manuel II, porque essa política visa especialmente meu Pai, o Conselheiro Júlio de Vilhena, seu antagonista, como chefe do partido regenerador.

Retrato do Conselheiro José Luciano de Castro existente no Museu de Aveiro
(pintura a óleo)

Todos devem saber que, após o regicídio de El-Rei D. Carlos se realizou no Palácio da Ajuda o primeiro Conselho de Estado presidido por El-Rei D. Manuel II. Vem no 2.º vol. do *Antes da República,* do Conselheiro Júlio de Vilhena, a descrição dêsse Conselho. Literàriamente, essa descrição é um primor de naturalismo. Eu posso ser acoimado de suspeito, no que digo, mas críticos sinceros não duvidam pôr no mesmo paralelo de boa

literatura a descrição da *Última corrida de touros em Salvaterra*, de Rebelo da Silva e o *1.º Conselho de Estado de El-Rei D. Manuel*, de Júlio de Vilhena.

Aquela, por se desenrolar num cenário ao ar livre, tem mais côr; e por ser um espectáculo pelo qual a raça portuguesa se movimenta e se entusiasma, faz vibrar a nossa alma. Êste, passado entre as quatro paredes de uma sala, sob um ambiente convencional e protocolar, não pode fazer-nos vibrar de entusiasmo, mas faz-nos vibrar de emoção, ao ver que ali se debatia a segurança de um regimen. A *Última Corrida* é uma descrição que ocupa algumas páginas; o *1.º Conselho* é um pedaço de prosa para complemento de um capítulo e para prólogo do grande drama político que se desenrolou em todo o reinado de El-Rei D. Manuel II, meticulosamente observado e descrito por Júlio de Vilhena.

Diz êste no seu *Antes da República* (pág. 40) que o Conselheiro José Luciano, propondo o Par do Reino Ferreira do Amaral para chefe de um govêrno de acalmação, *ganhara a partida*, porque não podendo êle governar com um ministério progressista, por se achar impossibilitado por doença incurável, não deixava que o partido regenerador, com um novo chefe que levava na bagagem projectos de reformas, assumisse o poder; e como aquêle govêrno, em que o seu partido era representado, lhe dava ensejo para dispor dos favores políticos, êle determinou que tudo seria como havia pensado e resolvido.

Com esta solução, *o país foi singularmente surpreendido pela constituïção de um govêrno da presidência do almirante Ferreira do Amaral* (Costa Lôbo, pág. 245).

Êsse govêrno, tendo feito as eleições das Câmaras Municipais, deixou que os republicanos tomassem conta da de Lisboa. Outros actos censuráveis foram consentidos, e quando o chefe do partido regenerador, ao ver que a República caminhava a passos de gigante, lhe deu a extrema-unção, foi acoimado de anti-patriota!

Mas quem foi o criador dêste ministério? Quem não consentiu que Júlio de Vilhena assumisse uma presidência *inteligente e distinta* (Costa Lôbo, pág. 245) ou que o fôsse António de Vasconcelos Pôrto, ministro da guerra do govêrno cessante, (personalidade enérgica, de grande prestígio em todo o país)? (Costa Lôbo, pág. 245). Quem foi?

Ao ministério Ferreira do Amaral sucedeu um ministério Campos Henriques. Mais uma habilidade política do Conselheiro José Luciano.

Como êle não podia constituir govêrno e como não queria que Júlio de Vilhena o constituísse, o que fêz? Dava ao partido regenerador a liberalidade de uma presidência de ministério de concentração, fazendo com que Campos Henriques atraiçoasse o seu chefe, lançasse a discórdia no seio do partido e o esfa-

celasse. Mas quem foi que maquinou todo êste drama? Quem foi que não viu que o esfacelamento de um partido histórico, sustentáculo de tantos anos de uma monarquia, apressava o desabar dessa monarquia? Quem foi?

Ao ministério Campos Henriques sucedeu um da presidência de Sebastião Teles. Mais outra lembrança do Conselheiro José Luciano. Mais outro castelo que o partido regenerador deita abaixo, porque não consente que êle, com tôdas as qualidades para governar, seja despresado e ludibriado. Pouco tempo teve de vida. Apenas um mês. E como era preciso afastar Júlio de Vilhena e o partido regenerador, mais uma traição se operou neste partido: Venceslau de Lima. Insinuação de José Luciano e aceitação pelo Paço. Valido, confidente, conselheiro do poder real. Oito meses durou esta comédia para dar lugar a outro ministério presidido pelo progressista Veiga Beirão, sempre sob a égide de José Luciano. Pouco tempo também durou êste govêrno, porque os escândalos do Crédito Predial o deitaram abaixo.

Vem depois o ministério Teixeira de Sousa, também tolerado por José Luciano.

Caminha-se para o aniquilamento de uma Monarquia secular. Ela, que tanto havia custado a consolidar nos campos de Ourique, Aljubarrota, Montes-Claros, cai com a inércia daquêle govêrno, com a deserção de uns e com a traição de outros no círculo da Rotunda, no espaço de um dia.

Tiveram culpa dêste desfecho a irredutibilidade política dos homens que desde o regicídio não calavam no íntimo do peito os seus ressentimentos, os seus rancores, as suas ambições. Mas quem foi que apoiou êste ministério e mais uma vez pôs de parte Júlio de Vilhena? Quem foi?

Eu, que vivia com meu pai, que ouvia, dia e noite, os seus desabafos e os seus desalentos, que assistia às peripécias de um combate travado entre os seus desejos de ser presidente de um govêrno para manter a consolidação do partido regenerador de que era chefe; para mostrar ao país o que podia revelar o seu talento de homem público com as reformas que apresentasse; para defender as instituïções de que êle desde que fôra deputado era estrénuo defensor, — e as intrigas, e as insídias e as desconfianças e as suspeições dos seus partidários insofridos e insatisfeitos, e dos seus adversários políticos, — avaliava bem o quanto êle sofria ao ver que tôdas as suas puras ambições eram destruídas por um homem, cuja invalidez não consentia que êle fôsse presidente de um govêrno, e que ainda em cima o acoimava de *visionário e fantasista.*

Quem ler com atenção os *Documentos políticos encontrados nos Palácios Reais,* publicação feita pela República, verá, nas cartas dirigidas a D. Manuel II por José Luciano, que êste tinha duas chapas, com as quais ia mantendo a sua supremacia e

destruia tudo o que não lhe agradava: — se o ministério era da sua feição, dizia ao Rei que tudo ia bem; caso contrário, dizia ao Rei que a República avançava a passos rápidos e assim manteve desde o regicídio a sua influência no paço, e a autoridade de um sincero conselheiro que era ùnicamente ouvido e acatado nas ocasiões de perigo iminente.

«Com esta finura, com êste conhecimento dos homens que eu sou o primeiro a admirar, porque constitui um notável predicado político, José Luciano, se não existisse Venceslau de Lima, teria sido o árbitro absoluto dos destinos da Coroa! (Júlio de Vilhena, *Antes da República,* vol 2.º, pág. 396).

O acto final de tôda esta tragédia política que se desenrolou desde 1908 a 1910, — a queda da monarquia — deu razão a tudo o que meu pai dizia e fazia. Ninguém quis aceitar os seus serviços nem quis ouvir os seus conselhos. E êle, que havia feito uma profecia cuja realização foi o crime do regicídio, viu-se escarnecido, porque falava claro e previdente.

E muitas vezes êle dizia, ao ver os cambiantes que a política tomava dia a dia, que ela tinha sido muito bem simbolizada pelo lápis de Rafael Bordalo como: *a Grande Porca.*

* * *

Eu nunca conheci pessoalmente o Conselheiro José Luciano. Ouvia falar dêle, via a sua figura reproduzida nos jornais ou nos semanários de caricatura. Mas, uma vez tive a fortuna de o ver muito perto e de lhe ouvir a voz doce e serena.

Foi o caso que, certo dia, quando no poder estava o ministério Venceslau de Lima, meu pai precisou de enviar ao Conselheiro José Luciano uma carta confidencial que não podia ser entregue às incertezas do correio. E porque o seu secretário particular não estava presente, fui eu o encarregado de levar a carta e de a entregar em mão própria.

Penetrei no palácio dos Navegantes. Como eu tivesse anunciado que tinha uma carta para entregar, uma Senhora tomou conta dela, pedindo-me que esperasse, numa saleta, a resposta.

Essa resposta demorava-se. Pela porta entreaberta eu ouvia um confuso ruído de vozes em discussão, e com aquela natural curiosidade de surpreender um areópago de políticos célebres, deslisei cautelosamente por entre os grupos e pude ver o chefe, rodeado pelos seus súbditos, aconselhando-os, e assegurando-lhes que tudo se havia de realizar como era sua vontade.

Eu estava tão perto dêle que êle me fixou durante algum tempo, como se quisesse recordar quem eu era. Então retrocedi e tomei o meu lugar na saleta de espera. E quando regressei a casa, não me lembrei da autoridade do chefe nem da maneira

convincente com que dominava os seus vassalos, superiores e inferiores; lembrava-me sòmente dêles, unidos no mesmo ideal, confiantes na palavra suprema, dedicados sem pensamentos reservados, — quão diferentes êles eram dos de meu pai, insofridos e insatisfeitos, intriguistas e ambiciosos — e lamentei que êle tivesse aceitado uma chefia de partido que muitos dissabores e muitas desilusões lhe causou.

* * *

Tem acontecido tanta coisa interessante neste *jardim à beira-mar plantado,* nestes trinta e um anos de regimen republicano, que os factos acima narrados perdem-se na longínqua nebulosa do tempo e do esquecimento e podem ser considerados como fantasia de historiador.

Mas o que não esquece é a memória dos homens que, a-pesar-de tudo, concorreram para que Portugal fôsse sempre grande. E foi um dêles o Conselheiro José Luciano de Castro.

Ouçamos o que sôbre êle disse o Conselheiro Adriano Antero, sábio jurisconsulto e historiador:

« Foi um santo na sua vida particular, um génio e uma verdadeira glória da pátria na sua vida pública.

A sua simplicidade espantava; a-pesar-das situações eminentes que atingiu, viveu sempre numa resumida modéstia, dando assim o exemplo frisante de uma honestidade inconcussa.

Na sua alma de eleição nunca entravam as sombras do ódio nem os assomos da vingança.

De uma vastidão de conhecimentos enorme, de uma memória verdadeiramente assombrosa, de uma tática parlamentar especial e finíssima, de uma elegância didática singular, fervente e cautelosa conforme as responsabilidades da sua situação, de uma conciliação e prudência tão próprias para evitar e compor as dissenções intestinas como para prevenir os embaraços externos, de uma energia moral, severa, mas inquebrantável no meio das maiores dificuldades e de uma aptidão de trabalho inexcedível para todos os ramos, José Luciano de Castro foi certamente o modêlo brilhante de um estadista completo ».

E o grande orador parlamentar, António Cândido:

« Foi o mais perfeito conhecedor de homens que em Portugal floresceu. Muitas vezes o ouvi predizer com segurança a revolução social. Observações exactas e que demonstravam a inteligência, a bondade e o espírito superior com que José Luciano de Castro encarava a marcha da

humanidade para o seu aperfeiçoamento. E porque era respeitador da opinião pública, por isso testemunhava a sua grande consideração à imprensa, pronto sempre a atender as suas justas reclamações».

E Júlio de Vilhena, que não guardava ressentimentos e que tinha sempre uma palavra indulgente para aquêles que o prejudicavam, com aquela nobreza de alma que o caracterizava:

> «O Conselheiro José Luciano de Castro pode ser considerado como estadista, como orador parlamentar e como jurisconsulto. Ninguém expunha com mais lucidez uma questão jurídica, ninguém relatava com mais precisão um processo complicado.
>
> Ajudado por uma prodigiosa memória, a sua inteligência assimilava todos os aspectos do assunto e analizando os textos legais, sem omissão de um só, inclinava-se sempre para onde o bom senso jurídico fazia pender.
>
> É um monumento o relatório do seu projecto sôbre a reforma da Carta».

JOAO JARDIM DE VILHENA

A VILA DE OVAR

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA ATÉ O SÉCULO XVI

(Continuação)

OVAR E A TERRA DE SANTA MARIA

ESBOÇADA a largos traços a história religiosa de Ovar, vamos agora coligir mais alguns elementos para a sua história administrativa.

Grande parte do território da Beira-Mar, entre Douro e Vouga, foi outrora conhecido pelo nome de Terra de Santa Maria. Muitas freguesias ficaram depois agrupadas no concelho da Vila-da-Feira, mas êste nunca abrangeu a totalidade do território de Santa Maria, mesmo quando recebeu a herança de outros concelhos que se extinguiram e que com êle podiam disputar antiguidade.

No concelho de Ovar estão actualmente encorporadas freguesias que pertenceram à Feira e os lugares que constituíam o extinto concelho de Pereira-Jusã. Quanto à própria vila, é duvidoso que alguma vez estivesse subordinada á Vila-da-Feira, antes parece anterior a esta como núcleo urbano e ter formado unidade administrativa àparte. Pelo menos, assim foi tratada desde as Inquirições de D. Dinis.

As designações de *Civitas Sanctae Mariae* e Terra de Santa Maria envolvem dificuldades, que não ficaram resolvidas no livro que o benemérito investigador feirense Dr. AGUIAR CARDOSO consagrou a êste assunto. Em primeiro lugar, não se sabe por que motivo se deu a êste território o nome de Santa Maria. O que escreveram os nossos cronistas sôbre a armada dos Gascões e a sua intervenção na reconquista destas terras, é pura fantasia arquitectada sôbre um passo, já de si pouco seguro, do *Livro de Linhagens* atribuído ao Conde D. PEDRO. Não é certo que o mosteiro de Cucujães fôsse fundado por D. Egas Moniz o Gasco e que lá esteja sepultado o bispo D. Nonego, e também se lhe não pode dar como fundador ou reedificador D. Paio Guterres da Silva. Para encontrar documento de confiança, temos de descontar mais de um século à idade atribuída ao mosteiro, renunciando à sua ligação com os pretendidos feitos dos Gascões

na Terra de Santa Maria. Aliás, o Dr. AGUIAR CARDOSO fêz justiça à famosa armada, embora não considerasse o caso de Cucujães, ao qual também só por mero incidente aludimos aqui. O que parece demonstrado é que o nome de Santa Maria não foi dado a êste território pelos tais Gascões, a não ser que êles tenham vindo no tempo de Ramiro I (842-850), em circunstâncias históricas totalmente desconhecidas.

Quanto à *Civitas* mencionada nos documentos dos *P. M. H.*, o Dr. AGUIAR CARDOSO dá-lhe duplo significado: — *circunscrição*, quando tal vila ou herdade se diz situada no território da *Civitas Sanctae Mariae; cidade*, quando se fala em propriedade localizada *prope civitas* ou *in suburbio civitatis*. Não nos repugna admitir neste território uma das *civitates* lusitano-romanas, hipótese que não aflorou ao espírito do ilustre investigador. A verdade, porém, é que raríssimos documentos obrigarão a alargar o significado restrito de *civitas*. E êste não será o de *cidade* (urbs), identificável com a Vila-da-Feira, e que tanto lhe sorria.

Escreveu o Dr. A. CARDOSO:

— « Aqui se vê a sucessão: *Lancobriga* ou *Langobriga* de fundação céltica, engrandecida pelos romanos que lhe chamaram *Lancobriga*, e depois arrasada pelos bárbaros do norte; *Civitas Sanctae Mariae* de fundação gótica, depois assolada pelos mouros, e mais tarde reconstituída pelos neo-godos; por fim, *Vila da Feira* ».

Fidalga genealogia, tentação demasiado sedutora para um espírito bairrista! O pior é demonstrar tal sucessão, por mais « insofismável » que ela se afigure, e documentar essas alternativas de desgraça e grandeza de um só e mesmo povoado.

A *cidade* dos documentos medievais quere-nos parecer que não passou de simples *castro*, ou *ópido*, ou *cividade*, ou *castelo* na base do actual. E o núcleo de povoação, muito pequenino para uma cidade, só começaria a crescer em princípios do século XII, quando perto do castelo se estabelecera uma *feira* à qual concorriam os povos da Terra de Santa Maria e da qual se originou o nome e a relativa importância da *vila*.

Para se ver a sinonímia de *civitas, castrum, oppidum* e *castellum Sanctae Mariae*, basta comparar os textos seriados por AGUIAR CARDOSO com os seguintes passos de documentos que êle não conheceu:

Ano de 1132: — « in uilla dicta Ansemir... prope littus maris sub opido Sancte Marie »; « in uilla Ansemir... sub opido Sancte Marie ciuitatis » *(Baio Ferrado*, fls. 91 e 91 v.).

Ano de 1139: — « in uilla dicta Dentazes... discurrente riuulo Ur prope castellum Sancte Marie » *(B. F.*, fl. 82 v.).

Ano de 1141: — « in uilla Mazaneira prope castellum Sancte Marie » *(B. F.*, fl. 80 v.).

Ano de 1151: — « in uilla Ansemir... sub castello Sancte Marie ciuitatis » *(B. F.*, fl. 92); « in uilla Ramir... prope littus marinus sub castello Sancte Marie » *(B. F.*, fl. 68 v.).

Ano de 1157; — « in uilla que uocatur Cerzedo... sub opido Sancte Marie ciuitatis » *(B. F.*, fl. 69).

Ano de 1158: — « in uilla dicta Moazelus... territorio portugalensi sub castello Sancte Marie » *(B. F.*, fl. 87).

Meados do séc. XII: — « Castrum quod dicitur Sanctae Mariae » (Carta do Cruzado Osberno sôbre a conquista de Lisboa).

Em princípios do século XII, não começa « a aparecer a designação de *Feira* dada à *civitas Sanctae Mariae* », como pretendia o Dr. AGUIAR CARDOSO. Não. O que aparece é o nome de *Feira*, dado a um sítio da Terra de Santa Maria: « Facta carta in terra Sancte Marie ubi uocant Feira » (doc. de 1117). Note-se ainda que, em 1137, « Didacus Arias » doa ao mosteiro de Grijó « unam casam in ipsa feira ciuitatis Sancte Marie cum sua uinea et cum suo formale » *(Baio Ferrado*, fl. 20 v.). A Feira não é, pois, a *civitas*. É apenas a *feira* da *civitas* — « ipsa feira ciuitatis ».

Chegados a êste ponto, ocorre mais uma vez preguntar: — Mas de onde veio o nome de Santa Maria ao território e à cividade? Seria da invocação de um templo? Seria da devoção de um conquistador? Seria da doação de terras a algum instituto dedicado à Virgem? Estaria êsse nome ligado especialmente a algum povoado?

Os documentos até agora conhecidos não permitem responder. Deverá, no entanto, ser considerado o seguinte:

Em 1117, quando se nos depara pela primeira vez o nome de Feira, Ramiro Álvares e seus filhos doam ao mosteiro de Paço-de-Sousa umas propriedades em S. Miguel-do-Mato, « in uilla Belleci *in prouintia de Sancta Maria de Ouar* » (Arq. Dist. do Pôrto, códice n.º 79 de Paço-de-Sousa, fls. 40 e 41).

Em 1119, Pedro Pais e sua mulher Elvira Nunes vendem a Gonçalo Mendes e mulher Gontina Guterres propriedades « *in territorio quod uocitant Sancta Maria de Ouar* ex illa parte Durio uillas nominatas Sancto Ioane qui dicent de Madeira et media uilla Saalamir » (Arq. Nac., Col. Esp., 2.ª p., c. 52, maço 3).

O brasão de Ovar representa uma fortaleza ou povoação cercada de muralhas, ao lado da qual se distingue um templo de duas tôrres e, acima destas, a imagem da Virgem com o Menino Jesus no regaço sôbre uma nuvem. Sensívelmente diverso do brasão da Feira, é também de homenagem a Santa Maria e não consta que se inspirasse em motivos alheios.

Não bastam decerto estes elementos para se atribuírem a Ovar as honras históricas que se têem concedido à Vila-da-Feira. Parece, todavia, que carece de ser demonstrada a vulgar afirmação de que foi a Feira a « cabeça originária » da Terra de Santa Maria.

Escritas estas linhas, lembrámo-nos de um documento publicado no volume de *Documentos Medievais Portugueses*, recentemente editado pela Academia Portuguesa da História. É o único dêsse volume referente a Ovar e de que não tinhamos nota. Pertenceu ao cartório de Pedroso e é datado de 23 de Fevereiro de 1103. Diz, em resumo, que Patrina Eriz dá metade de Vila-Cova ao abade D. Godinho em troca de bens situados « in uilla Cabanones sub loco ciuitas Sancta Maria prope litore maris et discurrente riuulo Ouare ».

PRIVILÉGIOS E ISENÇÕES

Os moradores de Ovar e Cabanões gozavam de vários privilégios, estabelecidos por antigo costume e depois expressos em diplomas da chancelaria real.

Um dos mais importantes era o de não pagarem *lutuosa*. Desconhecemos o texto da primitiva carta que, em documentos posteriores, se diz ter sido dada por el-rei D. Afonso IV, depois das averiguações a que procedeu « per imqujriçam ». Datam-na de Tentúgal, a 29 de Setembro de 1319, mas esta data cai no reinado de D. Dinís.

Com fé nessa primeira concessão, confirmaram o privilégio: D. João I, por carta dada em Óbidos, a 23 de Agôsto de 1386; D. Afonso V, em Lisboa, a 8 de Agôsto de 1450; D. Manuel, em Évora, a 22 de Junho de 1497; D. João III, em Lisboa, a 3 de Outubro de 1528 (*Livro 1 da Estremadura*, fl. 107; *L. 11 da Estremadura*, fl. 161 v.; *L. 29 de D. Manuel*, fl. 4 v.; *L. 52 de D. João 3.º*, fl. 53). Consignou-se o mesmo privilégio no foral.

Percorrendo as chancelarias, encontram-se ainda cartas de confirmação geral de todos os privilégios. Há uma datada de Lisboa, a 23 de Julho de 1439 (*L. 7 da Estremadura*, fl. 67), e outra, de 26 de Julho de 1449 (*L. 8 da Estremadura*, fl. 251), que pouco interessaria reproduzir aqui.

Posterior ao foral, temos o privilégio das *lanças*, concedido nos seguintes têrmos:

« Dom Joham, etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mym praz dar lugar e licença aos moradores do concelho do Var freguesya de Cabanões pera não levarem lamças quamdo forem fora de suas casas como pela hordenaçam sam obriguados temdo-as elles em suas casas sem embarguo da dita ordenaçam e isto será enquamto eu o ouuer por bem e não mandar o comtrario Notifico-o asy a todas minhas Justiças a quem esta carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer que nam costramguam nem mandem costramger os ditos moradores do dito concelho

dovar a levarem as ditas lamças como dito he E mando que asy o cumpram e guardem como se nela comtem Fr.co beleaguoa a fez em lixboa a xx de novembro anno do naçimento de nosso Senhor Jhuu Xpto de mil e lxxxbıj// Eu amdre pĩz o sobscrevy//. *(Chancelaria de D. João 3.º*, liv. 23, fl. 86 v.).»

ESCRIVÃES DAS SISAS E DIZIMOS DO PESCADO

Deixamos a quem pretender estudar exaustivamente a história de Ovar, o cuidado de percorrer todos os livros das Chancelarias. Tal canseira tem muito de fastidioso e pouco de compensador, porque os diplomas, como se vê pela amostra, redizem o *dito* a propósito de qualquer maravalha.

Para castigo dos escrivães, só duas palavras a respeito dos ditos.

O primeiro que nos aparece, é um tal João Gonçalves, «escrivão das sisas e redízimas do pescado» nos julgados de Cabanões e Pereira-Jusã, o qual renunciou a êsse cargo em tempos de el-rei D. Duarte. Sucedeu-lhe Afonso Rodrigues, nomeado em 14 de Janeiro de 1436 e confirmado por D. Afonso V a 12 de Junho de 1439 *(Chanc. de D. Afonso 5.º*, liv. 19, fl. 33). Nomeado outra vez a 16 de Setembro de 1440 *(Idem*, liv. 11, fl. 97), Afonso Rodrigues deixou de merecer confiança «porquanto he odioso aas nosas rendas», e D. Afonso V deu o ofício de escrivão das «sisas e dizimas douar e cabanoees e pereira de Jusaa» a Fernando Afonso, escudeiro do infante D. Pedro, por carta passada em Santarém a 3 de Janeiro de 1446 *(Ibidem*, liv. 5, fl. 33 v.).

Não sabemos por que bulas, Afonso Rodrigues foi reintegrado no cargo e... voltou a prevaricar. Em carta datada de 3 de Junho de 1459, D. Afonso V diz que êle «nom escrepueo nem aseentou em o liuro das ditas sisas e dizima do pescado doze mill reis que algumas pessoas eram theudas de paguar a aluro vicente recebedor que foy da dizima e sisas de certos annos pasados»; além disso, cometera vários «erros por os quaes ou cada huũ dellos deue perder os ditos ofiçios»; era, pois, nomeado para o substituir João de Paiva, escudeiro de Fernão Pereira *(Chanc. de D. Afonso 5.º*, liv. 36, fl. 123).

Volvidos, porém, alguns anos, a 29 de Janeiro de 1466, diz o mesmo rei «que huũ Johã bertollameeu abade que foi danta já finado comprara hũas casas em Ouar sem para ello teer nosa licença pollo que se he assy como nos disserom as ditas pertencem a nos por bem de nosas hordepnações e defesas sobre ello feitas e as podemos por ello dereitamente dar a quem nosa

vontade for e hora querendo nos fazer graça e mercê a afonso rodrigues... escrivão das nosas sisas douar e cabanoões... fazemos-lhe realmente mercê das ditas casas» *(Chanc. de D. Afonso 5.º*, liv. 14, fl. 18 v.).

Como por estes documentos se entrevê, o Afonso Rodrigues era funcionário esperto, quási indispensável, talvez perito em denúncias. Oxalá lhe tenham perdoado os herdeiros do abade de Anta...

OVAR E OS CONDES DA FEIRA

Desde o reinado de D. Fernando, Ovar entra com a Feira e Cambra e outras terras numa série de doações que têem por último têrmo a sua integração no Condado da Feira. As datas dos diplomas régios de doação ou confirmação da posse aparecem com alguma diversidade nos traslados e nos autores. Não curamos aqui de endireitar essa cronologia, nem de verificar se todos os documentos serão autênticos.

A primeira em data parece ter sido a doação a Mem Rodrigues de Seabra « da uilla da feira terra de sancta maria e daldea de cabanõees e do julgado de caanbra », feita em Cantanhede a 9 de Nov. de 1371 *(Chanc. de D. Fernando*, liv. 1, fl. 83); mas já a vimos atribuída ao ano de 1367. Seguiu-se a doação a João Afonso Telo, em Coimbra, a 10 de Fev. de 1372, abrangendo: « as nossas terras de sancta maria e a terra da feira com seu julgado e ho julgado de cabanõos de ouar e a terra de caambra com seu julgado » *(Id.*, liv. 1, fl. 94 v.); um pouco mais lata, como se está vendo. Vem depois a doação ao mesmo Telo, já conde de Barcelos, mais ampliada ainda, pois fala « das nossas terras de sancta maria da feira com seus julgados e *termos* de cabanoyos doouar e da terra de cambra com seus julgados e termos » e da de Refóios; « dante nos paaços que forom de Rui garcia do casal em Rio mayor », a 27 de Jan. de 1383 *(Id.*, liv. 2, fl. 99 v.). Encontra-se repetida no liv. 3, fl. 59 v., da mesma Chancelaria, com a data de 1382 que Braamcamp Freire diz ser a exacta.

Como D. João Afonso Telo se bandeia com Castela, el-rei D. João I doa tôdas essas terras a Álvaro Pereira, por carta de 8 de Abril de 1385 *(Chanc. de D. João 1.º*, liv. 1, fl. 128), e na posse dos Pereiras elas se conservam até à extinção da Casa da Feira e sua encorporação na Casa do Infantado.

Em 1453, suscitam-se dúvidas, precisamente por causa de Cabanões e Ovar, pois se verificou ter sido viciado o diploma da segunda doação a João Afonso Telo, com a emenda de *terras* para *termos*; D. Afonso V concede a sanação *(Chanc. de D. Afonso 5.º*, liv. 4, fl. 61, e *Liv. 8 da Estremadura*, fl. 143 v.;

ver os documentos publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol 1, pág. 135).

Terras ou têrmos, Ovar fica na posse dos Condes, mas esta nem sempre decorre tranqüila e pacífica. Chegaram até nós os ecos de algumas questões, resultantes da imprecisão do direito, no período anterior ao foral.

Em 1500, os moradores da vila de Ovar queixam-se de que D. Diogo Pereira «fazia pagar de cada càrrega de marisquo, ou de sal, que se levava da dita Villa, tres reis bramcos, e mais huũ ceitil de cada alqueire; e que bem assy lhe fazia pagar de cada huũ cambo de pêxe, que se levava, e comprava á dita Villa e Ribeira della, huũ ceitil; e de cada cárrega de pescado quinze, e vinte reis; os quaes direitos, e tributos lhe levava ora novamente sem titolo alguũ, e com maà feè». Contestou o Conde, dizendo «que elle tinha seus Foraees autemticos, e amtigos, per que recadava, e levava suas rendas, e direitos, o qual Foral era de cemto, e duzentos annos a esta parte usado, e praticado amtre todos, sem contradição algũa, e que pelo dito Foral avia de levar de cada carrega, no dito Lugar d'Ovar, quatro dinheiros, que valia cada dinheiro cinquo reis ao menos, segundo se mostrava per Foraees antigos, pela multepricação das Livras que saya em mais de trinta e sete reis, e que elle Réo, e seus antecessores usarão, e praticaram de dés, e vinte, e sessenta annos a esta parte por menos custa, e opressão dos caminhantes, levar de cada carrega tres reis, e de cada cambo de pescado, e alqueire de sal huũ seitil, o que todo ao mais chegava a quinze reis, ou ataá dezasseis».

Convidado a apresentar os forais em que falava, o «Dom Réo» apenas ofereceu certas verbas das Inquirições, pois já nesse tempo não havia notícia de qualquer verdadeiro foral antigo. Em vista disso, o Desembargo do Paço, por sentença de 21 de Julho de 1500, determinou o seguinte: — «Mandamos que o dito Réo leve a dita Portagem em o dito Lugar d'Ovaar, e de seu Termo, segundo o Foral, e Hordenança que se ao depois dér, e emquanto se não der o dito Réo levará a dita Portagem, segundo se ora leva em Villa da Aveiro das couzas, que se tirão da dita Villa, e se levão por terra pera fora, e assy do que se por terra traz de fora, pera a dita Villa, e não levará o dito Réo a dita Portagem, segundo a costumou, e costuma de levar» (T. T., Gaveta 10, maço 12, n.º 13).

No ano seguinte, surgiu nova questão em que foram autores: «a Villa d'Aveiro, e o Concelho de Pereira de Jusãa, e o Concelho de Cabeçaes, e todolos Moradores da Terra de Santa Maria, e da Cambra, e Castanheira per Braz de Ferreira Escudeiro, morador em a dita Villa d'Aveiro, e seu certo, e avondozo Procurador no dito feito».

Era extenso o rol das acusações contra D. Diogo Pereira: excedia-se na cobrança de portagens; «levava ancoragem de

todolos Navios, barcas, e caravéllas, que ancoravam em os Portos de Ovaar, levando trinta e seis reis de cada Navio, ou barca, ou batél»; «levava matagem de todalas madeiras, que se cortavam nas matas de suas terras»; proïbia o corte de lenha; «levava a metade de toda a Sardinha, que os Moradores, e quaesquer outras pessoas de suas Terras matavom ou achavam morta pela costa do mar»; cobrava penas de sangue; fazia coutadas; obrigava os moradores a levar-lhe os foros ao castelo da Feira, e «muitas vezes a Requeixo, e a Ovaár, e ao Porto», sem lhes pagar nada; exigia-lhes roupas e lã para as camas; levava-lhes o têrço da erva dos gados; levava lutuosa «do marido quando morria, e outra da molher quando morria, e outra de cada filho quando morria, levando o melhor boi, ou a melhor taça, ou a melhor joya que lhes achava ao tempo da morte»; «levava de cada huũa pessoa, que apanhava o estrume pera cobrir suas casas, o qual estrume era hũa erva, que nacia na Cósta do Maar, huũ alqueire de trigo»; obrigava-os a trabalhar nas constantes obras que trazia no Castelo e nos Paços, etc., etc.

D. Diogo Pereira alegou outra vez como foral certas verbas das Inquirições. A sentença, favorável aos autores, foi dada em Lisboa a 1 de Setembro de 1501 e notificada ao Conde em 25 de Outubro de 1502, no castelo da Feira, «estando El Rey Nosso Senhor em ho dito Castello» (T. T., Gav. 10, m. 12, n.º 16; cf. *Brasões da Sala de Sintra*, de BRAAMCAMP FREIRE, vol. I, pág. 313, nota 4, 2.ª edição).

FR. LOURENÇO LAMPREIA

Com a publicação do foral, que supomos ainda inédito, ficará concluída esta colecção de subsídios para o primeiro período da história ovarense. Não fica, porém, esgotada a possibilidade dos arquivos. Mais depressa se esgota a paciência, sobretudo quando estes trabalhos de investigação são recebidos com indiferença.

Quem sabe, por exemplo, que era natural de Ovar um dos primeiros priores, se não o primeiro, do mosteiro da Batalha? Está escrito que, por carta dada no Pôrto, a 4 de Abril do ano de 1388, D. João I doou à Ordem de S. Domingos o mosteiro da Batalha, a pedido do Doutor João das Regras, do seu conselho, e de Fr. Lourenço Lampreia (SOUSA, *História de S. Domingos*, p. I, liv. 6, cap. 12).

Em documentos de 1401, 1402 e 1409, aparece êste Fr. Lourenço como prior do convento. E em «documento de 5 de Julho da era de 1447 (anno de Christo 1409) se faz ainda menção de *Fr. Lourenço Lamprêa, de Ovar, Priol*

do nosso moesteiro da Batalha; por onde se vê o êrro de Fr. PEDRO MONTEIRO, que o suppõe fallecido em 1388 *(Claustro Dominicano,* pág. 104) » (CARDIAL SARAIVA, *Obras Completas,* I, pág. 277, nota).

Despedimo-nos das antiguidades ovarenses com esta « boa notícia » e com o voto sincero de que apareça alguém, disposto a fazer a monografia completa da vila. Quando houver oportunidade, estudaremos as freguesias do concelho, que também são filhas de Deus e herdeiras da história.

P.[e] MIGUEL A. DE OLIVEIRA

AINDA O UBI DA TALÁBRIGA

LI as opiniões dos arqueólogos, transcritas no *Arquivo do Distrito de Aveiro,* Vol. VII, desde a pág. 227 a 251, e continuadas a pág. 313 e seguintes sôbre o *ubi* da Talábriga, invocadas para esclarecimento da estação luso-romana do Cabeço do Vouga, em identificação.

Para mais desenvolvimento do meu estudo *Estradas Romanas no Distrito de Aveiro,* inserido no referido *Arquivo,* Vol. IV, a pág. 25 e seguintes, julgo conveniente apresentar a contagem das milhas, em dois sectores, e sua correspondência quilométrica, a seguir, no intuito de concorrer para a resolução do problema da localização da Talábriga. E procedo assim por me parecer mais consentâneo com a verdade o ter sido pelas alturas da Branca o *ubi* da Talábriga. E os dois cipos (de Ul e da Mealhada) ambos com a marcação M. XII, que também comprovam a directriz da mesma estrada entre *Cale* e *Emínio,* pontos fixos e sem deslocação possível, reforçam o meu parecer.

Posto isto, para maior elucidação:

Contagem das milhas e quilómetros de Coimbra (Emínio) a Gaia (Cale) — trôço da Via Romana, feito em dois sectores, partindo um de Coimbra, ou seja, do Sul para o Norte, e descendo outro (sector) de Gaia, ou seja, do Norte para o Sul.

E isto para sua ligação na Branca — presumivelmente no sítio de Cristelo (povoação da freguesia da Branca), onde existiu um crastelo.

Na contagem das milhas entre Coimbra e Gaia, que apresento, a seguir, entram, para a sua totalidade, as milhas dos dois cipos (da Mealhada e de Ul) como parcelas.

E assim:
a) Do Sul para o Norte:
De Coimbra (Emínio) à Mealhada...... 12 milhas ... 18 q^{m}
Da Mealhada à Talábriga (Branca?)... 28 » ... 42 »

Portanto:
De Emínio à Talábriga.................... 40 » ... 60 »
b) Do Norte para o Sul:
De Gaia (Cale) à Langóbriga (entre S. João de Ver e Lourosa)........ 13 milhas ... 19 q^{m}
Da Langóbriga a Ul .... 12 » ... 18 »
De Ul à Talábriga (Branca?)........... 5,5 » ... 8 »

Portanto:
De Cale à Talábriga........................ 30,5 » ... 45 »

Somando as milhas e quilómetros dos dois sectores, temos:
a) Do 1.º Sector, partindo de Coimbra 40 milhas — 60 q^{m}
b) Do 2.º Sector, contando de Gaia.... 30,5 » 45 »

Totalidade...................................... 70,5 » 105 »

Daqui a distância, segundo os antigos corógrafos, expressa pelo N.º de 105 quilómetros correspondente às 71 milhas do Itinerário de Antonino.

Cucujães, 3 de Maio de 1942.

JOÃO DOMINGUES AREDE
(Abade aposentado de Cucujães)

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

PAUL MONFORT. — *Le dessin et la méthode du Prof. Faria de Castro*; Bruxelas, 1940; 6 págs.

É o texto da comunicação que o autor fêz à *Sociedade Nacional Belga dos Professores de Desenho,* de que é eminente Presidente, em 30 de Abril do ano passado, para apresentação da obra do nosso distinto compatriota subordinada ao título «*Le Dessin à main levée*».

A homenagem é significativa pelo facto em si e ainda pelos têrmos altamente encomiásticos com que salienta o trabalho e o método pedagógico do Prof. FARIA DE CASTRO, a quem vivamente felicitamos pela justiça que lhe foi prestada e pelo carinhoso acolhimento recebido em tão elevado centro de cultura europeia.

R. M.

Cónego ANTÓNIO FERREIRA PINTO. — *D. António Barroso;* Pôrto, 1941; 24 págs.

A história eclesiástica do Pôrto encontrou no Sr. Dr. ANTÓNIO FERREIRA PINTO, categorizado Reitor do Seminário da Sé, o seu mais compreensivo e dedicado servidor. Historiou o venerando Cabido, em obra de conjunto, e tem monografado, parcelarmente, grande número de aspectos da gloriosa instituïção.

Ocupou-se agora do prelado e missionário eminente que foi D. António Barroso, nobre figura de apóstolo evangelizador que enche uma época e glorifica uma Pátria.

É muito justa a lembrança; para nos servirmos das próprias palavras do Sr. Dr. FERREIRA PINTO, D. António Barroso *serviu bem a Igreja e a Pátria. Serviu como soldado da epopeia missionária em África e por isso foi glorificado na vida e na morte.*

Barcelos levantou-lhe uma estátua. A cidade do Pôrto deu o seu nome a uma rua, perpetuando, agradecida, a sua memória honrada.

R. M.

P.^e JOAQUIM MANUEL TAVARES. — *Romarias de Portugal — Para a história do Santuário de N. S. da Saúde da Serra, em Castelões de Vale de Cambra.* Pôrto, 1941. 160 págs.

Esta curiosa monografia foi elaborada pelo actual tesoureiro da Irmandade de N. S. da Saúde da Serra, a quem principalmente se devem os progressos sofridos nos últimos tempos pelo santuário que das povoações da beira-mar do nosso distrito se vê alvejar no alto da Serra e que mereceu a JÚLIO DINIS especial referência nas *Pupilas* e na *Morgadinha.* — Consta dos seguintes assuntos: O santuário até 1850; O Santuário desde 1910 a 1927; Estatutos da confraria de N. S. da Saúde da Serra; O santuário desde 1927 até ao presente; Estatutos da Irmandade de N. S. da Saúde da Serra; Pro-

visão de D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Pôrto, relativa à irmandade; Regulamento dos Centros da Irmandade de N. S. da Saúde da Serra; O Santuário da Senhora da Saúde e os prosadores; O santuário da Senhora da Saúde e os trovadores — quadras atribuídas ao P.e José Alves Pereira da Fonseca, quadras de um devoto, oração de um peregrino (quadras), hino a Castelões (música e letra), trovas do século XVII; o Santuário e as vias de comunicação. — Ilustram o volume várias gravuras e o retrato de D. António de Castro Meireles, primeiro bispo que se dignou visitar o santuário.

J. T.

MARQUESA DE ALORNA — *Poesias* — Selecção, prefácio e notas do Prof. HERNANI CIDADE. Vol. de LII — 204 págs. Lisboa. 1940.

MARQUESA DE ALORNA. — *Inéditos — Cartas e outros escritos,* — Selecção, prefácio e notas do Prof. HERNANI CIDADE. Vol. da XLVIII — 222 págs. Lisboa, 1941.

Pertencem os dois volumes à notável «Colecção de Clássicos Sá da Costa», na qual ocupam os 21.º e 22.º lugares. Com o primeiro volume, fica conhecida a simpática figura da poetisa, que tamanha influência exerceu em escritores como FILINTO ELÍSIO e ALEXANDRE HERCULANO; o segundo volume ministra ao leitor muitos conhecimentos àcêrca da autora e da agitadíssima época em que viveu. São muito notáveis os prefácios do organizador dos volumes.

O primeiro volume está dividido nas seguintes secções: I — *Poesias escritas no Convento de Chelas;* II — *Poesias de Alcipe, depois de ter saído do Convento de Chelas;* III — *Contactos românticos — Traduções e imitações; Apêndice:* Algumas poesias inéditas. As prosas inéditas do segundo volume habilitaram o Dr. HERNANI CIDADE a dispô-las sob os seguintes sugestivos títulos: I — *A enclausurada de Chelas;* II — *A espôsa e a mãe;* III — *A dama de honor;* IV — *A mulher política; Apêndice:* Alcipe — Autobiografia.

J. T.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA.

Concluiu o sétimo volume, aproximando-se já da letra D, e mantendo crescente interêsse, êste notável repositório de notícias e informações, auxiliar valiosíssimo de tôda a moderna investigação erudita portuguesa. Acompanhamo-lo sempre com a maior simpatia e admiração, e registamos, de passagem, que à *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* deve já o Distrito de Aveiro páginas de moderna e cuidadosa investigação.

ADRIANO M. STRECHT DE VASCONCELOS — *Lendas e tradições de Castelo de Paiva (Poemetos);* Penafiel Tip. Minerva, 1938, 94 págs.

É bastante reduzida a bibliografia do nosso alto distrito; daí se não deve inferir, no entanto, que nele escasseiem valiosos motivos de estudo arqueológico, histórico ou folclórico; tampouco há falta de elementos documentais, pelos arquivos, que a êsses concelhos digam respeito; ùnicamente lhes tem faltado a concatenação necessária ao seu aproveitamento pela História.

Do muito que a história do distrito tem a recolher pelas terras agrestes e pelos fraguedos de Castelo de Paiva, é expressiva exemplificação a série de seis poemetos que o Sr. Tenente-Coronel STRECHT DE VASCONCELOS reuniu em curioso volume, e a que juntou algum comentário histórico e elucidativas gravuras.

O marmoiral da Boavista, O penedo Cão, A Cruz de Ancia, A Senhora das Amoras, O necrotério de Fundões, O penado do Escamarão, O gafo da Ladroeira, são os temas a que o autor emprestou forma rimada, evocando sempre passadas eras, vida longínqua, páginas de Lenda ou de Epopeia, que, desenvolvidas, e tratadas pelos processos da História, dariam magníficas narrativas de muito interêsse; para além, mesmo, dos limites do distrito.

Bom serviço prestaria o Sr. Tenente-Coronel Strecht de Vasconcelos se a um trabalho dessa natureza dedicasse a incontestável propensão que tem revelado para os estudos históricos.

R. M.

Filinto Elísio — *Poesias*. Selecção, prefácio e notas do Prof. José Pereira Tavares; Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1941; xvii — 268 págs.

Perfeitamente justificada e merecida, esta homenagem « à memória do esquecido Filinto, tão criticado e tão pouco lido, que foi uma das mais notáveis figuras da literatura portuguesa do século xviii, e cujas lições de vernaculismo, postos de parte os exageros, ainda hoje podem aproveitar a muita gente », como acentua em seu prefácio o anotador desta importante selecção.

Francisco Manuel do Nascimento, que assim se chamava o poeta, era filho de humildes pescadores de Ílhavo que em Lisboa moirejavam; a vida eclesiástica que abraçou despertou nele o gôsto pela cultura humanística, tomando a Horácio por modêlo a que até final se manteve fiel.

Perseguido pelo Tribunal do Santo Ofício, homiziou-se, levando vida aventurosa de trabalho e privações; mas não esqueceu a Pátria, e, sobretudo, a Língua portuguesa.

À edição das suas *Obras Completas*, feita em Paris, de 1817 a 1819, em onze volumes, foi o Prof. José Tavares criteriosamente respigar o material poético com que organizou a *Selecção* que temos presente; agrupou-o em quatro secções: 1.ª — *Em louvor da língua*. 2.ª — *Pátria, Virtude, Liberdade e Ciência*. 3.ª — *Amarguras do exílio*. 4.ª — *Poesias várias*.

Assim se reuniu o que de essencial existe na obra de Filinto Elísio; tudo o que da sua assombrosa produção literária se não deve ignorar.

Do poeta dizia Garrett que nenhum outro, desde Camões, tantos serviços prestou à língua portuguesa; « só por si, Francisco Manuel valeu uma academia e fêz mais do que ela ».

A edição do Prof. José Tavares, bem orientada e oportuna, veio dar nova actualidade ao grande paladino da nossa correcta expressão linguística.

R. M.

P.e João Vieira Resende — *Monografia da Gafanha*; Ílhavo, Gráfica Ilhavense, 1938. 280 págs; ilustrações fora do texto.

O desejo de prestar ao valioso trabalho do Rev. Resende a homenagem e o comentário que desde logo pensámos tributar-lhe, publicando, a propósito, os documentos e notas que sôbre a Gafanha possuímos, e relacionando-os com os da presente monografia, pois mùtuamente se esclarecem, levou-nos a aguardar a oportunidade que a elaboração dêsse estudo exigia e de que, à data da publicação da *Monografia da Gafanha*, não dispúnhamos.

Mas a oportunidade não se apresentou; outros aspectos da vida, passada e presente, do nosso distrito solicitaram a atenção do *Arquivo*, sem que aos documentos da Gafanha pudéssemos jamais dedicar-nos. Ainda hoje, mau grado nosso, não dispomos do tempo a êsse trabalho indispensável; mas porque a falta de referência ao livro do Rev. Resende necessita de ser resgatada, aqui lhe dedicamos estas breves linhas, para êle chamando a atenção merecida do leitor.

A região da Gafanha suscita problemas variadíssimos e da maior importância, que vão desde a formação do solo ao povoamento vegetal e humano; e como, a bem dizer, só em nossos dias êsse povoamento se radicou, na Gafanha se podem surpreender ainda fases que à Geografia Humana muito importa registar.

Dizer que a monografia do Rev. Resende tudo esclareceu, seria, evidentemente, exagerar; pontos há, mesmo, a que se impõe uma revisão profunda: assim, por exemplo, muito do que a propósito da constituïção do solo aí se escreveu, e certas considerações de Arqueologia e de História. Mas tôda a parte documental e os capítulos consagrados à Etnografia assumem a maior importância e revelam meticuloso cuidado na sua pre-

paração. Os documentos de família, de que o Rev. RESENDE se aproveitou, permitem levar até 1677 os mais antigos aforamentos conhecidos de terrenos na Gafanha: as quintas da Mó do Meio, Preguiceiro, Marinhão, e Carramão.

A Nascente da actual ponte da Cambéia e a Sul da Mó do Meio localiza o autor a instalação da primeira colónia povoadora da Gafanha, desfiando, até à actualidade, a evolução dêsses agrupamentos e revelando aspectos sociais e económicos que a sua observação directa tem surpreendido e anotado.

Prepara-se, como o Autor nos informou já, segunda edição desta utilíssima monografia; é justo que se faça; terá, pois, o Rev. RESENDE ocasião de valorizar o seu trabalho com uma revisão cuidadosa do texto, eliminando determinadas aproximações que nem sempre se justificam, dando à sua monografia uma sistematização que ponha em destaque muita informação valiosa nela existente, mas quási perdida entre matéria diversa, e adoptando uma transcrição mais racional, e mais cómoda ao leitor, dos magníficos documentos que teve a felicidade de poder juntar ao seu trabalho e sôbre os quais elevou a mais valiosa parte da sua tese.

Fará obra perfeita, que lhe concitará os aplausos de todos os estudiosos e a muita gratidão do nosso distrito.

R. M.

Dr. J. CARRINGTON DA COSTA — *Um novo quelónio fóssil.* Separata do tômo XXI das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa, 1941.

LUÍS BARRADAS (Aimedina) — *Homem Cristo e Leonardo Coimbra no Parlamento.* 2.ª edição. Lisboa, 1941.

A Grã-Bretanha de hoje — N.os 32 a 41. Oxford.

A Junta de Provincia do Douro-Litoral em 1941. — Relatório. Pôrto.

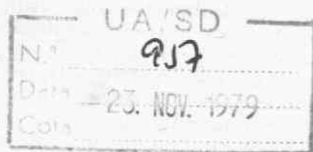
Altitude — Boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. N.os 7 a 9. Guarda.

Boletim da Casa das Beiras. N.os 21 a 24. Lisboa.

Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo Municipal de Guimarães. Vol. V, n.º 4 e Vol. VI, n.º 1.

Estudos — Revista de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C. N.os 197 a 199.

Portucale — Revista ilustrada de cultura literária, científica e artística. N.os 80 a 84.

Revista de Guimarães — N.os 1 a 3. Ano 1941. Guimarães.

N.º 30 — Junho, 1942

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

EM RONDA PELO PASSADO

I

PROMETI, há pouco, ao meu prezado amigo dr. FRANCISCO FERREIRA NEVES, uma pequena colaboração no *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Eu sei que não deveria aceder a êsse gentil convite, não pela pessoa que tão benévola se mostrou comigo naquela visita cativante, mas pela insuficiência dos meus merecimentos literários, e — porque o não hei-de dizer? — também pela minha velhice, que já vai sendo bem pesada e veloz na ladeira do esquecimento final.

Tenham paciência, por isso, os meus leitores, se agora, nesta idade, eu venho trazer-lhes numa nota, até certo ponto discordante, a recordação de algumas memórias da minha vida, escabrosa e longa, é certo, através de um jornalismo findo, também longo e apagado, mas a culpa não é minha. Essa responsabilidade pertence àquele director desta interessante e valiosa publicação regional.

Divagando, pois, sôbre algumas páginas da minha vida passada, recordo hoje, nesta entrada humilde no salão de pedras preciosas do *Arquivo*, as festas que se realizaram em Aveiro, há catorze anos, sôbre o centenário do movimento liberal de 1828. É certo que, a princípio, também me quis recusar a tomar parte nelas — e o dr. ALBERTO SOUTO sabe bem o que se passou nesse sentido — mas,

> Isto de ser delicado...
> Tem suas inconveniências,

como diria JOÃO SARAIVA na espirituosíssima blague sôbre umas recepções diplomáticas no palácio de Belém, quando era chefe de estado o sr. conselheiro Bernardino Machado — e lá me agarraram como um pardal numa gaiola, ficando assim subjugado à minha imprevidência.

Nessas festas, havia uma parte dedicada a Verdemilho, que não é um lugar tanto *obscuro e insignificante*, como se diz na *Sentença da Alçada*, de 25 de Novembro de 1829, e, por isso, lá fui ler o discurso pedido, que pouco antes escrevi. Dêle só foi publicado um pequeno excerpto no *Diário de Notícias*, por instigações do sr. Armando Boaventura. Publicando-o hoje na íntegra, sem a mais pequena modificação, embora a pudesse fazer, apenas lhe acrescentarei algumas notas, que julgo necessárias e oportunas.

Meus Senhores

Eu entro sempre neste recinto com uma profunda comoção. Por aqui vive, na terra que pisamos, na relva dos túmulos ou nas floritas que se erguem para o sol, curvadas com o pêso dos orvalhos da manhã, restos daquele sangue que me deu vida, restos de minha família que se apagaram no silêncio da morte. É uma amargura, bem o sei e bem a sinto, mas é forçoso reagir contra isso na hora solene que é devida a quem foi um dos maiores paladinos da nossa terra e da nossa liberdade.

Pela liberdade e pela pátria o dr. Joaquim José de Queiroz padeceu os maiores martírios. Deputado da nação portuguesa, desembargador da Baía e depois da Relação do Pôrto, ministro com o Marechal Saldanha, ocupando os mais altos cargos da vida constitucional, se não teve pendurada a sua cabeça num poste colocado em frente da casa onde viveu, por ter fugido à tirania miguelista, e digo ter *fugido* porque seria um suicídio não fugir e até uma cobardia abandonar os seus companheiros que marcharam para a Galiza, para a Ilha Terceira, para o Mindelo e para o cêrco do Pôrto, êle sofreu as maiores agruras. Se os velhos pinheiros do Bonsucesso e da Quinta do Picado pudessem falar, se a mina que existia entre um silvado da Fonte da Arregaça pudesse dizer alguma coisa, se os barqueiros que o conduziram a Ovar pudessem levantar-se do seu túmulo e dizer o que se passou naquela noite da sua viagem tormentosa através da ria, se tôda essa epopeia de esperanças e martírios pudesse mostrar-se numa página nítida de verdade, poderíamos reconstituir o que foi êsse período agitado que há 100 anos fêz tremer os alicerces da nossa nacionalidade. Sem isso, sem êsses elementos, fica tudo num claro-escuro que Rembrandt, se aqui vivesse, e vivesse no nosso tempo, poderia reproduzir num quadro interessante da nossa história.

Eu sei, e todos nós sabemos, que nas lutas entre constitucionais e absolutistas houve valores autênticos de boa

vontade, de inteligência e heroicidade. Se eu pudesse, e quizesse, desenvolver uma página mais completa do que foi o movimento revolucionário de 1828, teria de recordar elementos antagónicos que descansam na paz perpétua dêste recinto fúnebre. Todos, é bom dizer-se, pugnaram valentemente pelo seu ideal, com mais ou menos tirania, como é próprio das fraquezas humanas, com mais ou menos ferocidade, mas com os olhos, eu o creio, fitos na liberdade e na independência da sua pátria.

Ambos os partidos que se degladiavam eram como duas águias que voassem no espaço. Era águia aquela que voava sôbre a crista pedregosa e gelada das montanhas, mas era águia também a que voava sôbre a copa verde glauca das florestas.

As paixões políticas, como tôdas as paixões, teem excessos que chegam a ser criminosos. Eu, e todos os que estão a sofrer a maçada de me ouvir, não podemos concordar com a pena de morte. Manuel José Mendes Leite, que foi um alto espírito de liberdade e colaborador da obra liberal de Joaquim José de Queiroz, teve razão, e por isso deve estar tranqüilo no seu túmulo, quando propôs no parlamento, para os crimes políticos, a abolição dessa pena. A morte, quando não é natural, admite-se no fragor dos combates, mas eu não concordo com ela em sentenças de juízes, que muitas vezes podem ser mais criminosos do que os próprios réus.

Convidado para falar neste lugar, o que é, certamente, uma honra que não mereço, eu não posso deixar de verberar todos êsses crimes que se cometeram sob o regimen do legitimismo, como verbero também crimes idênticos que se cometeram à sombra da liberdade. Êste mesmo amor à justiça e à liberdade predominou no coração e no génio audaz do grande tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães, quando foi defender o jornal legitimista *Portugal Velho*.

Eu não quero, portanto, afrontar a memória de alguns partidários de D. Miguel que jazem neste mesmo cemitério. Se Joaquim José de Queiroz pudesse quebrar aquela pedra de granito e levantar a sua cabeça do caixão em que está encerrado, teria talvez um sorriso de fraternidade e amor para tornar a dormir sossegado junto dos seus companheiros de jazigo, porque é no túmulo que tôdas as paixões se apagam. A Igreja tem razão, quando recorda aos homens que são pó e em pó se hão-de tornar.

São estas, também, as palavras com que torno pública a minha consciência, talvez na ante-câmara do meu sepulcro, junto aos ossos de meus pais, restos de uma vida com que quero amar a vida dos meus filhos. Disse Calderon de La Barca — «La vida es sueño», e é; a vida é um sonho.

Nas cordilheiras dos Andes, houve, há dois ou três anos, um duelo singular entre uma águia e uma serpente. Uma ou outra fêz o ataque. A águia, enroscada pela serpente, voou para as alturas, soltando gritos de desespêro. A serpente, por seu lado, assobiava, numa ferocidade diabólica, espicaçada pela águia, até que, extinto o esfôrço da luta, caíram ambas extenuadas e mortas sôbre a terra ou pedras da montanha. Estes fenómenos que se passam nas serras ou nos arvoredos, passam-se também na vida dos homens e das nações.

Foi grande a luta entre legitimistas e constitucionais, mas é de justiça constatar que, de parte a parte, como na luta da águia com a serpente, houve esforços de verdadeiro heroísmo, e que êsses esforços não eram produzidos, muitas vezes, por mesquinhos interêsses pessoais. Embora por caminhos diversos, todos amavam a sua pátria com o mesmo culto com que amavam a sua religião.

E, a propósito de convicções religiosas, eu devo acentuar que Joaquim José de Queiroz, a-pesar-de se dizer o contrário, não foi um descrente. Trazendo do Brasil o seu cosinheiro Mateus e um outro serviçal de nome Pedro, ambos de côr preta, e a velha Laureana, de côr mulata, que eu conheci e que muitas vezes preparou jantares em minha casa, fê-los baptizar nesta freguesia, pondo-os em conta corrente com os preceitos da Igreja Católica.

Eu sei que é tempo de terminar estas minhas palavras desataviadas e monótonas. Parece que ouço, meus senhores, no vosso cansaço, repetir-se a objurgatória terrível de Cícero a Catilina — até quando abusarás da nossa paciência? Mas eu vou terminar.

Não o farei, porém, sem fazer umas considerações finais que se impõem nesta ocasião e, sobretudo, nesta terra. São dois minutos apenas em que continuo a abusar da vossa bondade.

O culto da liberdade, que foi uma das características de Joaquim José de Queiroz, reflectiu-se na orientação romântica e realista de seu neto José Maria de Eça de Queiroz, vulto eminente da literatura portuguesa, que só por acaso nasceu na Póvoa de Varzim, mas que foi aqui, não direi gerado, mas criado na casa de seus pais. Isto mesmo se depreende do que êle próprio diz numa carta dirigida a Oliveira Martins, quando êste o convidava a ir à Costa Nova a qualquer festa da família de Luís de Magalhães, o grande filho de José Estêvão, que eu tenho a honra de ver presente neste mesmo recinto. Dizia Eça de Queiroz nessa carta, escrita em 1884: — «Filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quási peixe da ria, eu não preciso que mandem ao meu encontro caleches e barcaças. Eu sei ir pelo

meu próprio pé ao velho e conhecido *palheiro de José Estêvão.*»

Parece-me que êste facto, conjugado com a sua residência em casa de seu pai, que só por afazeres da sua profissão saía desta terra, pode habilitar-me a dizer, além doutros argumentos, que Eça de Queiroz era de Verdemilho. Tenho, por isso, orgulho de nascer e viver na terra onde viveu Joaquim José de Queiroz e onde passou a infância o seu neto glorioso, companheiro querido de Ramalho Ortigão, do Conde de Arnoso, do Conde de Sabugosa, de António Candido, de Pinheiro Chagas, de Carlos Lôbo de Ávila, de Antero de Quental e de muitos outros que continuaram uma outra geração constituída de políticos como Mousinho da Silveira, Marechal Saldanha, Duque de Palmela, etc., e de intelectuais como Alexandre Herculano, Rebêlo da Silva, Garrett, Castilho, Andrade Corvo, Bulhão Pato, Conde do Casal Ribeiro e muitos outros, que, se não eram heróis, como José Estêvão, Mendes Leite e Joaquim José de Queiroz, tisnados pelo calor das batalhas, como os mártires dessa época revôlta da nossa história, como os mártires da Tessália, como os mártires de Marrocos, como os mártires de todos os tempos e de todos os povos, foram, todavia, uma geração que nos assombrou com a luz brilhante do seu talento e do seu grande amor à liberdade.

Assim falei nessa luminosa tarde de 16 de Maio de 1928. Se melhor não disse, é porque me não foi possível falar melhor:

> Pilriteiro, que dás pilritos,
> Porque não dás coisa boa?
> Cada um dá o que tem
> Conforme a sua pessoa...

Alguém se referiu, então, às intolerâncias políticas e religiosas dêsse tempo. Não as deveria haver, porque são sempre um êrro. A liberdade, quando compreendida na sua expressão sem mácula, sem excessos ou paixões desabridas, deve ser como o sal na cozinha, — nem tanto àquem nem tanto além. Já um prelado ilustre assim a compreendia, e eu sempre o aplaudi.

Madame Roland, mulher de extraordinária coragem e celebrada pelo seu amor à república e pela sua influência no partido dos girondinos, no caminho do cadafalso, em 1793, ao passar pela estátua da liberdade, não se pôde conter e bradou: — « Oh Liberté, que de crimes on commet en ton nom! » — E, na verdade, assim foi sempre e assim será, infelizmente. A liberdade que é para uns, deve ser para todos. O contrário é individualismo egoista e nada mais.

De resto, os sentimentos em crenças de Joaquim José de Queiroz foram bem conhecidos e manifestados à luz de tôda a gente, embora a calúnia caísse muitas vezes sôbre êle e sôbre os seus companheiros, quando explodiam violentas as refregas revolucionárias. Nem êle nem muitos dos seus companheiros seriam capazes de sancionar o morticínio infamíssimo dos Craveiros, no trágico palheiro de Quintãs. O próprio bispo de Aveiro, D. Manuel Pacheco de Resende, acompanhou os liberais em muitas das suas decisões para o triunfo do constitucionalismo. Não há, não houve nem deve haver, portanto, antagonismo algum entre religião e liberdade. Se alguém assim não pensou, êsse alguém cultivava uma inteligência selvagem, excepcionalmente individualista e sem razão de existir.

Os liberais não tiveram motivos de queixa contra os legitimistas da terra, porque bem sabiam que não haveria aqui uma única pessoa capaz de fazer uma denúncia que os levasse à pena de morte. Joaquim José de Queiroz conseguiu andar bastante tempo, sem que os seus conterrâneos descobrissem o seu paradeiro, por entre as casas e valados de Verdemilho e do Bonsucesso. Durante algum tempo, pôde estar escondido na mina da fonte da Arregaça e em outros subterrâneos do Crasto [1], onde os serviçais lhe levavam mantimentos escondidos em um cântaro de água. Pôde ir pela ria para Ovar numa bateira carregada de bajunça, escapando então a uma busca que os esbirros lhe fizeram, sem saberem que o estavam calcando, nas alturas de Cacia. Tudo isto e muitos outros episódios que ainda há poucos anos eram contados pelas pessoas mais velhas dêstes sítios nos seus trabalhos agrícolas ou nos seus serões à lareira. E não o acusaram, porque bem sabiam que a denúncia é a pior nota que pode ferir o coração humano e porque sabiam também respeitar as qualidades que tanto enobreciam o seu caracter altivo e nobre, generoso e digno, em tudo, da sociedade em que vivia.

Eu ainda conheci, embora quási em ruína, a casa de Verdemilho que pertenceu a Joaquim José de Queiroz. Destoava, por completo, das outras construções, e mesmo de tôda esta região. Numa fachada de mais de 20 metros, pintada de amarelo, côr que predominava também em compartimentos interiores, havia um portal de granito com certa elegância, para o qual dava acesso uma escadaria da mesma pedra, em cinco ou seis degraus.

---

[1] *Crasto* é um planalto situado ao norte de Verdemilho dominando a ria e diversas povoações dos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Não parece que houvesse ali qualquer castelo ou povoações extintas de origem acastelada. Lá se cultiva o trigo, o milho, etc., e nas encostas ainda hoje se observam diversas cavidades ou subterrâneos que servem de esconderijos a texugos e raposas. Por ali se ocultaram também alguns foragidos das lutas liberais.

De cada lado havia três janelas e, em cima, numa cortina ou platibanda de alvenaria em todo o comprimento, erguia-se um brasão de armas que, ùltimamente arreado, foi por mim oferecido ao « Museu Regional de Aveiro » por especial amabilidade do seu possuïdor de então. Nas estremidades da referida cortina ou platibanda, ostentavam-se duas graciosas colunas de tamanho proporcional àquêle símbolo de nobreza. Nas traseiras, levantava-se outra casa mais elevada, de construção diversa e mais recente. Em frente do edifício havia também um pequeno jardim em todo o comprimento, com três ou quatro metros de largura, resguardado por um gradeamento de ferro chumbado a postes de granito.

Brasão de *José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz* que da Casa de Verdemilho foi retirado para o Museu de Aveiro.

Foi nessa casa, onde Joaquim José de Queiroz viveu e planeou muitas das suas ofensivas contra o regímen absoluto, que viveu também, e ali passou a sua mais tenra mocidade, José Maria de Eça de Queiroz.

Vianna Moog, escritor brasileiro de boa e justa reputação, publicou recentemente um livro, por todos os motivos notável, a que pôs o titulo *Eça de Queiroz e o século XIX*. Nele se faz um lúcido relato do nascimento e vida intelectual do grande autor de tantas obras primas.

Por ali se vê que Eça de Queiroz teve a sua origem bastante nebulosa, o que, aliás, em nada o diminue na plena magestade do seu carácter e do seu talento privilegiado.

O pai, José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, que tanto foi flagelado por desventuras seguidas (1), que foi um magistrado

---

(1) Do *Jornal do Commercio*, de 31 de Janeiro de 1901 se transcreve o seguinte:

« *O pai de Eça de Queiroz* — O conselheiro José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, meretissimo Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, exhalou hontem o derradeiro sopro de uma vida preciosa.

Foram oitenta e dois anos embalados num trabalho constante e honesto, conduzidos pela bussola do bem atravez d'um mar tenebroso e vasto que, tanta vez, lhe foi cruel e lhe despedaçou a alma!

D'olhos postos na verdade e na justiça que ele tanto imaculadamente cumpriu na terra, sucedeu-lhe ver cair, a um e um, os filhos queridos do

consciencioso, sem a viveza impetuosa de Joaquim José de Queiroz, é certo, mas ponderado e digno, poeta também, cujos versos, no dizer de Camilo Castelo Branco, citado por aquêle ilustre publicista brasileiro, eram *irisados e subjectivamente petrarquizados, dos melhores que então se melodiavam no alaúde trovadoresco,* exercia, em 1845, o logar de delegado em Ponte de Lima e contava então 26 anos de idade. A mãe, D. Carolina Augusta Pereira de Eça, que pertencia a uma família de militares distintos, « filha do coronel José António Pereira d'Eça, que morreu por ferimentos recebidos nas linhas do Pôrto em 1833, e irmã do general do mesmo nome », residia em Viana do Castelo.

Era natural que, tratando-se de famílias ilustradas e de boa educação, que naquelas terras do alto Minho se relacionassem, promovendo visitas, passeios, jogos, sorrisos, tudo isso que pode produzir amor e paixões, sobretudo na idade em que a luz dos olhos tem certa influência no coração humano... Surgiram, por isso, entre ambos, amizades íntimas. Amaram-se, e, dêsse amor... se gerou aquêle fruto precioso que se chamou José Maria de Eça de Queiroz e que foi um dos maiores vultos literários da raça latina.

D. Carolina, para manter incógnita a sua gravidez, permita-se esta expressão que em nada encerra sentido irreverente, retirou-se de Viana do Castelo para a Póvoa de Varzim, onde, na verdade, parece que a criança nasceu, conforme o testemunho de seus pais, e remetida, *seis dias depois,* para Vila do

---

grande amor que teve no mundo, e nunca blasfemou, nem estremeceu de leve a crença que o tinha alumiado.

Sómente acurvava a fronte na derrocada e, por entre lagrimas, abraçava-se á esposa amantissima e aos filhos sobreviventes, como que tentando prendel-os mais á vida e estimulal-os á luta contra a fatal desgraça...

Mas, tudo era em vão! O mal, o terrivel mal da tuberculose, aninhado na intimidade d'aquela desventurada familia, florescia cada ano com o mesmo vigor, abrindo em cada flôr mais uma sepultura. E, de morte em morte, o pobre pae, torturado e perdido, foi envelhecendo e agonisando aos poucos.

Por fim, restava-lhe no mundo a maior gloria da sua vida, a maior afeição da sua alma, o maior orgulho de pae. Era aquele filho amado dos portuguezes, genio do romance nacional, imortalizado em milhares de paginas d'uma prosa nova, saltante, ironista e viva, que fizera renascera literatura patria d'um montão de escombros de romantismo. Era o seu querido José Maria, o nosso genial Eça de Queiroz...

E esse mesmo, um dia, cerrou os olhos para sempre, levado na mesma aza negra da doença maldita que vitimara os irmãos!

Foi o derradeiro golpe atirado ao coração d'aquele pobre velho: desde esse dia que ele morreu...

Foi morte d'alma que levou alguns mezes a derrubar aquele corpo forte de lutador. Hontem aquedou emfim, — e no ultimo adeus, tinha os olhos cheios de saudade pelos que deixava na terra e brilhava n'eles ao mesmo tempo, a luz de quem espera avistar os outros no céo...

E assim partiu da terra!

Paz á sua linda alma. »

Conde, onde foi baptizada, e de onde seguiu, como afirma VIANNA MOOG, « para a companhia de seus avós paternos, na casa de Verdemilho. Ali passa EÇA a sua infância, ora nos joelhos do avô, de quem ouve as narrativas das guerras civis, ora nos joelhos do prêto trazido do Brasil, que lhe conta histórias fantásticas, *A lenda de Carlos Magno* e a dos *Doze Pares de Inglaterra* », etc.

Só depois de prefazer dez anos, acrescenta o distinto escritor brasileiro, « foi EÇA viver na cidade do Pôrto, em companhia dos pais que, já então fazia seis anos, tinham contraído matrimonio, e legitimado a sua filiação ».

Como se vê, nessè livro, e em muito mais, fêz-se muita luz sôbre o caso, mas as névoas não desapareceram de todo. A retirada brusca, por exemplo, de Viana para a Póvoa e da Póvoa para Vila do Conde, etc., deixa-nos uma certa dúvida sôbre o verdadeiro lugar do nascimento e, sobretudo, da terra em que foi gerado. Além disso, as rivalidades das povoações que disputam a honra de ser o seu bêrço e de certos biógrafos, que todos eram amigos de EÇA, aumentam essas dúvidas.

Nada disto, portanto, destrói as afirmativas do meu pobre discurso no cemitério de Verdemilho. Disse eu que só por acaso é que EÇA DE QUEIROZ nascera na Póvoa de Varzim, mas que era de Verdemilho. Se o não era, de onde era então?

Se nascesse em viagem no mar alto, poderíamos dizer que era filho de tantos graus de latitude tal? Donde lhe veio essa infiltração de sangue que lhe deu vida? Onde foi educado? Que céu e que luz formou a sua mocidade? Formou-se em Coimbra, esteve em Leiria, foi para Cuba, para Newcastle, para Bristol e para a capital da França, onde faleceu no castelo de Neuilly... A sua certidão de idade poderá dizer que nasceu em outra parte, mas... mas é êle próprio que se diz *filho de Aveiro*.

Eu peço licença, sem animosidade alguma pela linda terra do Minho, por essa boa terra de pescadores do norte, em que o Cego do Maio se fêz herói na sua luta com as convulsões do Oceano..., eu peço licença a essa terra de tão grandes tradições e de tão variadas paìsagens, para repetir que EÇA DE QUEIROZ é *filho de Aveiro,* onde seu avô foi um dos maiores paladinos da liberdade, *educado na Costa Nova,* onde ouviu bramir o mar, ao longe, mesmo em frente da casa de seus pais, *quási peixe da ria,* com a malhada do Ourô a poucas dezenas de metros, em que passou os melhores dias da sua infância (1).

---

(1) Transcreve-se na íntegra a carta que EÇA DE QUEIROZ dirigiu a OLIVEIRA MARTINS em 1884 e vem publicada na sua *Correspondência* a páginas 74 e 75:

« *A Oliveira Martins* — 1884 — Querido Joaquim Pedro — Apezar de ter retardado hontem o meu jantar até ás nove da noite, não pude desbastar a minha montanha de prosa. Levar as provas para os areaes da Costa Nova,

O grande morto faleceu em 17 de Agôsto de 1900. A impressão da sua morte foi tremenda, não só em Portugal como em todo o mundo civilizado. O seu ataúde não ficaria mal, como o de Victor Hugo em noite de estrêlas e luar, a ser velado pelos poetas da França, ou como o de D. António Canovas del Castillo no balneário de Santa Águeda, com Emílio Castelar a seu lado, como que a rezar grandes conceitos de Donoso Cortes, naquele silêncio de sepulcro, sem querer pensar, apenas sentindo a dor imensa do seu coração amargurado...

... A pena já estava a arrastar-me para um caminho que não é bem aquêle a que me impus quando prometi, ao dr. Francisco Ferreira Neves, escrever qualquer coisa para o *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Como recordação, eu deveria referir-me àquela célebre carta que Ramalho Ortigão dirigiu de Venesa ao Dr. Eduardo Burnay, mas... paremos aqui, porque, se me dão corda, não sei onde irei parar. É que Eça de Queiroz caiu como uma estrêla que no solo explodisse, espalhando muitas outras estrêlas.

Morrendo na sua residência perto do Havre, pediram ao govêrno que fôsse mandado ali um dos nossos navios de guerra que deveria conduzir o cadáver para Portugal. E para onde? Naturalmente para Lisboa e dali para Verdemilho, em cujo cemitério se ergue o mausoleu de seu avô e doutras pessoas de família.

Falou-se então em Aveiro sôbre a melhor forma de se receberem os preciosos restos mortais de José Maria de Eça de Queiroz e lá estive eu em foco, como representante da terra, por indicação e carinho do velho amigo Joaquim de Melo Freitas.

---

não é pratico — ó homem pratico! Ha la de certo a brisa, a vaga, a duna, o infinito e a sardinha — cousas essenciaes para a inspiração — mas falta-me essa outra condição suprema: um quarto isolado com uma mesa de pinho.

Vocês, com tipoia na estação, barco no rio, foguetes á espera, e talvez literatos locaes — não podeis faltar hoje. Eu é que, com todas estas folhas de provas, inumeraveis como as dos bosques, não sei mesmo se poderei ir ámanhã, quinta-feira, a tempo. Não o anuncieis pois positivamente ao nosso querido Luiz Bandarra *(era o Conselheiro Luís Cipriano Coelho de Magalhães)*. Eu para lá me dirijo por toda esta semana. Filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quasi peixe da ria, eu não preciso que mandem ao meo encontro caleches e barcaças. Eu sei ir por meo proprio pé ao velho e conhecido *palheiro de José Estevão*. Um telegrama, um mensageiro, avisará o autor de *D. Sebastião*.

Ámanhã, em todo o caso, querendo Deus, saio á noite d'este infecto Porto. Talvez sexta-feira fique na Granja, a respirar o ar puro da verdade social que ali constantemente circula, emanado dos espiritos de Mariano, Henrique de Macedo, e outros *reforminhas*. Já vês a incertidão dos meus planos. Dá todo este longo recado a Luiz.

Se eu pudesse ter amanhã as minhas coisas promptas, antes do comboio das duas e meia — unico possivel para chegar á Costa ainda de dia — então, realisava a minha visita. D'outro modo, só sabado ou domingo.

Abraço a S.to Anthero *(era Antero de Quental)*, sabedor de cousas de filosofia e sonetista. E abraço para ti. — *Queiroz* ».

Esboçaram-se diversos alvitres e lembro-me, até, que um dêles seria receber o cadáver em todo o percurso da rua de Verdemilho sob muitos arcos de loureiros e carvalhos.

Por qualquer motivo, o corpo de EÇA DE QUEIROZ não saíu de Lisboa. Lá ficou no jazigo do Conde de Resende, irmão de D. Emília Eça de Queiroz, à espera que melhor oportunidade se oferecesse para a sua condução para Verdemilho. Sempre o nome de *Verdemilho* a impôr-se como última terra em que o romancista desejaria ficar em paz, na terra que foi a *alma mater* do seu espírito e das primeiras auroras da sua infância.

Mas há mais. Em tempo, recebi a seguinte carta:

Costa Nova — Ílhavo
1932 — Novembro — 1

Meu caro e bom amigo

Escrevo-lhe à pressa, na véspera de deixar a Costa Nova. Amanhã sigo para Coimbra, donde, no sábado próximo, regressarei directamente a Moreira. Lá ficarei ao seu dispôr.

O fim desta carta é pedir-lhe uma informação sôbre o jazigo da família Queiroz no cemitério de Verdemilho. Vi-o há 4 anos, por ocasião do centenário do 16 de Maio. Tenho ideia de que é uma campa muito simples, resguardada por uma grade de ferro. Precisava de saber como ela é interiormente e a sua capacidade. E que a Sr.ª D. Emília Eça de Queiroz, viúva do grande romancista, pensou em depositar ali os restos do seu ilustre marido, se ela estivesse em condições de receber êsse precioso despôjo e, de futuro, outras pessoas de família. Por isso lhe rogo a grande fineza de me dar informes precisos e minuciosos sôbre êsse mausoléu para os transmitir àquela senhora. Eu creio, pelas minhas recordações, que ela não satisfaz os requisitos desejados.

Queira responder-me depois de sábado, para evitar confusões de correio, visto a minha ausência. O meu endereço: Quinta do Mosteiro — Moreira da Maia.

Com muitos votos pela sua saúde e bem estar, asseguro-o da muita e velha estima e consideração que lhe consagra o

seu amigo mt.º dedicado e obg.º

Luiz de Magalhães

Em 1900, quando se falou em vir para Verdemilho o cadáver de Eça de Queiroz, descobriu-se o jazigo e lá vimos, numa catacumba, diversos caixões, uns em cima dos outros. Para dar, todavia, melhor cumprimento à carta de Luiz de Magalhães, abriu-se de novo, estando presentes o dr. Alberto Souto e outros indivíduos, e as impressões recebidas não me habilitaram a dar uma resposta satisfatória.

Luiz de Magalhães voltou a escrever-me, eliminando eu alguns períodos que julgo de caracter reservado:

Moreira
1932 — Dez.º, 22

Meu caro e prezado amigo

Tive o gôsto de receber as suas cartas de 15 e 20, que muito lhe agradeço.

....

O caso da construção do mausoléu precisa de ser muito pensado e conversado. Por isso convidei os nossos amigos Querubim e Alberto Souto a darem-me o gôsto duma visita a Moreira, indo todos, depois, falar com a Sr.ª D. Emilia Eça de Queiroz, sôbre o assunto.

Ela aceita, com o maior reconhecimento, a homenagem que, com isso, se quer prestar ao seu ilustre marido. Só põe uma condição: é que nesse túmulo se lhe reserve lugar para ela e para os seus filhos, um dos quais já falecido. Compreendo que esta condição tem de influir no plano da construção projectada.

Maior seria o meu prazer, se, por ocasião da vinda aqui daqueles nossos dois amigos, o meu caro Acácio Rosa os quisesse acompanhar.

Fazendo os mais sinceros votos que êste Natal passe, em sua casa, entre as maiores alegrias e o Novo Ano lhe seja, e a tôda a sua família, pródigo de venturas e prosperidades, peço-lhe que me creia sempre, com velha e muita estima

am.º ded.º e gr.º

Luiz de Magalhães

A entrevista aludida não se chegou a realizar por diversos motivos. Não sei, por isso, o que de futuro se possa resolver. O que desde já se pode afirmar é que os restos mortais de Eça de Queiroz jazem provisóriamente num jazigo de Lisboa e que sempre se tem falado em serem removidos para o cemitério de Verdemilho. Não me consta que outra terra os pretenda receber com direitos reconhecidos.

Não teria eu, por isso, razão para afirmar que Eça de Queiroz era de Verdemilho e que só por acaso veio à luz em outra parte?

Verdemilho, Maio de 1942.

ACACIO ROSA

VESTÍGIOS DE VIAS ROMANAS NO CONCELHO DE ÁGUEDA

INDÍCIOS comprovativos de valioso trânsito romano, como sejam marcos miliários e retalhos de calçada a lájeas amplas ou grandes calhaus de rolamento, não nos foi dado encontrar. Todavia, pelo a miúde calcorrear na bacia do Marnel e encostas várias do Alfusqueiro, uma ou outra realidade mereceu nossa atenção. Assim, na vertente norte do rio Vouga, entre o lugar de Serém-de-Cima e o campo que êste curso fluvial margina, sulcando duro arenito triádico, pequeno trecho de larga e antiga via, que de tempos imemoriais até à construção da nova estrada de Lisboa ao Pôrto serviu ao tráfego e ao transeunte nortenhos, poupado tem sido pelo alvião, que a maior parte do lanço já transformou em terra de cultura, pelo que ainda ali se patenteia com restos de valetas e os fundos sulcos que lhe imprimiu o rodar dos veículos durante muitas centenas de anos, como pode verificar-se pelos documentos fotográficos n.os 1 e 2.

Compreende-se a inexistência de calçada aqui, porquanto a solidez do arenito vermelho bem a dispensava.

Transpondo a velha ponte sôbre o Vouga, mandada reformar no reinado de D. João V, dizendo-se que outra mais antiga lhe serve de alicerce — e com verdade certamente —, esta construída ou melhorada na primeira metade do século XIV, com legados de membros eclesiásticos, a estrada romana, que depois se tornou rua a meio da antiga vila de Vouga, colearia o montículo onde poisa o casario do lugar de Lamas, para atingir a ponte do Marnel, a que a actual precedeu, pois esta, a presente, pelas siglas abertas em seus pilares, parece indicar construção do século XII, subindo depois a Pedaçães, a vetustíssima *Padasanes*, e daqui se estenderia para o local onde veio a erguer-se Mourisca, povoação mais recente, como o próprio nome deixa concluir. Ora, no trajecto que vai da meia-encosta até para além do referido lugar de Pedaçães, se do primitivo

empedramento romano nada mais resta, por lá ficaram, entretanto, muitas das volumosas pedras que lhe pertenceram e agora servem em o novo calcetamento que o substituiu, ou valem de amparo nas bermas da parte macadamizada.

A antiga via romana não poderia situar-se muito a poente da vila de remota origem, como é Vouga, hoje reduzido povoado, pois até esta chegaria o esteiro nascido na curva do litoral, a leste de onde demora a populosa e rica Angeja; esteiro êsse aberto em grés mesozóico, que não atravessaria a referida via o braço marinho onde desaguavam o Vouga, o Águeda e o Cértoma, pois, para fazê-lo, muito extensa obra de arte se haveria tornado necessária; obra de que não restam indícios nem memória escrita ou falada. Demais, os romanos procuravam para as suas estradas, não importa o principal fim a que fôssem destinadas, o chão firme e as elevações de grande raio visual, para maior segurança do trânsito e apercebimento do que pudesse interessar-lhes. Segurança aquela que junto à falda da formação precâmbrica melhor se lhes deparava.

Grav. n.º 1
Trecho da velha estrada entre Serém-de-Cima e a ponte de Vouga.

Na escavação procedida no Cabeço de Vouga, assim denominado possìvelmente por sua posição a montante da foz do rio, nos espaços limitados pelo vário alicerçamento encontrado, restos certamente de castreja construção e moradas adjuntas, alguns pedaços de calcáreo, contando-se mesmo um bloco de certa grandeza, identificado como do juráico de Portunhos, apareceram, deixando-nos a presunção de que a cal gasta na construção no próprio local haveria sido obtida pelo descarbonamento; carreada, portanto, para ali a respectiva pedra em bruto, o que só poderia ter-se efectuado por sólido caminho nas proximidades existentes; facto que de alguma forma con-

firma a passagem da grande estrada romana logo a poente do monte vougano.

Da ponte do Marnel, em perpendicular, se ergueria a estrada para a Beira, atravessando a floresta a que veio a suceder a populosa e florescente aldeia de Arrancada, daqui subindo até A-dos-Ferreiros, onde se bifurcaria, seguindo um ramo pelo cabeço de Arrompecilha e alcançando Talhadas e Viseu, o outro rumando para o rio então denominado Ágatha, depois Alfusqueiro, curso que atravessaria em ponte ruída por fins do século XVII, e com cujo material outra foi construída, a actual, daí prosseguindo, encosta alta, até o monte fronteiro a Cabeça-de-Cão (antes Cabeço-do-Cão, que onde demora o povoado não dá o relêvo nenhuma ideia de contôrno canicéfalo, e Cabeço-do-Cão fôra, segundo tradição ali corrente), descendo depois até Macieira-de-Alcôba para alcançar seguidamente S. João-do-Monte, Porta-do-Guardão e, finalmente, a extensa peneplanície dos rios Dão e Mondego, como o indicam os fortes rodados, em vários pontos bem visíveis e primeiramente mencionados, que saibamos, pelo muito ilustre abade aposentado de Cucujães, Sr. J. Domingues Arêde, que pelos sítios se tem dedicado a interessantes investigações.

Grav. n.º 2
Trecho da velha estrada entre Serém-de-Cima e a ponte de Vouga.

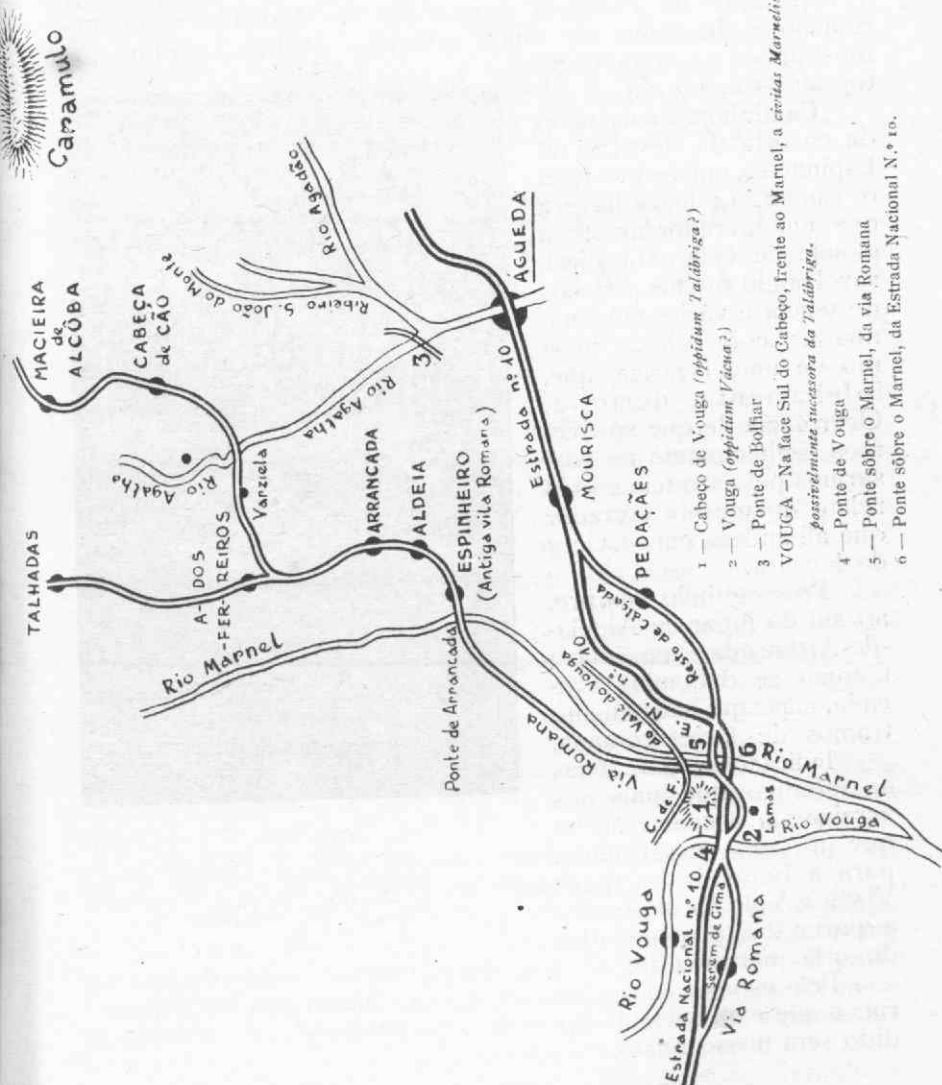
Dissemos que o rio Ágatha foi posteriormente denominado Alfusqueiro, pelos árabes crìvelmente, pois tão volumoso caudal, antes da chegada dêstes se não encontraria sem nome próprio. Nem se compreenderia que ao ribeiro que desce de S. João-do-Monte tocassem as honras de estender denominação ao conjunto formado pela confluência Alfusqueiro-Agadão, quando não passa de relativamente forte ribeira afluente do segundo. E se o formoso designativo de Ágatha, depois Águeda, lhe foi atribuído, tal se haverá feito por exclusão de partes: existindo em

velhos manuscritos referências ao legítimo Agatha, e encontrando-se de nome pôsto os maiores cursos, atirou-se com êste denominativo para a referida forte ribeira, à falta de melhor.

Uma hipótese, bem entendido, mas que a verdade possívelmente representará. A velha ponte do Marnel mostra seus olhais com a direcção ENE-OSO, enquanto que a nova vala, por onde ora se faz a corrente, aberta entre aquela ponte e a do caminho de ferro do Vale do Vouga, tem a de E-O. Significa isto que o antigo curso se encontrava mais ao norte, ou junto à base da vertente sul do Cabeço de Vouga, conservando ainda um terreno próximo a Carvalhal-da-Portela o toponímico de Portelho, evidentemente memória de que ali chegariam barcos outrora, ou fôra ponto de bateiras para travessia da vala ou rio, deixando ainda presumir que mais vultosas teriam sido as águas do Marnel em tempos recuados.

Grav. n.º 3
Grandes pedras nos taludes do ribeiro do Béco.

Ora, à referida base, junto na orla da pateira, acusa esta maior profundidade, sendo conhecida aqui pelo nome de vala velha, porque, de facto, como dissemos, por ali derivou o grosso do caudal do rio, ou mesmo a sua totalidade, visto que a pateira não conta existência maior de 200 anos e reza a tradição que a sua área servira a mercado no decorrer de anos já muito afastados. E dizem as gentes de Lamas que nos verões muito sêcos se verifica ser o fundo desta vala uma calçada. Sendo assim, fácil é depreender que o rio Marnel corria ao lado desta calçada, que seria a via romana para a Beira, vindo ali a assorear-se e, finalmente, a fluir sôbre a referida calçada com o nome de vala do Marnel, a velha vala de hoje.

A leste da ponte do caminho de ferro do Vale do Vouga, largo trato de terreno é conhecido pela designação de Calçada. Levado pelo toponímico, fomos então procurar algum vestígio

Traçado geral das vias romanas no concelho de Águeda, relacionadas com as vias de comunicação actuais.

que nos comprovasse pelo sítio a passagem da via romana, e logo nos taludes que amparam as margens do ribeiro do Beco, cujo álveo vale também como servidão das terras circunvizinhas, deparamos com largas pedras, cuja permanência ali só pode ter a explicação de haverem pertencido ao desfeito calçamento romano e de serem de difícil remoção. Pedras como as que mostram os documentos fotográficos n.os 3 e 4.

Caminho acima, a meio da encosta da elevação do Espinheiro, em declive para o campo, 14 anos haverá que um lavrador arroteou o solo de velho sobreiral, revolvendo muitos pedaços de tégula e várias mós manuárias, com achado mesmo de uma lagariça, que, infelizmente, demoliu. Ocorrência de que só tivemos conhecimento ao passarmos pela arroteia e pelo relato do mesmo lavrador que ali andava em serviços da lavoura.

Grav. n.º 4
Bloco de pedra no talude do ribeiro do Béco.

Prosseguindo sempre, ao sul do lugar de Aldeia-de-Arrancada, um outro terreno se denomina Calçada, mas aqui nada encontramos de fácies romana.

Indicações são tôdas as referidas que mais nos arraigaram a convicção de que a velha via romana para a Beira, isto é, para Viseu e Vale de Besteiros, a partir das proximidades da orla marítima, houve seu comêço junto à ponte do Marnel.

Pelo esbôço, constituído apenas por linhas pedidas à memória, e que esta sucinta exposição acompanha, melhor compreendido será nosso relato.

Corrigenda: Em nosso artigo *A Ponte do Alfusqueiro*, à página 43, linha 11, do vol. VII do *Arquivo*, onde está *pequeno retalho*, deve ler-se *por pequeno retalho*; e na linha 28, onde se lê *margem direita*, deve ler-se *margem esquerda*.

JOAQUIM SOARES DE SOUSA BAPTISTA

UMA CARTA DE JOSÉ ESTÊVÃO SÔBRE A PASSAGEM DA VIA FÉRREA EM AVEIRO

É sabido o interêsse que José Estêvão Coelho de Magalhães manifestou para que o caminho de ferro de Lisboa ao Pôrto passasse por Aveiro, sua terra natal.

Como prova dos esforços que êle fêz para que Aveiro viesse a usufruir das vantagens da via férrea então em estudo, vamos publicar o rascunho de uma carta sua.

O texto dêste documento foi ditado por José Estêvão, mas o rascunho encontra-se emendado por sua própria mão. Não está, porém, assinado. O documento definitivo deve ter sido depois remetido a um destinatário cujo nome não consta do tal documento.

O rascunho manteve-se até há poucos mêses na posse dos descendentes de José Estêvão, residentes actualmente na Maia, concelho do Pôrto, e por êles foi agora oferecido à Câmara Municipal de Aveiro.

Havia quem quisesse que a via férrea passasse por Águeda e não por Aveiro: Venceu José Estêvão.

O caminho de ferro veio afinal a passar por esta cidade. Em 18 de Julho de 1863 atravessou pela primeira vez a ponte de Esgueira uma locomotiva vinda do norte até Aveiro. A parte do caminho de ferro desde esta cidade até Taveiro só foi inaugurada em 10 de Abril de 1864, em virtude da demora na conclusão do atêrro do vale do Côjo.

Vejamos o teor do documento a que me estou referindo, e que por mim foi copiado.

Aveiro, 31 de Janeiro de 1942.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

«Amigo

Aveiro 11 de Setr.º de 1860

Escrevi-lhe para o Porto a pedido d'um visitante da exposição que não lh'entregou a carta. N'ella o convidava a vir por aqui na volta, para ver com os seus olhos as coisas d'esta localid.e attenentes ao seu Ministerio.

A barra sobretudo merece ser observada por quantos podem concorrer para a melhorar. Esta obra para mim nem é igreijinha politica, nem preocupação da terra natal. Enteressa grandemente á economia geral do Estado, olhe que para o Norte não há pórtos senão seis mezes.

Leia o que lhe vou escrever umas poucas de vezes. A porção de sal que no momento em que lhe escrevo, custa no Porto 16:000 rs, esta-se vendendo em Aveiro por 3:000 rs. E estes dois mercados distão 10 legoas!

Ha de custar aparecer mesmo em paiz semi-civilisado uma monstruosidade commercial d'esta ordem.

Se não há communicação: se se não entra na barra do Porto: se a estrada serve unicam.e para correr a malla-posta, até aonde as cheias não a embargão, como tem succedido ultimam.e estes dias em Agueda!

Estou cahido na questão do caminho de ferro, e esse é o objecto principal da minha carta.

Sei que a Comp.a já apresentou o traçado d'estes sitios, e q. propõe a linha d'Aveiro. Não podia propor outro sem prejudicar os interesses da exploração e sem fazer uma obra má e uma acção iniqua.

Conto com as suas promessas para não consentir que mesquinharias politicas que a meu respeito são puramente gratuitas, consiguão d'accôrdo com más vontades, filhas d'outros motivos e oriundas d'outras procedências, desviar do seu traçado natural a linha ferrea, sem outro fim que não seja o de me contrariar e de fazer pagar a esta terra o peccado de me ter dado o nascim.to

Todas as precauções são poucas contra as pequenas malevolencias num paiz tão dado a ellas, como é o nosso e por isso recorro á sua desinteressada amizade para que não só se recuze a auctorizar com seu nome uma injustiça para estes povos e uma affronta para mim, mas antes se faça nosso patrono.

É escusado dizer-lhe que q.to m'escrever é para nós ambos, e q. tenho fé viva que é da sua pessoa q. hei de receber as instruções necessárias para levar ao cabo este negocio em que estou todo todo *(sic)* empenhado. Diga-me com brevidade a qual dos membros do conselho foi distri-

buido o exame do traçado do cam.º de ferro na p.te respect.a a esta localid.e, e se posso contar com um parecer desapaixonado n'um assumpto q. de sua natureza é alheio a paixões.

Appareceu por estes contornos uma opposição de certos homens á passagem do cam.º de ferro por Aveiro. Quer saber q. motivos decediram estes cavalhr.os? Custa a crer, mas é verd.e

Compraram uns pinhaes n'uma certa direcção, e querem levar por ella o cam.º de ferro p.a ganharem na madeira! Tenho d'isto bastantes provas, e da m.ma estofa são pela maior p.te as razões dos opponentes a q. a linha ferrea passe por Aveiro.

Espero, repito, uma carta sua, e descanço na sua amiz.e e imparcialid.e a tal ponto que sem seu conselho e direcção não sollicito de mais ninguem a minha causa.

Seu am.º »

MARNEL, SERÉM E ESTÊVÃO GONSALVES

SERÉM e Marnel, dois encantadores rincões da nossa paisagem, contrastam frente a frente, aos lados da ponte da estrada nacional sôbre o Vouga. Um espraia-se amplo, risonho, com as claras águas do rio serpeando alegres. O outro concentra-se meditativo e mesto na serenidade verdejante da água quêda e espelhante.

E ambos estão agora na ordem do dia.

Em Serém acaba de inaugurar-se a primeira *pousada* construida pelo Secretariado da Propaganda Nacional no distrito de Aveiro, em seqüência do intuito de mostrar as belezas do nosso país aos portugueses, que as ignoram, e aos estrangeiros que as querem ver.

E porque não será a segunda junto ao *Castelo da Feira*, onde tantos elementos apreciáveis já existem para tal realização?

Puseram em evidência o Marnel as escavações no Cabeço do Vouga patrocinadas pelo benemérito Sousa Baptista, a visita da Junta Nacional de Educação a essa estação luso-romana e o proficiente relatório publicado no anterior volume dêste *Arquivo*, págs. 227 e 313, e em separata [1], que amável e lisongeiramente cita a minha modesta referência à linda paisagem.

A estas duas joias da natureza engastadas no nosso distrito e a uma terceira que enflora a arte portuguesa me vou referir.

Existe na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa uma preciosidade de iluminura. É o *Pontificales missæ*, feito por Estêvão Gonsalves Neto que assinou o frontispício como *abbas Sereiiensis*. Alguém leu *abade sereiense*, outros viram *serenense*, e localizou-se em Serém a feitura dêsse primor de paciente e artística beleza.

---

(1) António Gomes da Rocha Madahil, *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga — I — Terraço subjacente à Ermida do Espírito Santo ou da Vitória*; Coimbra, 1941.

MARNEL, SERÉM E ESTÊVÃO GONSALVES

Quando, no comêço de 1925, completei o meu romance *Os Senhores do Marnel,* referi-me a essa joia da arte seiscentista em dois trechos. Transcrevo-os porque nem só de pão vive o homem, e a amenidade literária quadra por vezes aos espíritos preocupados de ciência e erudição dos leitores dêste *Arquivo.*

Com respeito ao recanto encantador do Marnel esbocei o quadro:

« Toda a paisagem é límpida e serena, digna de inspirar a grande alma dum artista mimoso como Estêvão Gonsalves Neto e de esmaltar, viçosa e calma, as lindíssimas iluminuras do portentoso missal que êste abade seiscentista coloriu *ali nos arroubamentos de Serém,* depois ofereceu ao bispo D. João Manuel e onde celebrou na tenuidade das delicadas côres a beleza deliciosa e suave daquela região ».

Mais adiante, de novo fiz referência ao missal do pároco artista e às margens do Vouga:

« Quando ao dar a volta para a estrada real se lhes deparou um muro alto que excediam algumas copas de árvores, o João Fernandes explicou que ali fôra o convento de Serém, *onde* um artístico abade *começara a pintar* um belo missal « iluminado e iluminurado » — dizia o doutor — com cercaduras lindíssimas e páginas admiráveis que constituem perfeitos quadros. Da história do convento pouco podia dizer-lhes. Fundara-o Diogo Soares em 1635, concluindo-o seu filho Miguel Soares e era de capuchos de Santo António. De notável só tinha o *ser ali* que Estêvão Gonsalves *começou e em parte fêz* a sua linda obra. A Dulce conhecia o célebre missal da Academia das Ciências, tendo-o apreciado muito quando o fôra ver, tanto mais que também ela se entretinha pintando alguma coisa e apreciava a arte especial da iluminura. Penalizava-a não poder folhear de novo essa maravilha. Podia fàcilmente. Estava às suas ordens na *livraria* do Monte Reguengo uma bela cópia editada anos antes com todo o primor. Visto ser apreciadora e manejar pinceis, recomendava-lhe que revisse a obra do inspirado abade, onde era perfeitamente caracterizada, para quem a soubesse examinar, a diferença entre a parte *feita ali,* em longos anos de serena contemplação das luminosas e quietas margens do Vouga, e a outra trabalhada em Viseu, quando Estêvão Gonsalves já estava cónego. Diverso era o ambiente e dissemelhante a inspiração. Nem se precisava atender às diferentes maneiras como êle assinava ».

A êsse tempo ainda me não tinha embrenhado em estudos históricos e bebia nas fontes fáceis a resenha de factos indispensável para singrar na vida sem fama de ignorante.

Há na história portuguesa muitos episódios levianamente fixados, provindos da crendice dos frades ou da fantasia dos cronistas e incluídos nos compêndios e livros de divulgação de conhecimentos, por mera inadvertência dos autores ou pela velocidade adquirida na tolice que é uma das mais respeitáveis fôrças sociais. Deitando-se a público e a par um acêrto e uma tolice, é quási inevitável que esta chegue mais cedo à meta da vulgarização e aquêle emperre e se imobilize em qualquer fútil reparo de pechoso ou zoilo.

Vai-nos ficando quanto àvidamente apreendemos e se, pela vida fora, nos dizem coisa diversa ou deparamos opinião em contrário, sem reflectirmos nem atendermos, a nossa sensibilidade arrepia-se da inovação, do estranho, como de uma heresia.

Foi assim que ninguém reparou no anacronismo de se executar êsse paciente primor tendo a data de 1610, num mosteiro começado em 1635, nem viu os dois ii do *sereiiense* desenhado pelo Estêvão Gonsalves no frontispício do seu missal.

Um dia o meu amigo Cardoso Gonçalves, velho companheiro na direcção da *Academia de Estudos Livres* e admirador do primoroso iluminista, publicando um livro sôbre êste, deixou escapar na revisão o sereiense com um único i e isto deu cuidados ao erudito e meticuloso arqueólogo dr. Maximiano de Aragão.

Porque pusera dois ii no adjectivo da sua abadia o bom do Estêvão Gonsalves? Não. Ali havia êrro interpretativo. Sereiiense não podia provir de Serém. Serenense não era o que lá estava. E, de rebusca em rebusca, veio a apurar-se a verdade.

Em sessão de 9 de Maio de 1929 — três anos e meio depois de publicado o meu romance — o dr. António Baião comunicou à Academia das Ciências de Lisboa as investigações do dr. Maximiano de Aragão.

Estêvão Gonsalves Neto foi abade de Santa Maria Madalena de Sereijo, perto de Pinhel, desde 3 de Maio de 1613 a 3 de Junho de 1618. Nunca foi abade de Serém, de cujo convento a primeira pedra foi lançada a 16 de Abril de 1635, oito anos depois dêle ter morrido a 29 de Julho de 1627. E não podem restar dúvidas. No arquivo de S. Vicente de Fora está o livro de assentos paroquiais de Sereijo, no qual o próprio Estêvão Gonsalves lançou o seu têrmo de posse e foi lavrando registos até ao último baptismo na data referida.

O ano de 1610 pôsto no frontispício marca talvez o início da monumental obra, começada portanto antes da ida do artista para a sua paróquia, onde posteriormente faria essa página de

rosto. Em que lugar começou o futuro abade o seu meticuloso trabalho? Virá um dia a descobrir-se?

Uma certeza adquiriu o dr. MAXIMIANO DE ARAGÃO: não foram a calma e linda paìsagem do Marnel nem as risonhas margens do Vouga que inspiraram as belíssimas iluminuras do missal. Mas mereciam ter sido.

No entanto, devo esta rectificação; e, visto que ela interessa ao nosso distrito e não conto reeditar o meu romance, aqui a deixo no *Arquivo;* porque, como ARISTÓTELES, a-pesar-de muito amigo do Marnel, sou mais amigo da verdade.

Feira, 17 de Junho de 1942.

VAZ FERREIRA

FILARMÓNICAS DO DISTRITO

IV

FILARMÓNICA DE ÁGUEDA

SEGUNDO informações que acabam de nos ser dadas, a música de Águeda foi fundada em 1856, pouco mais ou menos, pelo P.e Domingos Rodrigues de Almeida, professor de latim, vulgarmente conhecido pelo *Padre Mestre*. Passou seguidamente a ser regida por Manuel de Noronha, secretário da Câmara.

Mais tarde, formou-se outra agremiação — a *Música Nova*, regida por um tal Canário, músico militar. Era a filarmónica do partido de João Ribeiro da Rosa Magalhães, progressista, ao passo que a *Velha* era afecta à Casa da Borralha e de Aguieira.

Em 1880, foi regente da banda o estrangeiro Francisco Esquadrani, músico exímio, e, a seguir, Luís Rodrigues de Almeida, filho do Padre Mestre.

Mais recentemente, o Sr. Conde de Águeda trouxe de Lisboa o maestro, reformado, Querubim António Assis, que deu grande incremento à sociedade. A estes seguiram-se os regentes Figueiredo, Gonçalves, António Marques Rodrigues de Carvalho e outros. É actual regente o Sr. Godofredo Duarte, que teve como professor o regente Querubim Assis.

Há ainda a notícia do regente João José Escôto, anterior a Esquadrani.

O nosso camarada ROCHA MADAHIL forneceu-nos o seguinte anúncio, que encontrou no n.º 3 da «Escola Popular», de 21 de Maio de 1870:

> «Annuncio — A Phylarmonica *Nova Eminium*, da villa d'Agueda, annuncia ao publico, que contractou para seu director o habil professor de musica, o sr. Eduardo Branco Alvares Pombal, e que por isso se acha de novo habilitada para, com a sua provervial *(sic)* maestria, se desempenhar de quaesquer funções, tanto d'Egreja como d'arraial, para que for convidada. Os preços são commodos».

FILARMÓNICA DA ARRIFANA

O nosso assinante, Sr. Adão Rodrigues, residente no Pôrto, mandou-nos espontâneamente preciosas informações àcêrca da filarmónica da Arrifana, terra da sua naturalidade. Vivamente louvamos aqui o bairrismo do nosso velho amigo e lhe agradecemos a gentileza. Eis as referidas informações:

« Procura-se através do tempo a data da sua fundação e não se averigua. Compulsam-se os seus arquivos, recorre-se à memória ainda viva e lúcida das pessoas mais idosas dos lugares suburbanos, e a sua recordação não atinge os primórdios desta colectividade. Seguem-se a par e passo as suas efemérides, acompanha-se a sua evolução durante cêrca de 126 anos, mas depois esbarra-se com o mistério e a incerteza. E, todavia, para a história desta sociedade artística, como seria interessante, e muito importante até, poder fixar com precisão e determinar com irreparável certeza a data da sua instituïção e o nome do seu instituïdor!

Contra a nossa vontade de investigar conscienciosamente uma e outra, opõe-se a neblina densa do mistério, formado pelo pó dos anos, que ultrapassa um século.

Esbarra-se com a incerteza, dizem-nos. É que anteriormente a 1802 (até aqui conhece-se, positivamente, a sua existência pelos nomes dos seus regentes) ainda vamos encontrar rastos da nossa Banda, rastos que assinalam a sua passagem através de anos remotíssimos.

O integérrimo Juiz, Sr. Dr. Manuel Tavares da Costa, conserva na sua casa de Teamonde, Carregosa, entre outros documentos extraídos, ou copiados, do arquivo da Junta, um referente à nossa Banda.

É uma nota brevíssima que reza assim: — « Pago à música de Arrifana, reis 3$000. »

Tem o documento em questão a data de *mil setecentos e setenta*. Fazemos fé por êste documento, cuja autenticidade deve ser insuspeita e que deve ser incontraditável como elemento de prova: « a Banda de Arrifana existe há 172 annos. »

Mas ainda a nossa interrogação fica suspensa: — quando se fundou?

Apontamentos escrupulosamente alinhados, que temos à vista, indicam-nos o nome do seu mais antigo regente conhecido: — Manuel Inácio de Azevedo. Sucedeu-lhe o padre Domingos Soares Leite, que teve notável prestígio de maestro. Segue-lhe Duarte Soares Leite. E, numa sucessão contínua, a regência passa a António Bernardo Soares

Leite, António Martins Soares Leite, professor de instrução primária na Vila da Feira.

A êste tempo, uma nova música se organiza sôbre a direcção de António Leite Soares de Resende. Esta segunda teve uma duração efémera. A breve trecho se desorganizou, integrando-se todos os componentes, sem excepção do chefe, na antiga Banda.

Atingiu esta, então, justificada fama, e António Martins Soares Leite consegue levá-la a concelhos distantes: — Arouca, Cambra, Castelo de Paiva, Estarreja, Gaia e Ovar, levando-a, simultâneamente, a quási tôdas as freguesias limítrofes, incluindo Oliveira de Azeméis e seu concelho.

Regem-na depois António Soares Ferreira Júnior, Serafim Martins de Araújo, Antonio Martins, filho, Pedro Soares Ferreira, António Ferreira Cardoso, volta a regê-la Pedro Soares Ferreira, e presentemente, Roberto Nunes.

Teve a nossa Banda, alternadamente, períodos de apogeu e de decadência. Mas sempre, ora gozando a glória da sua justa fama e colhendo os louros dos seus retumbantes triunfos, ora arcando abnegadamente com as vicissitudes do momento, soube manter-se, não quebrando nunca a continuïdade da sua existência.

Para Arrifana é motivo de justa satisfação e orgulho a antiguïdade da sua Banda de música; esta tem sido um excelente elemento de propaganda, porque leva longe, muito ao longe, na estridência vibrante dos seus metais e nas notas harmoniosas dos seus concertos, o nome da Nossa Terra.

Tem, actualmente, 32 executantes. E sob a competente regência de Roberto Nunes, um novo em quem abundam qualidades de trabalho, vontade firme, persistência e dedicação, a Banda tem a sua continuïdade garantida, o futuro assegurado, e de-certo atingirá a famosa celebridade dos seus tempos áureos, para lustre seu e glória de Arrifana.

Em virtude da organização, entre nós, da Corporação dos Bombeiros Voluntários, a nossa Banda de música tomou a deliberação de se integrar naquela colectividade, ficando, no entanto, com direcção e administração autónomas.

Esta integração, honrosa para os dois organismos, traz-lhe, doravante, uma nova designação: — *Banda dos Bombeiros Voluntários de Arrifana.*

Arrifana, 10 de Novembro, 1941.

Um Arrifanense.

Esta Banda tem casa própria, que lhe foi construída por subscrição na freguesia, para, nos altos, fazer os seus ensaios.

A casa é da freguesia; mas só para aquêle fim pode ser utilizada.

Tem, mesmo, na frontaria, uma pedra, com letras em relêvo, que indicam o fim para que foi construída e destinada.

A. »

Filarmónica da Arrifana

Das restantes filarmónicas, ainda bastante numerosas, nada diremos por hoje, pois nos faltam dados seguros a respeito de cada uma delas.

Mais uma vez lamentamos o desinterêsse dos regentes e demais pessoas a quem nos temos dirigido. Será difícil ou impossível acordá-los do seu torpor; mas nem por isso deixaremos de, em outro artigo, tirar da existência e actividade destas bandas populares as conclusões a que elas nos levam.

JOSÉ TAVARES

CASAS BRASONADAS DE OLIVEIRA DE AZEMEIS

ESTUDO interessante é o das diversas pedras de armas e casas antigas ainda existentes, e muito bem fica neste *Arquivo* a menção das que haja no Distrito.

Para um estudo, todavia, falta-nos em primeiro lugar a competência, e depois o tempo e elementos de consulta.

O nosso trabalho será pois o de uma simples reportagem, uma singela recolha de materiais, que poderão talvez vir a ser úteis a algum estudioso, ou pelo menos a servir de incentivo para trabalhos semelhantes.

E assim, desde já nos consideramos absolvidos de algum êrro de interpretação que cometamos.

I — *Casa no Largo da República,* (propriedade hoje do Sr. António José Alves Moreira). (Fig. 1).

Sôbre esta casa foram-nos prestadas pelo Sr. Dr. Carlos Leme Pizarro Côrte-Real as seguintes informações:

Apontamentos sôbre a sucessão da casa brasonada sita no Largo Municipal de Oliveira de Azemeis.

Salvador José dos Reis e Vasconcelos, Cavaleiro da Ordem de Christo, Familiar do S.[to] Ofício e Capitão-Mór da Feira, foi por sucessão senhor da referida casa. Casando com D. Isabel Tereza Maria Soares de Albergaria, sua parenta, sucedeu-lhe na mesma casa e seu morgadio seu filho Domingos Manuel Soares de Albergaria dos Reis e Vasconcelos que, como seu pai, foi nomeado Capitão-Mór da Vila da Feira, por carta de 22 de Novembro de 1775, cargo que exerceu com « muito zêlo, inteiro cumprimento e satisfação » como consta de documento datado de 3 de Junho de 1787 e assinado pelo Brigadeiro Sebastião Corrêa de Sá, Governador das Armas da cidade do Pôrto e que se encontra no arquivo da casa dos Morgados de São João da Madeira e senhores do Gafanhão, hoje minha propriedade, como seu descendente. Casou na nobre casa do Carmo, em Aveiro, com D. Inês Antónia Maria Margarida de Mascarenhas Rangel e Quadros, filha de Diogo Luís Perestrelo Rangel de Quadros e Veiga, senhor desta casa, e de sua mulher D. Catarina Maria Inácia de Mascarenhas e Mesquita, da casa de Carrascal, em Tôrres Novas, havendo deste casamento o filho Domingos Manuel dos Reis Soares de Albergaria Mascarenhas de Quadros, que sucedeu na casa e morgado de seu pai. Foi como seus ascendentes Capitão-

-Mór da Feira, cargo para que foi nomeado em 1798, tendo apenas 25 anos de idade, e coronel do regimento de milícias de Oliveira de Azemeis, sendo sob o seu comando que estas « encorporadas no exército de D. Miguel fizeram serviços entrando em várias refregas e acompanhando o destino daquele príncipe até Évora-Monte. » (Anais do Município de Oliveira de Azemeis). Exerceu ainda o cargo de Superintendente das Coudelarias de Estarreja, por nomeação régia de 3 de Agôsto de 1816. Casou com D. Maria Rita do Carmo Pinto de Queiroz, da casa de Cidacos, de Oliveira de Azemeis, havendo dêste casamento a filha D. Maria Inês Soares de Albergaria Rangel e Quadros que, foi herdeira e senhora da casa de seus pais. Pelo casamento desta senhora com o Morgado de São João da Madeira, José Nunes Cardoso de Gouvêa Pereira Côrte-Real, passou aquela casa a ser conhecida pela casa dos Côrte-Reais de Oliveira de Azemeis. Foi êste morgado de São João da Madeira 16.° senhor donatário da vila e honra de Gafanhão e seu morgado, e outros, e Fidalgo da Casa Real, por alvará de 31 de Agôsto de 1824. Exerceu o cargo de Tenente-Coronel comandante do batalhão de voluntários realistas de Oliveira de Azemeis, servindo em tôda a campanha o Rei D. Miguel e só vindo a depôr as armas, com o resto do exército realista, em Évora-Monte. A ambos sucedeu seu filho Manuel Cardoso Rangel de Quadros Côrte-Real que nasceu nesta referida casa, de que veio a ser senhor e representante, bem como de todos os demais morgados paternos. Foi, como seus ascendentes pela linha paterna, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 27 de Setembro de 1867. Foi ainda, pelo seu casamento com D. Maria Tereza Leme Guedes Vieira de Macedo, senhor do antigo morgado de Vale do Couto, em Mesão Frio, de que esta senhora foi herdeira, como filha de Carlos Leme Guedes Vieira de Melo e Macedo, senhor dêste dito morgado e da casa-solar de Ribeiro, no extinto concelho de Bemviver, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, moço-fidalgo da mesma com as honras e prerrogativas do exercício no Paço, e de sua mulher D. Mariana de Vasconcelos e Lencastre, da casa dos Condes das Alcáçovas. Com a extinção dos morgados e falecimento do último, o citado Manuel Cardoso Rangel de Quadros Côrte-Real, foi a sua grande casa partilhada pelos seus quatro filhos legítimos, cabendo a sua filha D. Maria Clementina de Lencastre Vasconcelos e Sousa Leme Côrte-Real, mais tarde Condessa de São Januário, o senhorio da referida casa de Oliveira de Azemeis, saindo tempos depois da família, por venda efectuada pelos descendentes desta senhora e seus herdeiros. Ficou porém a representação desta casa na pessoa de Carlos Leme Côrte-Real, como filho mais velho e único varão do último morgado e bem assim de tôdas as demais casas de seus antepassados, tendo sido senhor da antiga Quinta de São João da Madeira, sahida do extinto morgadio do mesmo nome, o qual casou com D. Maria Beatriz Carneiro Pizarro, de Vila do Conde, havendo dêste casamento três filhos:

a) Manoel Cardoso Pizarro Leme Côrte-Real, que vive na sua casa de Cidacos e representa por varonia toda a família e conseqüentemente a casa de que se vem tratando.

b) Carlos Leme Pizarro Côrte-Real, a quem por herança pertenceu a referida Quinta de São João da Madeira e exerce actualmente o cargo de Conservador do Registo Civil de Oliveira de Azemeis e

c) D. Maria Beatriz Pizarro Leme Côrte-Real, que vive casada na Quinta de S. Vicente em Frades, Povoa de Lanhoso.

Quinta do Morgado de S. João da Madeira, 27-7-1940.

Carlos Leme Pizarro Côrte-Real.

Na base da cruz que encima a capela (que não está aberta ao culto) tem a data de 1697 e nos pilares da escada a data: « 1683 » (no da esquerda) « ANNOS » (no da direita). Na monografia sôbre Oliveira de Azemeis, *Annaes do Municipio de Oliveira de*

Azemeis, 1909 — Pôrto — Liv. Chardron, não vem descrita esta casa nem o seu brasão, embora se refira à Família Côrte-Real. Sem elementos que por completo nos elucidem, interpretamos assim a pedra de armas:

Escudo esquartelado: 1.º — Vasconcelos (de negro, com três faixas contraveiradas de prata e de vermelho); 2.º — Brandões (em campo azul 5 brandões de oiro, acesos de vermelho, postos em sautor); 3.º — Soares de Albergaria (em campo vermelho, tôrre de prata, torreada, aberta do campo); 4.º — Silvas (?) (em campo de prata leão de púrpura armado de azul) Elmo, paquife, virol e timbre (o dos Vasconcelos — um leão de oiro).

Fig. 1

Casa no Largo da República

Da mesma família existe no cemitério desta vila a pedra da fig. 2, com o mesmo brasão.

II — *Casa no Largo da República,* (propriedade do Sr. Fernão Pinto Pereira de Lencastre de Abreu e Lima). (Figs. 3 e 4).

A esta casa referem-se os *Annaes,* sob o título «Reis e Vasconcellos», e aí se diz ter a carta de brasão sido concedida em 27 de Janeiro de 1774, a José Pedro Henriques de Vasconcelos da Costa.

Segundo aquela obra será o brasão:

« Esquartelado: 1.º — Henriques (mantelado, tendo nos campos altos dois leões de púrpura batalhantes, em campo de prata e no de baixo em campo vermelho um castelo de oiro lavrado de prêto); 2.º — Vasconcelos (em campo de negro três faixas veiradas e contra-veiradas de prata e vermelho); 3.º — Costas (em campo vermelho seis costas de prata firmadas e postas em duas palas); 4.º Silvas (em campo de prata um leão de púrpura armado de azul).

Timbre — o castelo do escudo com um leão saindo da tôrre do meio e por diferença uma brica azul com um I de prata. Elmo de prata aberto, guarnecido de oiro. »

Fig. 2
Pedra brasonada no cemitério de Oliveira de Azemeis

Tem a pedra um coronel para que não encontramos explicação, a não ser a que se lê nos *Annaes,* a respeito de outra casa a que em seguida nos referiremos: que foi arbitràriamente acrescentado.

III — *Casa na Rua de Bento Carqueja,* (propriedade do Sr. Dr. Álvaro de Matos, de Vale de Cambra). (Fig. 5).

A carta de brasão vem no *Arquivo Heráldico--Genealógico,* de Sanches de Baena, a fl. 663, e foi concedida em 30 de Janeiro de 1669 a José de Sequeira de Vasconcelos Monterroio. O brasão, segundo a carta, seria de: 1.º — Sequeiras, 2.º — Silveiras, 3.º — Vasconcelos, 4.º — Melos; no entanto o que se vê na casa é de:

1.º — Sequeiras (em campo azul cinco vieiras de ouro, postas em sautor); 2.º — Monterrosos (em campo de ouro uma águia vermelha de 2 cabeças, armada de prata sôbre um crescente, e em cada cabeça uma coroa de hera de sua côr); 3.º — Silveiras (em campo de prata 3 faixas de vermelho);

4.º — Melos (de vermelho 6 besantes de prata entre uma

Fig. 3
Casa no Largo da República

Fig. 4
Brasão da casa acima

dobre cruz de ouro e debrum de ouro).

Timbre — o dos Sequeiras: uma vieira do escudo entre 4 plumas de azul.

Diferença — uma estrêla de 6 pontas.

Nos *Annaes,* onde colhemos esta informação, diz-se ser arbitrária a colocação do coronel e que a casa foi vendida pelos respectivos titulares em 1844.

Em frente da pedra de armas, e prêso a ela, esteve até há pouco tempo um mastro de bandeira, e foi por certo na sua colocação que foi partida parte do florão central do coronel. Um dos besantes do último quartel também está partido.

O exterior da casa é de reconstrução moderna.

IV — *Casa na Rua de António Alegria*, (propriedade do Sr. Joaquim Cesar Soares de Pinho). (Fig. 6).

Fig. 5
Brasão da casa na Rua de Bento Carqueja

Não tem esta casa actualmente pedra de armas, mas incluímo-la nesta notícia por ser tradição que a teve. Esta casa pertenceu à família Barreto Feio e, segundo os *Annaes*, seria o seu brasão (concedido por carta de 25 de Outubro de 1799 ao « presbytero secular do hábito de São Pedro », de Oliveira de Azemeis, Victorino José Barreto Feio e Vasconcelos) assim formado:

Esquartelado: 1.º — Barretos (campo de prata semeado de arminhos de negro); 2.º — Feyos (em campo azul três bandas sanguíneas perfiladas de ouro); 3.º — Valentes (em campo vermelho

Fig. 6
Casa na Rua de Antònio Alegria

um lado de oiro faixado com três faixas de azul); 4.º — Vasconcelos.

Sôbre o escudo um chapeu prêto com cordões entrelaçados e uma borla pendente por banda, tudo da mesma côr e por diferença uma brica azul, com um farpão de oiro.

Fig. 7
Brasão da casa na Bemposta

Assim no-lo descrevem os *Annaes.*

Parece que a pedra, se existiu, estaria colocada na parte sul, onde agora se vê uma varanda envidraçada. Esta parte é porém de reconstrução moderna, e da pedra não há vestígios nem notícia certa.

V—*Casa na Bemposta,* freguesia do Pinheiro da Bemposta (1) (propriedade do Sr. Eduardo de Albuquerque de Quadros Côrte-Real). (Fig. 7).

Brasão concedido por carta de 20 de Outubro de 1779, a Marcelino Raimundo Tavares da Silva Araújo e Albuquerque (2).

Lemos assim:

Esquartelado:

1.º—Tavares (em campo de ouro 5 estrêlas de 6 pontas, de vermelho em sautor); 2.º — Silva (em campo de prata leão de púrpura armado de azul); 3.º — Araújo (em campo de prata uma aspa de azul carregada de 5 besantes de ouro); 4.º — Albuquerque (em campo vermelho 5 flôres de liz de ouro postas em sautor).

Timbre — um cavalo sainte de vermelho com rédeas e sela de oiro.

Diferença — Uma brica azul com um M de prata.

---

(1) Fazemos a menção dos brasões nas diversas freguesias sem os agruparmos, como seria mais correcto. Seguirão a ordem porque formos obtendo as fotografias.

(2) Cit. *Annaes...* e *Brasões inéditos — Suplemento,* de Sousa Machado.

VI — *Casa no Cruzeiro*, freguesia do Pinheiro da Bemposta (propriedade do Sr. Dr. João Evangelista de Quadros de Sá Pereira de Melo). (Fig. 8 e 9).

Brasão concedido em 12 de Setembro de 1776, a Manuel José de Sá Pereira de Melo Leitão.

Fig. 8

Casa no Cruzeiro do Pinheiro da Bemposta

Esquartelado:

1.º — Sá (enxequetado de prata e azul de 6 peças em faixa e sôbre o enxequetado uma coluna de prata em pala, cercada por uma coroa de conde tendo por diferença uma brica de vermelho com um farpão de prata) [1]; 2.º — Pereira (em campo vermelho uma cruz florenciada de prata vasia do campo); 3.º — Melo (em campo vermelho uma dobre cruz de oiro, acompanhada de 6 besantes de prata, e um debrum de oiro); 4.º — Leitão (em campo de prata 3 faixas de vermelho).

Timbre — meio búfalo de sua côr com uma argola de prata nas ventas.

VII — *Casa em Silvares*, freguesia de Macinhata da Seixa (propriedade do Sr. Amadeu Baptista da Silva Terra). (Figs. 10 e 11).

---

[1] Assim se descreve o 1.º quartel nos *Annaes*. No entanto, na pedra só está o xadrezado de 6 peças em faixa e 6 em pala.

Casa de moderna reconstrução, conservou-lhe o seu proprietário a pedra de armas, no mesmo local onde estava, segundo me informou.

Fig. 9
Pinheiro da Bemposta — casa do Cruzeiro.

Vimos a respectiva carta de brasão (em poder do nosso amigo Senhor Fernão de Lencastre de Abreu e Lima) e dela transcrevemos:

«D. João Por Graça de Deos Princepe Regente de Portugal e dos Algarves... *etc.* — Faço saber aos que esta Minha Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem que Custodio Joze Soares de Pinho da Silva Gomes; natural e morador na sua Quinta de Macinhata da Seixa Termo da Villa de Olliveira dos Amens; me fes petição dizendo que pela sentença de justeficação

Fig. 10
Casa em Silvares

de sua Nobreza a ella junta, proferida e assignada pelo Meu Dezembargador, Corregedor do Civel da Corte e Caza da Suplicação o Doutor Miguel Pereira de Barros, sobscripta por Jeronimo Joze do Valle Baptista Escrivão do mesmo Juizo, se mostrava que elle he Filho Legitimo de Antonio Soares de Pinho, e de sua mulher D. Roza Eufrazia da Silva Gomes. Neto por parte Paterna de Manoel Gil Soares, e de sua mulher D. Maria de Pinho; e por parte Materna de Manoel da Silva, e de sua mulher D. Izabel Gomes. Os quaes seus Pays e Avós e mais Assendentes são pessoas Nobres das famillias de Soares, Pinhos, Silvas, e Gomes, que neste Reyno são Fidalgos de Linhagem, Cotta de Armas e de Sollar conhecido... *etc.*

Fig. 11
Brasão da casa em Silvares

Hum Escudo Esquartellado. No primeiro quartel as Armas dos Soares, que são em campo sanguinho hũa Torre de prata lavrada de preto. No segundo quartel as Armas dos Pinhos que são em campo de prata cinco Pinheiros verdes em aspa com pinhas de ouro. No terceiro quartel as Armas dos Silvas, que são em campo de prata hum leão de purpura armado de azul. No quarto quartel as Armas dos Gomes, que são em campo azul hum Pelicano de ouro com tres filhos bebendo o sangue do mesmo que está ferindo o peito.

Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metaes, e cores das Armas. Timbre dos Soares, que he a Torre das Armas, e por differença hũa brica de ouro com hum trifolio verde... *etc.*

E eu Francisco de Paula Campos a fis e sobscrevy »

Rey de Armas Portugal Reg.[da] no L.º 7.º do Reg.[to] dos Brazões de Armas de Nobreza e Fidalguia destes Reynos, e Suas Conq.[tas] a fls. 94.

Lisboa, 16 de Agosto de 1805.

Fran.º de Paula Campos.
etc.

Na pedra que reproduzimos não se vê nem o timbre nem a diferença. Aventamos a hipótese (e a forma da pedra é talvez mais um argumento) de que seja mais antiga do que a carta que transcrevemos, possívelmente trazida para ali já doutra casa.

VIII — *Casa na Póvoa,* freguesia de Travanca. (Fig. 12). A pedra de armas que reproduzimos foi mandada fazer, segundo me informam, quando se principiaram as obras da actual capela de La Salette, e é cópia do brasão que existia no teto da casa que foi demolida e reconstruída por essa data. Segundo os *Annaes* citados, o representante desta casa era ao tempo o Dr. Manuel de Lacerda Aranha Mourão Pereira e Albuquerque, representante também da Casa do Alméu. A obra referida não fala neste brasão, que assim lemos:

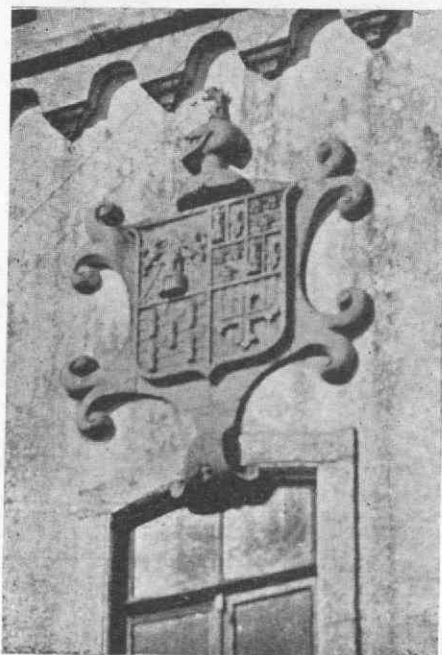



Fig. 12
Póvoa de Travanca

Esquartelado: 1.º — Henriques (em campo vermelho um castelo de oiro, mantelado de prata com 2 leões de purpura batalhantes); 2.º — Lacerda — Esquartelado: 1.º e 4.º — Partido: I — em campo vermelho um castelo de oiro, II — em campo de prata um leão de vermelho; 2.º e 3.º — em campo azul 3 flôres de liz de oiro; 3.º — Brandão (em campo azul 5 brandões acesos de vermelho postos em sautor); 4.º — Pereira (em campo vermelho uma cruz de prata, florenciada e vasia do campo).
Timbre — um castelo de oiro e dêle sainte um leão de púrpura.

Supomos que terá sido apenas por êrro de execução que o castelo do 1.º quartel e do timbre não é ameado e é encimado por uma cruz.

(Continua) MÁRIO RAMOS

O ÚLTIMO MORGADO DE COUTO DE ESTEVES

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA SUA BIOGRAFIA

NA pequena colecção de «papeis velhos» que desveladamente conservo, existem três manuscritos que, publicados no *Arquivo do Distrito de Aveiro,* bem podem servir de valiosos e interessantes documentos para o estudo da biografia dum dos mais distintos e ilustres filhos desta terra, — o último Morgado de Couto de Esteves, António Cardoso de Barros Loureiro de Sequeira e Quadros.

Filho do Bacharel José de Sequeira Seixas Cardoso e Loureiro e de D. Maria Tavares da Silva e Quadros Coutinho, o Morgado da Fonte, (1) como mais vulgarmente era conhecido, gozava entre os seus conterrâneos do maior prestígio, respeito e estima, devido ao seu carácter afável, bondoso e caritativo. Mantendo as melhores e escolhidas relações, e desfrutando de grande e invejável influência política, era, mesmo superiormente, muito considerado pela sua primorosa educação, vasta cultura, apreciável inteligência e rigidez de princípios.

Espírito claro, justo e recto, exprimia-se e escrevia com relativa facilidade e até elegância.

Assim, o primeiro manuscrito em referência, — o rascunho duma carta dirigida pelo Morgado da Fonte ao Vigário Geral da Diocese e que seria curioso averiguar se teria sido expedida — parece haver sido feito, como vulgarmente se diz, ao *correr da pena.*

Com efeito, a-pesar-do referido manuscrito ocupar as quatro páginas duma fôlha de papel branco e por pautar, não apresenta qualquer rasura; e as três ou quatro emendas que nêle se encontram, limitam-se a substituir ou a acrescentar simples palavras por outras de maior realce, e nunca uma oração ou período completo.

---

(1) Veja-se «Canalização do Rio Vouga» — *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. v, pág. 283.

Ao transcrevê-lo, procurei, pois, respeitar-lhe não só a ortografia, mas ainda a pontuação, de maneira que, decorrido pouco mais dum século, é relatado um facto sensacional, sucedido na antiga Vila de Couto de Esteves, em face do documento que segue:

« Vigario Capitular

Ex.mo e Rv.mo Senr.

Naõ he sem repugnancia, que hoje vou traçar estas linhas, e eleva=las ao conhecimento de V. Ex.a: o Amor do Bem publico, da tranquillidade, e da boa Morigeraçaõ tanto reclamaõ. A minha lingoa athe hoje esteve emmudecida, e só me detive em expectativa, e jamais ouzára ferir os ouvidos de V. Exa; se factos de bastante transcendencia, e verdades tão amargas, como publicas me naõ obrigassem a simelhante taréfa.

O facto succedido na noite do dia onze do corrente outubro entre o Parocho desta freguezia do Couto d'Estevaõ Constantino Tavares d'Almd.a, e freguezes seus altamente reclama vindicta publica. A desmoralizada conducta do refferido Parocho o tem feito depôr o melindre, e decôro, de que o seu emprego he credor. Succedeu pois na sobred.a noite, que o m.mo junto com hũa turba de vadios percurreu as ruas da Villa deste Couto, accompanhado pelo Ordinando Joaõ de Vasconcelos Per.a da Quinta do Sobral freg.a de Pessegueiro, cantando ao desafio, ou alternadamente com Jose Francisco tamanqueiro, em cujo descante hia rebeca, e vióla.

Sendo ja alta noite, depois de terem entrado em varias adégas como na do Valle, e na do Capador Francisco Soares Leitaõ este ultimo enfadado pretendia recolher se a sua caza, ao q̃. o Rv.do Parocho obstou dizendo lhe = Se me naõ accompanhas québrote a cára!!! Instou aquelle, pelo que o Rv.do Parocho o ferio na cabeça, e rosto, e maltratou p.r todo o Corpo, e gritando p.r soccorro lho prestaraõ os companheiros. A mais chegou o attentado. Dá lhe a vóz de prêzo, deixa=o entregue dentro de sua propria caza, Azylo inviolavel; ao Juiz da Igreja Fran.co Tav.es Mendes, e vai chamar o Cabo de Policia; entrega-lhe o prêzo, e o faz meter na enxovia das cadeas deste Concelho, dizendo expressamente, era à sua ordem. Eis Ex.mo Senr̃. a narraçaõ fiel do facto. Quem á p.ra vista naõ duvidará accreditar que tal attentado he commettido p.r hum Ministro do Sanctuario, p.r hum Parocho d'uma freguezia?!! Á imitaçaõ deste poderei enumerar varios, remota e recentem.e acontecidos. Diga=o a freguezia de Rócas, patria do Rv.do Constantino, a de Cedrim, aonde foi cura, a d'Aroens,

aonde tambem o foi: fallem estes póvos, que haõ sido testimunhas de tantos crimes, perpetrados com opprobrio do estado Sacerdotal. Diga=o o concelho de Cambra da Feira aonde, ha poucos mezes, na vinda d'um Mercado denominado = dos nóve; houve tal desordem com o Rv.do Arguido, que occazionou a morte d'um individuo da freg.a d'Aroens, e mais modernamente o lugar de Parada desta freguezia no dia 29 do preterito Junho, em que se celebrou a festividade de S.to Antonio, aonde eu p.r hum devertimento licito appareci de tarde, como de passagem, e apeando me, demorei me, e em breve vi todo o povo em commoçaõ, e desordem; esforcei me p.r tranquiliza lo, e tive a satisfaçaõ d'obtê lo sem haver funestas consequencias. Quando vólto acho o Rv.do Constantino em desordem tendo despido a batina, dirijindo se com hum páo ao grupo do povo, procurando os Pinheiros d'Aroens.

O pezo das m.as razoens mal pôde convencê lo, athe socegá lo. Este m.mo tinha sido o orador da festivid.e!!

Todos estes precedentes me fizeraõ, e a meus comparochianos agourar o desfeixo, que anteviamos, quando V. Ex.a incumbio o m.mo do regimen desta freg.a, o q̃. decerto procedeu d'inexactas informaçoens, informaçoens de patronato, que ordinariam.e tanto incobrem a indignidade dos pretendentes na sua conducta, politica, moral, e religioza, como talvez em occultaõ o merecim.to d'outros. Esta freg.a tem tres clerigos, cujo merito, ainda que naõ seja singular excede sem parallelo o do Rv.do Arguido. A impossibilidade deste continuar a dirigir esta freguesia na educaçaõ Moral, e Religioza e m.mo politica he assáz patente a V. Ex.a. Como póde produzir o dezejado fim este Parocho, p.ra o qual seus deveres saõ ignorados, sua Moral ruinóza, sua conducta escandalóza, sua vida dissoluta, todo elle o prototypo da devassidaõ!!? Por certo que o Governo de S. Magestade se empenha em dár outra, e m.or forma de civilizaçaõ ao nosso muribundo Portugal, em cuja missaõ julgo a V. Ex.a naõ pouco empenhado, já como mui Digno Representante da Naçaõ Portugueza, ja como Governador desta Dioceze. No meu entender, seja me licito dize lo, a escolha dos Parochos, e Professores he digna da maior circunspecçaõ, e escrupulo, como base fundamental, elimento do edeficio social. Devalde se procuraõ povos obedientes às leis, aonde a corrupçaõ tocou.

A V. Ex.a estas verdades saõ familiares, pelo que eu como membro da sociedade Portugueza, Amante do Throno, e da Patria, p.r quem hia sendo victima, tenho direito a esperar de V. Ex.a benigno accolhimento às minhas vózes, o q̃. submisso supplico a V. Ex.a, pois só a verdade me guia, e o civismo m'insta.

D.[s] G.[de] a V. Ex.[a] os m.[tos] annos, que o Povo desta Dioceze pede aos Ceos, e necessita p.[ra] sua ventura. Quinta da Fonte do Couto d'Estevaõ 14 de Outbr.[o] de 1835.

Antonio Cardoso de Barros Seq.[ra] e Quadros ».

Na margem interior, compreendida entre o texto da segunda e terceira página, encontra-se ainda o seguinte aditamento:

« A V. Ex.[a] he assáz patente a impossibilid.[e] deste continuar a dirigir esta freg.[a] na educaçaõ Moral e Religiosa e m.[mo] na Política p.[r]que seus sentim.[tos] saõ oppostos às instituiçoens que nos regem e se mostra p.[s] athe no fim da Oraçaõ q̃. nos Dom.[os] faz Ora naõ pela N. Augusta Rainha mas = pelas necessid.[es] espirituaes e temporaes de todo o mundo pelo nosso Rei &... em huma palavra he dos q̃. no fim das suas predicas pede huma Avé Maria p.[r] huma tençaõ p.[ar]!!! »

O segundo manuscrito — uma carta dirigida ao Morgado da Fonte pelo autor dum crime de assassinato, seu conterrâneo — não deve ter sido redigido, e muito menos escrito, pelo assassino, pois a caligrafia bem cuidada do texto destaca-se nitidamente da assinatura.

Vai também conforme o original que é do teor seguinte:

« Ill.[mo] Sñr.

Sobre maneira aprecio a saude de V. S.[a] em companhia da illustre familia a quem dezejo as venturas addequadas e que lhe são uteis.

Ill.[mo] Sñr.

Parece que tendo já deccorrido alguns annos, a esta parte e que agora unicamente me delibere a escrever a V. S.[a] não há duvida que esta minha carta, e esta m.[a] narração deverá surpreender a pessoa de V. S.[a] por enexperadamente ir as suas mãos; todavia o pejo, a vergonha talves; e a m.[a] fraca resolução tem sido a poderosa causa por que eu me tenho guardado ao silencio: Não deixo de ponderar, e meditar uma ideia que me surge na mente mas pela qual eu conjecturo e devizo em V. S.[a] uma táboa de salvação.

A intriga Sñr, os ódios, e adevercidades de meus innimigos tem urdido e fomentado a m.[a] ruina desgraça e

---

Nota relativa à transcrição documental:
(Manteem-se os êrros ortográficos que se encontravam no original).

infelicid.e e a triste consternação e dôr de minha pobre familia. Laborando na infelicidade, a tanto tempo, noites de eterna agonia, horas monotonas, e tristes tem sido para mim o alivio da desgraça; se não fossem as forças de espirito que tenho recomcentrado dentro em mim por certo Sñr. que tinha socumbido com o peso do infortunio. Ao pensar de V. S.a está o vivo quadro de meus infortunios; e que se V. S.a lançando olhos de complacencia sobre a m.a pezada e amarga cituação eu serei attendido e merecerei no coração de V. S.a uma plena entrada pela qual eu possa mostrar-lhe quanto innocente estou e quanto pode tãobem a mesquinha vingança; a traição, e a calumnia.

Tenho só um pezar que incessantemente insescantemente me fás succumbir, e me collóca á mais viva dôr e consternação, hé Sñr., o lembrar-me de que V. S.a se vio na dura nescescidade de ultrapassar os lemites de sua Philantropia e bondade, por que não há duvida que sendo V. S.a, humanitario e bondozo, e que contra mim se declarou; houve forças assás fortes para que movessem, e fizesem passar a bond.e de V. S.a para comigo, ao Ódio, e à vingança. Praza aos Céos Sñr. que eu podesse pintar a V. S.a com vivas cores quanto innocente estou no que me arguirão perante V. S.a porem Sñr. não posso conseguir este fim senão por meio de palavras mal intrecortadas, oxalá eu tenha um écco de innocente no coração de V. S.a e que eu posssa colher o fructo, não mais que mostrar a V. S.a que nunca, em tempo algum, eu proferi palavras indirectas contra V. S.a e que motivos tinha eu Sñr? Ah! quanto póde, quanto pode a calunnia, e a vingança de meus adevercarios.

Senhor!

Por compaixão attenda me... atenda estas minhas verdadeiras narrações; eu não peço a liberdade, não peço p.a mim mais do que uma prova de Justificação... se a verdade Sñr. sendo esta, se sendo estas m.as palavras dictadas com aquella franqueza do quanto sinto ao que me refiro... então Sñr., por certo que lhe eide merecer uma piquena attenção. O meu caracter, passado, a m.a familiaridade e bom patriotismo passado, não combina, e des e desmente quanto actualm.te estou passando. Essa carta, Oh! vil engano, Oh! grande traição; essa carta que em meu nome, e sobre a m.a assignatura fizerão subir às mãos de V. S.a esses meus traidores, Oh! Senhor que innocente estou!!!... Eu nem forças tenho para narrar esta circunstancia; antes queria mil vezes a morte do que ver uma calumnia perante uma pessoa da alta Sociedade que sendo talves meu protector se vio na dura percizão de contra mim se declarar; Pelos céos pela terra, e por tudo quanto há de sagrado sobre a terra eu

juro e clamo, que nunca tal pencam.tos tive a tal fim, nem a menor ideia passou pela minha cabeça... Se eu culpado estivesse hiria hoje por ventura Reccorrer a V. S.a as = minhas humildes supplicas; iria eu enganar a V. S.a por certo que não, não o faria.

Na mão de V. S.a depende hoje a minha pozição = destino e bôa sorte, oxalá que V. S.a me queira attender, eu Sñr não pesso para mim porque me considero hoje uma victima de trabalhos, e a elles estou ligado, não sinto por mim por que a dureza, a infelicidade já fes calejar o meu corpo que tanto tem luctado com o pezo da desgraça. Sinto sim Senhor, a dor a agonia inssesante de m.a pobre fam.a que de continuo e desesperados pela saudade brádão pelo braço paternal, e eu Sñr. collocado na desgraça sinto por estas = victimas infelizes e não por mim. A ideia Senhor de que minhas innocentes filhas, que sem o bafo, o azilo, e protecção de seu pai, podem ser victimas da da desgraça he esta Senhor, a maior dôr e a maior agonia que se apodéra de um páy terno e amigo da educação de suas filhas!!! Se V. S.a surdo aos meus lamentos me não preste attenção, pelo menos Sñr preste ouvidos á vós da natureza, attenda aos gemidos aos dolorozos grittos e ais de meus tenrros filhos que mais do que eu pedem tãobem a V. S.a o perdão, para seu pai!!! perdão; esta palavra Sñr não hé por que em mim haja culpa no que me arguirão perante V. S.a mas sim Senhor hé huma palavra de dôr de tristeza e pezar de quem se vê hoje calumniado, e a par da calumnia, a innocencia. Se V. S.a tendo um coração caracterizado dos mais virtuosos predicados me quizer valer, por certo que eu serei attendido. Os meus votos inssesçantes ao Altissimo serão elevados, com fervorosas preces pela vida venturas e felicidades e de tudo quanto lhe hé mais caro neste mundo, espero se compadeça de mim, prestando taobem um acto de humanid.e e justiça que vangloriará o coração de V. S.a aliviando assim um infelis, que com lagrimas sentidas de verdadeira innocencia e respeito com que humildemente.

Sou de V. S.a

Servo aggradecido criado, muito reverente

Cadeias de Aveiro

20
18 = 56
6.º

Françisco Tavares Martimis

N B Imploro a V. S.a a resposta para meu alivio e socego assim o espero. »

A esta carta, dá o Morgado de Couto de Esteves, num rescunho feito em meia fôlha de papel branco e liso, sem uma única razura ou emenda, a seguinte:

«Resposta

Ant.º Card.º de Barros Loureiro Sequeira e Quadros naõ vigia p.r odio — vingança — ou inimisade os passos do processo, em que, perant'os competentes Tribunaes do paiz, o Sr. Francisco Tavares Martins responde pelo assassinato feito na pessoa de Jose da Silva de Parada da freg.a do Couto d'Esteves, no 1.º de Julho de 1849 — O que tem feito desd'esse dia fatal, he proteger a familia infeliz da victima, q̃. ficou absolutam.e ao desamparo — Alem disso Jose da Silva, e ja seu pai e seu avô costumavaõ servir a sua casa nas suas diversas occupações — Tem posto os meios licitos e decentes, p.a que a verdade naõ seja supplantada, e para que a justiça triunfe — Tem obstado, a que um crime atróz em todas as suas circunstancias fique impune — convencido, q.e a impunidade he um dos maiores males, que sofremos.

Despresando os aleives, insultos, e sarcasmos, ignobilmente vomitados p.l boca dos advogados do Sr. Fran.co Tavares Mĩz. naõ só nas diversas contestações, mas tambem nas discussões contra o seu caracter, protesta naõ deslisar da senda de homem de bem, p.r que, q.do tracta de promover a puniçaõ dos assassinos, autores da morte de Jose da Silva, sejaõ elles quaes forem, naõ esquecerá os sentimentos de probidade e honradêz — e abominando torpêsas, mostrará sempre q.l he a sua imparcialidade e abnegaçaõ.

S'o S.r Fran.co Tav.es Mĩz naõ matou — s'esta innocente, só aos julgadores pertence conhecer — Lá esta a prova de testim.as presenciaes, q.e elucidará, quem duvidar —

Infelism.e p.a o Sr. F. T. Mĩz. a morte foi prepetrada em pleno dia — á vista de m.ta gente — no meio d'um arraial — nesse m.mo arraial, em q.e, ha mais de 25 annos, o Sr. Fran.co Tav.es Mĩz., proximo a ser victima d'uma desordem, a que deu causa, foi condusido p.a fora della pela góla da véste, e salvo, assim, pelo braço d'aquelle que hoje chama seu — inimigo — seu rival — homem odiento — sanguinario — vingativo — e tudo q.to mais quer — quando, desd'essa occasiaõ, nunca mais nos tornamos a encontrar, nem directa, nem indirectam.e!!

Se na qualid.e de homem (isto he abstrahindo da qualidade de criminoso) em qualq.r parte, e em q.lq.r situaçaõ precisar o Sr. Mĩz ou sua familia dos tenues serviços d' A. C. de B. L. Sequeira e Quadros acha-lo-haõ sempre prompto a servi-los — dando lhe todas as provas de bene-

volencia, que sabe harmonisar com a rigidêz de principios, q.e professa, e com a invariabilidade de caracter e regularidade de conducta, de que se présa.»

Transcritos os três inéditos manuscritos, não deixa de ser curioso ainda verificar e reconhecer que, na freguesia de Couto de Esteves, era o lugar de Parada, durante o arraial anualmente ali realizado, por ocasião da festividade a Santo António, o local escolhido e destinado pelos indivíduos, e talvez mesmo pelos povos circunvizinhos, para dirimir inimisades, rixas e contendas. De resto, êste costume, muito generalizado na maior parte das regiões do País, persiste ainda nalgumas localidades, não obstante a repressão das autoridades.

Couto de Baixo, na freguesia de Couto de Esteves, no mês de Dezembro de 1941.

ANTÓNIO CARDOSO D'ALBUQUERQUE MOREIRA
DE SÁ MELO E CASTRO

ANTIGUIDADES DO CONCELHO DA FEIRA

LANGÓBRIGA — I —

I

LANGÓBRIGA ou *Langóbrica* é nome gaulês, de *Lango,* antropónimo, e *briga* «fortaleza, cidade fortificada». Diz D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, ilustre professor de língua e literatura céltica: «... nom de lieu gaulois est *Lango-ratum,* probablement «forteresse de *Langos*». *Langos* est un nom d'homme gaulois écrit *Lagge* au vocatif dans une inscription de Narbonne cc.I.L., XII, 9438). Dans *Lango-ratum* on peut reconnaître un synonyme de *Langobriga,* nom d'une station romaine d'Espagne sur la route de Lisbonne à Braga *(Itinéraire d'Antonin,* 521,7) écrit *Lango-brica* par le Geographe de Ravenne (307,3). On trouve le premier terme, *lango,* dans Laggobritai, nom d'un peuple d'Espagne mentionné par PLUTARQUE, «Vie de Sertorius, § 13». *Revue Celtique,* tome XVI, Paris 1895».

Àcêrca do elemento *briga,* v. I. C. ZEUSS — H. EBEL, *Grammatica Celtica* e *Monumentis Vetustis,* pág. 86. Berolini MDCCCLXXI; A. HOLDER, *Alt-Celt. Sprachschatz,* pal. *briga.* Leipzig 1911. Da etimologia de *Langóbriga* trataram RODRIGO MENDEZ SILVA, *Poblacion General de España...,* pág. 156, Madrid 1645. HENRIQUE FLOREZ, *España Sagrada,* vol. XIV, pág. 220. Madrid, Año de M.DCCLXXXVI. P.e JOAQUIM R. ESPANCA, *As Lacobrigas da Lusitania,* in *Revista Archeologica,* vol. II, págs. 173-177, Lisboa 1888; A. STRECHT DE VASCONCELOS, *Velharias do Distrito de Aveiro -- Talabriga,* in *Correio do Vouga,* ano de 1934 (de 3 de Março a 26 de Maio), pág. 8-9, etc.

D'ARBOIS DE JUBAINVILLE fala-nos de outra cidade, de origem céltica, *Laccóbriga:* «Ptolémée donne aux Celtici qui habitaient entre le Guadiana et le Tage treize villes, parmi lesquelles quatre portent des noms celtiques, *Laccobriga, Mirobriga, Arcobriga,*

Meribriga. De ces quatre villes, la première était située sur l'Océan, à peu de distance à l'est du cap Saint-Vincent, qui est l'angle sudouest de la péninsule ibérique en Portugal: *Laccobriga* ou *Lacobriga* est aujourd'hui Lagos, province d'Algarve. *Revue Celtique,* tome XIV, pág. 392-393.

De PTOLOMEU, apenas encontrei a forma *Lancóbriga,* cidade que vem situada, não onde hoje é Lagos, mas entre o *Tagus* (Tejo) e o *Calipus* (Sado), não muito distante do Oceano.

PTOLOMEU começa por referir-se aos Turdetanos:

Turdetani occupant:
In quibus vrbes in Lusitanioe Mediterrancoe hoe:
«Os Turdetanos possuem na Lusitânia as seguintes cidades»:

Pax Iulia e *Iulia Myrtilis*

Fala depois dos Celtas:

Interiora his habitant Celtici
In quibus vrbes in Lusitania hoe:
«Mais para o interior dêstes (= Turdetanos) habitam os Celtas que têm as cidades de:

Lancobriga, Piana, Bretoloeum, Mirobriga e *Arcobriga.*»

Refere-se em seguida aos Lusitanos:

Quoe supra hoec sunt tenent Lusitani in quibus vrbes Mediterraneoe hoe:
«Os Lusitanos habitam a região superior, e as suas cidades são:

Aeminium, Chretina, Arabriga, Scalabiscus, Toecubis, Concordia, Talabriga, Rusticana, Mendeculia, Caurium, Turmogum, Burdua, Colarnum, Sallecus e *Ammoea.*»

(CLAUDIUS PTOLEMAEUS, *Geographiae Vniversal... Tabula Secunda Europae.* «Liber Secundus. Ioan. Antonio M. Patavino. Anno 1608»).

No *Theatrvm Geographiae Veteris,* «edente Petro Bertio Bevero. Amstelodami Anno 1618» — vem escrito *Cepiana* e não *Piana, Mendiculeia,* em vez de *Mendeculia, Tacubis* e não *Toecubis, Isalaecus* em lugar de *Scalabiscus. Lancóbriga* vem situada junto do *Tagus,* ficando-lhe ao norte, *Arabriga;* a leste, *Concordia* (ao norte do *Tagus)* e *Mendeculeia* (ao sul do *Tagus);* ao sul, *Bretoleum* e *Arcobriga;* ao ocidente *Cepiana. Talábriga*

está ao sul do *Monda* (Mondego). Entre o *Dorias* (Douro) e o *Vacus* (Vouga), vêm situadas *Aritium* e *Lauara,* em território que foi da Terra de Santa Maria. O P.e João Baptista de Castro localiza *Aritium,* entre o concelho da Feira e o de Arouca, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno.* Tomo I, pág. 8. *Arezo, Arez, Ariz,* são vozes que podem representar actualmente o étimo latino *Aritium.* Não conheço nenhum topónimo assim designado no concelho da Feira. O que mais se aparenta com *Aritium* é *Arilhe,* povoação da freguesia do Vale. Terá sido *Aritium* o nome primitivo da « cividade » da *Portela,* da freguesia de Romariz? Adiante voltaremos a falar dêste topónimo.

De *Lavara* (o mesmo que *Lauara)* ou *Labara* diz Rodrigo Mendez Silva: « Sobre la fundacion (de Aveiro) ay dos opiniones: Vnos dizen ser de Griegos Lacones, y Celtas, años 365. antes de nuestra Redempcion, los mismos q̃. a Lamego, en su Capitulo referidos, nombrandola Talabriga, como a Talauera, y Tauira. Pero Florian quiere la cimentassen Turdulos, y Celtas, sessenta años despues, a que me inclino, con apellido *Labara,* corruto en Aueyro. », *Poblacion General de España,* pág. 177. Madrid 1645.

Manuel Faria e Sousa escreve: « De *Lavara,* ciudad notable por differentes memorias; mas falta la del sitio que occupava: el nombre permanece en una Aldea que junto a la marina dista dos leguas de la ciudad del Porto. » *Evropa Portuguesa.* Tomo I, pág. 95. Lisboa 1675.

O P.e João Baptista de Castro é da mesma opinião de Faria e Sousa. Para êle *Labara* era « um logar pequeno sobre o mar no termo do Porto. », *Mappa de Portugal Antigo e Moderno.* Tomo I, pág. 27. Lisboa, MDCC.LX III.

Também a respeito de *Lavara* informa o P.e Francisco do Nascimento Silveira: « Ptolomeo na II *Taboa da Europa,* põe esta Povoação em 41 gráos entre as Cidades dos Lusitanos; e Brito diz que Lavãos ainda lhe conserva a memoria, que he hum Lugar nas vizinhanças de Buarcos, o que padece dúvida, por estarem os Povos Labaros, segundo Florião, perto de Aveiro. », *Mappa Breve da Lusitania Antiga.* Tom. I. p. 232. Lisboa. M. DCCCIV.

Plínio refere-se a um povo com o etnónimo de *Lacobricenses:* « sicut in Vaccaeorum XVIII civitatibus, Intercatienses, Pallantini, *Lacobricenses,* Caucenses. » *Historia Naturalis.* Liber III. cap. IV. Êstes *Lacobricenses* habitavam na região da cidade de *Lacóbrica,* situada ao sul dos montes Cantábricos e ao norte das cidades de *Intercatia, Pallantia* e *Cauca.* Em outro sítio, escreve: « Durio

Lusitania incipit: *Turduli veteres, Paesuri:* flumen Vacca. Oppidum Talabrica.» Liber IV, cap. XXXV. Tradução: «No Douro começa a Lusitânia: os *Turdulos antigos,* os *Pesuros,* o rio Vouga, a cidade de *Talábriga*». Estranhamos que não se refira à cidade de *Langóbriga,* ao norte de *Talábriga,* citando os *Turduli veteres,* seus antigos habitantes. Nomeia os *Paesuri,* povo da região do *Ur* (hoje *Ul*). Parece considerar o *Antuã* como início do Vouga e cita *Talábriga* ao sul, com relação ao *Antuã.*

Plínio faz outra referência ao actual concelho da Feira no seguinte passo: «Durius amnis ex maximis Hispaniae, ortus in Pelendonibus, et juxta Numantiam lapsus dein per Arevacos Vaccaeosque, disterminatis ab Asturia Vettónibus, a Lusitania Gallaecis, *ibi quoque Turdulos a Bracaris arcens.* Omnisque dicta regio a Pyrenaeo metallis referta auri, argenti, ferri, plumbi nigri albique.» Liber IV, cap. XXXIV. «O rio Douro, dos maiores rios da Espanha, nasce no país dos Pelendões, passa perto de Numância, atravessa a região dos Arevacos e Vaceus, separa os Vetões, da Astúria, os Galecos, da Lusitânia e *os Túrdulos, dos Brácaros.* Tôda esta região, a partir dos Pirinéus, está cheia de minas de ouro, de prata, de ferro, de chumbo negro e branco.»

Pompónio Mela refere-se apenas a *Lacóbriga,* do Algarve (hoje Lagos): «In Cuneo sunt *Myrtili, Balsa, Ossonoba:* in Sacro *Lacobriga,* et portus Annibalis. *De situ orbis,* in «Collection des Auteurs Latins publiés sous la direction de M. Nisard», Lib. III, cap. I. Paris, 1854.

Plutarco descreve um feito militar de Sertório, cujo teatro de operações foi a cidade de *Langóbriga,* de entre o Douro e o Vouga, segundo a opinião de alguns historiadores, em território que pertence, actualmente, ao concelho da Feira:

«Cum vero animadvertisset Metellus Lacobritas, qui non parvam opem Sertorio afferebant, siti faciliter expugnare posse (unum enim duntaxat puteum intra urbem habebant) suburbanas vero et circummoenianas obsessor aquas poterat auferre aggrediebat urbem ea spe, ut duorum spatio dierum ablatis a aquis ea potiturus esset. Itaque militibus edixerat ut quinque dierum cibaria secum deferrent. At Sertorius celeriter cognita re auxiliatus, duo millia utrium impleri aqua jubet, pollicitusque pro quoque utre certa argenti pondera. Multis ex Iberis, multis etiam ex Maurusiis negocium suscipientibus, delectis viris robustis acuelo cibus mandat, ut cum aquam inferant, tum inutilem bello turbam, ut diutius potus sufficiat reliquis educant. Quod cum intellexisset Metellus, et jam deerant cibaria, Aquilium cum sex millibus militum frumentatum mittit. Huic vero redeunti Sertorius insidias tendit in eumque redeuntem tria millia militum

a tergo ex quadam valle excitat ipse a fronte obviam factus vertit Aquilium profligatque. Ex militibus qui cum Aquilio erant partim capti sunt, partim necati. Aquilius amisso equo armisque solus effugit. Quo facto confestim obsidionem relinquere Metellus ac turpiter nimium a Sertorianis, de risus abire coactus est. »

Plvtarchi Cheronei *Graecorvm Romanorvmque, illustrium vitae, e Graeco in Latinum versae.* Lvgdvni, 1548.

Tradução: « Metelo sabendo que os Lacobritas prestavam grandes auxílios a Sertório, e, parecendo-lhe emprêsa fácil vencê-los pela sêde, pois não havia senão um poço na cidade, que êles habitavam, e os ribeiros e as fontes dos subúrbios e arredores ficariam em poder daqueles que a sitiassem, resolveu fazer-lhe um cêrco, com a esperança, de que, no espaço de dois dias, faltando-lhe a água, se apoderaria dela. Mandou preparar às suas tropas víveres para cinco dias e pôs-se a caminho da cidade. Mas Sertório pensou logo na maneira de a socorrer. Ordenou que se enchesse de água dois mil odres e prometeu, por cada um, determinada quantia de dinheiro. Apresentaram-se para executar a emprêsa muitos Iberos e Maurúsios. Sertório escolheu os mais robustos e ágeis e enviou-os pelo monte, onde estava situada a cidade, com ordem de distribuir os odres pelos habitantes e de obrigar a sair todos os homens inúteis, afim de não faltar água aquêles que haviam de defendê-la.

Metelo ficou muito arreliado com êste estratagema, pois as provisões, que tinha mandado arranjar, começavam a escassear. Enviou Aquino com seis mil homens buscar mais mantimentos. Sertório soube disso, e, logo que Aquino passou, armou-lhe uma cilada: quando êle regressava com um comboio de víveres, mandou sair de um vale espesso três mil homens que aí tinha escondido, que o atacaram pela retaguarda. Sertório surgiu pela frente com outras tropas. Corre para Aquino. Parte dos seus soldados foi aniquilada, parte ficou prisioneira. Aquino perdeu na refrega o cavalo e as armas, e salvou-se correndo para o campo de Metelo, que, com esta derrota, foi obrigado a levantar vergonhosamente o cêrco, pesando-lhe muito ver-se apupado pelos soldados de Sertório. »

Fr. Bernardo de Brito procura localizar em Lagos o feito de Sertório, *Monarchia Lvsytana,* tomo I, p. 266-278. Lisboa. Anno Dñi 1609.

Fr. Henrique Florez diz: « En Plutarco sobre Sertorio (al medio) leemos à los Laggobrítas que parecen ser los vecinos de *Langobriga,* pueblo que dice no tenia dentro de los muros mas agua que la de un pozo: y aunque esto pudo convenir à los vecinos del Sacro Promontorio (que segun Strabon carecia de agua) me inclino mas al *Langobriga* de Antonino. », *España Sagrada,* vol. XIV, p. 220.

O P.e Francisco do Nascimento Silveira escreve: « *Lacobriga.* Povoação das mais antigas desta Costa, (do Algarve), teve a sua primeira situação no districto do Paul, ou Lagoa, distante pouco mais de huma milha de onde hoje vemos a Cidade de Lagos... Crê-se fundação de Brigo, quando outros lhe dão por Fundadores aos Lacoós: mas nada disto podemos verificar, senão que já nos tempos de Sertorio se distinguio bellicosa. Este grande General lhe metteo de soccorro « dous mil odres de agoa, estando ella cercada por Metello. », *Mappa Breve da Lusitania Antiga.* Tomo i. p. 295.

Aemilius Hübner, fazendo referência aos *Laggobritai,* de Plutarco, é com incerteza que os localiza na Lusitânia. *Monvmenta Lingvae Ibericae.* Berolini mdccclxxxxiii.

Diz o professor Leite de Vasconcelos: « Acrescenta Plutarco que Sertório mandara aos *Langobritas* socorros de água que foram levados em odres por gente robusta e ágil através da região montanhosa: do que poderá concluir-se que a cidade estava situada em uma montanha ». *Religioẽs da Lusitania,* vol. iii, p. 139. E a seguir: « A palavra *Langobritas* lembra *Langobriga* e *Laccóbriga;* mas *Langóbriga* ficava ao N. do Tejo, e por isso longe do campo de operações de Metelo; *Laccóbriga* ficava no território dos Cuneos onde Metelo andava, e conviria com o texto não tomando muito à letra a expressão « região montanhosa. » *Religiões da Lusitania,* vol. iii, p. 139, nota i.

Gabriel Pereira na sua *Vida de Sertorio,* menciona as notas de uma versão de Talbot da *Vita Sertorii.* Vemos por elas que Talbot situa *Langóbriga,* próximo do rio Douro.

O feito de Sertório parece não poder localizar-se na *Lacóbriga,* de Pompónio Mela, no Algarve ou na *Lancóbriga,* de Cláudio Ptolomeu, de entre o Tejo e o Sado, a mesma, incontestàvelmente, de Pompónio, pois o território, sendo de planície, não pode convir com o texto, que se refere a uma « região montanhosa ». A topografia do local que parece ter sido o leito da *Langóbriga* do *Itinerário,* de Antonino: o *Monte-Redondo* ou de *Santa Maria,* na freguesia de Fiães, do concelho da Feira, coaduna-se, perfeitamente, com a descrição de Plutarco: uma colina elevada, em alguns pontos de acesso um pouco difícil. Defronte ergue-se o outeiro das *Pedreiras.* Entre as duas elevações, corre o rio *Às Avessas,* afluente do *Uíma.* A leste, desdobra-se uma extensa planície, abundante de água e muito fértil.

II

O *Itinerário* de Antonino é o mais valioso trabalho geográfico que o mundo antigo nos transmitiu. Nêle se faz referência às vias romanas, compreendidas, entre o Minho e o Guadiana.

Interessa-nos, neste momento, apenas a via de Lisboa a Braga, por junto dela ficar a cidade de *Langóbriga*.

Servimo-nos da edição de *Parthey et Pinder,* Berlim 1848, p. 97-98.

Iter ab Olisipone Bracaram Augustam	mpm. CCXLIII « sic »
Ierabriga	mpm. XXX
Scalabin	mpm. XXXII
Sellium	mpm. XXXII
Conembriga	mpm. XXXIIII
Eminio	mpm. X
Talabriga	mpm. XL
Langobriga	mpm. XVIII
Calem	mpm. XIII
Bracara	mpm. XXXV

O anónimo Ravenate cita *Langóbrica:* « Item super fretum septem sunt civitates id est *Bepsipon, Merifabion, Caditana, Portum, Asta, Serpa, Pace Julia, Mirtilin, Besurin, Balsa, Statio Sacra, Ossonoba, Arani, Salatia, Ebora, Malabista, Celiana, Cetobricca, Abona, Olisipona, Terebrica, Langobrica, Ceno opido, Calo, Augusta Bracaria* ». Ravennatis Anonymi, *Cosmographia et Gvidonis Geographica,* ed. de M. Pinder et G. Parthey, p. 305-307. Berolini 1860.

Ravenate escreve *Terebrica,* em vez de *Talabriga* e *Langobrica* por *Langobriga* e coloca entre esta cidade e *Calem,* que êle escreve *Calo,* uma nova cidade *Ceno opido,* não referida por Antonino. Pode ser que *Ceno opido* ficasse situada no monte do Murado, ou de N. Senhora da Saúde, no lugar dos Carvalhos, da freguesia de Pedroso, a oito quilómetros de Gaia, onde foram encontrados alguns objectos do neolítico e da época romana.

Aemilius Hübner é de opinião que a estação *Ceno opido* ficava onde hoje é Vila-Nova-de-Gaia, na margem esquerda do Douro, e *Calem,* do outro lado do rio, *Noticias Archeologicas de Portugal,* ed. da Academia das Ciências de Lisboa, pág. 67. Lisboa 1871.

Para o estudo das vias militares romanas, consulte-se, ainda: GASPAR BARREIROS, *chorographia de algvns Lvgares* « que stam em hum caminho, que fez GASPAR DE BARREIROS ó anno de M. D. xxxxvj. começãdo na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia, cõ algũas outras obras... ; LUCIUS ANDREA RESENDIUS, *Libri Quatuor de Antiqvitatibvs Lvsitaniae,* fol. 146 e segs. Eborae anno 1593; IACOBI MENOETII VASCONCELLI, *Scholia,* « in quatuor libros Resendii », fol. 251 e segs.; GASPAR ESTAÇO, *Varias Antigvidades de Portugal.* Lisboa 1625, in « Colleçam das Antigvidades de Evora», pág. 305 e segs. Lisboa Anno M.DCC.LXXXV; *Itenerarivm Antonini,* in « Theatrvm Geographiae Veteris », edente PETRO B. BEVERO; JERONYMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga.* Tomo II, págs. 521-644 e 707-753. Lisboa M.DCC.XXXIV, e *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani.* « Liber quinque », pág. 182-184. Ulyssipone... M.DCC.XXXVIII; P.e JOÃO BAUTISTA DE CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno.* Tomo III, no « Roteiro Terrestre de Portugal », pág. 11, § IV. Lisboa, MDCC.LXIII; Fr. HENRIQUE FLOREZ, *España Sagrada,* vol. XIV, pág. 220; Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA VITERBO, *Elucidario...* s. v. « Estrada ». Lisboa. M.DCC.XCVIII; P.e FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVEIRA, *Mappa Breve da Lusitania Antiga.* Tomo I, págs. 107-128. Lisboa. M.DCCCIV; HIERONYMUS SUARESIUS BARBOSA, *Epitome Lusitanae Historiae,* pág. 279. Conimbricae. An. CIƆIƆCCCV; BORGES DE FIGUEIREDO, *Oppida Restituta,* in « Boletim da Sociedade de Geografia », 5.a série, pág. 67 e segs. Lisboa 1885; CHRISTOVAM AYRES DE MAGALHÃES SEPULVEDA, *Historia Organica do Exercito Portuguez,* vol. II, cap. VIII, pág. 148-238. Lisboa 1886; AEMILIUS HÜBNER, *Inscriptionvm Hispaniae Latinarvm, Svpplementvm.* Berolini MDCCCXCII, com um mapa da parte ocidental da península ibérica; « Archeologo Portugues », vol. XII, pág. 129-158; *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis,* pág. 11. Porto — 1909; VERGÍLIO CORREIA, *O Domínio Romano,* in « História de Portugal », Portucalense Editora L.da Barcelos; ARMANDO DE MATOS, *As Estradas Romanas no Concelho de Gaia...*; JOÃO DOMINGUES AREDE, *Estradas Romanas no Distrito,* in « Arqvivo do Distrito de Aveiro, vol. IV. Aveiro 1938.

III

O leito da antiga cidade de *Langóbriga* parece ter sido, como dissemos, falando da acção de Sertório a favor dos *Lacobritas,* no outeiro, conhecido por *Monte-Redondo* ou *de Santa Maria,* da freguesia de Fiães. Em dois factos importantes nos baseamos: nas distâncias indicadas por ANTONINO de *Calem* a *Langóbriga* e dêste ópido a *Talábriga,* e no despojo arqueoló-

gico encontrado, inventariado, com muita atenção e carinho, pelo sábio Professor Dr. MENDES CORREIA.

O *Itinerário* marca de *Langóbriga* a *Calem*, XIII *mp.* (= 13.000 passos) e de *Talábriga* a *Langóbriga*, XVIII *mp.* O valor do passo, unidade das medidas itinerárias e geográficas, empregadas pelos Romanos, igual a cinco pés, é de 1,^{m}48. Vid. DAREMBERG ET SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romanes*, vol. XI, « Met. — Part. », pal. « Milliarium », p. 1897 e vol. XII, « Par. Quo », pal. « Passus », pág. 339. Paris 1903.

A distância de *Langóbriga* a *Calem* era, pois, de 19235 metros. É de 20 quilómetros, aproximadamente, a distância do *Monte-Redondo* ou de *Santa Maria* a *Calem* (Gaia). A situação muito provável de *Talábriga*, na freguesia da *Branca*, do concelho de Albergaria-a-Velha, vem assegurar a jazida de *Langóbriga*, na freguesia de Fiães, pois a distância de uma estação a outra é, aproximadamente, a indicada no *Itinerário*, 26640 metros.

Relação dos despojos arqueológicos encontrados no *Monte-Redondo* ou de *Santa Maria*, da freguesia de Fiães — antiga *Langóbriga?*

« *Objectos de pedra* — mós manuais, afiadores, uma pequena « estela », com base trapezoidal alta e a extremidade superior perfurada no centro, arredondada e separada da base por um estrangulamento e por duas paralelas sinuosas, gravadas, havendo também linhas gravadas em tôrno do orifício;

« *Objectos de cerâmica* — « Tegulae », « imbrices », « lateres », « pondera », uma placa furada, azas, fundos, bordos, gargalos, dois fragmentos de « dolia », etc., havendo cerâmica micácea, cerâmica fumigada, louça de pasta amarela fina, « terra sigilata », louça pintada (branco em fundo vermelho), e louça esmaltada fina;

« *Objectos de vidro* — de tons avermelhado, esverdeado e azulado;

« *Objectos de metal* — uma fíbula de bronze, argolas de ferro e de bronze, algumas centenas de moedas (entre as quais muitas de imperadores do séc. IV), enxós, « govas », estoques, pregos e outros objectos de ferro e de bronze.

« Mais tarde apareceram mais objectos. Em alguns fragmentos de louça « arretina » encontraram-se gravados filetes paralelos, dispostos em torno dos vasos e, limitando de um lado ou de ambos, feixes de numerosas linhas, paralelas transversais, rectilíneas ou curvas enviezadas.

« A louça pintada fornece exemplares com ornatos espirais, outros com linhas onduladas entre paralelas, etc.

« Na cerâmica com ornatos gravados aparecem ainda: pequenos traços oblíquos incisos dispostos em séries; traços entrecruzando-se de modo a formarem uma rede de malhas romboidais; ornatos incisos de aspecto peninervado ou ramiforme; círculos concêntricos rodados por um circuito de pequenas incisões oblíquas; ornatos pontuados em séries regulares, marginando filetes contínuos; uma linha fechada e sinuosa, de aspecto estrelado, regular, formando seis lobos, tendo uma circunferência inscrita, etc.

« Apareceram nos fundos das casas, conchas numerosas...

....

« Por quási todo o alto do monte surgem vestígios de antiga ocupação humana: restos de muros e paredes, alguns fragmentos cerâmicos, etc.

« Na topografia havia as condições naturais para um velho castro. O acesso em alguns pontos não era fácil, e na base do monte, entre êste e o monte da Pedreira, serpeia um riacho, designado pelo povo com o nome de Rio « Às Avessas », por se dirigir, não para O., para o lado do mar, mas para S. E., desaguando no rio Ima, afluente do Douro.

« A extensa planura a leste do monte é alagadiça e fértil, e nela brotam a cerca de 300 metros, a E. N. E. da referida colina, águas sulfurosas. O aspecto do local e a sonoridade do solo ao choque, permitem suspeitar de qualquer velha construção relacionada com a nascente... », Dr. Mendes Correia, *Nótulas Archeológicas*, in *Revista de Estudos Históricos*, 2.º Ano — N.º 2, 1925.

*

O problema da localização do antigo ópido de *Langóbriga* tem interessado muito os nossos arqueólogos, desde o século XVI até aos nossos dias.

Diogo Mendes de Vasconcelos:

Êste autor localiza *Langóbriga*, na Feira, *Scholia*... fol. 254.

Fr. Bernardo de Brito:

Cita êste historiador uma inscrição encontrada no vale de Ossela, nas margens do rio de Cambra, a três léguas de Arouca, que faz referência à cidade de *Langóbriga:* « se em Roma se fizerão custosas cerimonias em seu enterramento (do Imperador Octaviano Augusto), naõ forão em sua proporção menores as que em Portugal lhe celebrou a gente de guerra, como consta de hũa pedra que está no valle de Ossela tres legoas de Arouca, trazida pera tapar hum campo com outras muytas, de hũas grandes ruynas de povoação, que inda hoje parecem, em hum

sitio alto sobre o rio de Cambra, que corre pelo mesmo valle, da qual (inda q̃ mal distintas) se coligẽ algũas antiguidades dignas de põderação, diz pois a pedra deste modo.

IMP . CAES . AVG . INTER . DIV :
REL : COHOR : PRAESID . VACE .
OSCEl . LANCO . CALEN . AEM .
LEG . X . FRETENS EIVS . NVM .
SPECTACVLA ET LVD .
GLADIAT . E . V . VRBES LVSIT .
L . A . EXP . ET . HECATOMB . D . D.»

« Sua significação contèm o seguinte: As Capitanías da Legião decima, chamada Fretense, que estavão de presidio em Vouga, em Ossela, na *Feira,* no Porto, e em Agueda, por voto particular celebrarão espetaculos, e jogos de Gladiatores à divindade (falãdo como gentios) do Emperador Cesar Augusto, contado jà no numero dos Deoses, e as cidades de Lusitania acima nomeadas fizerão os gastos destas festas, e celebrarão Hecatombas com grande liberalidade.», *Monarchia Lvsytana.* Livro Quinto, pág. 4.

Fala a seguir da situação da cidade de *Vacca* ou *Vouga,* de *Ossela* e de *Langóbriga* « que alguns dizem que foi a *Feira,* ou outra povoação muy junto a ella, inda q̃ vistas algũas conjeturas, me parece que esteve no alto de hũ monte que fica entre os lugares de Albergaria, e Bemposta, em fronte de outro chamado Pinheiro, no cume do qual se vem inda claramente os sinaes de muros antigos, q cercão grão parte da coroa do monte, e preguntando eu o nome que tinha no tempo de agora, me disserão se chamava o castello de S. Gião...», ob. cit., pág. 4.

Manuel Faria e Sousa transcreve a inscrição lapidar de Brito do vale de *Ossela* (1) de que faz a seguinte leitura: « Las Cohortes, o Compañias de la Legion decima, llamada Fretense, que alojavan, o presidian en *Vouga, Oscela, Lanco, Cale,* y *Agueda,* offrecieron Espectaculos, y juegos de Gladiatores al Emperador Cesar, Divo Augusto, ya relatado en el numero de los Dioses: y estas ciudades de Lusitania hizieron el dispendio, y dedicaron Hecatombes.», *Evropa Portuguesa,* tomo I, págs. 250-251.

Langóbriga é localizada na Vila-da-Feira: « *Lancobrica,* que a la parte del Austro dista poco de la ciudad del Porto, y de que oy se ven ruinas en la extremidad de un monte, a que sucedió la Villa de Feyra notorio Titulo de Condado posseido de la ilustre Familia de Pereyras.», *ob. cit.,* pág. 251.

---

(1) Em vez de IMP., Faria e Sousa transcreve IMPER.; COHORT. por COHOR:, intercala um D. entre CAES. e AUG..

P.e João Baptista de Castro:

«*Lacobriga*. Em tempo dos Romanos foy Cidade muy famosa, e lembra-se della Baptista Mantuano, «Dicitur Ardiburí posuisse *Lacobriga* septem, victori toties statuas, totiesque, totiesque per illum, Eruta Wandalicis bello in surgente procellis», in *Agelaric*. ... Das suas ruinas se edificou a Cidade de *Lagos* no Algarve, e neste sitio vemos collocada a sua arrumação no *Mappa* de Ortelio e de Pomponio Mela, com quem se conforma Vasconcelos, donde parece receber engano Vasco Moutinho de Quevedo, equivocando Lagos com Lamego, e a mesma equivocação encontro em Gabriel Pereira, porque une os póvos da Serra da Estrella com os de *Lacobriga,* que sendo Lagos, erão Provincias muy distantes. Talvez que tudo proceda de se equivocarem com outra povoação [1] que ficava junto de Lamego, porém mais encostada para o mar, a que Ortelio chama *Lancobrica,* que Vasconcellos tem pella Villa da Feira, *Mappa de Portugal,* tomo I, pág. 21-22.»

Fr. Henrique Florez:

«... *Talabrica* y *Lancobrica,* expresadas en el *Itinerario* alegado, las quales tienen reducidos los Autores à Aveiro y *Feira...», España Sagrada.* Tomo XIV, pág. 73. E adiante: «Pero acerca del que algunas ediciones de Ptolomeo nombran en los Celticos *Laccobriga,* advierto, que en el texto griego es *Langobriga,* y asi la nombra Antonino junto à Cale, a la banda meridional del Duero...» *ob. cit.,* pág. 220.

Na «*Memoria II* sôbre o estado civil da Lusitania, no tempo em que esteve sujeita aos Romanos, *Memorias de Litteratura Portugueza,* publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa». Tomo II, pág. 313-353. Lisboa Anno M.DCC.XCII — há

---

[1] Para o estudo da cidade de *Lacóbriga,* da região de Lagos, no Algarve, que não deve ser confundida com a *Langóbriga* do concelho da Feira, tem o leitor importantes elementos nos seguintes autores (do século XVI ao século XX), por ordem cronológica: Lúcio André de Resende, *Libri Quatuor de Antiqvitatibvs Lvsitaniae,* fol. 185; Diogo Mendes de Vasconcelos, *Scholia...* fol. 256; Fr. Bernardo de Brito, *Monarchia Lvsytana.* Primeira parte, págs. 226-278; Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal,* págs. 14-15. P.e António Vasconcelos, *Anacephalaeoses...* p. 397; Manuel Faria e Sousa, *Evropa Portuguesa.* Tomo I, pág. 96; D. Luis Caetano de Lima, *Geographia Historica...* Tomo II, p. 296; Fr. Henrique Florez, *España Sagrada,* vol. XIV, págs. 218-220; P.e Francisco do Nascimento Silveira, *Mappa Breve da Lusitania.* Tom. I pág. 295; Jerónimo Soares Barbosa, *Epitome Lusitanae Historiae,* pág. 178; Augusto de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno,* vol. IV, pal. *Lagos,* pág. 20-28; P.e Joaquim R. Espanca, *As Lacobrigas da Lusitania,* in *Revista Archeologica,* vol. II, pág. 177; D'Arbois de Jubainville, *Revue Celtique,* tome XIV, pág. 392-393; Dr. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania,* vol. II, págs. 11 e 73, e vol. III, pág. 139; Vergílio Correia, *O Domínio Romano* in *História de Portugal...* Portucalense Editora L.da, Barcelos, vol. I, págs. 218-219; etc.

referência aos *Lacobrigensibus* e *Talabrigensibus*. O autor envia-nos para GRUTER, *Inscriptionvm Romanarvm Corpus Absolvtissimvm*. A obra é muito extensa e de difícil consulta. Não encontramos quaisquer inscrições com respeito aos povos designados, habitantes, respectivamente, de *Lacóbriga* e *Talábriga*, mas é natural que apareçam.

Fr. JOAQUIM DE SANTA ROSA DE VITERBO:

« Nos Doc. de Grijó se faz larga menção de propriedades, e fazendas, humas que ficavão da parte de cima, e outras da parte debaixo da *Estrada Mourisca*. No de 1148 Tructesindo Mendes dôou a Grijó o que tinha em Brantães, e em S. Feliz: « Subter illam Stratam Mauriscam, discurrente rivulo Cerzedo. » Chamou-se *Estrada Mourisca*, porque os Mouros a rompêrão, deixando, talvez já por invadeavel naquele tempo a *Estrada Romana*, ou *Via Militar*, que sahindo de Condeixa, *a Velha*, atravessava o Mondego entre Pereira, e Coimbra; e sem passar o *Eminio*, ou *Rio Agueda*, cortava o Vouga não longe de *Talabriga*, (sobre cujas ruinas, ou perto dellas, se levantou *Aveiro*) e daqui por entre *Lancobriga*, e o mar se dirigia a *Cale*... », *Elucidario*, pal. Estrada, págs. 417-418.

P.e FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVEIRA:

« *Lancobriga*. Crê o P. BRITO, que esta antiga Cidade esteve situada entre os Lugares de *Albergaria*, e *Bemposta*, fronteira ao que chamão *Pinheiro*; no qual elle subindo a hum outeiro a fim de examinar o terreno, achou claros sinaes de muros, que coroavão o cabeço, a que os Aldeãos chamão Castello de S. Gião... », *Mappa Breve da Lusitania Antiga*, págs. 230-231.

JERÓNIMO SOARES BARBOSA:

« Inde enim prisca multa oppidorum nomina ut *Cetobrica*, (Setuval), *Lancobriga* (a Feira), *Talabrica*, (Aveiro)... », *Epitome Lusitanae Historiae*, pág. 178.

AUGUSTO DE PINHO LEAL:

« Pelos annos 390 antes de Jesus Christo, uma colonia de gallos-celtas fundou esta povoação, (Vila-da-Feira), a que deu o nome de *Lancobriga*. » [1].

« Querem alguns que o chefe d'esta colonia se chamasse

---

[1] PINHO LEAL foi um investigador incansável, de uma paciência beneditina, compilou muito, mas a maior parte dos materiais coligidos foram-lhe enviados, perdulàriamente, por pessoas incultas, encapotadas de arqueólogos, firmadas em tradições inexactas.

Inadvertidamente seguimos, com demasiada confiança, a respeito de *Langóbriga*, a opinião de PINHO LEAL no trabalho, *Feira — Terra Sanctae Mariae*. Não é a mesma opinião que temos hoje.

Lanco, e que d'elle tomou o nome a povoação. Na verdade, em celta, *Lancobriga* significa *povoação* (ou cidade de *Lanco).*»

«Foi cidade de muita importancia no dominio romano e por aqui proximo passava a via *militar* que de *Merida* (então capital da Lusitania) vinha a *Conimbrica* (Condeixa a Velha), *Talabrica* (Aveiro), *Lancobrica* e *Cale* (Gaia) onde terminava.», *Portugal Antigo e Moderno...,* vol. III, pág. 154, pal. *Feira*. Lisboa 1874. Cfr. com ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, *Portugal...,* vol. III, — *D* — *K*, pal. *Feira* pág. 328. Lisboa 1907; e MAXIMIANO LEMOS, *Encyclopedia Portuguesa...,* vol. IV, *Di* — *Fa,* pal. *Feira,* pág. 691. Porto.

BORGES DE FIGUEIREDO:

Falando do «Iter ab Olisipone Bracaram Augustam» diz o autor das *Oppida Restituta:* «Destas oito cidades intermediárias apenas duas foram de longe data sem contestação identificadas com povoações modernas. São elas: *Scalabin:* a que corresponde Santarém; e *Conimbriga,* localizada em Condeixa-a-Velha. Quanto às outras, ou têm divergido as opiniões acêrca do seu local, como *Ierabriga* e *Selium;* ou todos lhes têm assinado uma posição presuntiva, como *Langobriga* e *Talabriga*», «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 5.ª série, pág. 67 e segs. A pág. 71, localiza *Langóbriga* na Feira.

O P.ᵉ JOAQUIM R. ESPANCA considera três as povoações notáveis com o nome de *Lacóbriga, Lancóbriga* ou *Langóbriga:* uma no Algarve, no território dos Cúneos, outra no Alentejo (a *Lancóbriga* a que se refere PTOLOMEU), e outra na margem esquerda do rio Douro, entre *Talábriga* e *Calem,* onde habitaram os *Túrdulos Velhos.*

«Temos pois três *Lacobrigas,* distintas em número e diferentes na situação geográfica e na gente que as povoava: a 1.ª junto do Promontório Sacro ou no Algarve, habitada por Cúneos; a 2.ª no interior do Alentejo ou entre Tejo e Guadiana, habitada por Celticos; e a 3.ª no Douro, povoada por *Turdulos Velhos.* Sendo pois diversas em lugares e pessoas, não pode uma confundir-se com a outra...», *As Lacobrigas da Lusitania,* in *Revista Archeologica,* vol. II, pág. 177.

É uma tentativa infrutífera para EMÍLIO HÜBNER procurar localizar as cidades de *Langóbriga* e *Talábriga* quando ainda então se desconhecia onde era o leito de *Aeminium,* «... da Beira, isto é, do espaço compreendido entre, Coimbra e Pôrto, pouco há que dizer. Desta região só conheço a inscrição de uma lápide sepulcral de Tentúgal. É portanto empenho inútil querer determinar a situação das estações do *Itinerário,* denominadas *Talábriga* e *Langóbriga,* de acôrdo com as distâncias, quando nem sequer a estação de *Aeminium* se pode fixar definitiva-

mente...», *Noticias Archeologicas de Portugal,* ed. da Academia das Ciências de Lisboa, pág. 67.

Professor Dr. Leite de Vasconcelos:

« *Langobriga,* segundo o *Itinerário* de Antonino ficava entre o *Aeminium* e *Cale,* localização a que não se opõe o Ravenate, que a situa entre *Olisipo* e *Cale.* Nenhuma destas localizações implica que *Langobriga* estivesse numa linha recta tirada de *Olisipo* ou de *Aeminium* para *Cale,* pois também o *Itinerário* cita, por ex., *Serpa* entre *Ebora* e *Pax Iulia,* etc. Ora, numa região arqueològicamente bem definida, entre Marialva e Freixo-de-Numão, onde se tem encontrado lápides romanas (vid. *Corp. Inscr. Lat.,* II, 428-462), fica, no concelho da Meda, uma aldeia chamada hoje *Langroiva,* em doc. medievaes *Longobria* (séc. x: *Port. Mon. Hist., Dipl. et Ch.,* n.º LXXXI) e *Longrovia* (séc. XII: Viterbo, *Elucidario,* s. v. «Bemquerença», vol. I, 1.ª ed., pág. 188). Fonèticamente, *Langrovia* pode vir de *Langobriga* (isto está de acôrdo com as leis da língua portuguesa). A geografia antiga não contradiz que *Langroiva* esteja no território de *Langobriga,* pois essa aldeia ocupa o vértice de um triângulo cujos outros vértices são — indo de *Pax Iulia* para o Norte —, *Aeminium* e *Cale.* » *Religiões da Lusitania,* vol. II, pág. 34, nota 3 (1).

Pedro A. de Azevedo: Notícia-extracto arqueológico das *Memorias Paroquiais,* de 1758, publicada no «Archeologo Portugues», vol. VI, pág. 67-68:

«No lugar de *Laçoens* (Oliveira-de-Azeméis) foi a decantada Cidade de *Lancobriga,* de que ficou o nome corrupto ao Lugar na caducidade dos annos: o que se comprova das vias Militares, de que faz menção o *Itinerario* do Emperador Antonino que, aqui perfeitamente se ajustão, não na Villa da Feira, ou na da Bemposta, distantes Legoa desta freguezia, como quizerão, adivinhando sem outro melhor fundamento, alguns Authores, como Brito no tom. I da *Monarq. Lusit.,* etc. (Tomo XXVI, fl. 193)». Félix Alves Pereira, referindo-se a esta *Memória,* é de opinião que, em Lações, existiu um castro e não uma cidade.

Félix Alves Pereira:

«Eu não me ocupo especialmente de *Langobriga* do *Itinerário,* mas é fácil ver que idênticos raciocínios lhe são aplicáveis e em conseqüência, a situação dêste ópido deveria ser na faixa de terreno vagamente indicada pela curva LL, um pouco ao norte

---

(1) Pinho Leal escreve àcêrca de Santa Maria de *Langroiva* ou *Longroiva,* no concelho de Meda, a 70 quilómetros de Lamego e faz referência às ruínas, aí existentes, no seu tempo, de um castelo com a tôrre ainda bem conservada, *Portugal Antigo e Moderno...* vol. IV, pal. *Langroiva* ou *Longroiva,* pág. 44.

da Feira...», *Archeologo Portugues*, vol. XII, págs. 142-143, nota 1. A curva LL, indicada no mapa, que acompanha o seu estudo, sôbre a situação conjectural de *Talábriga*, passa por Esmoriz (onde foi situado o castro de Ovil), Fiaẽs, e um pouco ao sul de Mozelos (onde fica o monte *Murado)*.

« Dr. Aguiar Cardoso:

« *Lancobriga* ou *Langobriga*, de fundação céltica, engrandecida pelos romanos que lhe chamaram *Lancobriga*, e depois arrasada pelos bárbaros do norte; *Civitas Sanctae Mariae*, de fundação gótica, depois assolada pelos mouros, e mais tarde reconstituída pelos neo-godos; por fim *Vila da Feira*.»

« Não se discute que o leito das três povoações seja precisamente o mesmo; mas a sucessão, quanto à hegemonia ou predomínio na região, é insofismável.»

« Bem se concebe que, se entre *Talabriga*, perto do Vouga, e *Cale*, junto ao Douro, ficava *Lancobriga*, esta povoaçaõ predominava nesta região de entre Douro e Vouga; tal como depois ficou predominando a *Civitas Sanctae Mariae*, autêntica sucessora, por isso mesmo de *Lancobriga* (1).»

E transcrevendo a nota (1): « Talvez que o leito de *Lancobriga* fôsse junto a Fiaẽs, 8 a 10 quilómetros a nordeste da Vila da Feira, no monte chamado também de *Santa Maria*, onde últimamenle têm aparecido ruïnas de construções soterradas, moedas romanas, tégulas, lucernas, fíbulas, etc. De resto êste local foi previsto pelo Sr. Félix Alves Pereira, no *Arqueólogo Português*, como sendo possivelmente o leito de *Lancobriga*.» *Terra de Santa Maria...*, pág. 22. Coimbra, 1929.

Tenente-Coronel A. Strecht de Vasconcelos:

Ver *Velharias do Distrito de Aveiro -- Talabriga*, no *Correio do Vouga*, ano de 1934 (de 3 de Março a 26 de Maio), págs. 8-9.

João Domingues Arede:

« Há os que argumentam com o texto de Plínio: A Durio Lusitania incipit Turduli Veteres, Paesuri: Flumen Vacca. Oppidum Talabriga» para localizarem esta cidade na margem esquerda do Vouga.»

« Sedutora hipótese que encaixava à maravilha Talábriga na estação arqueológica do Cabeço do Vouga, a « civitas Marnelae» do *Portug. M. Hist.* perto da antiga estrada e velhíssima ponte, para cuja fábrica ou reconstrução contribuíu D. Sancho Pires, Bispo do Pôrto, como já fica referido, e *Langóbriga*, arrastada por Talábriga, desceria para o « castelo» ou crasto de Lações, sonho obsidiante do velho abade de Oliveira de Azemeis — Dr. Oliveira Ferreira.»

« Mas de Lações (paróquia de Azeméis) a Gaia vai o dôbro da distância, que no Itinerário separa *Langóbriga* de Cale, e do

Marnel a Coimbra deve apurar-se menos 10 milhas que as contadas por Antonino entre Eminio e Talábriga. »

« E com os números, que têm a inflexível rigidez das matemáticas, não se brinca... », *Estradas Romanas no Distrito* in *Arqvivo do Distrito de Aveiro,* vol. IV, págs. 30-31.

Para Domingues Arede *Langóbriga* tem de se buscar ao norte da Vila-da-Feira, entre São-João-de-Vei e Lourosa, *ob. cit.*.

IV

Langóbriga não teve a grandeza histórica de *Talábriga* [1], sua vizinha. Plínio, Pompónio, Ptolomeu, nada dizem a seu respeito. Apiano também não lhe faz referência e narra um episódio muito curioso àcêrca-das freqüentes revoltas de *Talábriga,* contra o domínio romano:

LXXIII. « Inter alia Talabriga oppidum fuit, quae, saepius rebellarat. Eo veniens Brutus, supplicantes oppidanos, et sese ejus arbitrio permittentes, primum transfugas Romanorum et captivos armaque omnia, adhaec obsides, tradere jussit: deinde, ut cum uxoribus ac liberis urbe migrarent, imperavit. Quod et ipsum ubi facere sustinuerunt, circumfusis copiis eos includens orationem habuit, qua quoties defecissent, quoties quanto conatu bellum renovassent, edisseruit. Ita metu illis injecto, atque opinione, quasi gravius in eos animadversurus esset, tamen intra objurgationes istas iram terminavit. Equis et commeatu et pecuniis publicis, cum reliquo publico apparatu, ademtis, oppidum illis praeter spem, habitandum reddidit. », Appiani Alexandrini *Romanarum Historiarum quae supersunt graece et latine cum indicibus, De Rebus Hispaniensibus.* Liv. VI. Editore Ambrosio Firmin Didot. Parisiis MDCCCXL.

« Entre outras, foi a cidade de *Talábriga* a que mais vezes se revoltara. Bruto marchou contra ela, e, tendo os seus habitantes implorado clemência e oferecido submissão, impôs a entrega dos trânsfugas, dos cativos, de tôdas as armas, e exigiu reféns. Ordenou, em seguida, que os *Talabrigenses* abandonassem a cidade com as mulheres e os filhos. Quando todos se preparavam para obedecer, Bruto cercou-os de tropas e lembrou-lhes que tôdas as vezes que se revoltassem viria submetê-los duramente. Tendo-lhes insuflado, dêste modo, o temor, dando-lhes a perceber que outra rebelião leva-lo-ia a recorrer

---

[1] É muito vasta a bibliografia sôbre *Talábriga.* Nas obras referidas, a respeito de *Langóbriga,* pode o leitor encontrar informações preciosas àcêrca dessa estação. Abrahamus Ortelius cita *Talábriga* ao sul do Douro entre apenas mais quatro cidades: *Olysippo, Pax Augusta, Emerita Augusta* e *Aque Flavie. Geographiae veteris Tabvlae Aliquot.*

à violência, restringiu a sua ira a estas objurgatórias. Apoderou-se dos cavalos, dos mantimentos, dos dinheiros públicos e outros valores, mas permitiu, finalmente, que os *Talabrigenses* continuassem a viver na sua cidade. » [1]

V

EUTRÓPIO pôde dizer àcêrca da grande acção militar de Décimo Júnio Bruto, desde o Tejo à Galiza: « Decimus Junius Brutus de Gallaecis et Lusitanis triumphavit magna gloria », *Breviarium Historiae Romanae.* L. v, cap. XIX. « Décimo Júnio Bruto cobriu-se de glória na conquista da Galiza e da Lusitânia ». E SEXTO FLORO: « Rebellantes Lusitanos in Hispania per Decimum Brutum obtinuimus », *Breviarium de Victoriis et Provinciis Populi Romani,* cap. V. « Submetemos, por intermédio de Décimo Bruto, os Lusitanos que se tinham revoltado ». Roma recebeu em grande triunfo o valoroso capitão. Mas passados vinte e oito anos a luta prossegue. É EUTRÓPIO que nos informa: « a Servilio Caepione in Hispania Lusitani victi sunt », *Breviarium Historiae Romanae,* « liber » IV, cap. XXVII. « Os Lusitanos foram vencidos na Espanha por Servílio Cepião ». São passados vinte e oito anos, depois da partida de Décimo Bruto para Roma.

Em SEXTO RUFO vem: « Postea ad Hispanos tumultuantes Decius Junius Silanus cum exercitu missus eos vicit... » « Depois (de Décimo Bruto), Décio Júnio Silano foi enviado com um exército contra os Espanhois que se tinham sublevado, e venceu-os... », *Breviarium de Victoriis et Provinciis Populi Romani,* cap. V. E a seguir: « Celtiberi in Hispania saepe rebellavere » « os Celtiberos revoltavam-se muitas vezes na Espanha. », « idem » cap. V.

Durante os oito anos dos consulados de P. Rutílio e Cn. Manílio, e de C. Mário e Q. Lutácio (anos de 105 a 98) são notáveis, pela sua violência, as guerrilhas dos Lusitanos, JULIUS OBSEQUENS, *De Prodigiis;* cap. CII: « A Lusitanis exercitus romanus caesus », « O exército romano foi derrotado pelos Lusitanos »; cap. CIV: « Lusitanis devictis », « Os Lusitanos foram vencidos »;

---

(1) Segundo o P.e MIGUEL DE OLIVEIRA houve duas cidades com o nome *Talabriga:* a de PLÍNIO e do *Itinerarium,* na região do Vouga; a de APIANO e da ara, na região do Lima; *Arqvivo do Distrito de Aveiro,* vol. IV., *Talabriga,* pág. 117.

A ara, a que o P.e MIGUEL DE OLIVEIRA faz menção, apareceu na freguesia de Estorãos, a duas léguas de Ponte-do-Lima, onde se lê: CAMALA ARQUIFILIA TALABRIGENSIS GENIO TIAURANCEAICO VOTUM SOLVIT LIBENS MERITO. FÉLIX ALVES PEREIRA diz a seu respeito: « Temos pois, em região de Grovios, nova lápide com onomástico pessoal de tronco céltico; uma observação, porém, devo fazer: é que não eram oriundos dessa região os dedicantes nela residentes, senão da Lusitânia », *Archeologo Portuguez,* vol. XII, pág. 36 e segs.

cap. CVI: « Lusitani rebellantes subacti », « Os Lusitanos, que se tinham revoltado, foram submetidos ».

A emprêsa de Bruto foi apenas o prelúdio da grande vitória de Roma.

*

Soou a hora fatal da ruína da maior parte das cidades lusitanas, mesmo daquelas de que Júlio César foi obrigado a confessar quão difícil se tornava a sua conquista, pelos seus privilégios de defesa natural...: « oppidorum magna pars ejus provinciae (= provinciae ulterioris) montibus fere munita, et natura excellentibus locis est constituta, ut simul aditus adscensusque habeat difficiles. Ita ab oppugnationibus natura loci distinentur, ut civitates Hispaniae non facile ab hoste capiantur », *De Bello Hispaniensi Comentarii,* cap. VIII. E em César o furor e o delírio do saque vencia tôdas as fraquezas:... « et Lusitanorum quaedam oppida, quamquam nec imperata detrectarent, et advenienti portas patefacerent, diripuit hostiliter, SUETONIUS TRANQUILLIUS », *Duodecim Caesares, Caesar,* cap. LIV. « César saqueou várias cidades da Lusitânia apesar de não terem oferecido resistência e de terem aberto as portas à sua chegada ».

Surgia um obstáculo? Surgiam logo os meios de os anular... Era fértil a imaginação romana. O engenho militar suplanta a criação poética do direito. V. FLAVIUS VEGETIUS, *Institutiones Militares.* Lib. IV, cap. XIII e segs., sôbre o emprêgo das *testudines, arietes, falces, vineas, plutei, musculi, turres, ballistae, onagri, scorpiones,* etc.

*

L. ANNAEUS FLORUS escreveu: « Plus est provinciam retinēre quam facere, « mais fácil é conquistar uma província, do que conservá-la ». *História Romana,* cap. VII. Os Romanos, desde que iniciaram a conquista da Península (195 a. C.), viram-se obrigados a vingar com crueldade os freqüentes assomos de independência: « Gracchus, pater ille Gracchorum, eosdem centum et quinquaginta urbium eversione multavit; » « idem », *História Romana,* cap. VII. « Graco, pai dos Gracos castigou os mesmos povos (= povos da península ibérica) pela destruição de 150 das suas cidades »... E a seguir: « Tum illis ad populationem agrorum, his ad urbium excidia conversis », « Uns inclinam-se a devastar os campos; outros a destruir as cidades ».

Povos insubmissos aos Romanos fatigavam com incursões freqüentes os povos submetidos: « Sub Occasu pacata fere omnis Hispania, nisi quam Pyrenaei desinentis scopulis inhaerentem citerior alluebat Oceanus. Hic duae validissimae gentes, Cantabri et Astures immunes imperii agitabant. Cantabrorum et pejor et altior et magis pertinax in rebellando animus fuit: qui non contenti libertatem suam defendere, proximis etiam imperitare

tentabant, Vaccaeosque, et Curgionios et Autrigonas crebis incursionibus fatigabant », L. A. Florus, *História Romana,* L. iv, cap. xii. « Ao Ocidente quási tôda a Espanha estava pacificada: faltava apenas submeter a parte que toca o extremo dos Pirinéus que banha o Oceano citerior. Ali viviam dois povos poderosos, independentes do império romano: os Cantabros e os Astures. Os Cantabros foram os mais temíveis, altivos e teimosos na sua insubordinação. Não satisfeitos em defender a sua liberdade, tentavam ainda sujeitar os seus vizinhos, e fatigavam, com freqüentes incursões, os Vaceus, Curgiões e Autrigonas ».

E Estrabão, referindo-se apenas à destruïção de grande parte das cidades lusitanas, escreve: « o país era muito abundante de frutos, gado e metais preciosos, mas a maior parte dêstes povos (para Estrabão, 36 povos diferentes; para Plínio, 46) deixou de aproveitar as riquezas naturais afim-de se entregarem ao latrocínio. Viviam quási sempre em guerra uns com os outros, ou com os povos de além do Tejo, seus vizinhos. Tinham nos altos dos montes cidades fortificadas, mas os Romanos, vencendo èstes povos, « malo isti finem imposuerunt, in planum delatis plerisque, eorum urbibus et in pagos mutatis nonnullis etiam melius conditis », puseram termo a êste estado de coisas, obrigando os montanheses a descer à planície, e transformando grande parte das suas cidades em aldeias, edificando, todavia, melhor outras ».

Desenvolve-se, intensamente, a agricultura, pode dizer-se, desde o alvorecer das conquistas romanas. Denota êste facto, diz Leite de Vasconcelos, « os benefícios da pacificação », *Religiões da Lusitania...,* vol. i, pág. 171.

No comêço do grande império romano, diz António Caetano do Amaral: « nada achárão os seus Fundadores mais próprio para lhe assegurar a liberdade, e estender os dominios, que mandar como os sobejos dos Cidadãos, que fossem reproduzir a sua Cidade pelo terreno, que hião conquistando. Com esta providencia ao mesmo passo que alimpavão a Cidade da mais vil escoria, e tiravão o fomento ás sedições, hião refrear ao longe os Povos novamente sugeitos, ou reprimir os que o não estavão ainda, ou premiar com estabelecimento pacifico os Soldados veteranos; e em todo o caso propagavão a geração Romana. Ora estes como pedaços que se despegavão da Cidade, forçosamente havião de levar comsigo alguma parte dos direitos de que nella gozavão: porem estes direitos só por si servirão depois aos Romanos para com huma doação de nome adquirirem Colonias novas », *Memoria II* « sobre o estado civil da Lusitania »... in *Memorias de Litteratura Portugueza,* Tomo ii, pág. 321. Lisboa Anno m.dcc.xcii. Ver ainda, Aulus Gelius, *Noctes Atticae,* L. xvi, cap. xiii; A. Appiannus, *De Bello Civile* L. i; Varro, *De Lingua Latina,* L. iv.

VI

Começa o desmantelamento do grande império romano. Hordas de bárbaros, incultos, arrogantes, formigueiro infernal, invadem a Península (409). Chegam até aos lugares mais afastados e escusos. De espírito nómada, habituados a diferentes climas, sóbrios na alimentação e vestuário, contentam-se em viver ao ar livre e com os recursos da natureza não trabalhada. Vivem principalmente da caça. A primeira grande fase da decadência das povoações romanas e romanizadas.

A Península esteve trezentos anos sob o seu domínio: período muito longo que deu tempo suficiente para que êsses povos rudes fôssem fundindo a sua raça com a ibero-romana. Dos Alanos (409-411) quási nada sabemos da sua passagem pelo nosso território, mas os Suevos (412-585) e os Visigodos (586-711), assimilando com fanatismo o que Roma produziu de melhor, transmitiram-nos características profundas da sua civilização.

A alma dêstes bárbaros, simples, humilde, incendeia-se de amor cristão. As prègações de S. Martinho de Dume, prendendo pelo seu fulgor e emoção, operam o milagre de levar os Suevos ao Cristianismo. Data desta época a fundação de muitos mosteiros, entre os quais o de Dúmio, Tibães e Lorvão.

Em 586, Leovigildo venceu os Suevos e encorporou-os no reino visigótico. Recaredo, seu filho e sucessor, declarou religião oficial o catolicismo.

Segue-se o domínio árabe:

Em 711, Tárique invade a Espanha, seguindo-o Muça com novo exército, em 712. A marcha foi rápida até às montanhas das Astúrias. Só aqui Pelágio conseguiu alcançar a primeira batalha cristã, de Cangas de Onis (entre os anos de 721 a 725). Diz ALEXANDRE HERCULANO, *Hist. de Portugal,* t. I. pág. 132:

« A batalha de Cangas de Onis, em que os infiéis ficaram desbaratados, foi o primeiro anel de uma cadeia contínua de combates que nos fins do XV século veio soldar-se na campa dos derradeiros defensores de Granada, quando Fernando e Isabel, os Católicos, conquistaram a capital do último reino mourisco da Península ».

Afonso I (737-757), genro do grande herói asturiano, avança vitorioso até além de Viseu, apoderando-se, de Braga, Pôrto e Viseu. Diz o *Chronicon Albeldense* (séc. XI) que o Rei « campos usque ad flumen dorium eremavit », « tornou desertos os campos até ao Douro ». Vid., também, *Espanha Sagrada.* Tomo XIII, pág. 451, e *História da Administração Pública,* vol. II. pág. 2, de GAMA BARROS.

Quando Afonso I morreu, em 757, deixou todo o noroeste e parte do centro da Península livre de muçulmanos.

No reinado de Afonso II (— 847) reacende-se furiosamente a luta. Afonso III (860-910) reconquistou, entre outras cidades, Coimbra, Lamego e Viseu e repovoou muitas terras entre o Douro e o Mondego.

Todo o reinado de Ordonho II (914-924) se passou em lutas. Durante o govêrno de Fruela II, de Afonso IV, e parte do reinado de Ramiro II, não houve incursões muçulmanas.

Em 997, iniciou Almançor uma violenta campanha, por terra e por mar, contra Compostela que foi conquistada e destruída. O furioso árabe avança a seguir contra Leão que teve a mesma sorte, devastando tudo que encontrou no seu caminho. Escreve HERCULANO:

« O terrível hadjeb parecia ter jurado apagar o nome cristão na Península... ermou Castela, tomando e derribando as povoações mais notáveis, e o mesmo fêz à Galiza, cujas fronteiras, provàvelmente, desde a invasão de Ordonho III, na antiga Lusitânia, se estendiam até o Mondego. Coimbra (a Medina-Colimria dos árabes) caíu, em 987, em poder d'El-Mansur, que a destruíu, repovoando-a de sarracenos, passados sete anos, durante os quais esteve deserta », *História de Portugal*, Tomo I, pág. 153. Lisboa MDCCCXLVI.

E referindo-se ao seu avanço sôbre Compostela « Reünidas aí (na foz do Douro) tôdas as fôrças do hadjeb, êle atravessou aquela parte da antiga Galiza, chamada hoje província de Entre Douro e Minho, e, vencendo os obstáculos, que lhe opunham os homens e a natureza naquelas regiões montanhosas, chegou aos muros de Compostela. Estava desamparada a cidade de seus habitantes: entraram sem resistência os sarracenos: derribaram os muros, o castelo, e a igreja de Santiago, a que pela sua celebridade os escritores árabes chamavam a « Kaaba » dos nazarenos... », *História de Portugal*, vol. I. pág. 154.

Escrevendo àcêrca-da cidade do Pôrto, saqueada e destruída por Muça e Almançor, diz D. RODRIGO DA CUNHA:

« No anno de Christo de 716 entraram nesta cidade do Porto e a roubaram, e saquearam, deixãdo a em miseravel estado, quasi dospouoada, e erma, ao q̃ se ajuntou a entrada q̃ depoes fez nella Almançor, grande capitam de Cordoua, que acabou de aruinar tudo o q̃ ficara de pé... », *Catalogo e Historia dos Bispos do Porto*. No Porto. Anno 1623.

Esta arrogância de extermínio ficou célebre na história, mas marca o paroxismo da dominação árabe. Começa a reconquista cristã. Bermudo III (1028-1038?) ganha na vila de Cesari, na *terra do Castelo de Santa Maria* uma importante batalha contra os Mouros, o « Rex domnus Vermudo habuit victoriano de mauris, pugnauit cum eis, et cepit ibi regem eorum Cemia in uilla Cesari in territorio castelli S. Marie ». *Chronica Gothorum*, pág. 9. Na *Brevis Historia Gothorum*, « Rex D. Vermudus vicit mauros, cepitque Regem eorum Cuner in territorio Castelli

S. Marie in villa Cesari ». Fernando Magno (1038-1065) pôde levar, a seguir, os seus exércitos vitoriosos até ao Mondego e assistir, comovido, à reconstrução das cidades e povoações importantes, destruídas pelo furor dos serracenos.

Surge uma era de paz e de progresso. A *Terra de Santa Maria,* integrada no Condado de Coimbra, que Fernando Magno fundou e ofereceu a Sesnando, em recompensa dos grandes serviços: « ego consul sisnandus accepi ab illo potestatem colimbrie et omnium ciuitatum siue castellorum que sunt in omni circuitu eius scilicet ex lameco usque ad mare per aquam fluminis durii usque ad omnes terminos quos christiani ad austrum possident » ano de 1088, *Dip. et Ch.*, doc. n.º 699 — vive dos benefícios da vitória definitiva da Cruz contra o Crescente. E o entusiasmo e o fervor católicos continua a encher de igrejas, de ermidas e de mosteiros, o cêrro dos montes e a concavidade dos vales. A agricultura, decadente, desde as invasões germânicas, prospera com afã, servindo, em grande parte, de estímulo, a necessidade de sustentar os monges dos numerosos conventos: de S João de Ver, de Prozelha (que deu o nome à freguesia de Mosteirô), de S. Julião (que deu o nome à povoação de S. Gião, da freguesia do Souto), de Canedo, de... (que deu o nome ao lugar de Mosteirô, da freguesia de Canedo), de Azevedo (freguesia de S. Jorge), de S. Cristóvão (freguesia de Sanguedo), de Grijó, de Pedroso, de que abundam os mais preciosos documentos medievais, de Crestuma, de Vila-Cova (freguesia de Canedo ou de Sandim?), de S. Martinho (freguesia de Anta).

VII

Indicamos como primeira grande fase do declínio das edificações romanas as incursões bárbaras. Outro grande motivo dessa decadência foi proveniente da invasão dos Árabes.

Muça e Almançor consideram que a vitória só é completa, destruindo todos os valores materiais e espirituais do inimigo. Dêles pode dizer-se o que Sílio Itálico disse a respeito do general Asdrúbal:

> « Tristia corda ducis, simul immedicabilis ira,
> Et fructus regni feritas erat: asper amore
> Sanguinis, et metui demens credebat honorem ; »
>
> (*Bella Punica,* Liber I.)

Por onde os seus exércitos passaram não ficou pedra sôbre pedra: as povoações em ruínas, os templos incendiados, os campos desertos.

Temos no concelho da Feira (e a acção dos Muçulmanos foi muito reduzida na região das Terras de Santa Maria) algumas

tradições do seu furor implacável, que serão publicadas nos meus *Subsídios para o Estudo da Etnografia do Concelho da Feira.*

As populações dispersam-se, à procura de lugares seguros, onde a sua vida não corra perigo e os seus haveres estejam menos sujeitos às pilhagens. A Touça-do-Cuco, entre Lever e Sandim, num vale escavado, onde corre o ribeiro de Mourães, ficou célebre como esconderijo dos gados das povoações dos arredores, em tempo dos Mouros, e, no século passado, pela ocasião da segunda invasão dos Franceses.

Acaba de vez o domínio dos castros: fortalezas inúteis, que, passando, freqüentemente, das mãos dos vencidos para os vencedores e dêstes para aquêles deixam de convir a uns e outros. As que ainda resistiram ao ódio violento dos filhos de Agar, não escaparam às várias lutas fratricidas, de cristãos contra cristãos. Outras vezes os próprios reis visigodos, para proteger o seu território das hordas sarracenas, criavam, à sua volta, faixas de desertos, transportando para terrenos mais seguros grande parte da população ameaçada. Assim procedeu Afonso I, que «ermou todos os campos até ao Douro». Em HERCULANO: «Passando à espada os muçulmanos, que não puderam evitar com a fuga o cair-lhe nas mãos, o rei asturiano (Afonso I) fêz recolher aos territórios, onde a independência visigótica se havia salvado, a população cristã dessas devastadas províncias...», *História de Portugal,* vol. III, págs. 159-199.

Egas Erotis, nobre e rico Senhor da Terra de Santa Maria, refugiou-se em terras do Minho, pela ocasião da invasão de Almançor: «auitabit egas erotez in terram portugalensis cum gens sua in logo predicto inter doiro e uauga per plures annos et consurrexerunt filii ismaelidarum super christianos et exiuit domnus egas de sua terra ante ipsius gens ismaelitarum».

Em documentos medievais encontramos algumas referências a indivíduos que, obrigados a emigrar, perderam na ausência os seus bens, por outros se terem apoderado dêles. Talvez por êste motivo, para ficar assegurada a posse das terras aos que voltavam, mais tarde, do exílio, é que começa a aparecer, desta época em diante, grande número de topónimos, provenientes de antropónimos, na maior parte do genitivo, subentendido o nome da propriedade: *villa, hereditas, quinta,* etc. No concelho da Feira: Adoufe, Aldriz, Argoncilhe, Ariihe (?), Beire (alótropo de *Valerii,* que deu, além de Beire, Ver), Ermilhe, Escapães, Estoze, Fagilde, Fiães, Framil, Goim, Gondufe, Gualtar, Gueifar, Guilhadães, Gulfar, Manhoce, Moalde, Ordonhe, Prime, Ramil, Romariz, Sagufe, Sales, Silvalde, Tarei, Teobalde, Togilde; outros do acusativo: Aldão, Aldeiro, Balteiro, Espargo, Fafião, Merelo, Roligo, Sameiro, Sisto; do nominativo: Pigeiros; do locativo: Lever.

(Continua)

ARLINDO DE SOUSA

O ROL DAS "CAVALARIAS" DO VOUGA

PROCURANDO documentar-se para definir, no livro VII da *História de Portugal,* o encargo exacto que caracterizava na Idade-Média o tributo militar designado pelo vocábulo *cavalaria,* ALEXANDRE HERCULANO não encontrou texto mais expressivo do que — além destas duas passagens do Livro 3.º das Inquirições de D. Afonso III:

(fl. 54 v.º:)... *est caballaria regis... dant regi caballum et arma in suo exercitu,*
(fl. 145:)... *debent ire in hostem et anuduvam cum caballo et armis et permanere in hostem sive in anuduvam per sex ebdomadas* —

um certo documento a que dá o título de *Rol das Cavalarias do Vouga,* cotado de gav. 11., M. 2, n.º 2, do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, que extrata da seguinte forma:

... *Hoc est forum quod debent facere quando dominus rex fuerit in fossado vel in hoste vel in anuduva: debent ire cum suo corpore et debent levare unum poldrum et unum* scutum et unam lanceam *et debent stare cum suo corpore septem domas.*

(*História de Portugal,* T. VI da 8.ª ed., págs. 221 e 222, nota 3).

Por êste nome de *cavalarias,* que tinha várias acepções na organização militar e tributária medieval, como VITERBO deixou registado no *Elucidário,* eram designadas, ao Sul do rio Douro, segundo HERCULANO, as herdades sujeitas ao *fossado,* expedição militar a cavalo que anualmente se fazia ao território muçulmano, por via de regra na Primavera, com o fim de assaltar e saquear as searas do inimigo; enquanto a operação durava, os invasores entrincheiravam-se abrindo *fossos,* daí provindo o nome de *fossado* ao conjunto da expedição e ao tributo em que posteriormente ela se converteu, assim como o qualificativo *de*

fossadeira, ou *afosseirada,* que primitivamente se dava à herdade sôbre a qual impendia a obrigação, e que se manteve apenas ao Norte do rio Douro; ao Sul, como ficou dito e aqui especialmente nos interessa, chamou-se-lhe *cavalaria.*

A herdade, e o vilão, eram constrangidos a fornecer cavalo, escudo e lança; isso, justamente, se encontra no *Rol* aduzido por HERCULANO.

Tal era, como nota o historiador, «a formula geral e simples do tributo de sangue, do serviço militar, imposto á classe mais elevada dos villãos».

No século XIII foi-se operando a conversão dêsse serviço pessoal numa contribuïção predial em dinheiro ou em géneros; compreende-se e justifica-se que às regiões sucessivamente distanciadas do domínio muçulmano, cuja linha a reconquista ia fazendo descer para Sul, já não fôsse exigida a prestação directa do serviço militar; para essas regiões, a contribuïção monetária passaria a constituir uma fórmula muito mais prática de auxiliar a acção militar do monarca e o alargamento das fronteiras nacionais.

Prosseguindo o seu notável estudo, HERCULANO, pouco adiante, ao definir o tributo da *anúduva,* que era a obrigação de concorrer pessoalmente para a construção e reparação dos castelos e edifícios reais, devendo o cavaleiro vilão «apresentar-se a cavallo no logar aprasado e dirigir os trabalhadores peões, armado de uma vara», incorrendo em determinada multa se não comparecesse, utilizava ainda o *Rol das Cavalarias do Vouga,* extratando-o nestoutra passagem:

> *...et quando fuerint in anuduva non debent facere nisi mandare cum una vara in sua manu. Et si forte non fuerint cum illa* (com a anúduva) *debent pectare 7 bragales.*
>
> (ibid., pág. 228, nota 1).

VITERBO definira já uma das acepções do vocábulo *Cavalaria* como «Terra, casal, quinta, herdade, lugar, que antigamente se concedia com obrigação de fornecer certo numero de cavallos para determinada expedição militar. Nas inquirições d'El Rei D. Diniz se acharam: «*In Serém duo Casalia, et duas Cavalarias de Militibus, que dant Dño Regi Cabalos in fossado.*» E na terra de Vouga havia muitas com esta pensão. Doc. de Grijó.»

Não será, portanto, impossível que VITERBO conhecesse também, a avaliar pelas últimas palavras do seu artigo, o *Rol das Cavalarias do Vouga,* talvez em cópia encontrada no mosteiro de Grijó.

Não vai, porém, mais além, e desconheço outro historiador anterior a HERCULANO que ao documento concretamente se refira e o extrate.

Posteriormente a HERCULANO fala no *Rol das Cavalarias do Vouga* aquela prestimosa *Dissertação historico-juridica em defesa dos povos do extincto almoxarifado d'Eixo nas causas de fóros e rações, que lhes move a Serenissima Casa de Bragança,* do famoso jurisconsulto local JOSÉ CORREIA DE MIRANDA, publicada em 1866, obra valiosíssima para a história desta região, e honra dos estudos históricos do distrito de Aveiro.

CORREIA DE MIRANDA, no entanto, não deve ter visto o documento, pois o cita apenas através de HERCULANO; e ambos o utilizam ùnicamente para explicar os tributos medievais de *cavalaria* e de *anúduva.*

Conhecendo razoàvelmente a bibliografia do distrito, sou levado a crer que o *Rol* se encontra inédito no seu conjunto; e como a parte que não interessou HERCULANO é de grande importância para a toponímia local e para a história do povoamento ao Sul do Douro, pois nos apresenta nada menos que 37 topónimos, deliberámos trazer a público o precioso documento, esgotadas as repetidas diligências que desde há muito fizemos, infelizmente debalde, para que no *Arquivo do Distrito de Aveiro* êle fôsse comentado pelo filólogo que à toponímia mais cabalmente se tem dedicado entre nós e que, aliás, possuía já cópia do documento em referência.

Para maior certeza de transcrição fizemo-lo fotografar no Arquivo Nacional, e pela prova obtida procedemos à leitura que a seguir oferecemos aos estudiosos dêstes assuntos.

O documento não se encontra datado. É constituído por dois pequenos pedaços de pergaminho cosidos um ao outro; no verso, em letra muito mais recente, foi assim sumariado:

Declaração dos foros que se aviam de pagar a El Rey dos lugares de Vouga, Avellanz, e outros lugares nomeados.

A isto se acrescentou a data de 1328, a tinta diferente, restando ainda averiguar se ela se deve entender como era de César ou como ano de Cristo: portanto, 1328 ou 1290; reinado de D. Afonso IV, ou de D. Dinis.

No livro 19 da *reforma dos documentos das gavetas* da Tôrre do Tombo, a fl. 18, v.º, foi o Rol transcrito, em leitura bastante defeituosa.

Desdobradas as abreviaturas do original, lemos da maneira seguinte [1]:

Not*um* facim*us* d*e* caballarijs . d*e* uauga ĩ p*r*ima in arc*us* . *un*a . in auelaas . *du*as . / J*n* Oes *un*a . *et* est de martino lau-

---

[1] O traço oblíquo / indica o final de linha; os dois traços // a emenda do pergaminho. As letras em itálico, desdobramento de abreviatura. Mantivemos o til nas letras em que se encontrava, em virtude da sua importância lingüística.

rẽcij . Mogofores . *un*a . in alfelas . *un*a . / boralia . *du*as . Açiquiss . *du*as . Reqardanes quĩq*ue* in spiel . *sept*em . Jn paradela / *du*as in quasaio . *du*as Jn orone . *du*as . Jn Sagadães *tr*es Jn bbrunido . *du*as . *et* fuit / una d*e* . p . m*enen*dj Jn laeses . *du*as . *et* fuit una d*e* martino petr*i* *et* alia d*e* paiam / in c*ris*tello . *un*a . Jn ualle maiorj *un*a . *et* fuit doruilido . Jn soutello . *un*a . J*n* / Jn arin*us* . *una* . Jn maciata . *du*as J *(sic)* lamas . *un*a . *et* fuit d*e* laurẽcio / *et* fontes . *un*a . et fuit d*e* pet*r*o budel . Jn caluanes . *un*a . *et* fuit d*e* irmigia / Jn lauri . *un*a . *et* fuit d*e* batalia . Jn ourol . *un*a in agueta . Jn auca . *un*a . / in illauo . *du*as . *et* fuit una d*e* formã *et* villa d*e* milio . *una* . *et* fuit / d*e* mich*ae*le d*e* sereẽs . Jn aueiro . *tr*es . *et* fuit una d*e* pelagio da / poza in sáá . *un*a . in isgeira . *tr*es . villario . *un*a . J*n* exxio . *tr*es . / J*n* Oes . dagada . *un*a . . hoc est forũ quod / d*e*bẽt facere q*ua*ndo D*omin*us . Rex fuerit in fosado u*e*l // in oste u*e*l in anudoua d*e*bẽt ire c*um* suo corpore et d*e*bẽt / leuare un*um* . poldrũ *et* unũ scutũ et unã lãceam *et* d*e*bent / stare cõ suo corpore . *septem* . domaas *et* d*e*bẽt cõtare post / q*u*am exeãt d*e* sua casa *et* q*u*ando fuerĩt inn *(sic)* anudoua nõ / d*e*bẽt facere nisi mãdare cõ una uara in sua manu / *et* si forte nõ fuerĩt cõ illa . d*e*bẽt pectare . *septem* . braga / es q*u*as tãtum solebãt pejtare in tẽpore d*e* uest*r*o patre / *et* modo . posuerũt p*ro* . *decem* .

Esta zona *do Vouga,* que interpretamos como sendo do primitivo *julgado* do mesmo nome, vastíssima, como se vê, era grandemente tributária: recolhem-se dêste *Rol* 37 nomes de terras, todos identificáveis, sobrevivendo em vocábulo muito aproximado ao que o escrivão nos transmitiu, por êle latinizado para acompanhar a forma que tinha de dar ao inventário oficial que estava fazendo. Vai de Cristelo *(ao Norte)* até Arinhos *(ao Sul).*

Para melhor compreensão, traçámos o seguinte quadro de equivalências, dispondo alfabèticamente os topónimos latinos:

TOPÓNIMO REGISTADO NO ROL	SEU EQUIVALENTE ACTUAL
Açiquiss	*Assequins,* freguesia de Águeda
Agueta	*Águeda,* freg. do mesmo nome
Alfelas	*Alféloas,* freg. de Arcos
Arcus	*Arcos,* freg. do mesmo nome
Arinus	*Arinhos,* freg. de Ventosa do Bairro
Auca	*Ouca,* freg. de Soza
Aueiro	*Aveiro,* hoje distribuído por várias freguesias
Auelaas	*Avelãs,* (de Caminho? de Cima?); ambas são freguesia; se considerarmos que em 1354 D. Afonso IV dotou a Infanta D. Maria, sua neta, com as vilas de Ílhavo, Verdemilho, Préstimo, Arcos, Cras-

TOPÓNIMO REGISTADO NO ROL	SEU EQUIVALENTE ACTUAL
	tovães, Quintela, Carvalhais, Ferreiros, Casais de Espinhel, Seia, Casal de João Dulveira, Ponte de Almeara e Avelãs-de-Cima *(Hist. Gen. — Provas)* concluiremos que esta seria terra da coroa, pelo menos parcialmente, e por essa razão identificamos com ela o topónimo *Auelaas*, do Rol, que algumas dezenas de anos antes lá fixava o quantitativo do tributo a pagar à coroa por efeito de *cavalaria*
Boralia	*Borralha*, freg. de Águeda
Bbrunido	*Brunhido*, freg. de Valongo
Caluanes	*Calvães*, freg. de Alquerubim
Cristello	*Cristelo*, freg. da Branca
Exxio	*Eixo*, freg. do mesmo nome
Fontes	*Fontes*, freg. de Alquerubim
Illauo	*Ílhavo*, freg. do mesmo nome e da invocação de S. Salvador
Isgeira	*Esgueira*, freg. do mesmo nome
Lamas	*Lamas*, freg. de Lamas do Vouga
Lauri	*Loure*, freg. de S. João de Loure
Laeses	*Lanheses*, freg. de Valongo
Maciata	*Macinhata*, freg. do mesmo nome
Mogofores	*Mogofores*, freg. do mesmo nome
Oes	*Ois do Bairro*, considerada a sua relação topográfica com os topónimos vizinhos. É freguesia
Oes dagada	*Ois da Ribeira*, freg. do mesmo nome
Orone	*Oronhe*, freg. de Espinhel
Ourol	*Eirol*, freg. do mesmo nome
Paradela	*Paradela*, freg. de Espinhel
Quasaio	*Casaïnho*, freg. de Espinhel
Reqardanes	*Recardães*, freg. do mesmo nome
Saa	*Sá*, lugar actualmente encorporado em Aveiro
Sagadães	*Segadães*, freg. do mesmo nome
Sereẽs	*Sorens*, freg. de Vagos
Soutello	*Soutelo*, freg. da Branca
Spiel	*Espinhel*, freg. do mesmo nome
Ualle maiorj	*Vale Maior*, freg. do mesmo nome
Uauga	*Vouga*, freg. de Lamas do Vouga
Villa de milio	*Verdemilho*, freg. de Arada
Villario	*Vilarinho*, freg. de Cacia, considerando a sua relação topográfica com os topónimos vizinhos; mas na região existem muitos outros Vilarinhos.

Que condições reuniriam as terras acima relacionadas, ocorre agora preguntar, para serem elas e não outras as chamadas à prestação do serviço militar individual e, mais tarde, a responder pelo pagamento da tributação das *cavalarias* do julgado do Vouga? Muitas outras havia, seguramente, de maior importância, ao lado de algumas destas.

E qual o critério que presidiu à distribuíção do encargo? Por onde se avaliava a capacidade tributária?

Espinhel, respondia por sete; *Recardães*, por cinco; *Aveiro*, por três; *Águeda*, por uma; *Ílhavo*, por duas. Etc.

A-par-dos subsídios de natureza toponímica fornecidos pelo *Rol*, alguns nomes o documento regista que são indubitavelmente antropónimos; assim por exemplo: em Aveiro, *Pelagius da Poza*; em Brunhido, *P. Menendj*; em Fontes, *Petrus Budel*; em Lamas, *Laurencius*; em Lanheses, *Martinus Petri* e *Paiam*; em Ois do Bairro, *Martinus Laurencij*; em Sorens, *Michael*.

Com menor convicção, mas tanto quanto a construção gramatical do documento — instável, aliás — o consente, apontaremos ainda quatro: em Calvães, *Irmigia*; em Ílhavo, *Formam*; em Loure, *Batalia*; e em Vale Maior, *Oruilido*.

Tanto estes como os anteriores são nomes que, desacompanhados de história, nada só por si nos dizem; mas ficam registados; podem subsidiar outras passagens em que ocorram; e, em última análise, servem para a formação do onomástico distrital na Idade-Média, empreendimento em que é absolutamente necessário começar a pensar, pelo alto significado científico e social de que se reveste.

Haverá de relacionar-se o *Rol das cavalarias do Vouga* com aquela provisão de 2 de Abril da era de 1303 (1265), que determinava, entre outras incumbências, o apuramento «das herdades, possuidas de Cavalaria por Cavaleiros ou Ordens, desde o tempo d'El Rey, seu Avô, e Pay, e sobre as obrigações dos mesmos possuidores de contribuirem como os Vilaons, não privilegiados, com os Direitos devidos» (1)?

Nas *Memórias*, abaixo citadas, algumas inquirições do têrmo do Vouga se apresentam, mas verificámos a falta de concordância de tôdas elas com o âmbito e o objecto do *Rol das Cavalarias*. A de ano incerto, relacionada a págs. 29 e segs. como de D. Afonso II, titulada de *Inquisitiones de Juribus, quod Rex habet in terram de Agueda, et de Vauga, in Colimbriensi Civitate et Episcopatu, et in aliis locis in Registro contentis*, abrange, no distrito de Aveiro, as localidades de «Cambria, Palmaz, Figueiredo, Avranca, Antoana, Fermelãa, Louri, Alcarouvî, Valle Maior, Vouga, Vallongo, Covelos, Sagadaes, Requeixo, Oes, Espinel, Recardaes, Agada, Agada de Sussan, Carvallaes, Macinata, Agada de Jussan, Sancto Galios, S. Lourenço, Arcos, Erada».

Uma outra, não datada, sôbre os reguengos e foros del Rei que se achavam sonegados, principia em Alquerubim e termina em Recardães (pags. 119-120); e há também um fragmento de

---

(1) *Memórias para a História das Inquirições dos 1.os reinados de Portugal coligidas pelos discipulos da aula de Diplomatica*; Lisboa, Impressão Régia, 1815.

inquirição do antigo distrito da Beira Baixa em que se inclue «Vouga, Valongo, Loure, Forosos, Soozo, Pinheiro, Figueiredo, Arouca, e Val Maior».

Abrangendo área mais extensa que tôdas estas, outra sabemos existir, inédita ainda. Enquanto êsse magnífico material se não tornar acessível, é impossível construir seja o que fôr, definitivo, com pretensões a história local. Mas a Tôrre do Tombo, infelizmente, fica longe.

À *cavalaria,* à *anúduva* e à *hoste,* isto é, ao serviço militar medieval e ao glorioso movimento da reconquista cristã que criou Portugal, se referem os dois pedacitos de pergaminho cuja leitura na íntegra pela primeira vez se apresenta ao público. Trinta e sete nomes de terras do nosso distrito, e doze de pessoas, a-par-das muitas centenas dêles que doutros documentos constarão, ficam indelevelmente ligados ao período heroico da Nacionalidade; tanto basta, cremos nós, para que nos seja grata a memória do anónimo escrivão que permitiu, com seus sucintos apontamentos, integrar as nossas humildes terras na grandiosidade dêsses momentos da história de Portugal.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

COLECÇÃO DE CLÁSSICOS SÁ DA COSTA. — Continua a Livraria Sá da Costa, metòdicamente e sem desânimos, a benemérita emprêsa de trazer ao conhecimento do público a obra dos grandes escritores, nacionais e estrangeiros. Eis os dois últimos volumes vindos a lume:

Os Caracteres — de La Bruyère. Tradução, selecção e prefácio de João de Barros. 1941. Volume de XVI — 244 páginas.

Cartas para El-rei D. Manuel I — de Afonso de Albuquerque. Selecção, prefácio e notas de António Baião. 1942. Volume de XXXII — 246 páginas. Contém o volume onze das mais notáveis cartas do famoso guerreiro.

J. T.

A Grã-Bretanha de hoje — N.os 42 a 50. Oxford.

Altitude — Boletim mensal da Federação de Municípios da Beira Serra. N.os 10 a 12. Guarda.

Boletim da Casa das Beiras — Revista mensal do regionalismo beirão. N.os 25 a 27. Lisboa.

Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo Municipal de Guimarães. Vol. VI, N.º 2. Guimarães.

Douro-Litoral — Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História. N.º 4. Pôrto.

Estudos — Revista de cultura e formação católica. Órgão do C. A. D. C. N.os 200 a 205. Coimbra.

Portucale — Revista ilustrada de cultura literária, científica e artística. N.os 85 a 87. Pôrto.

Revista de Guimarães — N.º 4. 1941. Guimarães.

Correspondência inédita de Alberto Sampaio para Rocha Peixoto. Comentada e anotada por Manuel Monteiro. Separata do n.º 4 do vol. LI da *Revista de Guimarães.* 1941. Guimarães.

N.º 31 — Setembro, 1942

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

A BARRA DE AVEIRO EM 1809

HÁ tempos, no Arquivo Histórico Militar, procurava, numa caixa de documentos relativos à Guerra da Península, deslindar qualquer ponto duvidoso ou confuso passado no ano de 1809, nas alturas em que se organizava a ofensiva contra Soult. Entre muitas outras, passou-me pelas mãos uma pasta com a seguinte verba da arrumação da casa: «*Correspondencia de Isidoro Francisco Guimarães, oficial de Marinha embarcado na Fragata «Amazona» para o Ministro da Guerra D. Miguel Pereira Forjaz*» e por baixo, com outra letra «*(Memoria sobre a Barra de Aveiro.)*» (1)

Folheando-a, então, à pressa, notei que se tratava, possivelmente, de espécie inédita e que algum subsídio poderia dar não só para a história acidentada da Ria, como para a própria luta que se travava contra o invasor, ainda desconhecida em certos pormenores.

E o acaso quis assim dar-me o prazer de uma descoberta que, de qualquer modo, seria modesta contribuïção, da minha parte, para o notável repositório de história regional que é o *Arquivo do Distrito de Aveiro.*

Vista, porém, há pouco, com vagar, verifiquei que a «memoria» do comandante Guimarães, sem ser dêstes elementos fundamentais para o estudo de qualquer ponto, tem contudo bastante valor por conter certos dados àcêrca do problema da barra do Vouga, colhidos por observação pessoal directa, atenta e, segundo parece, desinteressada; por dar indicações relativas à população marítima e piscatória; por fazer observações judiciosas sôbre a inferioridade do policiamento do pôrto e a insu-

---

(1) Doc. n.º 30 da caixa n.º 166, 14.ª Secção da 1.ª Divisão.

ficiência de conhecimentos dos seus pilotos; por esclarecimentos concernentes ao desembarque dum combóio inglês que é passo obscuro nesta fase da guerra contra os franceses; e ainda pela circunstância (que pouco se repete) de o seu autor a escrever sem a isso ser obrigado, simplesmente levado por intenção do bem público e da defesa nacional.

É pois digna de momentos de atenção e de ficar arquivada com os comentários, embora ligeiros, que aí deixo, para compensação do silêncio imerecido que sôbre ela caíu durante cêrca de cento e trinta anos bem puxados.

O oficial da Marinha de Guerra, Isidoro Francisco Guimarães, dirigiu, em Maio de 1809, a entrada na ria aveirense, com certa rapidez, de um combóio «consideravel» de 39 navios de transporte britânicos com mantimentos e munições e 1 «bergantim» de guerra que os comboiava [1] — operação militar que, pela primeira vez, se realizava depois da abertura da barra no ano anterior.

O comandante Guimarães não vinha no combóio; estava em terra há uns dias e creio ter vindo da Figueira em cuja baía pairava, então, outro combóio inglês com tropas de desembarque [2]. Dias antes, desde 10, procedeu a sondagens da barra e do canal e como visse a possibilidade da entrada dos navios, animou-se e resolveu tentar o que a muitos parecia arriscado não só pelo acto em si como pelas condições da barra pouco ou nada estudadas.

---

[1] Êste número de barcos é dado não só pela «memoria» como por uma carta publicada na *Gazeta de Lisboa,* no Suplemento extraordinário ao n.º 21 de 23 de Maio. Há, porém, divergências em obras modernas cuja origem não sei desvendar. Por exemplo: Adolfo Loureiro diz que o combóio era «de mais de 40 velas com sete grandes galeras...» *(Os Portos Maritimos de Portugal e Ilhas Adjacentes,* vol. II, pág. 32); o Sr. Comandante Rocha e Cunha diz: ... uma frota de 48 navios ingleses ...» *(Relance da História Económica de Aveiro. Soluções para o seu problema marítimo a partir do século XVII,* a pág. 31); o Sr. Dr. Alberto Souto, fundamentado em documento da Alfândega, diz: «...trinta e oito navios de transporte e um brigue de guerra...» *(Um combóio marítimo inglês no Pôrto de Aveiro em 1809,* a pág. 39 do vol. VII do *Arquivo do Distrito de Aveiro,* 1941). Creio, porém, sem desdouro para os autores citados, que serão mais prováveis os números dados pelo autor da «memoria» e pelo da carta do que pelo documento dos livros alfandegários.

[2] Creio que assim fôsse porque a carta inserta na *Gazeta de Lisboa* acima citada me dá a impressão, pelo conteúdo e pela forma, de ser do oficial de Marinha Guimarães, o que me não parece impossível. Diz a carta: «... vim por terra da Figueira, procedi a novas *Sondas* e me animei a faze-los entrar (aos transportes)» e, como na «memoria», diz ainda: «... eu não deixei de encontrar muitas oposições pois havia quem vaticinava a perda de todos eles...» Parece-me pois, que, sem forçar hipóteses, a carta e a «memoria» são do mesmo autor. Contudo, deixo isto ao critério dos leitores e direi como Fr. António Brandão: «não corra depois por certo o que é somente provável...» *(Monarquia Lusitana,* Terceira Parte. Liv.º x, cap. XIII).

Esta acção de que o autor se vangloria (e quero crer que com justos motivos) por «ser em uma ocasião em que dependia da sua entrada uma parte das venturas do Exercito combinado» deu-se no dia 13 [1] no espaço breve de uma hora, passando à frente, por pedido do comando, o «bergantim de S. M. B.» de nome *Port Mahon* [2] que queria ser o primeiro, no qual embarcara, para efeitos de direcção de pilotagem, o próprio autor da «memoria». Todos os barcos seguiram aos respectivos ancoradoiros sem a menor novidade.

Depois, Isidoro Guimarães deixou-se ficar na Ria uma temporada; e a-pesar-do tempo em que sempre soprou «tempestuoso vento», dedicou-se ao exame das condições locais com cuidada atenção ou, pelo menos, como êle próprio diz «tal qual as minhas ideias podéram compreender».

Impressionou-o a construção da muralha existente, do lado sul, cujo projecto fôra «hũ pouco atrevido»; mas a grande necessidade da barra assim impunha pois, caso contrário, «a Cidade ficava redusida a hũa absoluta miseria». Louva, pelos seus trabalhos, o engenheiro Oudinot e o seu continuador Luís Gomes de Carvalho e lastima as dificuldades pecuniárias que não deixaram concluir obra tão «importante» já pensada há algumas dezenas de anos e ainda então por acabar.

Descreve o canal que levava à cidade e faz considerações àcêrca-do estado sanitário e da miséria das populações da Ria por virtude da subida das águas enquanto a barra esteve fechada. E, como oficial de marinha, refere-se ao valor dos ancoradoiros, à corrente das águas, sua profundidade, possível formação de bancos, qualidade dos fundos, necessidade de constantes sondagens, etc. Menciona a importante indústria do sal e notou a «prodigiosa quantidade de barcos de pescaria» e entra, também, na apreciação, um pouco dura, do valor da pilotagem, e das suas embarcações, preconizando outra regulamentação dêstes serviços prejudicados, então, por questões de competência e afirmando que, com as obras necessárias e devido policiamento, o porto seria um dos primeiros de Portugal.

As considerações que o autor da «memoria» exarou são, como diz, conseqüência do seu desejo de ser útil; o pouco tempo de que dispôs e as más condições em que fêz o seu estudo, não o deixaram ser mais longo nem mais preciso.

E com a melhor das intenções, passado pouco mais ou menos um mês, estando de serviço na fragata *Amazona* [3] surta

---

(1) A «memoria» não indica esta data. Vem indicada na carta cit. da *Gazeta de Lisboa* e no docum.to da Alfandega publicado pelo Sr. Dr. Alberto Souto, in loc. cit.o

(2) Assim o diz o cit.o doc.o da Alfandega.

(3) Esta fragata naturalmente era a que, de recente construção, foi em 1831 levada para França pelo Almirante Roussin.

no Tejo, remeteu para o Ministro da Guerra a sua «memoria» com um ofício que dá a medida dos intuitos e da qualidade moral do seu autor (1).

«Ill.mo, e Ex.mo Snr. — Tenho a honra d'apresentar a V.a Ex.a a memoria sobre a nova Barra, tal qual as m.as idêas poderão comprehender. Desejarei que por ella V.a Ex.ça, fique ao alcançe das coisas, que (são) inteiram.te indispensáveis p.a manter a d.a Barra. — Rogo a V.a Ex.a queira perdôar, e dar disculpa ao mal arranjado, e escasez das m.as idêas, e athé porq opouco tempo, que tive p.a fazer as m.as observaçoens, me não deu lugar a mais. — D.s G.e a V.a Ex.ça — Bordo da Fragata Amazona, surta no Tejo 23 de Junho de 1809. — Ill.mo e Ex.mo Snr. D. Miguel Pereira Forjaz Coitinho. — (a) Isidoro Francisco Guimarães.»

E a «memoria» lá foi, em caderno de 8 fls. sem numeração, ainda perfeitamente conservado, de papel almaço branco estrangeiro, com marca a água de J. Hessels e cosido com dois laços de fita vermelha.

Está tôda escrita pelo punho do autor, com tinta que se tem apagado muito; e começa a fls. 2 e termina a fls. 6 v.o.

Segue a «memoria» cuja ortografia se respeita:

«*Memoria sobre a nova Barra d'Aveiro aberta em 3 d'Abril de 1808.*»

«O Porto d'Aveiro está situado na embocadura do Rio Vouga, 9. legôas ao Norte da Figueira.

«A historia maritima d'Aveiro he mui interessante. Ha seculos que este Payz tem soffrido acontecimt.os do maior interesse, porque o ter a Barra huas vezes aberta outras fechada tem influido p.a que tenha experimentado diffrentes alternativas, e he delas, que tem dependido o Commercio, a Agricultura, e mais que tudo ainda a saude dos habitantes; e por isto m.mo as Artes nesta parte de territorio tem marchado a passos lentos, porq esta Cid.e estava entregue somente aos acazos naturaes da embocadura do Vouga, que huas vezes innundava o Payz, outras o fazia florecer.

«Não se póde bem exactam.te fixar a Epocha, em que se projectou hua muralha, que he hoje o que existe da parte do Sul, e que m.to bem se pode chamar o sustentaculo da Barra porq he d'encontro a ella, que batem as agôas expedidas das diffrentes partes, que compoem aquella Ria.

(1) O ofício está na mesma pasta da «memoria». Mantem-se a ortografia do original.

« A necessidade de sustentar as agôas em hua corrente porpocionada á sua abundancia he que fez certam.[te] conceber o projecto de levantar esta muralha.

« Este projecto não deixou de ser hu pouco atrevido, não só pelo grande, e difficil trabalho de levantar a d.[a] muralha, como athe por não haverem meios ou fundos p.[a] se concluir, e todo o fim deste intento era conseguir hua Barra, como coiza de prim.[ra] necessidade p.[a] o Payz, sem a qual a Cidade ficava reduzida a hua absoluta mizeria, e pobreza, como com eff.[o] esteve por espaço de m.[tos] annos; e não só os habitantes e officios (?) faltos da prim.[ra] necessid.[e] p.[a] a sua (fls. 2 v.[o]) subsistencia, mas athe todos os annos padecião bastante na sua saude, e deste modo a Cidade ia ficando despovoada, porq̃ sendo seu maior commercio as Marinhas de Sal, e a Agricultura dos Campos, que estão entre as d.[as] Rias, e em todas as circunferencias do Vouga, elles se achavão por espaço d'annos inundados, porq̃ não tinhão hua Barra que desse sahida as agôas, e deste modo todos os habitantes estavão privados dos meios de subsistencia, porque não tinhão onde os procurar no Payz, e se vião por isso obrigados a abandona-lo.

« Este plano foi approvado pelo Brigadeiro = Oudinot = off.[al] Engenheiro, que he o que mais figura na historia destes trabalhos, e que continuou a seguir o Ten.[te] Coronel do m.[mo] corpo d'Engenheiros, *Luiz Gomes* q.[do] o d.[o] Brigadeiro foi por S. A. R. mandado p.[a] a Ilha da Mad.[ra] afim de reparar os damnos, que se occazionarão na d.[a] Ilha pela alluvião sucedida no anno de 1803: e a este off.[al] se deve a concluzão da d.[a] obra, que nenhuns trabalhos, e cuidados poupou p.[a] a effectuar.

« Esta importante obra percizava de immensas despezas, e não tendo o Governo destinado fundos alguns p.[a] ella, decretou hua impozição de direitos aos habitantes da Cidade sobre a carne e o vinho, cujo producto seria applicado p.[a] a execução da d.[a] obra. Estes direitos tem se athequi recebido, e recebem ainda hoje. A muralha que tem perto de 700 toêzas de cumprimento he a quem se pode attribuir a esperança de hua Barra duravel, e que trará aos habitantes a saude, e pode então o commercio ser considerado, como sua properid.[e] *(sic)*.

« Os trabalhos desta muralha tem continuado, e alguas vezes suspendido seg.[do] as circunstancias, porem os direitos tem se percebido constantem.[te], e por conseg.[e] reâlizado hua quantid.[e] de fundos consideravel.

« Como por muitos tempos estiverão suspendidos os trabalhos desta muralha, chegarão a juntar-se nos Coffres d'*Aveiro* oitenta, e tantos contos de reis, e o Ex.[mo] Marquez de Pombal então Ministro d'Estado mandou meter este

dinheiro no coffre da (fol. 3) Companhia G.[al] do Alto Doiro no Porto, com a condição expressa que estes fundos serião entregues, logo que fosse percizo continuar estes trabalhos.

«Ha 6. annos que esta Epocha chegou, e era percizo com eff.[o] que chegasse, p.[a] se concluir a muralha, que exigia hua grande e pronta despeza, e foi perciza a autorid.[e] reâl p.[a] que a d.[a] Companhia pagasse á conta da divida vinte contos de reis, que immediatam.[te] se gastarão; e sendo as circunstancias actuâes hũ pouco criticas p.[a] o pâgam.[to] total da divida, contudo por outra parte, ella se faz indispensavel, não só p.[a] acabar a d.[a] muralha, como athe p.[a] reparar os damnos que ella soffreu pelo choque violento das agôas, q.[do] a Barra se abrio no dia 3. d'Abril de 1808, porque havendo 5. annos, que estavão estagnadas viérão com hua violencia tal, que arruinarão parte da muralha.

«Todos os lugares na circunferencia do *Vouga* são payzes planos, e que reprezentão bem a imagem da *Hollanda* quer pelo Norte, quer pelo Sul: pela parte de Leste a vista termina-se por montanhas.

«Dois Câes m.[to] bem feitos, e cuja direcção he de Leste a Oeste, e que tem d'extensão pelo menos 500 toêzas formão o Canal que conduz á Cid.[e]: a detença das agôas occazionou tambem algua ruina a estes Câes, e o pouco cuidado que tem havido na limpeza do m.[mo] Canal, que se póde fazer com bast.[e] facilid.[e], e athe m.[mo] com pouca despeza, tem feito encaminhar alguns entulhos lançados á beira-mar ao longo do Canal, que conduz á barra, e que vão formar bancos, ou ao menos, que os podem formar por toda a sua extensão, e impedem m.[mo] a corrente das agôas, que sendo encaminhados (sic) sem algum obstaculo podem formar mais profundo o Canal, ou pelo menos o Ancoradoiro de S. Jacinto: sua distancia á Barra he de hua legôa, e hu quarto, e a sua (fol. 3 v.[o]) povoação he de 7. a 8. mil habitantes. [1] Mais de 7. legôas de hu fertil terreno estava inutilizado p.[a] a Agricultura pela innundaçoens, que ha 5. annos cobrião os campos: todos os annos os habitantes d'*Aveiro* soffrião violentas febres, e a povoação toda estava submergida na disgraça pela falta de cultura das terras, e de todo o commercio axterior. Estas circunstancias locaes erão sem duvida de mui grande consideração: e ellas só serião bastantes p.[a] projectar a abertura da Barra; e ainda que era de bast.[e] importancia o suspender por entretanto

---

[1] Período um pouco confuso. Êste cômputo de população deve, evidentemente, referir-se à cidade de Aveiro.

a abertura della p.ª se concluirem os trabalhos da muralha, afim de que com o choque das agôas não soffresse algua ruina, comtudo isto não pôde effectuar-se, e foi percizo fazer a irrupsão, como com eff.º se fez no dia 3. d'Abril de 1808. por q̃ as agôas erão muitas; tudo estava innundado, e julgou o Off.al Engenheiro mais conviniente abri-la, ainda que certos trabalhos percizos á concluzão da obra estivessem pouco avançados, do que sofrer outras ruinas, que se podião m.to bem occazionar pela detença das agôas. Não pertendo aqui metter-me no detalhe de mostrar se foi a natureza que fez a irrupsão, ou se foi obra permiditada do Off.al Engenheiro; porq̃ quer fosse por hu, quer por outro modo, elle sempre merece no meu conceito todos os elogios, porq̃ a natureza não poderia ali fazer suas funçoens se a arte lhe não tivesse preparado o caminho.

«A corrente he extremam.te rapida nã vazante:, ella não tem o curso ordinario das marés da Costa; eu fiz sempre que me foi possivel esta observação, e encontrei que a enchente durava pouco mais de 4. horas. A grande profundid.e he perto, e ao longo da muralha, contra a qual as agôas do Rio vem bater com bast.e força, e por conseq.ª a corrente he tão violenta que Navio algum pode ahi estar ancorado com segurança, sendo por isso necessario amarrarem-se sempre no Ancoradoiro de S. Jacinto, e (fl. 4) ainda mais ao Norte. Agora que com eff.º se effectuou e sahiram as grandes agôas e com hũa violentissima corrente, persuado-me não haver nada a temer a resp.to da segurança da muralha, nem ainda m.mo nos Invernos, em que as chuvas forem mais copiosas: e o que bem acabou de observar-se no prezente (anno), que sendo bem tempestuoso, e trazendo immensas agôas ao Rio, nenhũ perjuizo cauzarão na muralha: e não he de crer que se ajunte tamanha porção d'agôa, como aquella que ha 5. annos estava espalhada pelos campos, e lugares da circumferencia do Vouga, porem isto só a experiencia nos pode fazer milhor conhecer, e he m.mo de suppor que a muralha, cuja base he solida, e larga haja de resistir ao choque das agôas; mas nos prim.ros dias d'abertura da Barra, a muralha supportou hu choque tão violento, que em alguns lugares se arruinou, e em outros abateu sobre a Estacaría que a sustentava. He por tanto da maior necessidade, e sem perda de tempo o cuidar em a pôr em estado de rézistir a todas as cauzas, que possão aumentar a corrente, cujos effeitos poderião m.to bem destrui-la de todo, e de repente; ella não tem por agora, mais que 6. homens a trabalhar, q.do lhe serião percizos 500 ou 600.

« *Aveiro* pode m.to bem considerar-se como hũ viveiro de Marinheiros. A maior parte da sua povoação não se

emprega em outra coisa mais que na Pescaria, e na extracção do Sal das Marinhas e seu arranjam.to, por conseq.a toda esta gente he naturalm.te propria p.a a vida do Mar.

« A Ria tem hua prodigiosa quantid.e de barcos de pescaria: o seu numero he certam.te de 3. mil, e cada barco tem pelo menos 6. homens: ha alguns, que fazem a pescaria em alto mar, porem estes não excedem certam.te a 25., porem cada barco tem perto de 80. homens.

« Na extremid.e interior da muralha ha hu mui antigo castello, que he m.mo difficil fixar a Epocha, em que se edificou, no qual se (fol. 4 v.o) tem feito mui pequenos reparos, e que serão percizos m.tos mais p.a o pôr em estado de receber Artilharia, que ainda que reconcentrada (?) pode m.to bem bater a entrada da Barra.

« O Ancoradoiro de S. Jacinto he o mais bello e o mais proprio, não só pela sua profundidade, como pelo abrigo de todos os ventos do mar; e he athe m.mo extensisimo.

« Apenas eu tenho podido sondar este Ancoradoiro em alguas partes, porq̃ nem tempo, nem meios tive p.a isso, e he absolutamente percizo sondar amiudadas vezes p.a conhecer bem o canal, sua profundid.e p.a os Ancoradoiros, e amarraçoens, e ver m.mo se ha alguas mudanças nos bancos [1], o que sempre costuma suçeder em barras d'arêa. Nas observaçoens que fiz conheci que o fundo era tão bom, que ainda que hu Navio vindo à vella, encalhe, nenhũ prejuizo pode ter.

« Não ha nesta Barra senão hũ Piloto-Mór nomeâdo pelo Con.o do Almirantado; este, ainda que não são mui grandes seus conhecim.tos n'Arte que exerce, comtudo he affoito bast.e, e trabalhador; ha mais hu homem a que chamão = Sota-Piloto-Mor, nomeâdo pela Camara daquella Cid.e que não só não conhece nada de Pilotagem, mas athe me asseverou elle m.mo não ter ido hua só vez ao mar; e ha mais 4. Pilotos, que chamão juramentados, que não são mais que huns meros Pescadores, que conhecendo o canal da Barra se contentão só com isso, ignorando o modo ainda o mais simples de fazer hua amarração. Estes Pilotos vão ao mar, ou a bordo d'algua Embarcação, se querem, e negão-se q.do igualm.te lhe apraz: elles não conhecem superior ligitimo que os dirija: os Magistrados da terra ordenão lhe isto, ou aquillo, q.do igualm.te lhe agrada, ou q.do conhecem que daqui lhe resulta algum interesse particular, e pelo contr.o todos se roubão ao trabalho de os dirigir; e m.mo elles o não podem fazer com acerto, porq̃ não intendendo coisa algua d'arte de Marinha (fol. 5) podem a todos os

---

[1] Há aqui uma palavra riscada e ilegível.

instantes serem iludidos. Na repartição da Marinha não ha naquella Cid.e policia algũa: agora bem o observei na passagem das tropas combinadas, que sendo precizos Barcos p.a as conduzirem a Ovar, e às Provisoens, com m.to custo pude aprontar 130., q.do a Ria tem 3. mil, e disto m.mo se queixou o Gn.al Welesley; (1) e se houvesse hũ alistam.to de todos os Barcos, que tem as Rias, por seus numeros, e declarando o nome dos Arraẽs, elles se não poderião escapar, nem procurar disculpa algũa. O Piloto-Mór tem apenas hũa Embarcação, e esta incapaz p.a as observações, que precisão fazer-se naquella Barra, e que devem ser com m.ta exactidão, porq̃ infalivelm.te se devem encontrar muitas mudanças de hũ a outro dia no seu fundo pela violencia da corrente, que leva continuam.te da parte do Norte porçoens enormes d'arêa, cuja mobilid.e forma bancos ora em hũ ora em outro lugar, e he de toda a necessid.e observar e sondar continuam.te aquella parte, que os Pilotos chamão *Pancada do mar* que fica ao NO. da Barra hũa milha em distancia da sua embocadura, porq̃ pode m.to bem ser que as arêas da parte do Norte, que com a impetuosid.e da corrente vão sendo levadas ao mar depozitem sobre este Banco, que fica ao NO., e onde o mar rebenta bast.e, ainda m.mo em tempos bonançosos, e de calma: por muitas vezes eu quiz ratificar as m.as sondas, e não o pude fazer, porq̃ não tinha nem Embarcação, nem q.m me ajudasse, porq̃ os homens do mar o não querião fazer sem lhe pagar, e eu me não considerava autorizado p.a os obrigar. No dia (2) 10. de Maio eu sondei todo o Canal e Barra, e pouca diff.ça lhe encontrei do que tinha achado ha hũ anno, e confiado nas m.as observaçoens me resolvi tentar a entrada dos 40. Transportes Britanicos, e a conclui dentro de hua hora, sem prejuizo ainda o mais isignificante (sic); e tendo o comnd.o do Berg.m de S. M. B. todos os desejos de ser a prim.ra Embarcação de Guerra que entrasse naquelle Porto, me animei a faze-lo, sendo eu m.mo que entrei p.a dentro (fl. 5 v.o) delle, trazendo-o ao Ancoradoiro.

«Esta Barra não offrece mais que hua quantid.e de legôas d'arêa quer p.a o Norte quer p.a o Sul, e por isso mui difficil p.a os Navegantes, que vem d'alto mar procurar aquella Barra, principalm.te no Inverno, porq̃ alem de ser aquella costa perigozissima n'aquella Estação, não ha hũ sinal nella que ao longe se marque p.a a vir demandar, e por isso julgo mui percizo, e athe da prim.ra necessid.e fazer na ponta da muralha hua torre, ou farol, que sirva de guia aos Navegantes.

---

(1) Foi a divisão de Hill que chegou a Aveiro na tarde de 9 de Maio.
(2) Começo de palavra riscado e ilegível.

«A antiga Barra, que era 4. ou 5. minutos mais ao Sul, fechou-se de todo.

«Se houvessem sufficientes fundos p.ª continuar os trabalhos desta interessante obra, que exigem que sejão grandes, certam.te esta Barra seria a prim.ra de Portugal depois da de Lx.ª, e a Cidade mui opulenta pello commercio exterior, porq̃ dali as mercadorias podião ser transportadas p.ª dffrentes partes da Provincia da Beira com mais facilid.e que da Cid.e do Porto, e seguir-se-hião alem disso p.ª a Cid.e e p.ª o Reino todos os proveitos que se costumão tirar de hũ Porto commercial pela franqueza da sua Barra.

«As marinhas de Sal são hũ dos mais interessantes ramos de Commercio daquella Cid.e, e m.mo os campos da circumferencia do *Vouga* que se achão já todos descubertos pela abertura da nova Barra offrecem hũ ramo consideravel d'agricultura.

«He excuzado fazer menção das vantajens, que rezultão, e tem já rezultado á Cid.e, e seus habitantes, porq̃ evidentem.te se tem conhecido desde que a Barra se abrio.

«Só piquenas Embarcaçoens podem chegar athé á Cid.e, porq̃ em distancia della, hũ quarto de legôa, pouco mais ou menos (sitio da Gafanha) ha hũ Banco d'arêa que atravessa o Canal de hũ ao outro lado, onde só se encontrão dez palmos d'agôa na praia mar: e he m.mo de toda a necessid.e levantar dois pilares de hũ e d'outro lado do Canal, que marquem o d.o Banco, o qual creio que não poderá por limpo adquirir maior profundid.e, por não haverem ahi correntes tão fortes que levem aquella porção (fl. 6) d'arêa, ou lodo, que o formão; porem athe ao d.o lugar da Gafanha podem chegar Embarcaçoens de maior lote, e o transporte das mercadorias p.ª a terra he facilimo de fazer-se, não só pela m.ta abundancia de Barcos, que ha naquella Ria, como athe por ser piquena a dist.ª á Cid.e e ser a Ria sempre mui tranquila.

«Quando o Conç.o do Almirantado nomeôu hũ Piloto-Mor p.ª a d.ª Barra d'Aveiro (a antiga Barra) estabeleceu Artigos competentes á sua jurisdição, e marcando lhe m.mo os seus salarios e modo de os repartir, regulando o resto pelo que se acha determinado a resp.to da Barra do Porto; porem nada disto se pôem em execução, porq̃ nem o Piloto-Mor he autorizado pelos Magistrados da Cid.e p.ª mandar, e fazer-se obedecer, nem elles ordenão coisa algũa, porq̃ he tudo fora da sua arte, e athe m.mo se o Piloto-Mor reprezenta ser lhe percizo isto, ou aquillo, todos se roubão (?) n'estes trabalhos, dizendo, não lhe pertencẽ; e nestas circunst.as não ha naquella Barra providencias alguas p.ª entrada e sahida de Navios, e eu m.mo me não admirarei se algum dezastre houver de succeder a alguas Embarca-

çoens, que tentem a entrada daquelle novo Porto, ficando por isto desacreditada a Barra, e sem aquellas vantajens, que dahi se podem tirar. A Barra do Porto nos dá disto hũ exemplo bem manifesto, porq̃ sendo certam.[te] a Barra a mais perigoza, não deixa por isso de ser a mais commercial, e deve isto só ao cuidado, que ha em a sondar sempre que o mar o permite, e marcar todas as suas mudanças.

« No pouco tempo que estive em *Aveiro* pude conhecer os partidos, que havião sobre a abertura da nova Barra; huns desacreditando-a de todo, e outros abonando-a; e he certam.[te] daqui que tem resultado o (não) haverem aquellas providências q̃ são inteiram.[te] indispensaveis.

« He mui provavel haverem nesta Barra acontecim.[tos] percizos a ponderar-se; e que mereção hũa mais seria atenção. O que acabo (fol. 6 v.º) d'expôr, he só o que foi do meu alcance no pouco tempo, que ali estive, e athe o tempestuozo vento que sempre ali reinou no mez de Maio me estorvou fazer mais algũas observaçoens, que devem ser reiteradas, e feitas por hũ homem habil e intelig.[e] d'Arte da Marinha.

« Tendo eu sido o prim.[ro] que me animei a fazer entrar naquella Barra hũ Comboy tão consideravel, eu desejarei que ella p.[a] futuro traga á Cid.[e] e ao Reino as vantajens, que eu desejo: restando-me alem disso a gloria de ser o prim.[ro] e ser em hũa occazião em que dependia [1] da sua entrada hua parte das venturas do Exercito combinado, que marchava a fazer evacuar da Cid.[e] do Porto o Inimigo commum.

« (a) *Isidoro Francisco Guimarens.* »

O documento seguiu os seus trâmites. Na repartição competente, depois de lido e apreciado talvez por quem só de nome saberia da existência da barra aveirense, adicionaram-lhe, em verbete prêso com alfinête, a seguinte informação:

« Isidoro Fr.[co] Guimarens apresenta hũa *Memoria* sobre a nova Barra de Aveiro, fundada nas poucas observações que ali poude fazer qd.º em Maio de 1809 teve a satisfação de fazer entrar o combóy inglez com Tropa, que tanto contribuio para a evacuação dos Franceses d'Entre Douro e Minho. [2]

« Passando em claro neste Extracto varias observações judiciosas que apresenta, e q̃ só lendo se se perceberão

---

[1] Começo de palavra riscada: « part... ».

[2] Há engano na alusão à tropa de desembarque. O funcionário que fêz o verbête não concluiria isso da « memoria ».

bem, diz com sentimento que na Repartição da Marinha não ha policia algũa, nem alistamento de barcos, com seus numeros e nomes dos Arraes. Que se preciza fazer hum Farol na Ponta da Muralha. Que os Artigos do Piloto Mór dados pelo Almirantado não se executão. Que o Sota piloto Mór nomeado pela Camara he ignorantissimo, e q̃ os 4 pilotos que ha não passão de Pescadores, nem reconhecem superior.

« A Comp.ª do Porto tem mais de 60 contos de reis para a obra q̃ deve continuar, e se faz tanto mais preciza que o choque das aguas de 3 de Abril de 1908 atacou a Muralha. »

Perante esta informação, em que se passam em claro « observações judiciosas » e cujo estilo, próprio do funcionalismo, não deixa perceber se é favorável ou desfavorável, podia esperar-se, em todo o caso, qualquer despacho que desse tal ou qual satisfação às intenções do autor.

Mas não. Logo por baixo, mas com outra letra, há apenas uma verba cuja brevidade e secura chegam a impressionar de se lerem os interessantes alvitres e as curiosas observações que acima ficam:

« P.ª se guardar — »

Esta verba deve corresponder ao moderno « arquive-se » com que muitas vezes se responde aos importunos.

Na verdade o ministro D. Miguel Pereira Forjaz tinha mais em que pensar e é possível que o funcionalismo por cujas mãos passasse a « memoria » tivesse preguntado quem é que mandou ao oficial de Marinha Guimarães fazer trabalhos de tal ordem por conta própria.

E para se ver como o bem intencionado marinheiro não andava em maré alta, certo documento que me foi mostrado no Arquivo onde está a « memoria » [1] vem elucidar-nos que três anos depois ainda o Estado lhe não pagara 8 meses de soldo e 7 de « comedorias » — quem sabe se vencimentos da época em que, com perícia e patriotismo, conseguiu a entrada do combóio inglês de socorro na Ria aveirense e, por própria

---

[1] Ofício de 3 de Maio de 1812, dirigido a D. Miguel Pereira Forjaz renovando, como diz, a exposição do « estado das minhas privações... » Chamou-me a atenção para êste ofício a solicitude do Sr. Capitão Dulío da Silva Marques, beirão de nascimento mas aveirense de adopção, actualmente um dos dedicados oficiais ao serviço no Arquivo Histórico Militar. Êste facto é mais uma das provas da boa direcção do Arquivo e dos cuidados que o seu pessoal tem para com todos os consulentes.

iniciativa estudava a melhor maneira de valorizar um pôrto estragado e quási abandonado que era, no centro do País e no momento, de capital importância para a acção que se empreendia contra o invasor.

Neste último ponto, o Arquivo não nos deu novidade.

Quem se habituou a manusear documentação guardada nos Arquivos, encontra, muitas vezes, resoluções superiores que não atendem a esforços desinteressados ou boas intenções. O caso dêste oficial marinheiro não é, pois, surpresa.

Creio, porém, que a «memoria» agradará aos aveirenses conscientes de que a valorização do seu formosíssimo pôrto corresponde às maiores necessidades da vida da cidade e região às quais os problemas modernos não tiraram a oportunidade, antes, possivelmente, com as modificações porque está passando o mundo, deram maior relêvo.

Coimbra, Julho de 1942.

BELISÁRIO PIMENTA

MOSTEIRO DE AROUCA

TRASLADAÇÃO DA RAÍNHA SANTA MAFALDA

NO arquivo pertencente ao falecido Comendador Dr. António Teixeira de Brito, antigo advogado das Freiras do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, foi encontrada, por seu neto, Dr. Alberto Carlos de Brito, digno assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, a seguinte certidão que teve a amabilidade de me facultar:

— *Certidão do auto* a que mandou proceder o Ex.º Snr. Bispo da trasladação das Reliquias da Rainha Santa Mafalda. Certifico eu o P.ᵉ Jozé da Fonseca Presbitero do habito do S. Pedro Escrivão da Camara Ecleziastica deste Bispado de Lamego, e Notario Apostolico de Sua Santidade dos approvados na forma do Concilio, em como vindo o Ex.º Snr. D. João Antonio Binet Pincio, por mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica Bispo deste ditto Bispado de Lamego a esta villa de Arouca, ao Real Mosteiro della, que he da Ordem de Cister, e Congregação da Ordem de S. Bernardo de Religiozas, para effeito de serem trasladadas as Reliquias da Raynha Santa Mafalda que se achavão no mesmo Mosteiro, e declarada Santa por Bulla Apostolica, ahi mandou lavrar o auto seguinte cujo theor de verbo ad verbum he como se segue —: « Auto de abertura do cayxão de pedra e trasladação das Reliquias da Raynha Santa Mafalda » — Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil sette centos, noventa e trez annos aos desaseis dias do mez de Junho do ditto anno neste Real Mosteiro de Arouca, que he da Ordem de Cister aonde veyo o Ex.º Sñr. D. João Antonio Binet Pincio por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica Bispo de Lamego do Conselho de Sua Magestade Fidelissima. Na Igreja do mesmo Mosteiro, achando-se ahí prezente o M. R. P. M.ᵉ Fr. Francisco Leytão D. Abbade Geral da ditta Ordem, Esmoller mor, e outro sim tãobem prezentes Dignidades, e M. M. Reverendos Conegos da Cathedral de Lamego, que por todos fazião o numero de dez; a Camara Secular da mesma Cidade encorporada, Communidade, alguns Abbades dos Mosteiros da mesma Ordem, e bem assim outras muntas pessoas Eclesiasticas e Seculares, fechadas as portas da Igreja se procedeo ao Exame do Cayxão, ou mauzoleo de pedra, em que se achavão encerradas as Reliquias da Raynha Santa Mafalda, e se achou ser hum Cayxão de pedra, tosco, e liso, que tem de comprido nove palmos e meio, e de alto no espigão da parte da cabeça tres palmos, e tres quartos, e da parte dos pez tres palmos, e hum quarto, e de largura da mesma parte dous palmos e hum quarto, e da cabeceira dous palmos, e tres quartos, e meio fechado de ambas as partes cabeceira, e pez com dous gatos de ferro achumbados, e os remates do ditto Cayxão da frente dourados com as Armas Reaes

antigas de cabeceira e pez com hũ ornato em figura de Cruz dourada, com sua tarja dentro da qual se achão escrittas com letras douradas as palavras da Consagração, e portanto, e pelas diligencias, e averiguaçoens feitas não ha duvida ser o mesmo Cayxão de que se tratou no processo da Canonisação da Santa Raynha, e nestes termos mandou o Ex.º Sñr. Bispo proceder a abertura do ditto Cayxão na prezença das mensionadas pessoas; e sendo logo arrancados os gatos de ferro, se achou sobre o Corpo hum pano de seda vermelha sem corrupção alguma, e somente em alguãs partes delle se achava perdida a cor debotando para amarella, tendo o mesmo pano hua espesie de quadrados espalhados por todo, e debaxo delle se achou o esqueleto, e ossos da Santa Raynha, tendo a cabeça inteira com o queixo de baxo com muntos dentes, e tãobem no de cima, não padecendo em osso algum corrupção, apparecendo todos os principaes, que compunhão o corpo dezorganisado, a excepção dos do antebraço, carpo, metacarpo, e dedos do lado direito, e esquerdo, bem assim, como os do tarso, metatarso, e dedos do lado direito, e esquerdo, os quaes / menos alguns que se tirarão para Sua Magestade, e Altezas, para os Mosteiros da Ordem, para a Cathedral de Lamego, e para outras justas distribuiçoens, que forão em pequena quantidade / reverentemente forão collocados em hum busto de vulto da mesma Santa, na acção de deitada, e ornada com vestidos, e calçado bordado, fecham o ditto busto com hũa chave de ferro, e a cabeça por ser pequena a capsula do busto para a receber foi mettida dentro do corpo do busto, e nella foi mettido hum osso que parecia ser de hombro, e lhe foi unido o capacete lacrado com quatro sinetes das Armas de Sua Ex.ª figurados em lacre vermelho. E nesta maneira foi collocada a ditta Imagem de vulto, dentro da qual estão as sobredittas Reliquias em hua Urna de pao Evano, munto polida, goarnecida de ornatos de prata e bronzes dourados com trez vidros, sendo o da frente emendado de ambos os lados junto as molduras, e goarniçoens, mas sem defeito perceptivel, e os dous da parte da cabeça, e pez inteiros, sendo fechada a ditta Urna pelos dittos dous lados com duas chaves de prata, ficando hua destas na mão, e poder do M. R. P. e D. Abbade Geral Esmoller mor, outra em poder da actual M. R.da Dona Abbadessa deste Mosteiro D. Anna Ignacia Cerqueira, ficando a outra chave que fecha o busto na mão do Ex.º Sñr. Bispo. De que tudo para a todo tempo constar se fez este auto de abertura do Cayxão, estado das Reliquias, trasladação dellas, fechacão do novo busto, e Urna, e entrega das chaves, a que tudo mandou proceder o Ex.º Sñr. Bispo, e que eu o P.e Jose da Fonseca Escrivão da Sua Camara, e Notario Apostolico o escrevesse, e assignasse, conferido com o P.e João da Costa de Carvalho desta villa de Arouca, e tãobem Notario Apostolico, o que assim cumprimos e para maior validade de todo o referido portamos nossa fé tanto, quanto em direito he necessario, e vay assignado pelo mesmo Ex.º Sñr. Bispo, Muyto Reverendo D. Abbade Geral Esmoller mor, e muyto Reverendo D. Abbade Geral Esmoller mor, e Muyto Reverenda D. Abbadessa, que receberão as chaves, e tudo prezenciarão, sendo testemunhas presentes a este acto os Reverendos Doutores Joze Taveira da Fonseca, e Francisco Ignacio Correa, ambos Dezembargadores da Relação Ecleziastica de Lamego que aqui assignarão, e eu o P.e Joze da Fonceca Escrivão da Camara, e Notario Apostolico o escrevi e assignei com o outro Notario, que ambos assignamos com os nossos Signais, e Sinetes de que uzamos ubique terrarum — João Bispo de Lamego. — Fr. Francisco Leytão D. Abbade Geral. Esmoller môr. — D. Anna Ignacia Cerqueira D. Abbadessa Donataria. — Joze Taveira da Fonceca. — Francisco Ignacio Correa. In fide veritatis.. lugar do Sinete. — João da Costa de Carvalho. In fide veritatis.. lugar do Sinete o P.e Joze da Fonceca. E não consta de mais o ditto auto, que aqui trasladei bem, e fielmente do proprio a que em tudo me reporto, e que fica em poder do Ex.º Sñr. Bispo, que mandou a mim Notario Apostolico passasse esta certidão, que vay na verdade conferida com o P.e João da Costa de Carvalho tãobem Notario Apostolico, que ambos a assignamos com os nossos Signais publicos, e razos de que uzamos ubique terrarum, e em testemunho de verdade prestamos nossa fé. Arouca 20 de Junho de 1793,

e eu o P.^e Jozé da Fonceca Escrivão da Camara, e Notario Apostolico o escrevi e assigney.

In fide — tem um selo a oleo com uma mitra e a inscrição á volta: P. JOSEPHUS DA FONCECA NOT. APOST. — veritatis.

a) O P.^e Jozé da Fonceca.

In fide — tem um selo a oleo com uma mitra e a inscrição à volta: JOANNE. DA COST. DE CARV. — veritatis.

a) *João da Costa de Carvalho.*

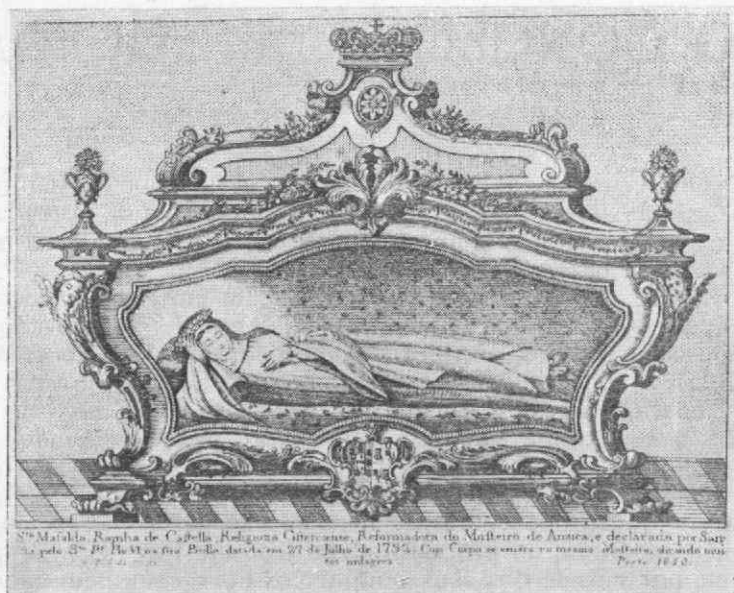
No dia 15 de Agôsto do corrente ano faleceu no Mosteiro, com 83 anos e 71 de vida dentro dêle, Maria Rosa do Sacramento, modêlo de virtudes, que apaixonadamente defendeu tôdas as preciosidades que hoje se guardam no Museu de Arte Sacra e que tinha em seu poder, dentro do velho baú de couro lavrado, bem conhecido de quantos, durante dezenas de anos, foram à sua cela comprar a sua especialidade — Morcelas de Arouca — vários documentos, sôbre a Raínha Santa, que ninguém conhecia; entre êles está a seguinte Provisão, dada pelo Dr. José de Basto e Cunha, Protonotário Apostólico, quando em Arouca se encontrava como Juiz Delegado da Sagrada Congregação dos Ritos, a organizar o Processo de Beatificação da serva de Deus Mafalda, que foi reconhecida por beata, pela mesma Congregação, em sessão de 13 de Março de 1792, tendo o Breve de Beatificação, dado pelo Papa Pio VI, a data de 27 de Julho do mesmo ano, e não a de 10 de Janeiro de 1734 como afirma Pinho Leal:

O DOUTOR JOZEPH DE BASTO E CUNHA Protonotario Apostolico de Sua Sanctidade Conego Penitenciario na Santa Igreja Cathedral da Cidade de Lamego, e na mesma cidade e seu Bispado Juis dos Cazamentos hebelitaçois de genere, e Provizor pello Ex.^mo e R.^mo Sñr. D. Fr. Feliciano de Nossa Senhora por mercê de Deos e da Santa Sé Apostolica Bispo de Lamego do Conselho de Sua Magestade, e seu Submilher da Cortina etc. A todos os q̃ a prezente virem e a quem o conhecimento della pertencer Saude e paz para sempre em JESUS Christo Nosso Senhor q̃ de todos he verdadeiro remedio, e Salvação: Faço saber, e attesto que perante mim foram reconhecidas em forma varias Reliquias da veneravel Serva de Deos Mafalda filha de El Rey de Portugal D. Sancho 1.º Raynha de Castella, e despois Religiosa, e Reformadora do Mosteiro de Arouca, vulgarmente chamada Raynha Santa extrahidas particularmente do seu Sepulchro no anno de 1749 por algumas Religiosas devotas do mesmo Mosteiro, entre as quais Reliquias foi reconhecida parte de hum osso da ditta Santa Raynha, e para q̃ a todo o tempo conste da sua identidade foi na minha prezença e de meu mandado ligada com fios de retroz cor de lyrio, e de prata em forma de rede, e roborada com o meu sello particular impresso em lacre vermelho sobre papel, e pendente por dois fios do mesmo retroz e outros dois de prata. Em fé do q̃ mandei passar a prezente por mim assignada, e roborada com a impressão do mesmo sello. Dada em Arouca aos 8 dias do mez de Outubro de 1753.

a) Joze de Basto e Cunha. De mand.º do sobred.º M. R., Sñr. Dr. Provizor — o *P.^e Franc.º da Silva Notario Apostolico.*

Tem um sêlo de lacre representando uma pomba com um ramo no bico e as letras P E A C E e as restantes ilegíveis.

Êste documento explica a falta de ossos notada no anterior, e cujo paradeiro, para nós, é ainda desconhecido.

Em 2 de Setembro de 1754, já se pensava em fazer « um caixão de prata para a Serva de Deos », pois D. Clara Inácia Osório, religiosa professsa, natural de Lobrigos, prometeu para o referido caixão « uma salva de prata e cinco moedas de oiro ». (Depoïmento da mesma no Processo de Beatificação).

Antigo registo *representando o túmulo de Santa Mafalda*

O seu túmulo, em ébano e prata, está colocado no corpo da Igreja, por cima do antigo túmulo de pedra que sucedeu a um de madeira, cujas táboas ainda foram vistas no catre de uma freira, por Frei António Brandão, do lado da Epístola; com as festas da beatificação, realizadas de 12 a 19 de Junho de 1793, gastaram as madres — 28.755$435 reis (*Tentativa Etymologico-Toponimica,* de Monsenhor Pedro Augusto Ferreira), o que representaria hoje cêrca de três mil contos. Com o processo de beatificação gastaram as madres todo o dinheiro que tinham arrecadado, que não devia ser pouco, e como não chegasse, requereram a D. Maria I autorização para contraírem um empréstimo de 25.000 cruzados, que foi concedida por Aviso da mesma Raínha de 15 de Dezembro de 1791.

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR

ECOS DAS LUTAS LIBERAIS NO CONCELHO DE ÁGUEDA

POUCO se sabe dos acontecimentos que por ocasião das lutas liberais se desenrolaram por terras de Águeda e bem poucas e imprecisas são as notícias que a tal respeito chegaram até nós.

Foi-me dado examinar há tempos um curioso manuscrito da época — processo de justificação — que foi organizado e seguiu seus têrmos no Juízo de Fora da Vila de Recardães em 1831, a requerimento de Joaquim Pires Soares (1), escrivão da Câmara, Órfãos e Almotaçaria da vila de Ois da Ribeira. Tinha o requerente em vista demonstrar, para se defender de acusações que lhe eram feitas e reputava injustas, que êle não era hostil à causa do rei D. Miguel, e, pelo contrário, fôra o primeiro que propôs para ser feita na vila de Ois a aclamação daquele monarca; no processo, alega Joaquim Pires Soares que sofreu, por virtude dos seus sentimentos e « do seu bem conhecido affecto á Causa de Sua Mag.de » várias perseguições dos liberais a quem apoda de « Rebeldes », sendo a sua casa assaltada e andando êle fugido dela e da família por algum tempo; que lhe fizeram vários roubos e estragos, prendendo seus criados e pondo fora de casa sua mulher e filhos dizendo que iam lançar o fogo à sua habitação.

Porque do mencionado processo resultam elementos que podem ser aproveitados para traçar uma página bem expressiva da época tumultuária a que os factos respeitam, deixo aqui arquivado o requerimento do antigo Escrivão da Câmara de Ois da Ribeira, onde vêem explanadas as suas queixas pelos abusos cometidos contra sua pessoa, família e haveres, e que as testemunhas ouvidas confirmaram plenamente.

Depuseram no processo o Dr. Manuel Ferreira Coelho, do lugar da Piedade; o Capitão-Mor José Pinto Guedes de Almeida

---

(1) Ascendente do meu Ex.mo amigo e conterrâneo Dr. António Tavares da Silva, a quem pertence o manuscrito referido, por cuja cedência me confesso aqui muito agradecido.

Souto Maior, da Casa do Morangal, têrmo da vila de Ois, e António Pinto Guedes Osório de Almeida Souto Maior, também daquela Casa. A inquirição teve lugar no dia 14 de Maio de 1831, e as testemunhas, prestado o juramento dos Santos Evangelhos, tôdas afirmaram unânimemente que o justificante exercia de facto o cargo de escrivão da Câmara, sem que tivesse cometido êrro algum ou disso fôsse infamado; que era de boa moral e religião; que era muito afecto à causa da realeza e disso tinha dado provas, salientando-se que foi êle o primeiro a lembrar e a propor a aclamação do rei D. Miguel em terras de Ois. Tudo se provou sem sombra de dúvida, o que levou o Juiz de Fora — Doutor José Freire Temudo — a lavrar a sua sentença no mesmo dia 14 de Maio do dito ano de 1831, dando como provados todos os factos alegados pelo suplicante, conclusão a que se chegou em vista dos depoïmentos categóricos e concordes que se produziram.

SOARES DA GRAÇA

Diz Joaquim Pires Soares da Villa de Oys da Ribeira, Escrivão da Camera, Orfaõs, Almotacaria da mesma Villa q para instruir certos requerimentos q tem afazer pertende justeficar no Juizo desta Villa de R.^es^ os Itens seguintes:

1

It. que elle Supq.^e^ está servindo, e serve á quinze p.^a^ 16 annos os off.^os^ de Escr.^am^ da Camera, Orfaõs e Almotaçaria da Villa de Oys da Ribeira com boa aceitáçaõ dos povos, e sem que tenha cometido erro algum nem diso tenho sido infamado.

2

It. que elle supq.^e^ he de boa moral, e de muita Relegiaõ he m.^to^ affecto, e tem a mais devid.^a^ adhesaõ a Cauza da Realeza, e diso tem dado as provas mais decezivas pois foi o primeiro q propoz fazer-se a aclamaçaõ de ElRey o Senhor Dom Miguel Primeiro convidando para isso algumas pesoas q eraõ dos m.^mos^ sentim.^tos^ e igualmente affectas ao Governo de S. Mag.^de^

3

It. que em conseq.^a^ do seu bem conhecido afecto e adhesão á Cauza de Sua Mag.^de^ elle supq.^e^ sofreo varias perseguicoens dos Rebeldes, ou constitucionaes e para escapar aos insultos e as prisoens com q estava amiacado elle se vio na nessecidade de andar fugitivo de sua casa varios tempos sendo a m.^ma^ sua caza invadida, e asaltada por huma forca chamada

dos Rebeldes do B.am 10 na alta noite, e lhe fizeraõ varios roubos, e estragos, prendendo-lhe seus criados, e mamdando por fora de sua casa sua mulher e f.os dizendo lhe queriaõ lancar ofogo

4

It. que o supq.e tem huma boa caza, e estabellecim.to na dita Villa de Oys da Ribeira aonde pessue m.tos bens, e ahi rezide com sua Familia de m.er e f.os e criados, tratando-se com honra e decencia, e vivendo a Ley da Nobreza

D. Justifique
Fr.a Themundo (1)

P. a V. S. Snr. Dr. Juiz de Fóra seja servido admetir o Supq.e a justeficar o exposto, e justeficado que seja se julgue am.ma justeficaçaõ por boa e se m.de entregar ao Sup.e p.a apoder aprezentar onde lhe convier

E. R. M.ce

---

(1) Rubrica do Juiz de Fora de Recardães, Dr. José Fortunato Freire da Fonseca Temudo.

CASTILHO E OS SEUS CONHECIMENTOS ARQUEOLÓGICOS (1)

UM dos livros, cuja leitura acabámos últimamente e muito nos encantou, foi *O Presbyterio da Montanha,* dêsse grande mestre da lingua, prosador e poeta, que se chamou CASTILHO, o qual, não obstante destituído, desde tenra idade, dum dos sentidos mais preciosos, como é a vista, conseguiu observar como ninguém a Natureza, dando-nos dela admiráveis descrições.

O Presbyterio da Montanha, escrito em prosa e verso, é um livrinho de memórias sôbre a antiga paróquia de S. Mamede da Castanheira do Vouga, no distrito de Aveiro, onde CASTILHO, na companhia de seu irmão e secretário o P.e e Doutor Augusto Frederico de Castilho — que ali pastoreou —, residiu desde 23 de Outubro de 1826 a Fevereiro de 1834, no gôzo, como êle próprio confessa, dos mais ditosos e sossegados dias da sua vida.

---

(1) Tínhamos acabado há pouco de reler o formoso livro *O Presbyterio da Montanha* e de escrever as rápidas notas que deixamos aqui, quando fomos surpreendidos pelo magnífico trabalho — notável a todos os títulos — do Sr. Dr. SOARES DA GRAÇA (que não temos a honra de conhecer, mas a quem apresentamos as nossas homenagens) com a epígrafe *Castilho na Castanheira do Vouga,* publicado no n.º 17 do *Arquivo,* acompanhado duma bela fotografia do cedro que o poeta, numa hora de inspiração feliz, plantou por suas mãos, deixando assim, naquela terra montesinha e pitoresca, um monumento vivo a perpetuar-lhe a memória.

Ignorando qual o destino dessa árvore histórica, já centenária, chegámos a pensar em informarmo-nos; mas o artigo do Sr. Dr. SOARES DA GRAÇA, aparecendo inesperadamente, tudo veio a esclarecer. Que os naturais da Castanheira do Vouga o leiam e meditem, e saibam conservar através dos tempos, como memórias enaltecentes, aquilo a que o Sr. Dr. SOARES DA GRAÇA chamou o *brasão da Castanheira* — a sua igreja, a residência e o cedro —, de que o espírito do poeta não pode desprender-se.

É um livro curiosíssimo e, para nós, um dos mais belos e enternecedores que saíram da pena do glorioso cego, que, como MILTON, legou o seu nome à posteridade.

O *Presbyterio da Montanha*, a-pesar-de muito curioso, é um livro que não sabemos em que género devemos incluir, pois, como disse o próprio autor, «não é historico, nem ficticio; não é didactico, philosophico, nem descriptivo; não é prosa nem poema, nem ainda poemas; e, sem ser nada de tudo isso, de tudo isso participa».

É um interessante livro de memórias, sobretudo descritivo, composto naquela linguagem melíflua, amena e fluída, da mais pura gema, de que ninguém teve o segrêdo como CASTILHO, da gloriosa trindade romântica o tido por mais vernáculo.

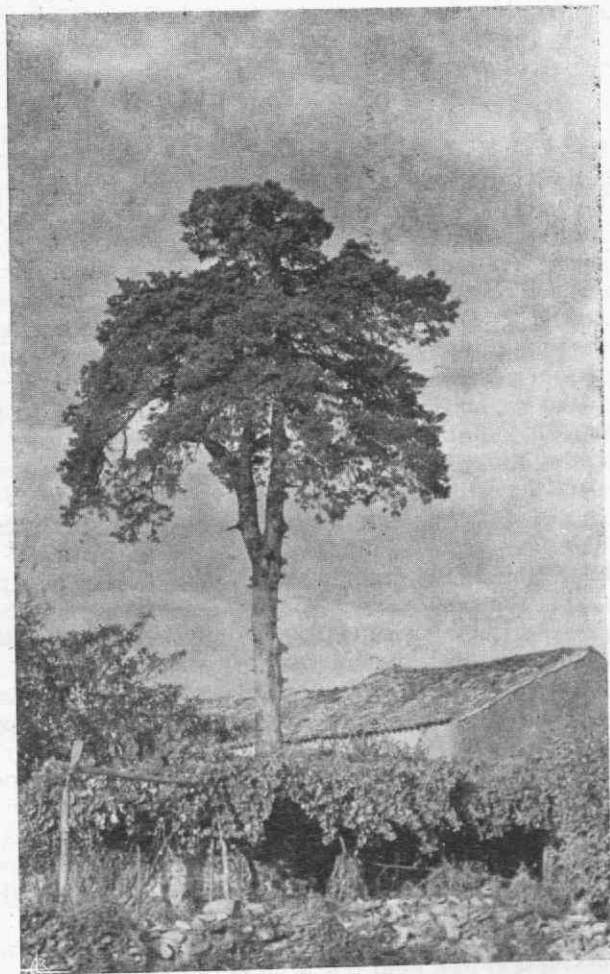
Não obstante as palavras do poeta, reflexo da sua grande modéstia, no interessante volume, embora a granel, encontram-se muitos dados topográficos, históricos, lendários, folclóricos e etnográficos. Porém, o que nêle se admira, acima de tudo, é a linguagem, que é da mais castiça e cantante do inesquecível mestre.

O livro pròpriamente dito é em verso; mas a parte mais importante e característica é o preâmbulo, de 129 páginas, que é em prosa.

A-pesar-de cultivarmos o lirismo, agradou-nos mais a prosa do que o verso. Questão de sensibilidade... A maior parte dos versos de CASTILHO pecam por excesso de classicismo e alguns ressentem-se da falta de espontaneidade. Onde o seu engenho poético é verdadeiramente admirável é nas traduções, sobretudo no *Fausto*, nas *Georgicas* e nas comédias de MOLIÈRE. Nelas a sua arte literária apresenta-se com todos os requintes.

O livro é um verdadeiro hino («humilde odysseia dos sitios») à paróquia de Castanheira do Vouga, antiga vila perto do Caramulo no concelho de Águeda, a qual pertenceu à antiga comarca de Esgueira. Fica na serra de Alcoba — dependência do Caramulo — que «em voz de moiros, segundo CASTILHO, quere dizer «abobada» ou «montanha boleada à feição dela».

O P.^e^ CARVALHO DA COSTA, na sua famosa *Corografia*, fala-nos dêste modo da Castanheira do Vouga: «No Bispado de Coimbra, e na Provedoria de Esgueira, 1 legua da villa de Agueda, e 11 da cidade do Pôrto para o sul, em lugar alto, tem seu assento a villa da Castanheira, que chamam da Beira, a qual é também dos Condes da Feira, e n'ella entra em correição o seu Ouvidor. Consta de 160 visinhos, com uma igreja parochial da invocação de S. Mamede, Priorado do Conde da Feira, que rende 600$000 réis, e tres ermidas. O seu termo tem uma freguezia dedicada a Santa Magdalena, no logar de Agadão, que consta de 100 visinhos. É curado anexo à igreja de S. Mamede, que apresenta o seu Prior. Tem este logar muitas fontes de delgadas e salutíferas aguas, que fertilisam seus campos de pão e

vinho, e os fazem abundantes de todo o genero de frutas. Assistem ao seu governo civil dois Juises ordinarios, Vereadores, um procurador do Concelho, Escrivão da Camara, Juiz dos Orphãos com seu Escrivaõ, 1 Alcaide, e 1 Companhia da Ordenança ».

O Cedro *plantado pelo Poeta junto à residência paroquial*

Pena temos de não conhecer, senão dos livros, a aldeia da Castanheira, que visionamos lindíssima, onde CASTILHO passou os melhores dias da sua vida; onde descreveu admiráveis composições, em prosa e verso, espalhadas por vários livros, como

Presbitério da Montanha, Excavações Poéticas, Chave do Enigma, Noite do Castelo, etc.; e onde plantou por suas mãos, em dia de S. João, um cedro, que, ainda hoje, tantos anos decorridos, ali viceja, agasalhando ninhos, derramando perfume e beleza, dando sombra e paz, e recordando a passagem inesquecível do Poeta. Belo e estranho monumento vivo, êste último, que ainda hoje é conhecido por *cedro do poeta* ou de CASTILHO!...

*

Com estas simples notas que publicamos aqui, escritas em hora de ócio na paz vergiliana da aldeia, queremos lembrar aos leitores do *Arquivo* o imortal nome de CASTILHO e, ao mesmo tempo, frisar quanto os seus conhecimentos arqueológicos eram deficientes, como, aliás, também o eram os dos escritores seus contemporâneos, pois a arqueologia, como ciência positiva, é-lhe um pouco posterior, e não tomou verdadeiro incremento entre nós, senão depois dos extenuantes trabalhos de CARLOS RIBEIRO, NERY DELGADO e MARTINS SARMENTO, que foram os seus principais introdutores no nosso país.

Podemos ajuïzar dos magros conhecimentos arqueológicos de CASTILHO, vendo como o Poeta, no *Presbyterio da Montanha,* descreve uma pirâmide geodésica, a anta de Espírito Santo de Arca, talvez um castro, e uma caverna prè-histórica.

A descrição dêsses monumentos encontra-se a páginas 36 e seguintes, e começa pela pirâmide, mandada erguer provàvelmente por quem procedeu pela primeira vez ao estudo da triangulação do reino. Diz CASTILHO:

« Dois monumentos acrescentam veneração ao Caramulo, quanto o podem mesquinhas obras humanas às grandiosas moles naturais.

Num dos seus cabeços mais alterosos foi erguido, nos princípios dêste século, uma espécie de zimbório, de doze palmos de altura, pouco mais ou menos, de pedra muito bem lavrada e argamassada. Para quê, não dizem; mas dizem que por um engenheiro francês; razão por que os povos da circunvizinhança, por ocasião da guerra peninsular, cometeram demoli-lo; mas só lhe puderam fazer pelo norte um pequeno estrago. Dura em pé, e só é acessível do nascente por uma vereda estreita e tortuosa ».

A arqueologia, como se sabe, fixou já há muito a época, a significação e a utilidade dos dolmens, sendo hoje todos unânimes em considerá-los túmulos ou edificações sepulcrais. Segundo os eruditos, o vocábulo dolmen significa *mesa de pedra,* das palavras celtas *dol* (mesa) e *men* (pedra). No tempo de CASTILHO, (que, aliás, foi literato e não arqueólogo) não se sabia ainda com certeza qual o significado dêsses monumentos pré-

-históricos. Vejamos como o poeta descreveu a conhecidíssima anta de Espírito Santo de Arca:

«O outro monumento não é menos enigmático, e deve estar farto de ver passar séculos e desfazer-se gerações.

Numa arremeçada crista, a duzentos passos da igreja do Espírito Santo de Arca, se alevanta êle, com o título imemorial de «Pedra de Arca». É uma desconforme loisa inteiriça, horizontalmente agüentada nos ares por esteios de pedra; quatro em número a princípio, hoje só três, havendo sido um arrancado para as obras da vizinha igreja.

Tem esta lágea de comprido vinte palmos, e de largura dezasseis; de grossura, pelo nascente três polegadas, pelo norte catorze, pelo poente onze, e outras onze pelo sul. Os pilares contam de altura doze palmos, só da flor da terra para cima; de largura, um que fica para o poente apresenta nove palmos, tendo de grossura pelo poente palmo e meio, e por cima três, e de grossura um palmo de cada lado. O último, que está para o norte, tem de largura, por baixo cinco palmos e polegada, e por cima qutro palmos e polegada».

Depois de nos dar as dimensões da anta de Espírito Santo de Arca — que pertence hoje ao concelho de Oliveira de Frades e que, dos muitos monumentos da região lafonense e caramulana, no dizer do ilustre geógrafo e escritor Sr. Dr. Amorim Girão, merece lugar de primasia, «já porque é de todos êles o que apresenta externamente maiores dimensões, já porque, sendo o único geralmente conhecido, tem servido para autenticar quantas notícias ou referências sôbre a alta antiguidade a que remonta o povoamento na região» —, Castilho, em belas palavras, confessa a sua ignorância sôbre o povo que levantou o remoto e descomunal monumento, e bem assim em que época e com que finalidade.

«Com que possantes máquinas, por que mãos, em que eras, e para que fim se alevantou ali aquela, que à fantasia se figura bruta mesa de gigantes silvestres? Seria obra de fortificação num sistema de guerra desconhecido? Quási que nem possibilidades o abonam. Uso agrícola, industrial, ou civil, nem a imaginação mais inventiva lho rastreia. Memória de algum varão ou vulto insigne, já o poderia ser. Mas então a que rudes tempos a não havemos de referir, visto como nem data, nem letra, nem escultura tôsca, nem vestígio algum de arte nem de arquitectura, mas só uma bruta mecânica ali se admira!

Religiosa fábrica de alguma gentilidade parece logo aquela; e mais, quando se adverte na semelhança que tem com os altares druídicos, ainda hoje conservados em várias partes do que foram Gálias e Germânias.

Verdade é, que por estas nossas terras não rezam as Histórias, que se estendesse aquela abominável seita de sacrificadores de humanas vítimas; mas nenhuma repugnância há, em que, perseguidos, como o vieram a ser, pelos imperadores romanos, alguns druídas se refugiassem para êste Ocidente, e aqui, em retiros montesinhos, menos acessíveis a pesquisas e perseguições, professassem e mantivessem o seu culto, do qual (se duas coisas mal conhecidas podem ser sem temeridade comparadas) não muito discreparia talvez a religião do Endovélico lusitano.

Êste ponto, porém, outros mais sabedores que o investiguem, se vale a pena, como cuido; que eu me torno do Caramulo para o centro dos meus afectos ».

Continuando nas suas digressões arqueológicas, refere-se Castilho a um outro monumento, que nunca vimos nem sabemos ao certo o que seja, mas supomos serem as ruínas de alguma antiga fortificação.

Diz Castilho:

« Ao sudoeste de Falgoselhe, já para fora da sua lavoira, na primeira valeira que se encontra à direita do caminho indo para Águeda, se vê uma fiada de umas como torrinhas, que se estende por mil e quarenta palmos; das quais torrinhas só duram hoje em dia os alicerces, e algumas porções iguais de muros esboroados a delir-se ».

Os seus estudos arqueológicos, no que diz respeito a prè-história, terminam por descrever uma caverna:

« E descendo esta valeira duzentos e vinte e cinco palmos, se dá em uma furna chamada « a buraca da cerejeira », aberta em picão em rocha viva; a qual tem na bôca oito palmos e meio de altura, quatro e meio de largura, e cento e vinte e cinco de comprimento. Da furna é geral fama que fôra aberta pelos Moiros ».

Os períodos de Castilho, atrás transcritos, (cujo valor está sobretudo na belesa e simplicidade do estilo) mostram à evidência a sua pouco menos que ignorância em assuntos arqueológicos ou, por outra, revelam-nos o atraso da arqueologia na época em que escreveu o *Presbitério da Montanha,* pois o Poeta, culto e erudito como era, estava a par de tôdas as ciências, reflectindo nos seus escritos as suas generalidades.

Não admira, pois, que Castilho, grande poeta, inimitável prosador, tradutor sem par, fôsse um medíocre arqueólogo.

A arqueologia era ainda uma ciência vacilante; e, além disso — *à chacun son métier* —, cada qual na sua arte.

ÁLVARO FERNANDES

INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DO DISTRITO DE AVEIRO DE 1721

(Continuação)

ALQUERUBIM

S.or D.or

Satisfazendo a ordem iunta, q̃ um.ce me mandou p.a fazer a delig.a sobre os interrogatorios, q̃ ella Contem, achej. o Seguinte —

1. Quatro Capellas huã de S.to Esteuaõ; e outra de S.ta Marta; e outra de S. Pedro; e outra de S. Luis; e estas quatro atras Sam do Pouo, nenhuã dellas hé frequentada de g.te Só no dia do S.to, há mais duas particulares; huã no lugar de Bedoido, da coal hé Padroeiro S. Fran.co; e esta Capella foi de Fran.co de Seixas Castel Branco ia defunto, e ficou por adeministradora della D. Fran.ca Barreto Sua m.er; há mais outro Com a jnuoCaçaõ de S.ta Marinha encostada a capella da Jgr.a pella banda de fora, de quem he admenistrador Thome de Moura da V.a de Esgueira, e nem estas particulares Saõ frequentadas de g.te Só no Seu dia.

3. O numero dos freguezes, q̃ tem a freg.a Sã duzentos, e setenta, e dois.

4. Há nesta Igr.a duas Sepulturas, q̃ tem Suas Campas, e huã dellas q̃ foi de Fran.co de Sejxas Castel. Branco do lugar de Bedoido desta freg.a, e agora hé de sua m.er D. Fran.ca Barreto, a Coal tem hũ Letrejro, q̃ hé o Seguinte. — Sepultura de Joã de Sejxas Castel Branco Caualhejro professo do habito de Christo, e de seus herdejros, o p.ro de janejro; annos, de mil, e seisCentos, e oitenta, e hé o q̃ Contem o d.o Letrejro — por Çima deste Letrejro està huãs. armas abertas na mesma pedra as Coais tem sinco passaros piquenos em o meio, e em Çima das d.as armas esta hũ passaro major, e pellas bandas tem hũs. florois q̃ Caem p.a baixo.

Há mais outra Sepultura, q̃ hé dos Parrochos desta Igr.a

7. Há dois Liuros de Baptizados, hũ q̃ prinçipiou em o anno de mil, e seisçentos, e nouenta, e tres, e outro q̃ de prezente Serue q̃ prinçipiou no anno de mil, e seteÇentos e dezanoue.

Há tambem dois Liuros de Cazados, e defuntos iuntamente, hũ q̃ prinçipiou no anno de mil, e seiscentos, e nouenta, e sinco; e outro q̃ de prezente Serue prinçipiou no anno de mil, e seteçentos, e dezoito; e ao Segundo; e ao quinto, e sexto; e oitauo interrogatorio nã achej nada por mais delig.a q̃ fis, Como tambem nã achej Letra gotica, e porq̃ tudo o açima hé a mesma uerdade o afirmo in u*er*bo Sasserdotis

Alcorobim *12.* de Majo de mil, e seteçentos e v.te, e hũ. ã.

O Prior Bento Tauares da Sylua

FERMELÃ

Em quarta feira sete de Mayo do prezente anno de mil seteCentos, e vinte, e hum me foi entregue huma Ordem dos m.to Jllustres senhores Capitulares da santa Sé da Cidade de Coimbra e em satisfaçaõ della digo o Seguinte.

Nesta Matriz de Sanct'Miguel de Fermelaã há duas ermidas huma de sanct'Joaõ evangelista em Fermelainha, e outra de sanct'Bartholomeu em Rioxico, ambas do povo, q̃ sempre estaõ fechadas excepto quando nellas se diz missa, e naõ Consta q̃ athe o prezente obrasse Deos Nosso S.or milagre algum por entersessaõ dos ditos santos.

Nesta jgr.a e mencionadas Capellas naõ há reliquia alguma de santo, ou santa.

O numero dos freguezes assim prezentes, Como absentes, Como Consta do rol dos Confessados, hé de mil, e trezentos, e trinta e nove (excepto eu e o Pe Coadjutor), en Cujo numero naõ entraõ as crianças q̃ naõ saõ inda de Confissaõ; e naõ há nesta freguezia Mosteiro, Caza de Mizericordia, Hospital, ou recolhim.to.

Naõ há nesta jgreja Sepultura alguma Com Letreiro, ou armas, e duas Capellas q̃ nella há, (escepto os dous altares Coleteraes) huma hé de Sanct'Caietano, e outra das Almas, e foraõ feitas Com as esmolas dos freguezes, e naõ tem armas.

Há nesta Ig.ra huma Bulla do Summo Pontifece, Paulo terceiro, pasada em vinte, e seis de Outubro de mil, e quinhentos, e quarenta, e outo, pela qual Concede á Confraria do Sanctissimo Sacram.to desta dita Jg.ra e a seos Confrades as graças indulgencias, e mais favores Concedidos á Confraria do Sanctissimo Sacram.to na Minerva, e do Hospital do Spirito Sancto in Saxia e outros Lugares pios de Roma, e outro papel mais q̃ há o remeto Com esta, p.a q̃ se veja o q̃ elle Contem.

Esta igreja naõ Collegiada, nem tem benificio algum, e a sua prezentaçaõ toca in solidum as Religiozas Dominicas do Conv.to de jesus da V.a de Aveyro.

Há nesta dita Jg.ra huns pedaços de Livros de baptizados, e defuntos, q̃ naõ tem principio, nem fim, e de alguns assentos Consta serem os baptizados da era de mil quinhentos, e outenta, e os defuntos da mesma pouco mais, Ou menos, e tambem entre os mesmos pedaços se acham recibimentos da era de mil, quinhentos, e outenta, e CinCo, e dos Livros q̃ estaõ inteiros, hum delles, que Consta de baptizados, e defuntos, que principiou em setembro de mil seisCentos, CinCoenta e tres, Outro mais de baptizados, q̃ principiou em Agosto de mil seisCentos sessenta, e quatro: Outro mais de baptizados, que principiou em Março de mil seisCentos, e setenta, e outo: Outro de baptizados que principiou em setembro, de mil seisCentos, e noventa, e dous, e o que de prezente serve que principiou em Agosto de mil seteCentos e CinCo: De defuntos há mais dous Livros hum que principiou em Agosto de mil seisCentos Sessenta e CinCo, e o que de prezente serve, que principiou em julho de mil seteCentos e quatro: Dos Cazados naõ achou meu immediato predecessor Livro algum, e deu principio ao

primeiro em setembro de mil seisCentos e sessenta e hum, no qual estaõ tambem os baptizados de que asima faço mençaõ da era de mil seisCentos e setenta, e outo, e o que agora serve dos Cazados prinCipiou em janeyro de mil seisCentos novema e tres.

Naõ há nesta freguezia memoria laguma de varaõ, della natural, que fosse asinalado em vertudes ou Letras.

O que tudo eu PantaLeaõ Affonso Alfena, Reytor desta Matriz de Sanct'Miguel da Fermelaã, e suas annexas Nossa Senhora das Neves da Villa de Angeja, e sanct'Thome do Lugar de Canelas Certifico, e affirmo in Verbo Sacerdotis; Fermelaa, quinze de Maio de mil SeteCentos, e Vinte e hum annos.

PantaLeão Aff.º Allfena

(Na face exterior da última fôlha, além das cotas *Fermelã* e *Vouga*, está escrito por letra doutro punho: *So se deu o purgaminho Junto;* alusivo, certamente, ao *papel* que o Prior declarava remeter junto, e que pelo Cabido da Sé de Coimbra terá sido enviado à Academia Real da História, ficando em Coimbra, como já notámos, o original da Informação paroquial.)

ESPINHEL

Reuerendissimo Cabbido Sede Vacante

Satisfazendo a ordem de Vossa Reuerendissima, digo que as Capellas que ha nesta Jgreja de Nossa Senhora da Assumpçam do Lugar de espinhel, he huma de Sam Joaõ. Baptista a qaal fes a sua custa, Joam de Figueiredo Barboza, Viguario q̃ foy da mesma Jg.ra na qual deixou huma Missa todos os Domingos, e dias santos pella sua alma, e de seus pais, e parentes, p.a o q̃. deixou rendim.to ainda q̃. tenue, Cuia administraçam toqua aos Mordomos que forem do Santissimo Sacram.to por Contrato q̃. o d.º Vig.ro fes Com o pouo.

Ha outra Capella na mesma Jg.ra das Almas que erigio o mesmo pouo a sua custa, e tem huma Missa cada somana pellas almas dos Jrmaos Comfrades q̃ se meteram por Jrmaos da d.a Jrmand.e e na d.a Jgr.a nam ha Jmagem expisialm.te milagroza.

Quanto ao Segundo Jnterrogatorio naõ. há na dita Jg.ra ou Capellas della Reliquia de Santo, ou Santa alguma —

Quanto ao terceiro Jnterroguatorio, tem esta freg.a duzentos e nouenta e tres fogos, alem de vinte e tres fogos que uiuem no Lugar do Crasto q̃ sam meeyros Com esta freg.a e Com a de Sam Miguel de Recardais; e nesta freg.a naõ. ha Hospitais, nem recolhimentos, nem misericordias, mas a sobredita Jrmand.e das almas Com suas bandeiras costuma acompanhar os Jrmaos, e pobres nos seus enterros —

Quanto ao quarto Jnterroguatorio, as Sepulturas que se acham na d.a Jg.ra Com seus Letereiros sam as segintes —

1.a Aqui ias guabriel Thomas Prior q̃ foy desta Jg.ra anno de 1616.

2.a Aqui ias Hyronimo de Almd.a Abbade q̃ foy de Nossa Senhora de Canauezes, e Vig.ro desta Jg.ra

3.ª Sepultura do R.do Vig.ro M.el de figueiredo Vig.ro q̃ foy desta Jg.ra faleçeo no anno de 1670.

4.ª Sepultura de Joaõ. de Figueiredo Barboza, Abbade que foy de Pinheiros, Conigo, Cura, nas Colegiadas de Guimarais, e Barsellos, e Viguario desta Jg.ra, cuia Capella mandou fazer a suã Custa, pera nella se enterrar e seus erdeiros anno de 1674 e no arquo da mesma Capella, e em huma pedra que esta embebida na parede da mesma Capella esta esta Letra — esta Capella mandou fazer a sua custa Joam de Figueiredo Barboza, Vig.ro q̃. foy desta Jg.ra p.ª sua sepultura, e de seus parentes anno de 1674.

5.ª Sepultura propria que Comprou M.el fran.co graiao p.ª elle e sua m.er somente, fe se anno de 1689.

Há mais huma sepultura q̃. mostra teue Letereiro q̃. se nam pode ia Ler por estarem gastas —

Há mais outras Sepulturas q̃. naõ tem ia Letereiros

Nam ha memorias antigas nos Liuros da Jg.ra desta freg.ª de q̃ Se possa dar Conta

Os Liuros q̃. ha nesta Jg.ra de batizados, cazados, e defuntos, sam os seguintes

Hum Liuro q̃ Seruio dos asentos dos Batizados, Cazados, e defuntos, q̃. por antigo naõ tem a era em q̃. teue prinsipio, e Sómente achei o prim.r asento ser feito no mes de Março de 1624. — Mais outro Liuro esbandalhado q̃ Seruio de Baptizados, Cazados, e defuntos e o asento mais antigo foy feito na era de 1588 — Mais outro Liuro q̃. seruio dos asentos dos Cazados, e dos defuntos, que teue prinsipio na era de 1683 — Mais outro Liuro q̃ seruio, e ainda actualm.te serue p.ª os asentos dos batizados, q̃ teue prinsipio no anno de 1662 — Outro Liuro que de prezente serue p.ª os asentos dos Cazados, que teue prinsipio no anno de 1707 — Mais outro Liuro q̃. de prezente serue dos asentos dos defuntos, q̃. teue prinsipio no anno de 1714 — Mais outro Liuro que Serue pera Se asentarem as obriguacois de Missas q̃. algumas pessoas deixaram, e propriedades pera as ditas missas que se obriguaram, teue prinsipio no anno de 1709 — alem destes há outros Liuros de pastorais e uezitas.

Nam há memoria de varam Jnsigne em uertudes, e Letras, que ouuesse nesta freguezia

As Capellas, ou ermidas q̃ ha nesta freg.ª Sam as Seguintes

No Lugar de Paradella que he desta freg.ª há huma Capella do Apostollo Sam Pedro, a qual antiguam.te foy a matris desta freguezia, e o d.º Sam Pedro de adeuoguado do achaque q̃. se chama asma aonde ConCorrem m.tas pessoas agradeser ao gloriozo aPostolo o Liura los delle

No Lugar da Piedade desta mesma freg.ª ha huma Capella da Senhora da Piedade

Neste Lugar de Espinhel ha huma Capella de Sam Frutuozo, adonde uem algumas pessoas concorem Com suas ofertas de suas nouidades as coais o Santo por sua entercessam garda dos pasaros meudos

Na Villa de Cazal daluaro desta freg.ª ha huma Capella de Nossa Senhora da Conseipçam

No Lugar de Oronhe ha huma Capella do Apostollo Santo Andre

No Lugar do Crasto q̃ue he meeyro Com a Jg.ra de Sam Miguel de Recardais, e esta de espinhel ha huma Capella do gloriozo Sam Jorge, nas

coais Capellas se festeiam as Jmagens nos seus dias, e seruem estas Capellas pera administracam dos sacramentos aos Jnfermos.

Ha outra Capella nesta freguezia na quinta do Morengal da Senhora da espetaçam, que he particular, e se uenera no Seu dia, e a Letra q̄ esta em huma pedra na dita Capella de quem a instituio e a obriguasam que lhe pos he a seguinte —

Esta Capella mandou fazer Fransisco Pinto de Almeyda e sua Molher D. Leonor Com obrigaçam de Tres Missas Rezadas Dia da Assumpçaõ Sam Fransisco, Santo Antonio, e Dia de Nossa da Esperansa Cantada, Com hum responso, por seu filho D. Christovam de Santa Maria que a reedificou áos Vinte e outo de Agosto do anno de mil e seissentos e noventa e sinco, e naõ Continha Mais a ditta Letra;

e Jnformando me sobre os dittos interrogatorios; naõ achei mais alguma Couza, passa tudo na Verdade que afirmo, in *Verbo Sacerdottis* rezidencia de Espinhel 24 de Mayo de 721

O Vigar.º Paulo Manso Preto.

S. JOÃO BAP.TA DE LOURE

Ant.to Dias Branco Vig.ro da Parrochial jg.ra de São joão Bap.ta de Loure Bp.do de Coimbra em Comprim.to de huã hordem, q̄ em meu poder fica, a qual veio do m.to Rdm.º e jllm.º S.or Cabbido Sede VaCante assignada pello mt.º Rd.º, e S.or D.or P.or — Mauricio Sarayva da Costa, Certefico em Como nesta freg.a há tres Capellas do povo ſ. S. Miguel. S. Bartolomeu, S. Silvestre, e alem dessas há huã. de S.ta Anna no lugar das Azenhas meeiro á freg.a de Alcherubim da qual foraõ jnstituidores o Cap.am fran.co Duarte, e sua m.er M.a Gregoria, e hoje seus herd.ros, e nenhuã. destas Capellas he frequentada de ConCurso de gente. Não há nesta jg.ra, nem Capellas reliquia alguã. de S.to, ou S.ta Consta esta freg.a de. *355*. fogos entrando nesta Conta 52. q̄. saõ meeiros á de Alcherubim pessoas maiores de Sacram.to *939*. menores *158*. entrando nesta Conta *127*. maiores, e 27. menores, q̄ são meeiros á freg.a de Alcherubim, e por todas fazem o numero de *1088*. Não há Mos.tros — Caza de Miziricordia, hospitaes, nem Recolhim.tos. Não há Letreiros de Sepulturas, nem de Capellas, nem armas. Não há memorias antigas no Cartorio da jg.ra — Há sete livros de baptizados hum q̄ principiou na era de *1631*. outro na de *1659*. outro na de *1666*. outro na de *1679*. outro na de *1696*. e o de prez.te na de *1716*. De defunctos há sinquo hum principiou na era de *1662*. outro na de *1631*. outro na de *1680*. outro na de *1697*., e o de prez.te na de *1718*. De Cazados ha Coatro hum principiou na era de *1633*. outro na de *1660*. outro na de *1680*., e o de prez.te na de *1702*.

Não há memoria, q̄ nesta freg.a houvesse varão algum jnsigne em vertudes, nem em Letras, o q̄. tudo affirmo Jn V.bo Sacerdotis.

São João de Loure *25*. de Maio de *1721*. añ.

An.to Dias Branco

S.TO ANDRÉ DE ESGUEIRA

Em Comprimento, de huma ordem do M.to R.do S.or Doutor prouizor da Cidade e Bispado de Coimbra, que recebi em os 9. dias deste mes de Mayo de 721 a respeito dos Interrogatorios nella Contheudos Informo o seguinte

Primeiram.te Nesta freguezia há uinte e quatro Capellas dentro da Igreya a Capella mor que he do Comendador Rodrigo Sanches farinha da cidade de Lisboa // No corpo da Igreja outra Capella das almas, que he do pouo // outra do S.or Jessus Crucificado hũa Imagem de m.tos milagres, e m.to frequentada de m.tos fieis christans por que de m.to Longe Concorre m.to pouo, que he de m.ta ueneraçam tambem do pouo // outra Capella do mesmo Corpo da Igreya, que instetuiram dous Irmãos Sacerdotes Pedro Affonso, e Roque Affonso Cuyo administrador he o L.do M.el Affonsso freire desta uilla // outra Capella desnuada sem S.to nem ornato para que se diga missa, que se naõ sabe certo quem he o Instetuidor Cuyo administrador hoie he pedro Correja de Lacerda.

Mais outra Capella dentro na Igreja de S. João Baptista, dizem foi instetuidor Pedro uãs Barboza Cujo administrador he Joam gomes da Sylueira uigario de Cacia deste Bispado —

E fora da Igreja ha hũa Ermida do Diuino Spiritu S.to que he do pouo — Mais outra da Sñra do desterro Capella de que he Intetuidor Ayres Barboza mestre grego; e de prezente he administrador Manoel de Almeida Leitão do Togal — Mais outra Ermida do pouo de Nossa da Nazareph — mais outra Ermida da Sñra do pee da Crus que he do pouo = mais outra Ermida de S. Sebastiam que he do pouo = Mais outra Ermida de S. Gregorio, que he do pouo = Mais outra Capella de Nossa Sñra do Rozario que Instetuio João de Fig.do CastelBranco Cuyo administrador he thome de Moura Coutinho = Mais outra Capella em hũa quinta que Instetuio Bertholameu de oLiueira Cuyo administrador he o Padre L.do gonsalo de oLiueira — Mais outra Capella de Nossa Sñra dáJuda no Lugar dazurua desta freguezia, que Instetuio Andre Marques e hoie he administrador o P.e Antonio Marques de Campos uig.ro de Roxas tambem particular = Mais outra Ermida cita em hua quinta da Sñra do pilar, que instetuio o R.do Paullo de Souza Cabral uig.ro que foi nesta Igreja de S.to Andre de Esgueira Cujo administrador he hoie Luis dos Sanctos Lazes da mesma freguezia = Mais huma Capella em hũa quinta particular que foi instetuidor An.to de Noronha de Eyxo Cujo administrador he hoie gonsalo Rib.ro da uilla de Aueiro = Mais no Lugar de taboeira ha duas Ermidas hũa de S. pedro, outra de S.ta Maria Mag.da ambas do pouo do dito Lugar = mais outra Capella particular cita no Lugar de taboeira, que instetuio Sabastiam de Almeida Carualho, Cujo administrador hé o Doutor giraldo Pereira Coutinho da Cidade de Coimbra = Mais hũa ermida no Lugar da senhora do passo a qual Ermida he do pouo do dito Lugar = Mais hũa ermida no Lugar daLumieira que Instetuio thome Andre, e hoje administram Miguel frs e thome Simois Como mordomos, e decendentes do Instituidor — Mais outra Ermida de nossa senhora da piedade que se não sabe quem hé o administrador nem Instituidor, e só hum homem chamado Bento de Almeida do Lugar da oLiueirinha da freguezia de Eyxo dis que a Capella que hé Sua E que tem hum breue pertencente a ella, e não mostra o breue pedindo çe lhe = Mais outra Capella no Lugar de Saá da mesma freguezia de nossa Senhora daLegria, e aSumpsam, que insti-

tuirão hũs Mariantes e pescadores da uilla de Aueiro, que Com suas esmollas a fizeram a sua Custa, p.ª o que inpetrarão Licença de Sua Magestade, que Deos haya que naquelle tempo Reinaua, e a fizerão Comfraria de que tem Seu hospital na villa de Aueiro, e Sam administradores da d.ª Capella o Juis, Escriuão e mordomo, que em Cada anno Se fas Com aSistencia do prouedor da Comarca de Esgueira, por Ser Juis priuatiuo da tal Capella; foi Erecta na Era de que Se principiou a Nauegar para a terra noua, E tem os paramentos neçessarios =

E nesta Igreja e freguezia, e Capellas della não há reliquia insigne algũa de S.to ou S.ta —

Tem esta freguezia mil, e nouecentos, e nouenta freguezes =
Nam tem Mosteiros algũs, não tem Caza de Mizericordia —
Nam tem hospitaes, nem recolhimentos —

Há nesta Igreja huma Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de phelipe de pinho vig.ro que foi nesta Igreja faleceo no anno de mil e seis-Centos e quarenta e quatro = Mais outra Sepultura, Cujo Letereiro dis — Sepultura de Fran.co Cardozo pachequo e de Sua molher Anna Maria Cardoza, e de Seus erdeiros mil e seiscentos, e quarenta = tem armas de Cardozos e pachequos = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Fran.co de Brito e Lima = Mais outra Sepultura cujo Letereiro dis — Sepultura de Agostinho Coelho de Fig.do e de Sua molher e de Seus erdeiros anno de mil e seiscentos, e Secenta e noue tem armas dos Coelhos e figueredos = Mais Outra Sepultura Cujo Letereiro se não entende bem por algũ tanto estarem as Leteras gastas; mas ainda dellas Se alcança Ser de huma Izabel Henrriques = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Maria Andre veuua que ficou de An.to Marques para Ella e Seus erdeiros anno de mil e seiscentos e outª e outo =

Mais outra Sepultura que dis — Sepultura de João de Fig.do CastelBranco e de Sua molher Fran.ca Cardoza de oLiueira e de Seus erdeiros mil e seis-centos e sincoenta e noue — tem armas de Figueredos e Cardozos — mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Gregorio de Barros de Azeuedo, e Sua molher Joana da Sylueira Nouaes e de Seus erdeiros mil e seis-centos e trinta e sinco — tem armas dos Azeuedos e Barros = mais outra Sepultura que dis — Sepultura de Manoel Roĩs e sua molher maria Esteues e Seus filhos e Erdeiros de mil e seiscentos e nouenta e Sete annos — Mais outra Sepultura que dis Seu Letereiro Sepultura de Joam de Figueredo Barboza que faleceo na Era de mil e Seiscentos e noue, E de Sua Molher Anna da Sylueira Botelha, que faleceo na Era de mil e Seiscentos e trinta e Tres annos e de Seus herdeiros — Mais outra Cujo Letereyro dis aqui ias o Corpo de pedro Esteues faleceo na Era de mil e quinhentos e sincoenta e sete = Mais outra que dis — Seu Letereiro Sepultura de Anna da Maya e de seus Erdeiros mil e Seiscentos e quatorze annos — Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura de João Dias da Igreya e de Sua molher Mag.da da Crus, e de Seus Erdeiros anno de mil e SeisCentos e outenta e Sinco = Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura de João da Maya quei-mado e de molher Izabel Fran.ca daLumieira e de Seus descendentes mil e Seiscentos, e Secenta, e noue = Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura de Antonio de Rezende E Payua e de Sua molher Maria de Barros de Azeuedo, que faleceo no anno de mil e seiscentos e outenta e hum, E de seus descendentes — tem armas de Rezendes, e Barros, Azeuedos, e Payuas = Mais Outra Cujo Letereiro dis — Sepultura de Manoel Nunes Freire, e de Anna Matheus Sua molher, e de Seus herdeiros Christãns uelhos — *Hæc Sunt vera Nobilitatis arma*

Outra Sepultura, Cujo Letereiro dis — Sepultura de An.to Duarte Jás nella Sua Molher Maria Gomes Godinha faleceo dia de Reis de SeisCentos e dezasete — Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura do padre Jozeph Dias e de Seus erdeiros mil e SeisCentos e Setenta e Sete = Mais outra,

que dis — Sepultura de João Dias barbeiro, e de Sua Molher Margaida Migueis, e de Seus erdeiros mil E Seiscentos e Secenta e outo = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Gaspar quaresma Barreto Capitam mor de Sua Mag.de nesta uilla de Esgueira administrador da Capella de Santiago Cita na uilla da paraiua ilha terçeira, e de Sua Molher Vincençia Nouaes de ssaa, e filhos uinte e Sinco de Janeiro, de mil e Seiscentos, e quarenta, e Seis = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Manoel Andre Ferr.a e Sua molher Izabel frs. e de Seus erdeiros mil e SeisCentos, e outenta, e tres = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Bertholameu Affonso picado, e de Sua Molher Maria de Bastos desta uilla E de Seu pay e May erdeiros anno de mil e SeisCentos e uinte e quatro = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Aqui ias An.to Borges da Sylueira, neto de Pedro vás de çáa Fidalgo da Caza deL Rey Nosso Senhor, e de Catharina da Sylueira, que morreo a uinte e Sete de Nouembro Era de mil e Seiscentos e trinta e dous, E Angelica do Rego Sua Molher, neta de Gaspar do Rego Comendador que foi do Lobam e Canedo, e de Maria Gramaxa, que mandou por esta pedra para Seus herdeiros morreo a treze de outubro de mil e SeisCentos e outenta, e outo — tem armas dos Sylueiras, Pachequos, e Almeidas —

Mais Outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Fernando Lopes de Almeida e de Sua Molher Anna da Cunha e de Seus herdeiros faleceo a tres de Dezembro de mil e quinhentos e outenta e hum — tem armas dos Almeidas =

Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura de Andre Nunes garriam e de Sua Molher Maria Gorge E de Seus Erdeiros anno de mil e Seiscentos e sincoenta e tres = Mais Outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Luiz Rombo de Carualho Natural de Palmella, e de Sua Molher Joana da Sylueira Era de mil e Seiscentos, e quinze Caualeiro fidalgo da Caza de Sua Mag.de = Mais outra Sepultura o pé de hũa Capella desnuada Junto ao altar Cita na mesma Igreja Cujo Letereiro dis — Sepultura de Pedro Vás de ssaá Fidalgo da Caza deL Rey filho de Dom Pedro de ssá Seu bisneto senhor administrador desta Capella, e de Sua Molher Anna Barboza Nouaes faleceo a outo de Nouembro de mil, e Seiscentos e treze — Esta perdita Capella tem no tecto do arco della as armas dos de ssas — Mais duas Sepulturas dentro de huma Capella, que instetuiraõ os Padres Irmãos, e Sacerdotes Roque Affonso e pedro Affonso iá atras mencionada, e Cita na mesma Igreja, que tem a Inuocação de Sancta Izabel, E uizitação de Nossa Senhora Cujo Letereiro de huma Sepultura dis — Sepultura de pedro Affonso, e Roque Affonso Sacerdotes ambos Irmãos Edeficadores desta Capella, e de Seu Pay, e May e Erdeiros anno de mil e Seiscentos e uinte, e outo, e a outra não tem Letereiro = Mais outra Sepultura Junto a Capella de S. João cita na mesma Igreja iá atras mencionada Cujo Letereiro dis — Sepultura de Sabastiam de Almeida Carualho e de Sua Molher Donna Maria de oLiueira e de Seus decendentes faleceo na Era de mil e Seiscentos e Secenta, e hum tem armas dos Almeidas, e Carualhos E no tecto do arco desta perdita Capella estam as armas dos Barbozas = Mais outra Sepultura Junto a mesma Capella de S. Joam desta Igreya Cujo Letereiro dis — Sepultura de Maria da Cunha e de Seus erdeiros mil e Seiscentos e trinta e tres = Mais Outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de João de Britto Casam de Mendonça e de Sua Molher, e Erdeiros mil e seiscentos e trinta e tres — Mais outra Sepultura, que dis — Sepultura de Manoel Esteues Frr.a E de Sua Molher Catharina Ribeira e de Seus decendentes de setecentos E treze = Mais outra na Capella do Spiritu Sancto fora da Igreja Cujo Letereiro dis — Sepultura de Andre fernandes pequeno, e de Sua Molher Maria Alures, e de Seus erdeiros anno de mil e seiscentos e quarenta e tres =

Mais outra que dis — Sepultura do Padre Joam de Fig.do da Sylueira & de seus erdeiros mil e Seiscentos e setenta e outo = Mais outra que dis — Sepultura do L.do pedro Leitão Pinto, e de Sua molher Brites Godinha e de Seus erdeiros faleceo a uinte, e quatro de Feuereiro de mil e seiscentos e setenta e dous tem armas de Leitoes, e Pintos = Mais outra Sepultura Cujo

Letereiro Se não Sabe Ler — Mais na Capella de nossa Senhora do desterro fora da Igreja está hum Sepultura Cujo Letereiro dis — Aquy iás o Corpo de Ayres Barboza mestre Grego Era de mil e quinhentos e quarenta E outra que dis — Aqui iás Domna Margaida = E outra junto a mesma Capella que se não diuidem as Letras por serem iá gastas = Mais outra Sepultura na Capella de Nossa Senhora daJuda desta freguezia Cujo Leteireiro dis — Sepultura de Andre Marques e de Seus Erdeiros, o qual mandou fazer esta Ermida, á qual deixou Seis missas para Sempre era de mil e seiscentos, e dezasete = Mais na Ermida de Nossa Senhora daLegria do Lugar de Sáa Esta huma Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Manoel Caldeira, e sua molher, que faleceo aos quinze de Agosto de mil e Seiscentos e Setenta, e outo, e de Seus descendentes =

Esta mais na dita Ermida huma Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura de Manoel Nunes, e de Sua Molher Maria Gaspar e Seus descendentes mil e seiscentos e Setenta, e quatro — Mais outra Cujo Letereiro dis — Sepultura do Padre Manoel Corim, que faleceo a uinte e Sete de Setembro de mil e Seiscentos e Seçenta, e sete de idade de trinta e tres annos de seu Pay, e Irmaõs =

Mais outra Sepultura na mesma Ermida Cujo Letereiro dis — Sepultura do Padre Jozeph. Coelho ProCurador da Coroa de Sua Mag.[de] E dos Captiuos na Comarca de Esgueira e de Seus Erdeiros = Mais outra Sepultura Cujo Letereiro dis — Sepultura do Padre Manoel dos Sanctos e de Seus Erdeiros —

No Cartorio desta Igreja naõ há papeis que declarem memorias Antiguas mais, que Constar pello tombo das freiras de Louuão ser esta Igreja priorado E Ser nella Prior Dom Manoel de Noronha Bispo, que foi de Lamego á mil e tantos annos, e não ha mais perrogatiuas que lhe fossem Conçedidas ———

Nesta Parrochial Igreja E Collegiada de Sancto Andre de Esgueira Bispado de Coimbra há quatro Benefiçios Simpleçes, os quaes aprezento Comforme a notiçia que há dos Antigos aprezenta alternatiue o Pontifice Prelado, E parrecho, mas não Consta do Cartorio da Igreja; E nesta freguezia há hum Coadjutor Somente mas hauia mais outro por ser populoza a freguezia que á poucos annos se tirou por requerim.[to] do Comendador Rodrinho Sanches farinha ———

Nesta freguezia há Liuro, que principia na Era de mil e quinhentos e nouenta, e quatro, que Serue de Baptismos, Cazados, E defunctos — Há mais outro, que principia na Era de SeisCentos, e dés, que Serue dos asentos dos Baptismos, Cazados, E defuntos —

Há mais outro que prencipia na Era de Seiscentos e trinta e tres, que Serue de Baptismos, Cazados, e defunctos ———

Há mais outro que principia na era de SeisCentos e Sincoenta, e tres, que Serue dos aSentos dos Baptismos, Cazados, e defuntos ———

Há mais outro que principia na era Seiscentos e Secenta, e sete que Serue dos aSentos dos Baptismos, Cazados, e defuntos ———

Há mais outro que principia da era de Seiscentos e outenta, e tres que Serue dos asentos dos Baptismos, Cazados, e defuntos ———

Há outro que principia na era de seiscentos e nouenta, e seis que Serue todo dos aSentos dos Baptizados —

Há outro que principia na era de seisCentos e nouenta, e Seis que Serue dos aSentos dos defuntos ———

Há outro que de prezente Serue para os aSentos dos Baptizados que principia na era de Setecentos e dezasete ———

Há outro que de prezente Serue dos aSentos dos defuntos principia na Era de Setecentos, e outo ———

Há outro que tambem de prezente Serue para aSento dos Cazados que principia na Era de mil e Seiscentos e nouenta e Seis ———

E nesta freguezia não ha Memoria nem noticia de varão Insigne de Letras, nem thé o prezente de uirtudes ———

Augostinho Ribejro de Almejda vig.ro nesta jg.ra Colegiada de S. Andre desta Villa Esgr.a Bispado de Coimbra tudo o atras e assima Escrito achej Ser na uerdade e assim o afirmo In ub.o Sacerdotis E me asino.

Esg.ra 20 de Majo de 1721

O uig.ro Aug.to Rib.o de Alm.da

ALBERGARIA A VELHA

Noticia, q̃ dá o Parocho de Albergr.a a V.a, em Cumpr.o da Ordem do Illm.o Cabido, de 18 de Abril de 1721

O P.e Manoel Alvares Frr.a Cura na freg.a de Santa Crux de Alberg.ra a V.a, Bispado de Coimbra, Certifico. q̃ eu fiz a dilig.a devida na forma da Ordem do Illm.o, e Rm.o Cabido, e o que posso informar, e informo he o Seg.te —

1.º Que esta minha freg.a tem Seys ermidas; q̃ Saõ do Povo, e por Sua Conta Se fabricaõ. Há mays huã Cap.a, q̃ instituhio Catharina Frr.a V.a de Mel Jorge, e hoje administra Andre Roiz, e nem esta nem aquellas Saõ frequentadas do povo, por Serem as Jmageñs milagrosas.

2.º Que nem na Jg.ra nem nas ermidas, e Cap.a ha reliquia alguã insigne de Santo, ou Santa.

3.º Que esta freg.a tem mil, e trezentas, e trinta e duas pessoas de Sete annos p.a Sima. Naõ tem mostr.os, Caza de Mizericordia, nem recolhim.to algũ. Tem Som.te hũ hosp.al, ou Albergra (donde Se denominou a terra) q̃ Consta Ser instituido em o anno de Cezar de mil cento e sinq.ta, e sinco pella Rainha D thereza.

4.º Que naõ há Letreyros de Sepulturas, Capellas, nem armas alguas, q̃ tenhaõ.

5.º Que naõ Consta aver memorias antigaz no Cartorio da Jgra, nem de prerogativas, q̃. lhe fossem Concedidas, ou Succedidas.

6.º Que esta Jg.ra naõ he Collegiada He Sim hũ Curado annuál aprezentado pello Rdo Parocho da Matris Val Mayor —

7.º Que tem esta Jg.ra Sete Livros, q̃ in simul Serviraõ, e Serve de assentos dos baptizados, Cazados, e defuntos o prim.ro dos quays Livros Consta principiar em o anno de mil e Seiscentos e tres —

8.º Que naõ há noticia de varaõ algũ insigne, q̃ natural fosse desta freg.a, assignalado em virtudes ou Letras. —

He o q̃ . achey, e me Consta, e posso informar e affirmo in verbo Sacerdotis passa na Verd.^{e}
Alberg.^{ra} des de Mayo de mil e Setecentos e Vinte e hum . Sobred.^{o} o escrevy

O P.^{e} Cura Manoel Alvares Frr.^{a}

VILARINHO DO BAIRRO

Noticia desta frg^{a} de S. Miguel de Vilarinho do Bayrro, deste Bpd.^{o} de Coimbra, p.^{los} jnterrogatorios da orde

Esta Parochial Igr.^{a} de S. Miguel de Villar.^{o} do Bayrro tem noue ermidas, porq̃ Saõ tantos os Lugares da d.^{a} frg.^{a}, estas Saõ todas do pouo, e Só Seruem p.^{a} dellas se administrar o Sacro Viatico aos emfermos . Em huã dessas, he Venerada a milagroza imagem de Maria Santissima N. S. Com o titollo dos Banhos debaxo de Cujo altar, nace huã fonte q̃, banhando çe, ou bebendo nella, ou della os doentes, alCancaõ milagroza Saude de varias emfermidades e por isso, hé Vizitada (Coazi todo o anno) dos fieis, Com nouenas, e Romarias, e se Vê a d.^{a} Capella toda ornada Com m.^{tos} Votos, por m.^{ces} q̃ alcansaõ da Sr.^{a} Com esta Invocaçaõ dos Banhos ; e de m.^{tas} freguezias vem prosisoens todos os annos, a esta Sr.^{a} Com preses Como por voto antiquisimo . Em outra ermida incluza no d.^{o} n.^{o} se Venera a Imagẽ de S.^{ta} M.^{a} Magdallena, q̃, Com espiçial protecçaõ defende as Cazas e Selleyros desses povos das formigas gorgulhos e outras sauandijas, e lhes trazem p.^{a} mayor empenho qalquer oferta de seos frutos ; e asim Se uem Coazi innumeraueis m.^{ces} dessa S.^{ta} e em seo dia, he Vizitada Com m.^{tas} prosiçoẽs de outras freguezias, por Custume m.^{to} antiguo ; porem estas Ermidas estaõ Sem pomposo ornato, pl.^{a} penuria dos pouos, e Limitada Renda do Parocho.

Naõ temos nesta frg.^{a} reliquia q̃ se poça chamar Insigne.

Tem esta frg.^{a} o n.^{o} de SeteCentas e oitenta pessoaz. Naõ tem mosteyro algũ, nem Caza de Mizericordia estabellecida, hospital ou recolhim.^{to}

Naõ se achaõ Sepulturas Com Letreyros, ou distinçaõ alguã de commũas, nem armas, mais do q̃, na SanCristia desta jgr.^{a} as do Prior Gaspar Tauares, q̃ a mandou fazer, e a Capella mor no anno de *1641*.

No Cartorio de jgr.^{a} Se naõ acha memoria antigoa nem moderna de perrogatiua Conçedida, ou soçedida, a esta jgr.^{a} ou frg.^{a}

Naõ temos Collegiada nesta jgr.^{a} Beneff.^{o} ou Capellã algũ, Collatiuo nem annual

Achaõ çe no Cartorio desta jgr.^{a} Coatro Liuros (Com o q̃ serue) q̃ seruio Cada hũ delles em seo tẽpo juntam.^{te} de Baptizados Cazados, e defuntos, repartido Cada hũ em estes tres titollos ; e o pr.^{o} delles Começou a Seruir o anno de *1610*

Naõ achey not.^{a} q̃, desta frg.^{a} ouveçe nem Saŷçe Varaõ q̃ foçe jnsigne em Vertude, Letras, nem exselençia alguã. Estas saõ as not.^{as} q̃ alCançey desta frg.^{a} E naõ mais e por Vd.^{e} o juro jn verbo saserdotis.

Vil.^{o} 12 de Mayo de 1721.

O Prior An.^{to} Soares Mont.^{ro}

VILA NOVA DE MONSSARROS

Freguezia de S. Miguel de V.ª Noua de Monçarros em Cuja Igr.ª he Prior o Rd.º Fernando Sq.ra de Vasconçellos. Informaçaõ Seguinte na forma da Ordem que recebi do Illustr.º e Reuerend.º Cabb.º Sede Sancta Vaccante da Cidade, e Bispado de Coimbra.

Nesta freguezia ha as Cappellas Seguintes

Na Igreija della há duas Cappellas huma da Irmandade dos Defunctos, q̃ a mesma Irmandade fundou e fabrîqua: e esta tem missas todos os Domingos e dias sanctos do anno de pastores pellos Jrmaõs uiuos e defunctos della cada dia Domingo e Sancto huma, á Custa da dita Irmandade, e esmollas dos Jrmãos della —

Na dita Igreija ha outra Cappella da Sancta Irmandade das almas q̃ a mesma Irmandade fundou e fabrîqua . E esta tem huma Missa todas as segundas feiras do anno pellos Irmãos uiuos e Defunctos della e pellas almas do Purgatorio Com proçiçaõ de Defunctos ao redor da Ig.ra e tudo á Custa da dita Irmandade e esmollas dos Irmaõs della; e tem quatro dias de Jubileo no anno pera os Irmaõs que se Confessarem e Commungarem nos tais dias e he Seu altar priuilegiado nas Segundas feiras pera Se dizerem missas pellos Irmãos della.

No dito Lugar ha huma Cappella de S. Sebastiam, que he do pouo do dito Lugar de Villa Noua de Monçarroz a qual fabrîqua o dito pouo.

No dito Lugar de Villa Noua de Monçarros ha outra Cappella de Inuocaçaõ de Nossa Senhora das Neues a qual antiguamente fabriquaua o pouo do dito Lugar de Villa Noua de Moncarros . por ser sua a fundacaõ della . e depois disso por Instituicaõ e dispozicaõ Testamentaria de Cosme Dias homem que desta terra Se foi p.ª a India . Se redeificou toda de nouo . e nella instituio Cappellania de Missa quotidiana Com Cappellão, que actualmente a está dizendo pera o que mandou em seu Testamento o d.º Cosme Dias consignar rendas pera o dito Cappellaõ e fabriqua da dita Capella —: Mais deixou Se desse Cada hum anno de seus bens uinte mil reis a hum Estudante que estudasse the Ser Clerigo ou Relligiozo, ou the tomar outro Estado; p*re*ferindo Sempre os de grao mais proximo a elle no Sangue . — Mais deixou que Se desse Cada hum Anno uinte e quatro mil reis de Seus bens a huma mossa Orphã p.ª Cazar p*re*ferindo Sempre a de grao mais proximo A elle no sangue — Mais deixou que de seus bens Se pagasse Cada hum Anno dezasseis mil rẽis a hum Administrador da d.ª Cappella p*re*ferindo Sempre o de grao mais Chegado a elle no sangue — Mais deixou que de Seus bens Se pagassem Cada hum Anno uinte mil reis; a terça parte desta quantia pera se fazer a festa no dia Sinco de Agosto de Nossa Senhora das Neues . e a outra terça p.te Se distribuisse pellos Clerigos que no dia de Nossa Senhora das Neues Sinco de Agosto e na Vespora, e no dia Seguinte diçessem missa na tal Cappella pellas mesmas almas do Purgatorio — Deixou mais que na dita Cappella Se Cantassem as vesporas de Nossa Senhora na Vespora do dia Sinco de Agosto dia da Inuocação de Nossa Senhora das Neues — Deixou mais em seu Testamento; que cada hum Anno Se desse de esmolla aos pobres do dito Lugar de Villa Noua de Monçarros quarenta mil reis de pam; pera satisfaçaõ dos quais Legados

pios todos deixou rendimentos bastantes . O sobredicto Testador Cosme Dias faleçeo Liure das Indias uindo pera Portugál e pera a sua terra em a Cidade de Ceuilha Reyno de Castella; foi Sepultado no Conuento de Saõ Francisquo na capella de Christo da d.ª Cidade; donde Se foram buscar seus ossos . que estaõ hoje sepultados Na dita Sua Cappella de Nossa Senhora das Neues de Villa Noua de Monçaros Patria Sua, donde nasceo; faleçeo há Cento e dés annos.

Há mais na pouoa de Parada desta freguezia huma Ermida de saõ Simaõ; a qual o dito pouo da dita pouoa fabrîqua pera se administrar della os Sacramentos Aos enfermos della.

Há mais no Lugar de Aljarîz outra Cappella de Nossa Senhora da Guîa . a qual fabrîqua o pouo do dito Lugar pera della se administrarem os Sacramentos aos enfermos delle

Há mais no Lugar de Monssarros huma Capella de Saõ Martinho, a qual o pouo do dito Lugar fabriqua pera della se administrarem os Sacramentos Aos enfermos delle.

Há mais no Lugar da Grada desta freguezia huma Cappella de S. Bartholomeu; a qual fabrîqua o pouo do dito Lugar pera administraçaõ dos Sacramentos aos enfermos delle

Há mais na Pouoa do Carregal huma Cappella de S. Caeytano, q̃ fundou pegado a huma Sua quinta Dominguos Duarte Teixr.ª desta Villa Noua de Monçarros e a fabrîqua e della Se administraõ os Sacramentos aos enfermos da dita Pouoa. — Nenhuma destas Cappellas he frequentada de Concurso de gente.

Nesta Igreija nem em alguma das Cappellas nomeadas della, naõ há Reliquia insigne de Sancto ou Sancta.

Consta esta freguezia de Cento e nouenta, e sete fógos —: E nesta freguezia naõ ha Mosteiros nem Hospitais nem Caza de Mizericordia, nem recolhimentos algũns.

Nesta Igreija naõ há Letreiros em Sepulturas, nem em Cappellas, nem armas algumas antiguas.

No Cartorio da Igr.ª naõ há memorias antiguas: — e só ha hum jubileo que se conçedeo por huma Bulla perpetuo Aos Confrades do Sanctiss.º Sacram.ᵗᵒ assistindo ás Missas dos 3.ᵒˢ Domingos de Cada mes do anno . o qual jubileo Concedeo o Sanctissimo Padre Paullo Quinto, á instançia e suppliqua de Fernando Dias da Sylua Procurador da ditta Confraria do Sanctissimo Sacramento de Villa Noua de Monçarros.

Esta Ig.ʳᵃ naõ he Collegiada, nem ha nella Benefiçiados.

Nesta Ig.ʳᵃ há Sinco Liuros que seruem de assentos de bautizados Defunctos e Cazados; o mais antigo Liuro, que se acha Comessou a ter Seu principio de assentos na era de mil e quinhentos, e sincoenta e hum no mes de Agosto da dita era: — o mais moderno, e que de prezente Serue pª os ditos assentos prinçipiou na era de mil, e seteCentos e doze, no mes de julho da dita era.

Nesta freguezia naõ há memoria de Varaõ algum insigne em Vertudes nem em Letras que fosse natural desta freguezia . Esta he a uerdadeira informaçaõ de tudo o que seei, e que ha, e achei nesta minha freguezia de S. Miguel de Villa Noua de Monçarros que affirmo in *Verbo Saçerdotis.*

Villa Noua de Monçarros de Mayo *11* de 1721.

Fernando Sequeyra de Vas.ᶜᵒˢ

BEMPOSTA

Ill.^mo S.^or

Respondo aos iteñs q̄ V. Ill.^ma me ordena

Nesta minha freg.ª de S. Payo da Villa da Bemp.ª ham oito Capellas, quoatro do pouo a Saber A Cap.ª de S. Sebastiaõ Sita na villa da Bemp.ª, a Cap.ª de S. Luis Sita no Lugar de Fig.do de baixo, A Cap.ª de S. Silvestre Sita no Lugar do Sruval e a Capella de N. S.ra da Ribr.ª nesta Capella Se achaõ gravadas em huã pedra estas Letras: *Esta hermida de virgem Ss.ma da Ribr.ª N.ª S.ra mandou fazer neste Lugar onde estaua a antiga Dom fr. Sebastiaõ da Ascencaõ Bispo de Samtiago e ilhas do Cabo Verde e guiné, e religiozo da Ordem de S. Domingos por Seus Avos e Pay e elle ter m.to devoção a esta S.ra e deixou renda p.ª a fabrica e Missa em todas as festas de N. S.ra Anno de 1611* estas Saõ as quoatro Capellas do pouo q̄ dellas se administra o Ss.mo Sacram.to aos emfermos, e Suposto q̄ o Letreiro diga q̄ o Letreiro diga q̄ Se deixaua renda na Cap.ª de N. S.ra da Ribr.ª, naõ há q.m Se Lembre de q̄ houvesse renda p.ª a fabrica da d.ª Capella, e saõ Som.te os Seus devotos lhe pedem esmollas p.ª lhe fazerem duas festas huã a dois de Feur.º em dia de Sua purificacaõ, e otra no Seg.do Dom.º de Mayo, onde Se juncta povo, e nos tais dias há Concursso, e em alguns mais por mover a deuoçaõ a Soberana Imagem.

Ham quoatro Capellas de particullares a Saber a Ermida de S.to An.to foi instituidor della An.to Dias Pinhr.º, e lhe Suçedeo Seu filho o L.do M.el Rebello, e a este lhe Suçedeo M.el Rebello de Mello escrivaõ da Sam.ra q̄ foi nesta Villa, e por Seu faleçim.to lhe Suçedeo Seu Irmaõ o D.or Placido de Mello, q̄ de prez.te administra e paramenta Cuja Capella esta Sita na rua da mesma Villa da Bemp.ª

Por detras da mesma Villa p.ª a p.te do Oriente há otra Capella a q̄ chamaõ S. Thome foraõ Seus instituidores Matheus Nugr.ª e Sua m.er M.ª Joaõ Sucederaõ lhe Branca Nunes, e M.ª Nunes Irmãas, e a estas Seus filhos An.to Nugr.ª f.º de Branca Nunes, e Matheus Henriq.s f.º de M.ª Nunes, o d.º Matheus Henriq.s vendeo a Sua p.te a Pedro Lopes da mesma Villa Cuja p.te estaõ hoje possuindo Manoel da Silua, e Suas Cunhadas M.ª e Izabel, e A otra p.e de An.to Nugr.ª està hoje possuindo Damiana Valente Cazada Com Bernardo Tavares moradores q̄ fõraõ e Saõ na d.ª Villa da Bemposta.

No Lugar de fontes chans há otra Capella Com a invocaçaõ de S. Jozeph q̄ foi erecta no anno de mil e Seiscentos e oitenta Como Se vê do Letreiro q̄ tem Sobre a porta prinçipal, foraõ Seus instituidores An.to Cardozo da Cunha, e Sua Irmaã Marianna Cardoza da Cunha está hoje administrador da d.ª Capella M.el Cardozo da Cunha filho q̄ ficou do d.º An.to Cardozo da Cunha m.or na mesma quinta e Lugar de fontes chañs desta freg.ª

No Lugar do Cruval há otra Cap.ª Com a invocaçaõ de S. Joaõ Bap.ta e Se naõ Sabe q.m foi o pr.º instituidor Só me dizem q̄ por estar dentro da quinta do Cruval toqua a administracaõ A gonçalo de Alm.da f.º q̄ ficou de Ayres de Alm.da e q̄ seria de Seus acendentes, nenhúa destas Capellas he frequentada de pouo mais q̄ nos dias em q̄ Se lhe fazem as Suas festas:

Q.to ao 2.º item respondo q̄ nesta Igr.ª e Cappellas naõ há reliquia algũa

Q.[to] ao 3.° digo q̃ o numero de meus freguezes Saõ nouec.[tos] e SeSenta e Seis, naõ há na freg.[a] Mostr.°, Hospital, recolhim.[to] nem Caza de Mizericordia:

Q.[to] Ao 4.° item digo q̃ nesta minha Igr.[a] se acha huã Sepultura Cujo Letreiro he o Seguinte *Sepultura de Miguel da Cunha de Faria e de Sua m.[er] Izabel Cardoza e de Seus Descendentes anno de 1677* esta Sepultura Se acha Com armas abertas, e Saõ pello q̃ julgo hũ escudo partido pello meyo, p.[a] hua banda noue Cunhas, e p.[a] otra banda tem hũ Cardo Com dois Leois de Cada parte trepando pello Cardo aSima.

Q.[to] ao 5.° item; Não há nesta minha Igr.[a] memoria antigua de q̃ lhe fosse Concedida perrogatiua alguã.

Q.[to] ao 6.° item nada

Q.[to] ao 7.° item respondo q̃ nesta minha Igr.[a] há tres Liuros de baptizados o primeiro teue prinçipio no mes de julho do anno de mil e Seiscentos e des, o Seg.[do] prinçipiou no mes de Feur.° do anno de mil e Seisc.[tos] e Setenta e hũ, e o trecr.° prinçipiou no mes de Dezembro do anno de mil e Setec.[tos] e honze Cujo Liuro ainda vay Servindo. Há dois Liuros de Cazados o pr.° principiou no mes de Mayo de mil e Seisc.[tos] e des, e o Seg.[do] principiou no anno de mil e Seisc.[tos] e oitenta e dois Cujo Liuro ainda Serue; Ha tambem dois Liuros de defunctos o pr.° teue prinCipio no anno de mil e Seisc.[tos] e des, e o Seg.[do] principiou no mes de Março de mil e Seisc.[tos] e Setenta e noue, e ainda vay Servindo.

Q.[to] Ao ult.° item naõ há memoria algũa de varaõ inSigne q̃ floreçesse em virtudes ou Letras q̃ fosse desta freg.[a] n.[al]
he o q̃ posso informar a V Ill.[ma] aSim o affirmo in verbo Sacerdotis

Bemp.[a] *12* de Mayo de *1721*

Subd.° mais ven.[or] de V Ill.[ma]

O Prior Dom.[os] Leite de A.[te]

BELAZAIMA

Em os uinte e dous do prezente mes de Setembro me foi entregue huã Pastoral do Illustr.° Reuerendissimo Snõr Cabido a que dou satisfação na forma seguinte.

Esta Igreiya e na freguezia ha seis ermidas as Coais saõ do pouo sem obrigação particular a saber a Ermida de Sam Bento em o lugar de Aluarim a Ermida da Senhora das preças em o Valle do trigo, a de S. Domingos no Valle do pelouro, a de Sancta Maria Magdalena em Belazaima a uelha, a de S. fran.[co] no feridouro, & a do Senhor Saluador no Lugar; A Ermida de Nossa Senhora das preças he a mais frequentada.

A Ermida de Nossa Senhora de Nazaret sita no Lugar dos Sepos Instetuhio Ambrozio João do dicto Lugar Com obrigação de huã Missa Cada anno em dia da nateuidade a *8* de 7.[bro] Seus erdeiros Satisfazem a ditta Missa.

Nam há na Igreiya, nem nas Cappellas Reliquia alguma.

O numero dos freguezes entre Maiores, & Menores São trezentos e sincoenta. naõ ha Mosteiro, nem Caza de Misericordia, nem Hospitais, nem recolhimento.

Naõ ha sepultura alguã que tenha Letereiro

Nam há memorias antigas

Nam ha beneficiados por naõ ser Colligiada

Ha nesta dous Liuros o mais antigo Serue ainda, p.ª os assentos dos Cazados, e defunctos, Comessou a seruir a onze de Outubro de 1648
O outro Liuro que ao prezente Serue dos Baptizados Comessou a seruir aos 30 Mayo de mil seisCentos nouenta e noue

Nam há memoria de algum uarão insigne q̃ fosse natural desta freguezia assinalado em virtudes, nem em Letras

Não há Liuro algum mais q̃ os dous nomeados.

Tomei exacta informação sobre os interrogatorios insertos na dita pastoral, e não achei outra Couza mais q̃ o que uai declarado de q̃ passei a p*re*zente que affirmo in u*er*bo Sacerdotis

Belazaima e de outubro o primeiro de mil SeteSentos, & uinte e hum annos

O Prior

Giraldo Lopes da Sylua

AGUADA DE BAIXO

O P.ᵉ Manoel Martiñs Carreira Cura nesta Jgr.ª de Sam Martinho de Agoada de Baixo deste Bispado de Coimbra satisfazendo a Ordem do Muito Reuerendissimo e Illustrissimo Cabido a qual me foi entregue em dezanoue de Maio deste prezente Anno de Mil e seteCentos e uinte e hum por pessoa que trouxe o Rol dos Comfessados CertefiCo em Como alem do ConheCimento que tenho desta freg.ª emformando me Com muita deligenCia aCerCa do que na ordem se Contem aChei ao primeiro Item o seguinte —

1 A prᵒ Nesta fregª ha Somente a Jgrª parroCheal e esta he Anexa A Jgr.ª de Santo Andre de Barrõ e nella aprezenta o Rdᵒ prior de Barro o Cura Anual esta Jgrª tem somᵗᵉ tres Altares hum na Capella Maior do qual o Rdᵒ preor Aprezentante he frabriCario tem pª a parte do norte o altar de nossa Senhora do Rozario e pª a parte do sul o Altar adonde assiste o saCrario com o santissimo estas sam Coleterais e satisfazem ao ornato delles os freguezes Com suas esmollas ha fora da Jgr.ª a Capella ou ermida do spirito santo tambem a fabriCam os freguezes Com suas esmollas por ser do pouo nam ha Capellas de partiCullares nam ha nesta fregª Imagem que Conste fizesse nem faCa millagres ConheCidos assim tem somᵗᵉ a frequenCia dos freguezes nos domingos e dias santos e nos mais dias em que elles por sua deuoCam querem ouvir Missa —

2 Ao segundo AChei nam auer nesta frgª Reliquia emssigne

3 Ao terCeiro AChei ter esta freg.ª Cento e sinCoenta fogos pouCo mais ou menos e Contando as pessoas de Comunham sam trezentas e oitenta e os menores sam sinCoenta e tres por Mais ou menos nam ha mosteiros nem hospetais nem Casas de MizeriCordia nem ReColhimentos —

4 Ao quarto aChei nam auer Sepulturas Com letreiros nem Com Armas —

5 Ao quinto AChei nam auer Memorias antiguas nem Cartorio de perrogativas que fossem ConCedidas nem soCedidas —

6 Ao Seixto haChei nam ser esta Igr.ª Collegiada mas he Anexa Como tenho dito a Santo Andre de Barro e o Rev.do prior Aprezenta Cada Anno aqui o Cura Anual —

7 Ao Septimo Artigo da Ordem me aCho de posse de tres Liuros nos quais se aCham e em Cada hum delles Baptizados defuntos e Cazados Repartidamente e estes livros me entregaram pello Sam Ioam de Mil e seteCentos e uinte q̃ foi quando uim pera esta Jgr.ª o primeiro ComeCou o anno de *1577* Mil e quinhentos e setenta e sete o segundo ComeCou em o anno de *1661*. Mil e seisCentos e sessenta e hum o terceiro que he o que de prezente serue ComeCou em Mil e seisCentos e nouenta e hum —

8 Ao Oitauo Artigo AChei nam ter auido nem ha ia de prezente nesta frg.ª Memoria de algum uaram emssigne em Letras nem em santidade nem que aqui abitasse de fora —

E por ser esta a mesma uerdade q̃ aChei emformando me na forma da Ordem e nam ter eu outra emformaÇam que possa dar passei a prezente que afirmo In uerbo saCerdotis

Agoada de Baixo 26 de Maio de 1721 annos

Subdito de Vossa Jllm.ª
O P.e Cura M.el Mĩz

AGADÃO

Satisfazendo a ordem do Jllm.º S.or Cabd.º e aSignada p.lo M.to Rd.º e S.or D.or Mauriçio Saraiua da Çosta Conigo na Santa See de Coimbra, e Provisor della, e todo Seu Bispd.º declaro q̃, nesta frg.ª de S. M.ª Magdallena de Agadaõ Anexa de S. Mamede da Castanheira q̃. as Capellas q̃; tẽ, esta frg.ª a primeira e a meu parecer

He S. Bertholameu do Lugar de Alcafas q̃. fica distancia da Jgr.ª quasi de meia Legoa e Serue p.ª administraçaõ dos SaCram.tos e não tẽ Rendim.tos alguñs nẽ nella ha ComCursso de gente mais q̃. Só no dia, e este Comcursso he da frg.ª e de Alguãs; SirCunuezinhas e he esta Capella paramentada pl.ª frg.ª de Agadaõ: —

Ha mais a Capella do Menino Jezus do Lugar do Caselho fiCara distancia da Jgr.ª hũ quarto de Legoa pouco mais ou menos, q̃ tãbẽ Serue p.ª administraçaõ dos SaCram.tos e naõ tem Rendim.tos alguñs, e he paramentada por todo o Pouo da frg.ª de Agadaõ, e naõ tẽ Concursso de gente em todo o Anno mais, do q̃; no pr.º de Janr.º —

Ha mais a Capella do Apostollo S. thome q̃. taõbẽ he antiga, e esta no Lugar de guistolla q̃. fica distancia da Jgr.ª de Agadaõ hũ quarto de meia Legoa pouco mais ou menos e Serue p.ª adeministrar os SaCram.tos aos Jnfermos, e naõ tem Rendim.tos alguñs nẽ. ComCursso de gente mais, do q̃; no dia proprio, e he Reparada, e paramentada por todo os freguezes de Agadaõ. — —

Ha mais a Capella de Nossa Sr.ª da Pax Sita no Lugar da Sobreira q̃; fica distancia da Jgr.ª meia Legoa pouquo mais ou menos e Serue p.ª as Necessidades de administrar os SaCram.tos aos Jnfermos, e naõ tem Rendim.to nẽ ConCursso de gente Senaõ, em dia proprio e he Reparada, e paramentada por todo o Pouo da frg.ª de Agadão —

Ha mais a Capella de S. Barbara Sita no Lugar da Filgueira q̃; fica distancia da Jgr.ª tres quartos de Legoa pouco mais, ou menos e Serve p.ª admenistrar os SaCram.tos aos infermos e naõ tem Rendim.tos alguns nẽ ajuntam.to do Pouo mais do q̃; no Seu proprio dia, e he Reparada e paramentada por todo o Pouo da frg.ª de Agadaõ; e aSim esta Como as mais Capellas e hermidas de toda A frg.ª Saõ m.to necessr.as p.ª administrar o Sacro Viatico aos Infermos por Serẽ terras agrestes e fragozas e fiCarẽ, m.to distantes da Jgr.ª e aSim tenho Respondido ao pr.º itẽ das Capellas, e nesta frg.ª naõ ha Capella nẽ Jrmida de Jnstituidores partiCullares. — —

P.lo q̃; Resp.ta ao Seg.do itẽ nesta Jgr.ª nẽ nas Jrmidas, e Capellas desta frg.ª naõ ha Reliquias de S.tos nẽ Santas q̃. Se Saibaõ nẽ disso haja Conhecim.to algũ: —

P.lo q̃ Respeita a 3.º item da ordẽ Consta esta frg.ª de Sento, e Sinquo fogos . Como Consta do Rol dos Conffeçados tẽ homeñs de Communhaõ Cento e SinCoenta e Sete e Rapazes menores quorenta e oito e molheres de Comunhaõ duzenta e Seis e menores vinte e Seis he do que Consta o Rol dos Conffeçados a q̃. me reporto Saluo erro de Conta, e nesta freguezia naõ ha Mosteiros de frades, nẽ de freiras nẽ . Caza de meziricordia nẽ hospitais nẽ ReColhim.tos: alguñs: — —

Do q̃. Resp.ta a 4.º itẽ nesta Jgr.ª de Agadaõ naõ ha Sepulturas de pedra nẽ ha Letreiros alguñs, nẽ, Campas, nẽ, Letreiros de Capellas, nẽ armas de q̃; Se possa dar Conta.

No 5.º Jtẽ, naõ tenho nada q̃; dizer, nẽ esta Jgr.ª de Agadaõ tẽ Cartorio, nẽ memorias antigas, nẽ modernas. — —

No 6.º itẽ esta Jgr.ª de Agadaõ he aNexa a S. Mamede da Castanheira q̃. pertence ao Serenissimo S.or Jnfante D. Fran.co q̃; Ds, gd.e por Ser do Condado da feira naõ he Colegiada, nẽ tẽ beneficios alguñs. — —

No 7.º item nesta frg.ª Reui os Libros q̃; ha de batizados Cazados e defuntos o mais antigo q̃; achey humas poucas folhas de hũ Libro Velho q̃; Se prinSipiou a esCreuer nelle na era de mil e SeisSentos e doze ha outro Libro tãbẽ antigo q̃. Se principiou a esCreuer nelle na era de mil, e SeisSentos, e Corenta, e noue ha outro tambẽ antigo, e este inda esta inteiro e Se principiou a esCreuer nelle na era de mil, e SeisSentos, e Sesenta, e Sete ha outro mais moderno q̃; Se principiou a esCreuer nelle na era de mil; e SeisCentos e oitenta, e Sinquo, e outro em q̃; de prezente Se esCreue e Se prinCipiou a esCreuer nelle na era de mil, e SeteCentos, e dezanoue e todos estes Libros Saõ os q̃; de prezente ache nesta Jgr.ª em q̃ Custumaõ Carregar os nomes do Batizados Cazados e defuntos e enq.to Serue hũ Libro he p.ª batizados Cazados e defuntos. — —

No 8.° itẽ nesta frg.ª de Agadaõ naõ ha memoria nẽ Lembrança de Varaõ algũ insigne q̃ foce n.al desta frg.ª, nẽ noticia q̃; nella ouvece homeñs de vertudes nẽ de Letras todos Saõ Labradores e a maior p.te delles bẽ pobres e asim tenho declarado a todos os itnẽs de q̃. mandei pasar a presente minha Certidão . e sendo nesesario, asim o affirmo in uerbo SaCerdotis. Aguedaõ . e de Maio SinCo dias de mil . e setesentos e uinte e hũ annos eu o p.e M.el De Bastos Cura Desta Jg.ra de aguedaõ . o sobesCreui.

o p.e Cura M.el De Bastos

(Continua)

A. G. DA ROCHA MADAHIL

ANTIGUIDADES DO CONCELHO DA FEIRA

LANGÓBRIGA — I —

(Continuação da pág. 152)

VIII

SÃO, pois, muitos os motivos que tiveram influência na decadência das edificações romanas e conseqüentemente na sua completa ruïna. De *Langóbriga* resta-nos hoje a designação, documentada por vasta bibliografia, e os despojos arqueológicos encontrados. O topónimo desapareceu da tradição oral. A colina, em que a cidade teria assento, denomina-se, actualmente, Monte-Redondo ou de Santa Maria. Os castros foram as primitivas povoações ibéricas. Junto dêles ficavam os santuários das divindades locais, *numina loci*. A construção dos castros no coruto dos montes parece ter obedecido não apenas a uma necessidade de defesa, mas também a uma causa espiritual... de ordem religiosa. O deus lusitano *Endovélico,* de quem muito se tem escrito, tinha o seu santuário no alto do monte de S. Miguel da Mota, no concelho de Alandroal, Alentejo. O local apresenta vestígios de uma antiga fortificação, não diferente dos castros.

Os Romanos adoptaram e romanizaram a maior parte dos deuses ibéricos. Os montes das antigas povoações castrejas começaram a ser lugares de peregrinações e de ofertórios « donarias », ao deus protector da região, que aí tinha tido o seu culto.

Muito a custo, o Cristianismo conseguiu afrouxar, mas não apagar de todo, a devoção ibero-romana. Vemos reflexos de antigos cultos, na festa das Maias, de S. João, no cepo do Natal, nos magustos, nos banhos milagrosos, etc.

Para fazer esquecer os cultos antigos, a Igreja encheu de ermidas o cimo dos montes, onde quer que os mitos pagãos estivessem a manchar a pureza dos ritos cristãos: Nossa Senhora da Piedade e Santa Bárbara, em Canêdo; Santo António da Laje, em Fornos; Nossa Senhora da Boa Fortuna, no alto do

Viso, em Guisande; e mais longe de nós, mas divisando-se das terras da Feira, S. Domingos, de Paiva, irmão de Santo Isidoro, do monte Castro, de Gondomar, e de São-Macário três ferreiros, que possuem apenas um martelo, de que se servem, conjuntamente, arremeçando-o uns aos outros, de serra para serra, à distância de muitas léguas... Nossa Senhora da Saúde, dos Carvalhos; o monte da Virgem de Vilar-do-Andorinho — lindas capelinhas, muito pequeninas aos nossos olhos, que, na limpidez da sua santidade, nos contam histórias curiosas de crenças gentias.

A Cruz substitui as insígnias romanas e o crescente muçulmano. A Virgem Maria substitui Aries ou Marte. Ela é que guia os exércitos cristãos e dá as vitórias...

Nas duas designações actuais do outeiro da antiga cidade de *Langóbriga,* uma é meramente topográfica, *Redondo,* « monte de forma arredondada », « mámoa »; a outra é proveniente de ter existido no sítio uma ermida ou mosteiro, consagrados à Virgem Nossa Senhora, cristianização dos cultos prestados a um deus ou génio local.

Creio que data de Afonso III (860-910), a fundação do monumento católico que deu origem à designação tópica de *Santa Maria.* Afonso III reconquistou tôda a faixa ocidental da Península: Coimbra, Lamego, Viseu, etc., e repovoou muitas terras, entre o Douro e o Mondego. No seu reinado fundaram-se, na região, que se chamou de Santa Maria, os mosteiros de *Azevedo* e *Sanguedo* e foram lançadas as primeiras pedras para os mosteiros de *Crestuma*, *Santa Cruz* de Silvalde, *S. Miguel de Cortegada* (Olival), *S. Miguel de Dezanos* e *São-João* (Ovar), etc. Da mesma época deve datar a fundação do primitivo *castelo de Santa Maria,* de Vila-da-Feira (a actual forma arquitectónica provém do tempo de D. Afonso V, não esquecendo as reparações de sucessivas épocas, até aos nossos dias), à volta do qual se formou e desenvolveu a povoação de Santa Maria, espreguiçando-se, pela encosta do monte e pelos vales próximos. Em lugar privilegiado, junto das ribeiras férteis e amenas do Cáster, bem defendida pelo castelo, baluarte defensivo do Cristianismo, na extensa região de entre o Douro e o Vouga, prosperou, consideràvelmente, e adquiriu, em poucos anos, foros de cidade.

O mais antigo documento, que conhecemos, que se refere ao culto da Virgem Maria, é uma doação ao mosteiro de S. João-de-Ver, e diz respeito ao actual concelho da Feira. Data de 773 [1]: « *Donatio* bonorum ecclesiae S. Joannis Baptistae, prope Souto Redondo, territorio Portucalensi... In nomine

---

[1] Segundo o Prof. Leite de Vasconcelos, êste documento data do século x. *Lições de Filologia Portuguesa,* pág. 16, nota 1.

domini nostri ihesu christi et indiuidue sancte trinitatis patris et filii et spiritus sancti inuictissimis ac triumphatoribus sanctis que martiribus gloriosis quorum baselica discernimus et fundamus loci illius sancti ihoannis babtiste et sancti saluatoris et sancte marie semper uirginis et sancti pelagii et sancti iacobi apostoli...» *Dipl. et Chartae,* pág. 1.

Num documento do ano de 867 há referência a uma igreja com a invocação de Santa Maria: «eclesie sancte marie sedis colimbriensis...», *Carta diuisionis* in *Dipl. et Ch.,* pág. 3.

Em outro documento de 870: «...baselica sita et fundata est in villa negrelus territorio bracharensis urbium portugalensis secum sancte marie subtus mons cauallus prope riuulum have», *Dipl. et Ch.,* pág. 3.

Num documento de 915: «...damus et concedimus ecclesiam uocabulo sancte marie uirginis... in uilla que dicent fremoseli iuxta flumem mondeci...», *Doação à igreja de Formoselha, Dipl. et Ch.,* pag. 13.

No ano de 961, aparece já o topónimo «sancta maria de Lamas», *Dipl. et Ch.,* pág. 53.

Em 977, aparece a designação «ciuitas sancta maria», dada a actual Vila-da-Feira: «in uilla ualeiri discurente riuulo rio mediano terredorio portugalense prope ciuitas sancta maria», *Dipl. et Ch.,* pág. 75.

Nas *Inquisitiones* há muitas referências a povoações que tinham como padroeira a Virgem Maria: Santa Maria de Dezaos, Santa Maria de Burroos, Santa Maria de Gouviaes, Santa Maria de Atanes, Santa Maria de Reymondo, Santa Maria de Guimaraes, Santa Maria de Barcelos, Santa Maria de Adaufi, Santa Maria de Ladroes, Santa Maria de Borva... Santa Maria de Gouvens, Santa Maria de Touguina, Santa Maria de Provesende, Santa Maria de Ferreiró, Santa Maria de S. Felix, Sancte Marie ripa pauie (hermida), Santa Maria de Torgoosa, Santa Maria de Revordaos, Santa Maria d'Areias, Santa Maria d'Ardegam, Santa Maria de Igreja Nova, Santa Maria de Moimenta, Santa Maria de Chorensi, Santa Maria de Barvudos, Santa Maria de Moos, Sancta Maria de Idaes, Sancta Maria de Alvarenga, Santa Maria de Arenis, etc.

Das setenta e seis freguesias da antiga Comarca e Ouvidoria da Feira ou Terra de Santa Maria (v. P.e ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA, *Chorographia Portuguesa,* 1708), doze são consagradas à Virgem Nossa Senhora: Santa Maria de Esmoriz, Santa Maria de Lamas, Santa Maria de Fiães, Santa Maria de Crestuma, Santa Maria do Olival, Santa Maria de Sandim, Santa Maria do Vale, Santa Maria de Pigeiros, Santa Maria de Pindelo, Santa Maria de Gulpilhares, Santa Maria de Arrifana e Santa Maria de Ul.

IX

Todo o território do concelho da Feira e da antiga circunscrição da Terra de Santa Maria está cheio de antiguidades de grande valor... Ruínas vivas a atestar a grandeza de uma civilização multi-secular, que prende pela singularidade dos seus aspectos exteriores e de alma.

Dividimos o concelho em quatro zonas:

Zona do Alto Uíma:

Langóbriga. Castro de Ovil. Murado. Anta. Mámoa. Casas. Casinhas. Caldas. Caldelas. Casaldoido. Candeidos. Cepo. Lajes. Carreira-Cova. Vale-da-Cabra.

Zona do Cáster:

Castro da Vila-da-Feira. Muradões. Recarede. Arca--pedrinha. Monte-do-Forno. Fornos. Laje. Penas. -Pedra (Chão-da-). Seixo. Penedo. Carreira. Estrada-Velha. Rua (?).

Zona do Baixo Uíma:

Crasto. Castelinho. Penas-do-Cepo. Marco-de-Eirós. Crestuma. Laje. Cepo.

Zona do Ur:

Castro e Cividade da Portela. Castelhão (Crastellum, ano de 1251). Arcas-da-Searaa e do Suam. Forno. Cham-do-Forno. Cham-de-Arcoa. Cham-de-Arcas. Mámoa. Dentases. Pena. Tôrre. Laje. Pé-de-Arca. Mato-de-Arca, Castelo, Lações e Ul, a confinar com a região da cidade de *Talábriga*.

Zona do Alto Uíma:

Langóbriga, de que já falámos, parece ter sido situada no Monte-Redondo ou de Santa Maria, na freguesia de Fiães. Fêz o inventário do seu espólio arqueológico o Prof. Mendes Correia.

Castro de Ovil, na freguesia de Esmoriz. *Castros* são as ruínas de antigas povoações fortificadas, no cimo dos montes, quási sempre nas margens dos rios e ribeiros.. «*Castrum*

augmentatif de *Casa,* ce mot indiquait dans son sens primitif une hutte large ou solidement bâtie et par suite un fort, ou une forteresse...», *Dictionnaire des Antiquités Romanes et Grecques,* ANTHONY RICH, tradução de M. CHÉRUEL. Paris, 1861.

Os Celtas deram o nome de *dunon* ou *briga* às povoações fortificadas, que no latim clássico são denominadas *oppida* ou *oppidula,* e *castra (castrum* no singular), no latim da decadência. Por influência dos Germanos, se passou a chamar-lhes, por vezes, *burgos* — «Vegécio ya en la segunda mitad del siglo IV, cita una: *burgus, castellum parvulum quem burgum vocant,* que ya se latiniza en inscripciones del siglo II y persiste en nombres de lugar: Burgos, El Burgo, Burgohondo, Burguillo, Burguete», R. MENÉNDEZ PIDAL, *Manual de Gramática Histórica Española,* pág. 19. Madrid, 1929 — e parece que os Árabes as designam, com freqüência, por *atalaias* e *albarradas.* Os nossos antigos camponeses, ao depararem, a primeira vez, com as ruínas dos castros, desconhecendo o seu significado, deram-lhes designações metafóricas: *cividades, citânias, cêrcas, coroas, murados, muradões, casas, casinhas, pedras, tôrres, moimentas,* etc.

Da abundância dos castros e de outras fortificações na Península, e do seu grande valor estratégico, fala JÚLIO CÉSAR, nos seus *Comentarii de Bello Hispaniensi,* cap. VIII: «... Hic etiam propter Barbarorum crebas excursiones omnia loca, quae sunt ab oppidis remota, turribus et munitionibus retinentur, et, sicut in África, rudere, non tegulis teguntur; simulque in his habent speculas, et propter altitudinem longe lateque prospiciunt... «... Além disso foram forçados, por causa das freqüentes incursões dos bárbaros, a fortificar com castros e tôrres, todos os lugares distantes das cidades, e, como em África, são cobertos de argamassa, e não de telha, e, nos pontos mais elevados, constroiem atalaias que permitem que a vista se estenda até longe».

De alguns dêstes castros chegaram aos nossos dias restos das habitações por êles defendidas, traços de estradas e monumentos sepulcrais (mámoas, antas ou arcas), instrumentos de uso doméstico, ex-votos, moedas, inscrições, etc. De outros ficou-nos o topónimo petrificado.

Nas proximidades dos castros ficavam as sepulturas dos castrejos, hoje apenas conhecidas por diversas designações toponímicas, perdido o monumento funerário que lhes deu origem: Anta, Dentases (de *de* + *Antas* + *es.* Ver os meus «Respigos da Toponímia Feirense, pág. 5) [1]. Arca(s), Arca-

---

[1] Publicação em folhetins no jornal *Tradição,* da Vila-da-Feira. Vai na página 108.

A obra completa será editada em dois volumes com outro título: «Toponímia do Concelho da Feira». O primeiro volume tratará das *Povoações,* e o segundo, das *Propriedades Rurais.*

-pedrinha, Pé-de-Arca, Arcoa, Forno(s), Cepo, Marco? Pedra? Pena(s)? Laje?

O *Castro de Ovil* aparece várias vezes citado em documentos medievais: «... in uilla ermorizi et cortelaza subtus castro de obile, discurrente ribulo mediano», ano de 1013, 134; ano de 1055, 241 «...rrio de paramio usque rio de sparago de mazaneta... et abe ipsa ereditate iacentia subtus *castro ouibil* prope litore maris»; ano de 1056, 244 «...in uilla ermorizi subtus *castro de obile* discurrente ribulo paramio...»; ano de 1076, 327 «...in uilla ermoriz subtus *castro ouile* discurrente ribulo maiore prope lidore maris;» ano de 1090, 441 «... in uilla ermorizi subtus mons *castro de obil*.

Diz Pedro A. de Azevedo: «Tem grande probabilidade o antigo *Castro de Ouile (Obile* e *Obil)* ou *Castro Ouibil* ser o actual monte d'*O Murado*. A grande altura (relativamente) do monte, permitindo a inspecção da maior parte do território, e as suas encostas arborizadas em que o gado, principal riqueza daqueles tempos, fàcilmente encontrava sustento, ofereciam a reduzida população um abrigo passageiro perante os ataques dos que tanto podiam ser seus correligionários como adversários constantes (mouros e normandos). O próprio nome do castro parece ser uma palavra latina que significa «curral de ovelhas», e, efectivamente, ao menor assomo de invasão deveria ser o primeiro movimento dos donos das vilas recolher em lugar seguro o seu gado, emquanto êles, rodeados dos seus servos de diversas qualidades, tentariam pelas armas opor resistência ao avanço do inimigo», *Archeologo Portugues*, vol. III, págs. 139-140.

Murado (freguesia de Mozelos).

A respeito do castro de Mozelos, nada sabemos, além do que diz a *Memória* do pároco da freguesia, em 1758:

«Junto a esta Igreja ha hum outeyro a que chamam do *Murado* que fica muito alto em hum monte o qual serve de apascentar os gados... mostra este nos antigos tempos ser cercado com valle cujo monte ou outeiro dizem os antigos que foi Praça dos Mouros de cujo se descobre grande parte do mar, a villa de Aveiro, o Rio que fica junto, que a villa será de distância 5 para 6 legoas e o castello da villa da Feira», extraído do *Archeologo Portugues*, vol. III, pág. 139, artigo de P. A. de Azevedo.

Anta, freguesia do concelho de Espinho. O topónimo é proveniente de ter existido no local um monumento sepulcral prè-histórico, dêste nome. As antas, também, conhecidas por arcas, orcas, dólmens, antelas, etc., assentavam geralmente sôbre mámoas.

Mámoa, povoação da freguesia de Fiães. O topónimo comprova a existência no local de uma mámoa: elevação artificial ou natural em forma de seio de mulher. Na toponímia aparecem, além de *Mámoa, Mamoínha, Mamunha* e *Mamaaltar.*

Casas, lugar da freguesia de Lourosa. Talvez estejamos diante de um topónimo de origem popular, a indicar as ruínas de uma povoação castreja.

Casinhas, aldeia da freguesia de Argoncilhe. Veja-se o que foi dito para *Casas.*

Caldas (do latim *(Aquas) Calidas)* povoação termal na freguesia de S. Jorge. Ver *Feira, Terra Sanctae Mariae* e o *Concelho da Feira* e *Terra de Santa Maria — História. Etnografia. Arte. Païsagem.*

Caldelas, diminutivo de *Caldas* «pequenas caldas», outra povoação da mesma freguesia.

Águas-Férreas, pequena nascente de águas minerais, também, em São-Jorge, como me informou a talentosa professora, nesta freguesia, D. Maria José de Oliveira.

Vários factos levam a crer que a freguesia de São-Jorge foi muito habitada em tempos remotos, principalmente pelos Romanos, que devem ter utilizado as águas minerais. Diz Justino que os povos da Península aprenderam dos Romanos o uso dos banhos quentes: «Aqua calida lavari post secundum bellum Punicum a Romanis didicere», *Historiae Philippicae,* Lib. XLIV, cap. II.

Caldas, Caldelas, Portela, Casaldoído, Candeídos, Cepos, Lajes, são designações muito antigas. Em *Casaldoído* entra o elemento *ídolo (Casal-do-Ídolo).* O monumento religioso que deu origem ao topónimo perdeu-se. O ídolo talvez representasse o deus ou génio protector dos doentes das Caldas. *Bormanicus* foi o deus ou o génio das termas de Vizela. *Tameobrigus* foi o deus ou o génio do rio Tâmega. Ver *Religiões da Lusitania,* vol. II, págs. 266 e 320.

Candeídos, lugar da freguesia de S. Jorge. O topónimo tem todos os aspectos de um nome celta. Consultar HOLDER, *Alt-Celtischer Sprachschatz.*

LEITE DE VASCONCELOS cita a inscrição galega «Iuppiter Optimus Candiedo» em que o deus romano Júpiter é seguido do epíteto «Candiedo», aparentado com o nosso Candeído(s) e diz: «conviria saber se os epitetos são nomes de deuses locais, ou designações meramente geográficas e quais os atributos aqui concedidos a Júpiter», *Religiões da Lusitania,* vol. II, pág. 342.

Bem pode ser que o nosso *Candeídos* seja um antigo deus ou génio local, e que o seu santuário fôsse no monte que tem hoje essa designação.

Cepo(s), campos nos lugares de Caldelas e de Azevedo da referida freguesia de S. Jorge. Penso que se dá, algumas vezes, êste nome, às antas com mesa, em linguagem metafórica. Chama-se *cepo* no concelho da Feira a um pedaço de tronco de árvore e aos traços de madeira, em meia lua, cortados das cambas das rodas dos carros de bois. No lugar da Póvoa, da freguesia de Canêdo, num dos seus outeiros mais elevados temos *Penas-do-Cepo (= Pedras-do-Cepo),* topónimo mais expressivo, que dá fôrça à nossa hipótese. Cfr. com *Pé-de-Moura (= Pedra-da-Moura),* lugar da freguesia da Lomba, do concelho de Gondomar à margem do Douro, e *Pé-da-Arca (= Pedra-da-Arca),* lugar da freguesia de Pigeiros.

Laje(s), campos da mesma freguesia de S. Jorge. Muitas vezes esta designação é proveniente de ruïnas de castros, mesas de dólmens ou antas. É freqüente êste topónimo no concelho.

Carreira-Cova, lugar da freguesia de Lobão, expressa que o local era de grande trânsito em tempos antigos.

Vale-da-Cabra, lugar da freguesia de Lobão. O topónimo deve ser proveniente de ter existido no local um monumento votivo com a figura de cabra, tóteme pré-histórico, ou proto-histórico, ídolo, ou ex-voto. Os Lusitanos imolavam bodes, nos seus sacrifícios ao deus Marte: « Marti caprum immolant », ESTRABÃO, *Rervm Geographicarvm,* tomo I. O seu principal alimento era a carne de cabra: « maxime capros edunt », donde se depreende que êste animal abundava na Lusitânia. AVIENO fala, também, da abundância do gado caprino na região do promontório Sacro:

> « Hirtae hic capellae et multus incolis caper.
> Dumosa semper intererrant caespitum ».
>
> *(Ora Maritima,* vv. 217-218).

Da cabra, como animal cultual, fala LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitania,* vol. II, págs. 170, 283, 284 e 305; vol. III, 504-505. Cfr. com *Fonte-da-Rata,* lugar da freguesia de Silvalde, talvez génio local da fonte, ou protector da agricultura da região.

Zona do Cáster:

Castro da Vila-da-Feira. Não há razão para considerar como assento de *Langóbriga* o monte em que se ergue com altiva majestade o castelo da Feira, que dista da *Calem,* do *Itinerário* de ANTONINO, cêrca de 29 quilómetros. No local, em que o castelo foi edificado existiu uma povoação castreja luso-romana como muitas outras que prosperaram na extensa região, do Douro ao Vouga, e do mar ao Ul e ao Antuã.

Ara encontrada, em 1912, junto da muralha da parte de Leste do Castelo da Feira.

Do antigo *castro* de Vila-da-Feira, possuímos dois ex-votos: um do deus TUERAEUS, uma ara romana encontrada, em 1912, quando se procedia à reconstrução da muralha de vedação da parte de Leste,

DEO
TVERAEO
VOLENTI
ARCIVS
EPEICI . B
RACARVS
S . F

a que faz referência o Prof. Dr. LEITE DE VASCONCELOS [1]:

«O Sr. Dr. AGUIAR CARDOSO teve a sorte de encontrar mais uma ara romana com uma inscrição inédita, de que me mandou um decalque, que transcrevo... Diz: «Deo TUERAEO volenti Arcius Epeici Bracarus s(acrum) f(ecit)», «Ao benévolo deus *Tueraeus* consagrou êste monumento Arcio, filho de Epeico, Bracaro de nação.» — As siglas «*S . F*» creio serem novas; pelo menos não as encontro notadas em alguns manuais epigráficos que tenho à mão. O nome do deus, bem como *Epeicus,* nome do pai do dedicante são desconhecidos; mas o sufixo *-aeus* é variante de*-aius* ou*-aios,* que se tem por céltico, e se encontra, por exemplo, em *Art-aios, Cant-aius, Clont-aius, Tur-aius,* etc.: cf. Holder, *Thesouro,* s. vv. O nome bárbaro *Arcius* lê-se noutra inscrição peninsular: *Corpus,* II, 5556 (Vila

---

[1] Ver também Dr. VERGÍLIO CORREIA, *O Domínio Romano — Mapa dos Cultos Indígenas*, pág. 248.

Real). Àcêrca dos Bracaros vid. *Religiões*, II, 56 (com a errata de p. 373) e 75; a palavra *Bracarus* figura também numa inscrição do Museu de Guimarães, mas como nome próprio: vid. *O Arch. Port.*, XV, 324. O adjectivo participial *volens* é mais provável ser epíteto da divindade (cf. *deus Endovellicus sanctus Juppiter optimus maximus, Mars ultor, Venus victrix, Minerva memor, Fortuna obsequens, Fortuna respiciens*, etc.), como na tradução o considerei, do que meramente circunstancial; quem sabe se essa palavra conterá a significação de *Tueraeus?* — A ara, a que falta já a base, mede 0,m43 de altura e 0,m33 de largura (na cornija), *Religiões da Lusitania*, vol. III, pág. 612-613.»

Em 1917, foi encontrada, no recheio do cubelo do Sudoeste, que se andava a reconstruir, outra ara romana: ex-voto do deus Bandevelugus Toiraecus,

BANDE . VE
LVGO . TOIR
AECO . L . LAT
RIVS . BLAES
US . V . L . A . S .

que o Prof. Leite de Vasconcelos, em carta ao Dr. Aguiar Cardoso, leu da maneira seguinte:

«Bandevelugo Toiraeco L(ucius) Latrius Blaesus v(otum) l(ibens) a(nimo) s(olvit)»

Ara encontrada, em 1917, no recheio do cubelo do Sudoeste do castelo da Feira.

e traduziu:

«Lucio Latrio Bleso cumpriu de boamente o voto que fizera a (o deus) Bandevelugus Toiraecus».

Leite de Vasconcelos fala de outra ara romana, achada em Arrifana, com a inscrição: «I. O. V. C. P. votum ex mente conceptu Valeria Marcella Sltv.», que interpreta do seguinte modo: «*I(ovi) O(ptimo) V(ictori) C(onservatori) P(raestabili)*», *Religiões da Lusitania*, vol. III, pág. 507.

Tôda a região, em volta do antigo castro de Vila-da-Feira, é abundante de topónimos de grande valor arqueológico:

Muradões e *Castro Rekaredi*.

Temos conhecimento dêstes locais por um documento do ano de 1026 «...in uilla kabanones et in *muradones* subtus *castro rekaredi* terridorio ciuitas sancta maria discurrente riuulo ouar...», *Dipl. et Ch.*, pág. 181. *Muradones* seria hoje Muradões e *Rekaredi*, Recarei. Não nos foi possível localizar os dois topónimos. Êles comprovam, porém, a existência de mais duas povoações castrejas, na zona do rio Cáster.

Arca-pedrinha, lugar da freguesia de Travanca, marca a presença de uma arca no local.

-Forno (Monte-do-), lugar da freguesia de Arrifana e *Fornos*, freguesia, são topónimos que proveem de ruínas de habitações castrejas, de antas, ou arcas, e, igualmente, *Penas*, lugar da freguesia da Feira, *-Pedra (Chão-da-)*, lugar da freguesia de Travanca e *Laje*, lugar da freguesia de Fornos.

Seixo, lugar da freguesia da Feira e *Penedo*, lugar da freguesia de Fornos. É para estranhar que esta duas povoações tomassem o nome de uma simples pedra ou rocha, sem que a elas se ligasse qualquer estímulo sobrenatural. Estamos em presença, creio, de um antigo culto às pedras, talvez um culto fálico que se perdeu. Consultar à-cêrca-dêstes cultos, ESTRABÃO: «sed lapides multis in locis ternos aut quaternos esse compositos, qui ab eo venientibus ex more a maioribus tradito convertantur translatique fingantur», *ob. cit.*; e ainda: E. DÉSOR, *Mélanges scientifiques*, pág. 210. Paris, 1879; THEOPHILO BRAGA, *Origens Poeticas do Christianismo*, págs. 134-135. Porto, 1880; LEITE DE VASCONCELOS, *Tradições Populares de Portugal*, págs. 89-98. Porto, 1882, e *Religiões da Lusitania*, vol. II, pág. 202 e segs. Lisboa, 1905; ESTAÇO DA VEIGA, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, vol. I, págs. 98-99. Lisboa, 1886; *Revue Archéologique*, 3.ª série, XXI, pág. 331.

Carreira, lugar da freguesia de Espargo, *Estrada-Velha*, lugar da freguesia da Feira e *Rua?*, lugar da freguesia de Arrifana, são topónimos provenientes de viação antiga.

Zona do Baixo Uíma:

Campos férteis, saciados de água, viçosos prados e florestas, muita caça, boa pedra para habitações, sepulcros e instrumentos de trabalho... o rio abundante de peixes — nas margens do

Uíma se desenvolveu uma vasta civilização, cujos vestígios o tempo não pôde apagar.

Crasto, lugar da freguesia de Sandim. Só nos resta a denominação toponímica. Ainda não visitámos o local com atenção.

Castelinho, monte, no lugar da Póvoa da freguesia de Lever. Ainda hoje se verifica um trôço de estrada, muito bem conservada, a mato, que servia o antigo castro. Próximo ao Castelinho houve uma antiga povoação *Vale-Cabanas* (cfr. com *Chalman,* voz vasca, de *Chaol* « cabana », e *Alma* « vale, planície », P. BOUDARD, *Essai sur la Numismatique Ibèrienne, précédé de Recherches sur l'Alphabet et la langue des Ibères.* Paris 1859. Junto a *Vale-Cabanas* ficava a *Proviceira,* outra povoação (por *Provaceira, Povoaceira,* que se formou como *Agraceira, Lamaceira, Taboaceira,* etc.). Uma e outra povoações foram as predecessoras do actual lugar da *Póvoa.* Em baixo da *Proviceira,* fica o poço da *Manguela,* dentro do Uíma, onde aparece (à meia-noite) na noite de S. João, uma grade de ouro, reminiscências difusas de um velho culto. Ver o meu *Concelho da Feira. História. Etnografia. Arte. Paisagem.* Do outro lado do rio, *Marco-de-Eirós, Padiola, Touça-do-Cuco,* topónimos de remota antiguidade. O *Castelinho* foi o núcleo de protecção das primitivas povoações do *Vale-de-Cabanas* e da *Proviceira.*

Crestuma (= Crasto do Uíma), freguesia na confluência do Uíma com o Douro. Até agora não pudemos estudar a topografia da região. Ignoramos o local do antigo castro que deu o nome à freguesia. Na toponímia com vestígios de antiguidade apenas conhecemos mais, *Lage* e *Cepo,* duas povoações debruçadas sôbre o rio. O mais antigo documento que diz respeito a *Crestuma* data de 922: *Donatio amplissima regis Ordonii episcopo Gomado et Monasterio de Crestuma facta,* de que transcrevemos a parte referente a terrenos muito nossos conhecidos, por onde muitas vezes temos passado: « ... et adquisiuit ipse episcopus terminum de ipsa uilla et de ipso monasterio . et inuenit illum per terminum de *liueri* . et inde per montem *felanoso*. et inde in VII^em^ suberes . et inde per illum *saxum album* . et inde a *paradela* . et inde per terminum *aliaria* quomodo diuidit cum domno uilifi . et inde in portam *(sic) arnelas* . et concludit ipsam ecclesiam de *arnelas* cum sua ecclesia uocabulo sanctus andreas. et tranciuit ipsum terminum de alia parte dorii . et inuenit ipsum terminum per montem de zeurario . et inde per penellas per illum montem ad illam aquellam . et inde per fontanum pennosum quomodo diuidit cum sposati . et item tranciuit dorium in uilla *palatiolo* . et concludit ipsam uillam totam exceptis illa VII^a^ que est de alios heredes de *leueri* . et inde ferit in terminum de

leueri unde primitus inquoauit. et comparauit ipse episcopus sesicam molinariam in riuulo *umie* de fragiaro et de arias abrahem in terminum de *leueri...»*, *Ex codice qui titulum Livro Preto da Sé de Coimbra.*

Zona do Ur (=Ul).

Castro da Portela ou *cividade da Portela:* antiga e importante povoação de origem pre-romana. Em pesquisas ali realizadas, em 1845, foram encontradas ruínas de habitações, e, entre 102 moedas de procedência romana, uma de origem ibérica, de caracteres desconhecidos. Há nas imediações muitos vestígios de antiguidade: *Arcas-da-Searaa* e do *Suam, Forno, Cham-do-Forno, Cham-da-Arcoa, Cham-de-Arcas (Tombo da Igreja de Romariz,* ano de 1544, no Arquivo Distrital do Pôrto, publicado pelo P.e M. FERNANDES DOS SANTOS, na sua prestimosa monografia, *A Minha Terra.* Porto 1940), *Castelhão* ou *Crastellum,* em 1251, nas *Inquirições de D. Afonso III, Monte-Calvo,* da *Mó, serra de Vila-Nova,* na freguesia de Romariz. *Mámoa,* na freguesia de Milheirós. *Dentases* (de + Antas + es), na mesma freguesia. *Pena* e *Tôrre* na freguesia do Vale. *Laje* e *Pé-de-Arca,* na freguesia de Pigeiros. *Mato-da-Arca* e *Castelo,* na freguesia de *Cesár* (1).

Perto do castro nasce o *Ul,* confluente do Vouga, que em documentos medievais aparece escrito *ure* e *ur,* «subtus mons Castro Calbo et Montecelo discurrente ribulos Antuana et *Ure*», JOÃO PEDRO RIBEIRO, *Dissertações Chronologicas,* vol. I, pág. 223;

(1) Nos *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis* vem escrito a respeito de *Cesár:* «houve nesta freguesia, pelo menos três *Dolmens,* cujos *tumulus* foram devassados há muito; de um dêstes ainda há pouco se via a mesa; mas já sem pilares, que provàvelmente foram aplicados para ombreiras de cancelas dos matos próximos.» p. 245.

Diz o sr. Engenheiro PRAÇA DE VASCONCELOS com referência à mesma freguesia e à de Romariz: «Ainda ùltimamente se tem encontrado na terra que constituía os *tumulus* já revolvidos, machados e pontas de lança de diorite e entre êles um pequeno machado, que se pode considerar um amuleto. Também se encontrou num terreno eminentemente argiloso desta freguesia, pequenas cavidades com resíduos de carvão vegetal e restos de cerâmica tão grosseira, que, pela sua contextura e irregularidade de formas se podem bem considerar como coevas do período neolítico. Também se tem encontrado noutro local tijolo com rebordos característicos do período romano e as não menos características candeias.

Numa serra ao norte desta freguesia, chamada antigamente *Monte Calvo* e hoje serra do *Pinheiro,* existiam ainda há pouco tempo, vestígios bem visíveis de dois muros de circumvalação concêntricos, a pouca distância um do outro, e situados no alto da mesma, que e constituída por uma planura. Não se tem, porém, encontrado vestígios de casas redondas, como se encontraram muitas num monte fronteiro, chamado *Castro,* situado na freguesia de Romariz, onde existiu uma *Citania* perfeitamente semelhante à de Briteiros.» pág. 246.

«et in uilla plana discurrente riuulo *ur* et subtus mons parata louaz prope ciuitas sancta maria», *Dipl. et Ch.*, doc. n.º 703, ano de 1088; e, «discurrente ribulo *ur* et prope ciuitas sancta maria», *Dipl. et Ch.*, doc. n.º 704, ano de 1088.

Ur é nome de origem ibérica que significa «cidade», *Essai sur la Numismatique Ibèrienne précedé de Recherches sur l'Alphabet et la Langue des Ibères,* par P. — A. BOUDARD. Paris, 1859. O rio, que tem um percurso apenas de sete quilómetros, serviu com o Antuã de via de penetração do Vouga ao castro. Tomou, a partir da sua confluência com o Antuã, o nome de *Ur,* que quere dizer «rio da cidade», «rio que leva à cidade», conservando-se por antonomásia (Cfr. com o topónimo rio da *Igreja,* seu afluente, de formação moderna. O rio tomou êste nome por passar perto da igreja de Romariz).

Terá sido *Aritium* o nome romano da cividade da Portela? No *Theatrvm Geographiae Veteris,* «edente Petro Bertio Bevero», *Aritium* vem situada entre o *Dorias* e o *Vacus.* O P.e JOÃO BAPTISTA DE CASTRO localiza-a entre o concelho da Feira e o de Arouca. Em que razões se baseou não nos diz. Superficialmente, vaziamente: «*Aricio* é entre a Feira a Arouca».

Ora, nós temos vários topónimos que nos podem dizer alguma coisa de *Aritium: Ur, Arilhe, Cesár, Ovar* e talvez *Aral. Ur* é palavra ibérica que significa «cidade». Bem pode ser que os Romanos tenham latinizado esta voz indígena em *Uritium* (de *Ur* + o sufixo *itium* que aparece como elemento terminal de outras cidades romanas) e *Aritium* (por influência do *r?)* (1). LEITE DE VASCONCELOS faz referência a uma cidade do mesmo nome, no território de Alvega, na margem esquerda do Tejo, conhecida por uma inscrição, *Religiões da Lusitania,* vol. II, pág. 23. Também o P.e FRANCISCO DO NASCIMENTO SILVEIRA fala de *Aricio Pretorio, Mappa Breve da Lusitania,* pág. 295. — *Arilhe,* de *Ar* (= *Ur?)* + o sufixo diminutivo *ellus* (no genitivo) parece indicar uma povoação de menor importância com relação a outra. Seria *Aritium* essa outra povoação? — *Cesár,* (ou *Cesari* num doc. de 1028-1038?) parece provir de *Cis* «aquém» + *Ar*

---

(1) Perdemos quási todos os topónimos de origem ibérica. Repugnavam aos Romanos os nomes indígenas muito difíceis de pronunciar, ásperos e obscuros no dizer de ESTRABÃO: *Talis ergo vita est montanorum eorum, qui Septentrionale Hispaniae latus terminant Callaicorum, Asturum, Cantabrorum usque ad Vascones, et Pyrena: plura autem nomina apponere piget fugientem toedium injucundae scriptionis, nisi alicui volupe est audire Pletauros Barduetas, et Allotrigas, et alia his deteriora, obscurioraque nomina, Rervm Geographicarvm.* Tomo I, pág. 415-416, ed. de SIEBENKEES, LIPSIAE MDCLXCVI. «Assim é a vida dos montanheses que vivem no norte de Espanha, dos Calaicos, dos Astures e Cantabros até ao país dos Vascos e Pirinéus: e são suficientes êstes nomes para os que não gostam de narrações enfadonhas, salvo, se há alguém que tem prazer de ouvir PLETAUROS, BARDUETAS, ALOTRIGAS e outros nomes ainda mais ásperos e obscuros que êstes.»

(= *Ur?*). De facto *Cesár* fica na margem oposta do *Ur*, com relação ao *Castro da Portela*. — *Ovar*. É natural que êste topónimo provenha de *Ob* «em direcção a», «diante de» + *Ar* (= *Ur?*), donde, «em direcção ao *Ur*», «diante do *Ur*». O rio *Ovar* nasce na freguesia de São-Fins, a pequena distância do *Ul*; banha as freguesias da Feira e Travanca, e o território, a que deu o nome, do concelho de Ovar. Serviu, com certeza, de via de acesso das povoações marinhas, da parte central do litoral durio-vaucense à região intensamente povoada do *Ur*. Daí o seu nome.

Paesuri (= *Paes?* + *uri*) é o nome que Plínio dá aos habitantes da região do *Ur*. O mesmo autor cita o rio *Urium* (outra latinização de *Ur* + o sufixo -ium?), que não sabemos localizar: «a flumine Ana, littore Oceani, oppidum Onoba, Aestuaria cognominatum: interfluentes, Luxia et Urium». *Ob. cit.*, lib. III, cap. III, «a partir do rio Ana, ao longo do litoral do Oceano a cidade de Onoba, chamada Aestuaria e os rios que banham esta região, *Luxia* e *Urium*».

*

Com os romanos a população desce das grimpas altivas dos montes e dispersa-se pelas ribeiras fecundas dos vales do *Ul* e do seu afluente *Igreja*, do *Inha*, do *Uíma* e do *Ovar*. Apossa-se da terra; cultiva-a. Surgem os grandes latifúndios, as *villae*, constituídas por casas agrupadas, muito pobres, habitadas por escravos e clientes, em que se destaca apenas a *domus domini*, de melhor aspecto: o *Palatium* ou *Palatiolum*, que nos ficou na toponímia sob a forma de Paço, Paçô, Paços, Palhaça, e Palácio. Das *villae*, saíram, depois, por necessidade de partilhas, as herdades, agras, quintas, vilares, etc.

Portela foi a primeira povoação, na base do castro, a que deu o nome, proveniente da configuração do solo: «passagem entre montes», «vale», etc. Estendeu-se, pouco mais ou menos, até ao lugar da *Portela* dos nossos dias. Sucedeu-lhe *Portelica* (= Portela Menor) e *Vila-Nova*.

O ilustre P.e Manuel Fernandes dos Santos, que conhece muito bem a topografia de Romariz, faz a descrição de uma vasta rêde de estradas que atravessava antigamente esta freguesia, servindo o *Castro, Portela*, o *Monte do Castelhão*, da *Mó* e *Vila-Nova*. *Carreira*, que aparece aí na toponímia em *Carreiras-Velhas*, é um sinónimo de *via, strata* e *carril*: «et inde per *carraria* mourisca», ano de 953. Cfr. com, «subter illam *Stratam* Mauriscam discurrente rivulo Cerzedo, in *Elucidario*..., pal. *Estrada*; «Primo por portum de Lamas... deinde per illud *Carril* vetus, quod dividit inter Saicia, e Algizidi», *Doação do Couto ao Mosteiro de Seiça*, feita por El-Rei D. Afonso I,

ano de 1115. *Elucidario*...; e « Parte pelo rio apróó á moinheira velha, e desy polo *Carril,* que vai ao forno telheiro e desy pela verêa, *carreira* a festo, e desy como se vay á verêa de Lagomar », *Tombo de Castro de Avelãs,* de 1501. *Doc. de Bragança,* in *Elucidario*...

O atributo *Velhas,* de *Carreiras,* comprova a sua antiguidade. Cfr. com *Carreira,* lugar da freguesia de Espargo e *Carreira-Cova,* povoações da freguesia de Lever e de Lobão e com *Estrada-Velha,* lugar da freguesia da Feira.

Esta extensa rêde de estradas contribuíu para o progresso da região do *Ur.* A população mantem-se e densifica-se, porque a terra é rica. Cria pròdigamente. No cimo dos montes não se desvaneceu de todo a vida, pelo menos até ao século IV. Como *Langóbriga,* o *Castro* ou *Cividade da Portela* continua a ser habitado. Várias ruínas o comprovam. Nas escavações ali realizadas, em 1845, foram encontradas cêrca de 100 moedas romanas, de diversos imperadores, vestígios de *tegulae* e outras preciosidades arqueológicas, da mesma época.

Lisboa, 1941.

ARLINDO DE SOUSA

VELHAS POESIAS REGIONAIS

SAUDADES DA SALINEIRA

DE BERNARDO DE MAGALHÃES

PUBLICOU-SE no vol. II desta revista uma expressiva poesia de BERNARDO DE MAGALHÃES, intitulada *A Salineira*, acompanhada de judiciosas considerações, como homenagem ao autor e lembrança de passados tempos, de viver e sentir muito diferentes dos actuais.

A referida composição granjeou nomeada ao autor e ainda hoje se não olvidou inteiramente pela Beira-Mar aveirense.

Sucede, porém, que um amigo meu teve a gentileza de me ceder um livro de versos escrito pela própria mão do poeta, e no qual estão reünidos os principais trabalhos poéticos de BERNARDO DE MAGALHÃES. Verifica-se que êle já versejava aos dezoito anos, pois lá estão lançadas algumas poesias que foram publicadas no *Periódico dos Pobres*, no Pôrto, no ano de 1848.

Outras poesias se encontram no manuscrito, com data posterior a 1848, entre as quais *A Salineira*, com a nota de ter sido impressa em o n.º 12 do *Campeão do Vouga*, do ano de 1851, jornal antecessor do *Campeão das Províncias*, e reimpressa depois em 1862, no *Distrito de Aveiro*.

Esta poesia tem a seguinte entrada:

Quem a vida quiser verdadeira
É fazer-se uma vez... salineira.

L. A. PALMEIRIM

Logo a seguir à *Salineira* encontra-se no manuscrito outra poesia intitulada *Saudades da Salineira*, datada de 1 de Março de 1862. Foi publicada neste mesmo ano, juntamente com a *Salineira*, no jornal *Distrito de Aveiro*. Vamos também arquivá-la nas páginas desta revista, pelas mesmas razões que justificaram a publicação da *Salineira*, e ainda por ser o complemento desta poesia. Na *Salineira* se expõem as alegrias e folguedos das salineiras enquanto se não casam; na segunda poesia mos-

tram-se as saüdades que a salineira já casada, elevada a outra posição social que a sua esbelteza de mulher conquistou (facto corrente ainda hoje na cidade), tem dos seus tempos de solteira, em que alegremente trabalhava na marinha e tomava parte nas festas populares.

Verdade seja que tal inadaptação se não verifica muito actualmente, e, em situações paralelas às da poesia de Bernardo de Magalhães, as saüdades, hoje, parece não serem grandes...

Daqui inferimos que «Saudades da Salineira» retratarão, porventura, determinado romance de amor, pessoal, que o Tempo há muito terá sepultado e nós não sabemos identificar nem tampouco desejamos profanar.

F. FERREIRA NEVES

«SAUDADES DA SALINEIRA

Oh! vida da minha vida,
Minha vida se acabou!
Oh! quem me dera voltar
Ao tempo que já passou.

Cantiga popular

Que é dos tempos alegres d'outr'ora,
Que descalça na ria gosei?
Que é da linda, embreada bateira,
Onde os annos de folga passei,
Onde ao som do machête e viola
Tantas vezes a *chula* dansei?

Que é da minha canastra querida,
Que meu pai, que Deus haja, comprou,
Que por vezes de rude salseiro
Meu cabêllo penteado abrigou,
Onde ás vezes o irmão pequenino
Nossa mãe, que Deus tem, embalou?

Que é da minha chinella de panno
Com biqueira polida tambem,
Onde o pé recurvado e ligeiro
Eu metia orgulhosa a desdem?
Os de fora da terra diziam:
D'estes pés só Aveiro é que tem!

Que é da saia e mantilha de panno,
Que trajava com ar senhoril,
O meu lenço esmerado de seda,
Que enfeitava meu rosto gentil,
Meu pisar de Tricana aveirense,
Que atraía janotas aos mil?

Ai! que noutes passei na marinha,
Gratas noutes de gôso real,
Quando vinha o taful namorado
Ajudar-me á canastra do sal!
E que fallas tão doces fallámos
Por detraz do fiel malhadal!

Oh! que amargas saudades me pungem
D'esse tempo feliz que passou!
Era então a rainha nas festas,
E sem mim nunca dansa prestou;
Os janotas seguiam-me todos;
Ai! que tempo a tricana gosou!

Fui nas salas juncadas o luxo
Dos folguedos do Alboi, Beiramar;
Os rapazes da terra á porfia
Procuravam comigo dansar,
Que ninguem como eu nunca soube
A *canôa,* o *landum* rebolar.

Esses bailos da entrega do ramo
Onde eu dei tanto aperto de mão,
As cantigas e dansas de roda
Nas fogueiras do meu san João,
As folias na costa do Prado
Para mim nunca mais volverão.

E o fugir lá n'areia ao mancêbo,
Que á traição premedita um boleu,
Mas depois escoar-se da turba,
Encoberta da noute no veu,
Ir ouvil-o detraz da capella
A chamar-me: seu anjo do ceu!

Patinhar com as outras na praia,
E fugindo veloz para traz,
Amostrar o torneado da perna
Do janota ao esguardo voraz...
Foi-se tudo; — acabou tão depressa!
Feliz tempo, não mais voltarás!

SAUDADES DA SALINEIRA

Tempo, tempo em que fui requestada!...
Eram tantos... ao cabo escolhi,
E com chailes de seda custosa
O meu corpo engraçado cobri,
E o meu pé, que era o *brio da terra,*
Na botinha da moda escondi...

Já não sou salineira! E em troca,
Que fui eu desditosa buscar?
Os dourados grilhões da etiqueta,
Que só *elle* me poude lançar;
Foi só *elle* que poude constante
Da tricana a isempção captivar.

Cá nas sallas a fria palestra,
Na marinha da folga o rumor;
Cá nas sallas mentida lisonja,
Na marinha franquêsa e amor;
Cá nas sallas a alvura d'um rosto,
Na marinha, — que olhar, que fulgor!

Acabou essa quadra ditosa;
Hoje habito no austero salão;
Quando eu ouço tocar no piano,
Creio ouvir a guitarra e violão;
E estas dansas recordam-me ainda
Canna Verde, Ai! Jesus, Marião!

1 de Março de 1862 »

ESTUDANTES MIGUELISTAS DO LICEU DE AVEIRO, DE HÁ SETENTA E TAL ANOS

DUMA pequena pasta de velhos papeis impressos aveirenses (programas de festas e de regatas, prospectos de eleições, proclamações políticas do Govêrno Civil e da Câmara, poesias, recortes de jornais, etc.) que amorosamente conservo tal como a recebi de quem todos êsses acontecimentos viveu e com êles vibrou, acompanhando a vida da cidade, berço de nossos maiores, extraio para o *Arquivo* uma curiosa fôlha avulsa, datada de 3 de Abril de 1870, e assinada por sessenta nomes, que prèviamente se declaram «alumnos do Lyceu Nacional de Aveiro».

É uma saudação dirigida a D. Miguel de Bragança, filho de D. Miguel I, que então contaria doze anos apenas, a-propósito do 39.° aniversário de sua Mãe, D. Adelaide Sofia (1).

Falecido D. Miguel I em 1866 (14 de Novembro), era a seu filho, Miguel também (2), que os estudantes legitimistas de Aveiro se dirigiam, saudando-o como a única pessoa que, no dizer da mocidade académica, signatária, podia «salvar Portugal do abysmo em que estava prestes a caír».

A-pesar-do arrôjo e do calor das afirmações, a saudação talvez não valha mais do que qualquer outra saudação ou manifestação académica, produto, as mais das vezes, de exaltação de momento, do natural inconformismo académico de todos os tempos, e até, não raro, conseqüência de especulação política de encobertos agentes instigadores. Uma vez ou outra, no entanto, sinceridade juvenil, nobre e espontânea.

---

(1) Adelaide Sofia Amélia Luísa Joana Leopoldina, princesa de Lowenstein-Wertheim-Rosemberg; acabou por professar, em 13 de Junho de 1897, no Mosteiro de Santa Cecília de Cowes, na ilha de Wight, onde faleceu em 16 de Dezembro de 1909.

(2) Miguel Maria Carlos Egídio Constantino Gabriel Rafael Gonzaga Francisco de Paula de Assis Januário.

A tudo isso tem assistido quem pelos bancos das escolas passou, e a ninguém, de resto, o caso surpreende. Ontem, como hoje.

Como, porém, no caso presente se tratava de definir uma posição de responsabilidade política, de certa transcendência, visto entrar em jôgo a melindrosa questão dinástica, natural é que os entusiastas e corajosos académicos o não fizessem sem conhecimento das famílias respectivas.

E assim, as sessenta assinaturas da fôlha avulsa dar-nos-iam a conhecer outras tantas famílias legitimistas da época, a maior parte das quais de Aveiro ou da região, o que não é inteiramente destituído de interêsse histórico. Por esta razão — se porventura o é — e pela curiosidade do impresso, que deve ser de primeira raridade, se arquiva neste nosso repositório, absolutamente eclético, de notícias de todos os tempos.

Aos nossos leitores deixamos a identificação dos signatários e seus actuais representantes, o que para nós, afastados de Aveiro há muitos anos, apresentaria hoje por vezes certa dificuldade; quer-nos porém parecer — e isso não nos surpreende absolutamente nada — que nenhum dos moços legitimistas de 1870, pelo menos os que ainda pudemos conhecer — e alguns foram êles — se manteve fiel, na vida prática, à ideologia política tão calorosamente enunciada e enaltecida na fôlha impressa que a seguir fielmente transcrevemos.

Não é impossível que exista ainda, felizmente, algum dos signatários de 1870; o destinatário é que não pertence já ao número dos vivos: representa-o hoje, como é sabido, seu filho D. Duarte Nuno Fernando Maria Miguel Gabriel Rafael Francisco Xavier Raimundo António, que nasceu a 23 de Setembro de 1907, e reúne em si tôdas as linhas da descendência da Casa de Bragança, dando fim à divisão dinástica, que tão desfavoràvelmente se repercutiu na sociedade portuguesa.

«FELICITAÇÃO

DIRIGIDA AO SENHOR

DOM MIGUEL MARIA DE BRAGANÇA E BOURBON,

POR OCCASIÃO DO ANNIVERSARIO NATALICIO DE SUA EXCELSA MÃE

A SENHORA

DONA ADELAIDE SOPHIA DE BRAGANÇA.

Nós abaixo assignados, alumnos do Lyceu Nacional de Aveiro, vimos hoje cheios de jubilo felicitar-vos pelo augusto anniversario natalicio de Vossa Excelsa Mãe.

Não podiamos deixar passar em silencio, este glorioso dia tão cheio de esperanças, para aquelles em que corre nas veias

o sangue dos valorosos combatentes da Cruz de Maroços *(sic)* e de Souto Redondo.

Apesar de não nos ser avisado o anniversario natalicio de Vossa Excelsa Mãe pelas demonstrações de regosijo publico, não deixámos de o saber porque uma auspiciosa esperança, que se nutre em nossos corações, de um dia podermos felicitar-vos dentro dos muros de nossa querida Patria nos adverte, que é hoje o trigesimo nono anniversario da *Senhora Dona Adelaide Sophia de Bragança,* Vossa Excelsa Mãe.

Esperamos em Deus que ha de permittir, que este dia, em que se fundam nossas esperanças e futuro de nossa querida Patria se não ha de demorar muito.

Porque se assim não succedesse, esta Nação que outr'ora fez tremer todo o mundo, seria em breve riscada do mappa das Nações.

Presentemente todas as vistas se dirigem para vós, porque todos conhecem que só Vós sois a unica pessoa que pode salvar Portugal do abysmo em que está prestes a cair.

Todos nós fazemos preces ao Altissimo para que permitta que em breve possais desenrolar no solo portuguez a bandeira das Quinas, essa bandeira pura e sem mancha, que sempre foi victoriosa e nunca vencida.

Pedimos que se digne apresentar a Vossa Excelsa Mãe, em testemunho de fidelidade e homenagem as nossas humildes felicitações.

Aveiro 3 de Abril de 1870.

João Augusto Marques Gomes.
Francisco Marques de Lemos.
Eugenio Ferreira da Encarnação.
Albano Augusto Xavier de Macedo.
Manuel Marques Vieira de Carvalho.
Joaquim Nogueira da Silva Junior.
Antonio Alves Mariz.
Domingos Gonçalves Gamellas.
Manuel Rodrigues de Sá.
Avelino Dias de Figueiredo.
Emigdio Eduardo Pereira.
Raphael Gonçalves Andril.
Constantino dos Santos Silva.
Joaquim Antonio Fernandes.
Claudino Domingues da Graça.
Thomaz Fernandes Gomes de Pinho.
Antonio Ferreira dos Santos.
João Antonio Simões.
José Tavares da Silva Rebello.
Antonio Vieira da Silva Maia.
José Nunes Antão.
Antonio Soares d'Almeida.
José Nunes da Silva.
José Marques d'Almeida Rebello.
Luiz d'Oliveira Miranda Rocha.
Calisto Luiz de Abreu.
Domingos dos Santos Gamellas.
Antonio Tavares de Pinho.
Guilherme X. Pereira Simões.
Bernardino Adolfo da Silva Martins.

Antonio dos Santos Ferreira.
José Maria Alpoim de Cerqueira Borges.
João Pinto Balas.
Francisco d'Almeida Brito.
João da Silva Gomes.
José Antonio Pires de Rezende.
José Maria Moreira Junior.
Manuel Tavares de Veiga.
José Rodrigues de Mello Junior.
José Luiz Monteiro.
José Gomes Moreira de Pinho.
José dos Santos Silva.
Joaquim da Silva Nunes.
Joaquim Manuel da Fonseca Guerra.
Manuel dos Santos Gamellas.
Manuel Ferreira de Carvalho.
Manuel Marques de Lemos Junior.
Zeferino Cesar de Sousa Monteiro.
José Antonio Soares de Mello.
Anselmo Dias da Costa.
Joaquim Antonio Rebello.
Eugenio Pinheiro Nobre.
Julio Martins de Seabra.
José Fernandes d'Almeida.
Francisco Manuel Christo.
José Bernardo da Silva.
Alfredo Rangel de Quadros.
Antonio Rodrigues Gomes.
Jorge Manuel Lobo Pimentel.
Francisco Alexandre Lobo Pimentel. »

Em várias ocasiões a academia aveirense veio a público com manifestos e proclamações; possuímos muitas dessas fôlhas, onde sucessivamente se reflectem tôdas as ideologias políticas, a bem dizer. Legitimista, porém, não conhecemos outra além da que acima se reproduz.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

A-PROPÓSITO DO INQUÉRITO LINGÜÍSTICO

FALARES DO NOSSO POVO

O Sr. Dr. Manuel de Paiva Boléo, ilustre Prof. de Filologia Portuguesa na Faculdade de Letras de Coimbra, teve a amabilidade de enviar-me pelo correio um opúsculo de sua autoria, subordinado a êste título:

Inquérito lingüístico. Coimbra, 1942.

A pág. 22, escreveu o distinto filólogo estas palavras:

« Com respeito às frases, recordarei o que escrevi no artigo citado (1): que, embora não figurem neste questionário, seria da maior vantagem que se recolhessem algumas em conversa espontânea, porque nos podem oferecer informações interessantes de carácter morfológico e sintáctico ».

Como não sou pároco nem me seduz a ideia de interrogar uma ou mais pessoas do povo sôbre lingüística, limitei-me a coligir um certo número de *palavras e frases populares*, que ouvi em conversas espontâneas.

Devo elucidar que estes dizeres do povo são comuns a esta freguesia de Fiães e às freguesias vizinhas, à-parte um ou outro têrmo tìpicamente local.

Será êste o meu insignificante contributo para o primeiro questionário lingüístico que se publica em Portugal.

No dizer do povo, « migalhas tàmém é pão ». Ora, o povo também... ser gente e saber falar. Devem, pois, as migalhas lingüísticas, que são os falares do povo, ser entregues aos arames da publicidade, para regalo de curiosos, para estudo dos filólogos e enriquecimento da língua pátria.

E basta de exórdio. Entremos na matéria.

---

(1) Refere-se ao artigo publicado na *Escola Portuguesa,* n.º 407 de 13 de Agôsto de 1942 e na revista *Lumen,* de Agôsto do mesmo ano. Êsse artigo, depois de ampliado, constituiu os primeiros capítulos do trabalho *O estudo dos dialectos e falares portugueses.*

A

— Abía-te, maneia-te,... morcão, bôcàberta, pade Zé sem cuidados...
— Aboiar: ir à cobrição. A baca turina andou ó boi (na data de tal) e bem a parir no mês dos Santos.
— À-bô-mente: sem constrangimento.
— Abre-cu: pirilampo, caga-lume.
— Abrenúncia!: isso não, Deus me libre do tal...
— Abrogar: averigüar.
— Acadimar: sossegar, entrar no rêgo.
— Acaige: quási.
— A canalha (gente de palmo e meio) é da pinta do diabo. Ninguém faz farinha co ela.
— Acenriar os cães a alguém: acirrá-los, incitá-los a morder.
— Acessórios do fôrno: masseira, rapadoura, pá, ferrôlha (e ferrêlha), rôdo, surrascadouro, barredouro, scudela de tender o pão (massa) e... bosta pra tapar a porta.
— Achêga: pequena ajuda.
— Achigadeira: alcoviteira.
— Achoar (moer) o garôto cum porradas.
— A chuiba, qui é o saingue da terra, bai stiar (cessar).
— Adebertir-se: divertir-se.
— Adei, minha menina do Sinhor, a gente tem d'andar cos usos e questumes, que mudo às duas po três.
— Adei, é cume di-l'o oitro, atrás de mim birá quem bô me fará.
— Adeus, biolas! adeus, minhas incomendas!
— Afinar: desconfiar.
— A gente, hoj'im dia, sempre bê cousas!... Stamos na fim do mundo: sinhoras e sinhoricas bêmo-las infarinhadas cuma moleiras e pintadas da cabêça até ós pés; e, pra maior bregonha, ando bestidas cum obra (cêrca) de meio metro de fazenda... Ó que se chigou!! Alho pôrro!...
(Aqui para nós: esta onda de impudor vai-se estendendo às nossas pacatas aldeias).
— Àgora!... muito me conta. — Devéras!.
— Ah! justiça do Sinhor... só tu julgas polo dreito.
— A labueira dos padres é dezer missa, cunfessar, prègar...
— Alarbado, alarbe: comilão, insaciável.
— Aleijei-me no que me Deus deu (alusão velada às partes pudendas).
— Alcunhas interessantes (Fiães):

Branca-flor, Bigòdinho, Cussêco, Merdieiro, Preguiça, Rusga, Rato, Birrato, Féco, Gato, Garôto, Camões, Alborques, Piteira,

Cagarela, Cachiço, Beb'água, Speto-ela (a faca), Pirão, Cristas, Carqueja, Pica-sapos, Picoias, Prégos, Lôbo, Buraca, Alminha, Ana-noba, Capadeira, Sapateira, Chéca, Folhêtas, Pàneira, Laranjinha, Tranca, Sobela, Magro, Pichêlo, Grilo, Barracôna, Santa, Gêsto, Carriola, PadeJoão, Môço, Riquiqui,... Caca, Cagôto, Faldreu e Faldrôco.

— Alfanête: alfinete.

— Almário: armário.

— A mãe... a mãe... (ameaça). Deixa star qu'im ela bindo, tu tem-las certas.

— Amargiar: abrir rêgos com margieiro (arado próprio para abrir rêgos nas sementeiras de trigo, centeio)...

— A minha bichinha (gata) lubou caminho (desapareceu).

— A minha fertuna num passa duns cagadouritos (pequenas propriedades) e quatro patacos pra ũa dôr de barria.

— A morte num te bêr... E leba oitros que faz muito mais falta de ca ti.

— Amiar: fazer sinal, dar senhas.

— Amoutar: Calar-se muito caladinho, agachar-se.

— Anazado: de baixa estatura.

— Anda daí, atada... stás sempre im ser...

— Anda lá co teu Deus e despois... num te queixes.

— Anda moiro na costa! Cautela...

— Andar à gandaia: mendigar, vàdiar.

— Andar ou star a olhar prá porta, andar acupada, star pra bir à cama: estar no estado interessante ou de gravidez.

— Andar cos dentes talhados, andar defrente: mal contente.

— Andar de trombas crescidas: idem.

— Andar fóra da mãe ou dos seus lemites: estar destemido.

— Andas àjuntar lenha pra te queimar...

— Aneira: árvore que dá fruto, ano sim e ano não.

— Antebieiro: atrevido.

— Apanhas-me ũa catrapua, insaio, cóça, sóba, póla, squenta, surra, pilota (sinónimos)... e cantas o fado, a Louriana.

— Apinar: empinar, pôr a pino (o carro).

— Aquedar: dar à luz, ter o seu bom sucesso.

— Apòjar: mamar o 1.º leite e o último.

— Aprucatar-se: precatar-se.

— Aquela rapariga sempr'é ũa lambida, um cu-de-brio... Só tem stêrco (vaidade) e lêndias.

— Aquêle burro paneleiro (pascácio) num deu conta do recado.

— Àquedelrei, *au* ó fôgo!... àquedelrei scontra F. que bateu no meu Manél... Sejo bòcês muito bôs testemunhas. Hei-de le dar ũa inxina.

— Aquêle diabo tem peteira comio: vê-me com maus olhos.

— Aquilo é qui é um strepe; criatura reles.

— Aqui anda gato!: marosca, trapacice.

— Aqui, muita gente garda o mártele S. Bicente.
— Aquilo (o marido) é um fragel, é lubadinho de má... maleita, da bréca.
— Aquilo é qui é ũa umage profeita! só le falta falar.
— Arbela: alvéola, lavandisca.
— Arrelica: relíquia.
— Arríma-le: dá-lhe pra baixo.
— Arrumar as filhas (ou filhos): casá-los.
— Arrumedar (por arremedar) e arrumendar (por remendar).
— Arrunhar (arruínar) a saúde co alco, co as bubidas e as tainas.
— Asca: aversão. Sempre te tenho ũa asca... que nem tu fais ideia.
— As nobidades (culturas cerealíferas)... por gôsto se pode bêr. São mesmo um loubar a Deus!
— Assentar as questuras: bater.
— Assim, do-pé-prá-mão, num posso dar-le pronta a farpela. Santa pacência.
— As dadas faz arrebentar a bôca.
— As suas filhas, ti André, stão a dar muito que falar. Se num le cortar os bôos, spére-le pola bolta!
— Atarantar-se: perturbar-se.
— Atremar: atinar, acertar.
— Atrepar: abusar. Stás àtrepar muito e... trincas algũa talhada.
— Atrigar-se: atrapalhar-se.
— Augadoiro: feixe de linho, pronto a ir para o lago.

B

— Bá borda-m..., seu safardana.
— Bá cum Deus; o Sinhôr o faboreça, santinho; hoje num pode ser (maneiras de despedir os mendicantes).
— Bai um copo? bai meio [1] cartilho?... Só se fôr abornado e cum açucre...
— Bai-num-bai, stibe pr'ó mandar à terra farta.
— Bai tudo raso... Ou o patife arrecebe a nossa filha, a quem êle tirou o créto, ou eu ponho-l'as tripas ó sol. Assim Deus me salbe...
— Bagalhoça: muito dinheiro.
— Bago: desmaio e dinheiro. F. tebe um bago e stebe passado. — Tem muito bago, é um bugalhudo!
— Balda: mania. Cum indebido de balda, eu num m'intendo.

---

[1] Mas já se diz: *mei testão*.

— Baldroca: fraude, vigarice.
— Balela: falso boato, galga.
— Bandalho: pessoa indigna.
— Bandeira do milho: pendão, carucho.
— Banzado: espantado. Stou banzadinho!... o que por aí bai!...
— Barafustar: ralhar, pintar a macaca.
— Barbilho, barbicacho: espécie de cofinho que impede os vitêlos de mamar.
— Batelada: bacalhoada.
— Batota: trafulhice, burla. Num faças batota...
— Beata: ponta de cigarro.
— Bedêlho: trunfo pequeno no jôgo. Meter o bedêlho (intrometer-se).
— Beixo: beiço (de cima e de baixo).
— Belancia: melancia.
— Belida: mancha esbranquiçada na córnea do ôlho.
— Benha co Sinhor; benza aqui Deus tudo; bôs dias, bôs (e boas) tardes, bôs (e boas) noites; salbi-o Deus; adeus, passe muito bem e steja bonzinho (diferentes maneiras de saüdar).
— Bentas: palavra a que o povo dá o significado de cara. Dou-te nas bentas... que te cunsolas. Mulher de pêlo na benta.
— Bêr as strêlas ó mei-dia (grande aflição, entalação).
— Bêr im que paro as modas: permanecer na espectativa.
— Bêr-se à rasca (em dificuldades).
— Bêr-se im papos (palpos) d'aranha.
— Bêspra, bibra: mulher assanhadiça.
— Bestido de fantezia.
— Beto e betão: botão. Jogar o betão, o beto. Pregar um betão.
— Bichanar: falar baixo.
— Bichano: gato, e partes pudendas da mulher.
— Bicheira: piôlhos em barda e galinhas.
— Bicho: jôgo; bebida alcoólica saboreada antes do almôço (mata-bicho).
— Bicho de sete cabêças: empreza difícil.
— Bicho-ó-buraco: pessoa esquiva, que prefere à convivência o seu lar recôndito.
— Biltre: homem vil.
— Bimbem (muito) binho e, por sinal, bimbem bô...
— Biqueira: ponta-pé. Lebas-me ũa biqueira no cu...
— Biqueiro: de muito pouco comer.
— Bisca: mau traste, fraca rôlha. Aquilo é qu'é ũa bisca!...
— Bisnau: finório. Cuidado co êle, é pâssero bisnau.
— Blúsia: blusa, peça do vestuário feminino.
— Bolada: grande sôma de dinheiro. Êle arrecebeu do Brasil ũa bolada de contos.
— Bolas: palerma, jagodes.

— Bom-serás: simplório.
— Bonda!: basta, mais não.
— Borrada: asneira, cagada, rameira.
— Bródio: patuscada, ramboia.
— Broeiro: papa-açôrda, bôcàberta.
— Bucha: pedaço de pão que se mete à bôca duma vez.
— Buço: pêlos finos e curtos no lábio superior do homem e dalgumas mulheres.
— Bueiro: buraco para esgôto de águas, baldoeiro.
— Bufo: ventosidade que se escapa pelo ânus sem estrépito.
— Bufão: indivíduo impertinente.
— Buliscar, buliscão: beliscar, apertar a pele com os dois primeiros dedos.
— Bruxa: mulher que tem morada aberta, faz rezas, bota cartas, talha canta merda há e diz qu'adebinha... Adebinha mas é... o rais qui a parta.

C

— Cabêça-de-bento: criatura estouvada.
— Caca: excremento e «brio», (chieira).
— Cachação: pancada no cachaço.
— Cachapuz! catrapuz!: queda de chofre.
— Cachos e gachos (em uso as duas formas).
— Càdêle, o Arnesto?... foi lubado, foi ó bêrde...
— Cadoz: homem enfermiço e avèlhado. F. é um cadoz bélho, um caqueiro, um caduque.
— Cagaço: mêdo, susto.
— Caganeira: soltura de ventre. Vaidade.
— Caídas: tempo defêso (da apanha das agulhas), indicado por cruzes. Caír na sparrela (laço).
— Calços das panelas: crianças sentadas no rescaldo da lareira. Säei daqui, calços das panelas; inde acolá pró meio da cozinha.
— Cal-o-quê, cal carapuça!...
— Canhôto: esquêrdo. Trabalho dreito ou squêrdo. De calquer jeito, canhola.
— Canhiço, casulo: espiga de milho debulhada, cadulho.
— Canudo: contratempo. Mas que grande canudo!
— Canga e cangalho: jugo baixo.
— Cão: dívida que se não paga. Ferrar o cão: pregar o calote.
— Capela: têrmo que se emprega para designar as lojas (tabernas). Andar de capela im capela e besitá-las tôdas...
— Capote: falsa imputação. Ind'àrranjas algum capote!
— Carago! caramba!: espanto, ironia.
— Carandeira: curandeira, mulher que diz curar tôdas as moléstias «que le pertenço»: arêjos, diabos defamatórios, zipé-

las, spinhelas caídas, flatos, maus olhados, inbejidades, sombras de morto, ar de galinha choca, gôta serena, maleitas, triz, teçôs, bertuêjas, cobrantos...

(E vão nêste *embrulho* alguns *patos* e muitas *patas*...).

— Carga-d'ossos: pessoa muito magra.

— Carôlo: farinha grossa de milho.

— Carranca, sumbrante: rôsto ou semblante carregado.

— Carrapiços: cachos pequenos, após a vindima.

— Carraspana: borracheira.

— Carreira: caminho de carro.

— Cartão: importância. F. tem muito cartão na Cambra munecipal.

— Cartola: bebedeira. Sempre apanhei ũa cartola na feira de S. Miguel! Nem me tinha im pé. É F. ũa boa cartola: tem muito respeito.

— Cortar a casaca: dizer mal.

— Casamentão: casamento rico.

— Catraio, menino, garôto, pibête, ganapo, miúdo: criança.

— Casota: guarita de cão.

— Cata: procura. Ando à cata do meu João.

— Catanada: repreensão severa.

— Caticha!: que porcaria!

— Catrafilar: agarrar, prender.

— Cabaco: resposta. Num deu cabaco ninhum. Fêz-se alonso...

— Carrêlo: carrinho de linhas.

— Cazila: quezília.

— Cebôla: relógio de bôlso. Pessoa indolente.

— Ceca-e-Meca: muitas terras. Correu Ceca-e-Meca.

— Cêpa: família de que alguém descende. Parece boa pessoa; mas a cêpa é má.

— Cêsta-rôta: pessoa que não é capaz de guardar segrêdo.

— Cêsto: berço.

— Cheira-bosteiras: tipo ou tipa muito curiosos (crugidosos).

— Cheminé: chaminé.

— Chicha: carne de porco ou de outro animal.

— Chichi: urina.

— Chigar a roupa ó pêlo: carga de pau.

— Chincar: provar. Tu num chincas nada.

— Chupante: comedor ou bebedor à custa doutrem.

— Cinco-réis-de-gente: pessoa de baixa estatura.

— Clipe: eucalipto.

— Cobêrto: espécie de alpendre destinado à guarda de cereais.

— Côbro: têrmo e cuidado. Pôr côbro a certos abusos. O rapaz num põe côbro ninhum im studar; num olha pós libros.

— Côdia: casca e também — pessoa sem *aldancia* (expediente).

— Cobilhête: tigela pequena.
— Comeide, gente. A mesa cunbida (as iguarias estão à vista de todos).
— Compasso: visita pascal.
— Comer carne da beixa: perder um processo, uma eleição, etc.
— Comer ou buber até le chigar co dêdo.
— Comer cum relêgo (só o preciso).
— Comer pão qu'o diabo amassou (passar por dificuldades enormes).
— Comer os olhos a alguém: dar-lhe cabo de quanto tem.
— Comida d'urso: pancadaria.
— Consuada: ceia da véspera ou noite do Natal.
— Conêta (um fulano que não é homem para a vida): nem lá bai nem lá faz minga, calço das panelas.
— Contas-de-saco e contas-do-Pôrto: más contas e contas de repartir.
— Copásio: copo grande.
— Coral: esperto. Fino cum'om coral (serpente).
— Côrno: marido enganado pela mulher.
— Correpio: corrupio, indivíduo que não pára em parte alguma.
— Cortada: direcção.
— Cortinha: campo-da-porta, propriedade próxima da habitação.
— Cotio: uso quotidiano. Roupa de cotio: roupa da semana.
— Coudel: mulher ordinária.
— Cova: sepultura. Cova-do-ladrão: depressão entre o pescôço e a nuca.
— Crecunda: curcunda, nicha nas costas.
— Crédo!: Deus nos livre!
— Cum tiro matei dois coêlhos...
— Cum tôlos nem pr'á missa.
— Curesma: quaresma.
— Curral: corte do gado e também se emprega no sentido de casa imunda (porcaria por todos os cantos).
— Cu, rabo, coibeiro, ás-de-copas, sim-sinhor, assênto, ilhó: ânus, traseiro.
— Cum lixença de quem mi oube, eu stou cagando pràquêles que me num pode bêr, por bestir camisa labada e ter o meu pé-de-meia.

D

— Dado: afável. F. é muito dado cum todos. Será o diabo por dentro, mas tem um bô doairo pra todos.
— Dar a alma a Deus (morrer).

— Dar à língua, ó badal. Dar palha, dar guita, dar trela, dar trêta: dar conversa.

— Dar-do-corpo: defecar.

— Dar às gâmbias: fugir.

— Dar ós queixos: comer.

— Dar pru paus e pru pedras (também «pu paus e pu pedras»): irar-se.

— Dar ós foles: resmungar.

— Dares-e-tomares: desavenças.

— Debicar: comer poucochinho.

— Deixa cá bêr êsse martel (martelo).

— Desenriçar (as tripas): desenredá-las.

— Degestão: indigestão.

— Desaurido: fugido.

— Desinçar: livrar, dar cabo de ervas daninhas, etc.

— Desougar: desaguar, dar alguma comida às pessoas (crianças e mulheres grávidas) e aos animais.

— Despôr: dispôr, transplantar couves...

— Destempêro: disparate.

— Deu a F. um «raminho» e num dá acôrdo ninhum de si. Stàqui stá a dezer adeus a êste mundo... Sem desfazer im ninguém, é muito bô pessoa... lá isso é.

— Deus-dará (ó): à toa, ao acaso.

— Deu-le-perdou: referência a um defunto ou defunta.

— Deu-se um grande senistro...

— Diabo-a-quatro: grandes distúrbios. Fêz o diabo-a-quatro, fêz das dêle...

— Didal: dedal.

— Dou-li uma... dou-le duas... dou-le três. – vinte paus e é (o objecto leiloado) pró sr. F. de tal.

— Dizer o diabo (muito mal) de alguém. Dizer trinta-por-ũa linha (muita cousa).

— Dou-t'um panásio e amasso-t'os queixos.

— Dúbeda e duda: dúvida. Isso num tena duda (ou dúbeda).

E

— É junta de bóis pra mais de quatro lançóis (contos)...

— Êle (o pãozinho) num cai polas têlhas abaixe: faz minga granjiá-lo...

— É milhor fazer bista grossa.

— Em casa de F., quem dá os dias-santos (ordens) é a mulher.

— Engenho, pôço: nora.

— Entes: endes, ôvo que se coloca onde as galinhas devem pôr.

— É ruim cum'ás cobras.

— É pôdre cuma barro, ou cuma cisco.

— Eu bi co estes qu'a terra há-de comer... e bou jurar, òlarila.

— Eu disse cá cum Deus e comio: temos mudança de tempo: êste meu Saragoçano (o romatiz) num questuma irrar.

— Eu nem quero que m'alembre o prigo im que me bi: por um triz ficaba sborrachado dubaixe dũa mota!...

— Eu num ponho aquela nenhũa im l'amassar as fuças, logo qui o agarre a jeito...

— Eu ponho as mãos nũas horas... (juramento).

— Eu ponho t'a pão de pàdeiro!

— Eu sei cá?! eu sei lá?!.

— Eu seja cego se m'as tu num pàgás... Págas-m'as tôdas (malfeitorias).

F

— F. num é pa graças...

— F. é pardal, é melro de bico amarelo, é troixa (tratante).

— F. tira-t'a palheira, chêga bem pra ti. Faz-te pra êle, môsca morta!

— F. é um peneira, num tem ó menos unde caír môrto: stá libre dum arésto (arresto).

— F. é um tratante de marca...

— F. está muito zupeirão (pesado).

— F. codilhou C. (enganou-o).

— F. num tem chêta, bintém.

— F. é de bô comer: bai casar c'ũa das da bremilhinha (canhão fóra de combate).

— F. num presta mesmo pra cousa nehũa: s'alguém cresce pra êle, larga a fugir e até caga (cum lixença ou culxença) nas calças.

— F., meia-bolta, stá de papo pró ar (doente): bai prá sucata e num tarda lá muito.

— F. fêz um caramól, um crièleison, um calandairo, um spantatório... que tu num fais ũa piquena ideia. Safa!

— F. é o retrato do pai, é mesmo o pai cagadinho.

— F. tem mas é garganta e caganeira: basófia e vaidade.

— F. deixou-s'ir, smunhou-se. Isso acuntece ó mais pintado e à mais pintada.

— F. stá muito adecrido: goza de muita estima.

— F. cásca-le, bébe-le bem...

— F. é um pelém (muito doente).

— F. é todo imprial e òpenioso: muito senhor do seu nariz.

— F. e C. andaro polos Brasiles, polas Amercas, por casa do diabo mais bélho... e sempre aprendero por lá cousas!! Cála-te, bôca. P... qui os pareu!

— F. stàqui stàpitar (sem nada). Qui há de ser daquêla bandada de filhos?!

— F. é pesseguida do flato e atacada do zipelão. A pôtra deu nela... e é moléstia que só a terra do cemitério pode curar.

— F. é dos de meia-tigela: nem muito-cá nem muito-lá.

— F. é meio-atolado e... tem a quem sair.

— F. num stêbe cum meias medidas: deu pra baixo cuma S. Tiago nos moiros!

— F. e C. stão nos últemos òremos (na agonia).

— F. num sabe canto tem de seu: é rico... cum filha da p...!

— F. stêbe passadinho, esta noite... bi jeitos dêle passar (morrer).

— F. traz-me de ponta, tem-me galho... e num bêjo que mal le tenha feito. Será pru môr da polítega?... Êle nem por isso gosta lá muito do Salazar, que — dia-se lá o que se dixer — é um grandi home.

— F. deu raia, asniou, stendeu-se.

— F. dêsta (doença) num scapa, num tem oitra, nun'a rompe: o doutôr tróce-le muito o nariz.

— F. é frêsco: muito marôto.

— Fagote: corpo. Ir ós fagotes a alguém.

— Falar grôsso, de riba da burra: falar de cadeira, falar-de-papo.

— Faldra, faldrôco: fralda.

— Farêlo: basófia, farronca.

— Farrapeiro e farrapão: andrajoso.

— Farrusca: mascarra, mancha.

— Fateiro, fareleiro: fala-barato.

— Fazer: defecar, largar, cagar, arrear a calça, ir onde se não pode mandar, evacuar, obrar.

— Fazer cruzes na bôca: não ter que comer.

— Fazer tijolo: estar sepultado.

— Faz-tudo: pessoa que toca sete instrumentos, *sive bene-sive male.*

— Felga: desordem. Que grande felga.

— Feluge: fuligem.

— Femieiro: devasso, dissoluto, putanheiro, sacana.

— Fero, fera: de excelente saúde.

— Festança, festão: romaria, festa ruïdosa e semi-pagã.

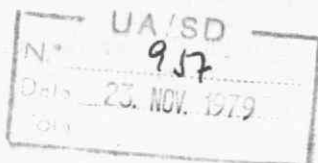
— Ficar sfóca: ser o derradeiro.

— Figeste-la boa!... podes alimpar as mãos à parêde.

— Fistôr: finório, farçola.

— Fita: conto do vigário. Ir na fita: deixar-se levar por cantigas-ó-Rosa.

(Continua)

P.e MANUEL F. DE SÁ

N.º 32 — Dezembro, 1942

ARQVIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO

Directores e proprietários:
ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

Editor:
FRANCISCO FERREIRA NEVES

Administração:
Estrada de Esgueira — AVEIRO

Composto e impresso na Tipografia da Gráfica de Coimbra — Largo da Feira, 38 — COIMBRA

OS DUQUES DE AVEIRO

FALAR no ducado de Aveiro é evocar alguns dos períodos mais célebres da história de Portugal, períodos de poderio, fraqueza ou tragédia. A estes está ligada a Casa de Aveiro, que teve origem num grave desastre pessoal e acabou com uma das mais emocionantes tragédias políticas da Nação portuguesa.

Governava El-Rei D. João II, o monarca forte que orientou os destinos de Portugal para dias de imorredoira glória. Eis que sùbitamente um profundo desgôsto o feriu na sua dupla qualidade de Rei e de pai: o seu único filho legítimo, o príncipe D. Afonso, falecia a 13 de Julho de 1491, por ter caído desastrosamente do cavalo que montava.

Como pai chorou com mágoa a perda do filho querido; como Rei inquietou-se profundamente com a falta de sucessor no trono, pois D. Afonso havia falecido sem descendência. Mas D. João II tinha um filho bastardo, havido de D. Ana de Mendoça, chamado D. Jorge de Lencastre, nascido em Abrantes aos doze dias de Agôsto de 1481. Então passou o Rei a empregar todos os esforços para que o bastardo que muito amava fôsse declarado herdeiro do trono. Não conseguiu, porém, realizar os seus intentos.

Na idade de três meses fôra D. Jorge mandado pelo pai para Aveiro, a-fim-de ser criado e educado aqui sob as vistas da princesa D. Joana sua tia, a qual vivia em clausura no mosteiro de Jesus em Aveiro. D. Jorge esteve nesta vila até o falecimento de D. Joana, em 12 de Maio de 1490. D. João II legitimou D. Jorge e engrandeceu-o tanto quanto pôde, tendo-o feito duque de Coimbra, mestre de Aviz, e de Santiago, e no seu testamento de 29 de Setembro de 1495 fêz-lhe uma larga doação de senhorios de diferentes terras e povoações, entre as

quais a « villa de Aveiro com suas lezirias e ilhas de dentro da foz ».

Esta importante doação foi posteriormente confirmada por D. Manuel I, em 27 de Maio de 1500, e acrescida ainda, por alvará do mesmo dia, com a vila de Tôrres Novas.

D. Jorge, duque de Coimbra e senhor de Aveiro, foi o tronco donde saíram os duques de Aveiro e que deu origem à Casa do mesmo nome. Contudo D. Jorge não entrou na posse imediata de todos os senhorios a êle doados, porque alguns dêles, estando ainda em poder de outros donatários, só por morte dêstes entrariam na casa de D. Jorge. Êste faleceu em 22 de Julho de 1550.

O primeiro duque de Aveiro foi D. João de Lencastre (1501-1571), filho de D. Jorge. Não se sabe ao certo a data em que lhe foi dado o título. Diz D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA nas *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal* que o título lhe foi concedido por D. João III em 1 de Janeiro de 1547.

Numa carta de D. Sebastião, de 30 de Agôsto de 1557, assinada pela Raínha regente, lê-se que D. João III tinha feito mercê do título de Duque de Aveiro a D. João de Lencastre ainda em vida de D. Jorge, seu pai, por uma *carta missiva* a êste enviada, e que mais tarde, quando D. João casou com D. Juliana de Lara e Meneses, filha do terceiro marquês de Vila Real, lhe dera o título de duque « de juro para seus herdeiros e sucessores de sua Casa » e que o herdeiro da Casa, enquanto fôsse vivo o duque, se chamasse marquês de Tôrres Novas.

Ora êste casamento efectuou-se em 3 de Fevereiro de 1547 em Almeirim, de modo que esta data aproxima-se muito da indicada por CAETANO DE SOUSA.

Na carta a que nos estamos referindo e que não passou pela Chancelaria, confirma-se o título de duque de Aveiro a D. João de Lencastre e seus herdeiros que dêle descenderem, e igualmente o de marquês de Tôrres Novas ao filho varão, lídimo herdeiro. Podemos considerar, portanto, como data definitiva da formação do ducado de Aveiro o dia 30 de Agôsto de 1547.

O segundo duque de Aveiro foi D. Jorge de Lencastre, filho do primeiro duque de Aveiro. Foi um valoroso militar; acompanhou El-Rei D. Sebastião à África em 1574 e aqui voltou na desastrosa expedição de 1578. Tomou parte na batalha de Alcácer-Quibir, comandando um corpo de cavalaria organizado à sua custa, e lá perdeu a vida heroicamente quando carregava sôbre o inimigo para libertar a artilharia que êste já quási tinha tomado.

Havia casado com D. Madalena Giron, filha do quarto conde de Ureña e irmã do primeiro duque de Ossuna, fidalgos espanhois. Do casamento nasceu apenas D. Juliana, depois terceira

duquesa de Aveiro, que entrou em litígio com seu tio D. Álvaro de Lencastre por causa do ducado e Casa de Aveiro.

Filipe II resolveu a questão dando o título a D. Álvaro, com a condição de êste casar com D. Juliana, o que de facto sucedeu, sendo portanto D. Álvaro o quarto duque de Aveiro, como êle mesmo se intitulou (Dominus Alvarus quartus dux de Aveiro).

O filho primogénito, também chamado D. Jorge, casou com uma dama espanhola, D. Ana Manrique de Cardenas e Lara, e faleceu depois do pai, mas ainda em vida da mãe, tendo deixado como herdeiro o seu filho D. Raimundo, que veio a ser o quinto duque de Aveiro, tendo ganho a demanda em que seu tio, o marquês de Pôrto Seguro, lhe disputava o título e herança da Casa de Aveiro.

Depois da morte do Rei D. João IV e na regência da Raínha D. Luísa de Gusmão, D. Raimundo partiu para Madrid a oferecer os seus serviços ao Rei de Espanha, que lhe concedeu o título de duque de Ciudad-Real. Por êsse motivo foi condenado em Portugal a ser executado em estátua e à confiscação dos seus bens. Sua mãe e irmã foram expulsas de Portugal e juntaram-se com D. Raimundo.

D. Pedro de Lencastre, tio de D. Raimundo, propôs-se herdeiro do ducado e Casa e ganhou o pleito em 1668, por sentença da Relação de Lisboa, pelo que foi o sexto duque de Aveiro. Tinha seguido a carreira eclesiástica, e foi bispo da Guarda, de Braga, Presidente da Mesa do Desembargo do Paço e Inquisidor-mor do reino.

Feita a paz entre Portugal e Espanha em 1668, a irmã de D. Raimundo, D. Maria Guadalupe, moveu uma acção contra D. Pedro a disputar-lhe o ducado, mas tendo êle falecido entretanto, foi dada a sentença a favor de D. Maria, que por isso foi a sétima duquesa, com a condição de fixar residência definitiva em Portugal e prestar vassalagem ao monarca português.

D. Maria Guadalupe nascera em Azeitão em 1630 e casara em Espanha em 1665 com o fidalgo castelhano D. Manuel Ponce de Leon, sexto duque de Arcos. Ora nem um nem outro eram primogénitos. Por isso no contrato de casamento, feito em Madrid, a 17 de Agôsto de 1665, estipularam que, se herdassem as casas de Aveiro e de Arcos, elas se conservariam separadas e se dividiriam logo que tivessem dois filhos, escolhendo o mais velho a que quisesse. Tendo enviuvado, voltou para Portugal com seu segundo filho D. Gabriel de Lencastre Ponce de Leão [1] a quem deu o ducado e casa de Aveiro,

---

[1] « *D. Gabriel de Lancastro Ponce de Leam, oytavo Duque de Aveiro, Marquez de Montemor o velho, Conde de Penella, Senhor das Terras, e Villas do Infantado, Seguadaens, Recardaens, Brunhido, Cazal de Alvaro, Bolfear, Abiul, Pereira, e Louzã, etc.* »

doação que o filho mais velho confirmou depois da morte da mãe.

Foi, pois, oitavo duque de Aveiro D. Gabriel que nasceu a 9 de Agôsto de 1667 e faleceu a 22 de Junho de 1745, não tendo contudo deixado de sustentar demanda com alguns fidalgos que lhe disputavam o ducado e a Casa. Venceu a questão em 1729, e prestou vassalagem a D. João V, em 2 de Maio de 1732. D. Gabriel morreu solteiro e jaz em Aveiro, na igreja do convento de Jesus, em vistoso mausoléu.

A sucessão no ducado motivou nova demanda entre D. António de Lencastre Ponce de Leon e D. José de Mascarenhas, quinto marquês de Gouveia. Venceu êste o pleito, pelo que foi o nono duque de Aveiro. Foi também o último.

Ia extinguir-se de uma vez para sempre tão nobilíssimo ducado. A desgraça entrara em casa de D. José de Mascarenhas: um seu antepassado fôra condenado à morte em estátua, por traição à Pátria; e agora, aquêle, ia sê-lo também, mas a morte real e cruel, acusado igualmente de reu de alta traição ao Rei e à Pátria.

Eram os duques de Aveiro os mais poderosos fidalgos do reino; só êles e os duques de Bragança tinham direito a tratamento de Excelência. A alta fidalguia portuguesa e os jesuítas não viam com bons olhos a acção governativa do enérgico secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde marquês de Pombal, que lhes tinha cerceado muitas das suas regalias, colocando aquela e êstes numa subalternidade a que de bom grado não queriam sujeitar-se. Por isso, o ministro e o soberano eram envolvidos na má vontade de fidalgos e jesuítas. Irritava mais ainda a fidalguia o facto de Sebastião de Carvalho ser de mediana nobreza.

O duque de Aveiro queixava-se também em especial de que o Rei não autorizava o casamento de seu filho D. Martinho com uma irmã do duque de Cadaval, nem lhe deixava usufruir certas comendas que os duques seus antepassados haviam possuído, embora não pertencessem à Casa de Aveiro. Os Távoras também alegavam certos agravos da parte do Rei.

Assim se formou a conjura conhecida na História por conspiração dos Távoras. E na noite de 3 de Setembro de 1758, pelas onze horas, quando el-rei D. José recolhia ao paço de Belém, vindo da *Quinta do meio*, um grupo de indivíduos a cavalo disparou bacamartes contra a sege real, ferindo gravemente o rei. Tinha havido evidentemente o propósito de o assassinar.

A investigação e o Tribunal deram como principais culpados do regicídio o duque de Aveiro — chefe da conspiração — os marqueses de Távora e alguns criados. O tribunal, em 12

de Janeiro de 1759, condenou-os à morte, em condições extraordinàriamente dolorosas, e à confiscação dos seus bens.

Em particular, o duque de Aveiro foi condenado a ser pôsto num cadafalso alto, para o castigo ser visto de todo o povo, e aí «rompido» vivo e as oito canas dos braços e pernas partidas; depois exposto numa roda, e queimado vivo, e as suas cinzas deitadas ao mar; foram confiscados os seus bens; derribados ou picados os seus brasões, a sua habitação arrazada e o terreno salgado. (1) Assim se fêz, e, no local do palácio do duque em Belém, foi colocada uma memória de pedra de cinco metros de altura, ainda hoje existente.

A duquesa de Aveiro, a seguir à prisão do marido, foi internada no convento do Rato, onde morreu em 1761 na maior miséria.

O filho, marquês de Gouveia, nasceu em 26 de Novembro de 1740 e morreu com 63 anos, em 30 de Dezembro de 1805. Foi também prêso a seguir ao regicídio, e só em 1777, após a morte de D. José, pôde sair das prisões da Junqueira, vivendo depois das pensões que os marqueses de Alorna e da Fronteira lhe davam, até que por fim o Príncipe Regente D. João lhe deu uma mesada de cem mil reis.

Assim acabou numa tremenda tragédia a poderosa família dos Aveiros, em cujas veias circulava sangue real, e cujo brasão eram as armas nacionais.

*
* *

Aveiro possue poucas recordações dos seus antigos duques. A principal é o edifício do extinto convento de S. João Evangelista, de freiras carmelitas, hoje mutilado.

Êste convento foi fundado pelo duque D. Raimundo no palácio que herdara de D. Beatriz de Lara e Meneses, filha de D. Manuel de Meneses, quinto marquês e primeiro duque de Vila Real, e de D. Ana da Silva, e casada com D. Pedro de Médicis, filho de Cosme de Médicis, grão-duque de Florença e príncipe da Toscana.

Tendo vivido em Espanha e enviuvado em 1604, ela voltou para Portugal, recolhendo-se no mosteiro de Jesus em Aveiro, e mandando então construir o referido palácio cêrca de 1614,

---

(1) É interessante notar que não foi picado o brasão existente no túmulo do oitavo duque, situado, como dissemos, numa dependência da igreja do convento de Jesus.

que passou a ocupar definitivamente em 1625. Em 1647, D. Beatriz deixou em testamento os seus bens a seu sobrinho o duque D. Raimundo, com vários encargos, entre os quais o de fundar um convento no palácio que ela mandara fazer em Aveiro.

Tendo D. Beatriz falecido no ano seguinte, aos 4 dias de Junho, D. Raimundo passou a habitar no palácio, até que em 1657 conseguiu licença régia para fundar o convento, que veio a ser construído em 1659, e habitado por freiras carmelitas, e extinto em 1879, pela morte da última religiosa professa.

F. FERREIRA NEVES

MAIS UM SUBSÍDIO PARA A HISTÓRIA DE MACIEIRA DE ALCÔBA DO CONCELHO DE ÁGUEDA

I

MACIEIRA DE ALCOBA NOS TEMPOS ANTIGOS

1. *Macieira de Alcôba — povoação muito antiga.*

Dos habitantes primitivos do território, em que assenta Macieira de Alcôba, são conhecidos poucos vestígios. O que em Macieira de Alcôba se depara, como de tempos remotíssimos, são umas *pégadas humanas,* em xisto, de formação algônquica, no sítio chamado — *Pégadas Más,* e outras iguais na Carreira das Eirinhas — entre o Vale do Coelho e a Foz da Corga do Caldeirão, vistas umas e outras pelo autor dêste estudo, as quais, sem dúvida, devem ser de bastante interêsse arqueológico, como vestígios pré-históricos.

II

MACIEIRA DE ALCÔBA — NOS TEMPOS MEDIEVAIS, MODERNOS E CONTEMPORÂNEOS

2. *Cartas de Fôro.* Macieira de Alcôba teve Carta de Fôro de El-Rei D. Dinis, de 17 de Junho de 1298 (anos de Cristo), cuja transcrição, versão e anotações podem ser vistas no *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. VI, a pág. 245 e seguintes; e El-Rei D. Manuel I incluiu no Foral do Préstimo Macieira de Alcôba, tendo esta passado assim a terra do têrmo do Préstimo. Êsse documento manuelino, de 6 de Fevereiro de 1514, encontra-se transcrito, só na parte respeitante a Macieira de Alcôba, a pág. 249 e verso, do referido vol. VI.

3. *Recenseamento dos moradores do Préstimo com inclusão dos de Macieira de Alcôba, no tempo de El-Rei D. João III.*

Compulsando o Cadastro da População do Reino, do ano de 1527, vê-se o número dos moradores que Macieira tinha nêsse ano.

Do mesmo Cadastro transcrevemos, na íntegra, a parte referente ao Préstimo e Macieira de Alcôba, como segue:

«Comcelho de Soutelo do Monte (concelho do Préstimo)

No dito comcelho de Soutelo vivem moradores . .	60
E nele há os lugares e moradores em êle seguintes a saber	
O lugar de Soutelo cabeça do comcelho	6
O lugar de Lourosela.	4
O Vall degoa	1
O lugar do Sallgueiro.	8
— Macieira (povoação de Macieira de Alcôba) . .	9
— O Rybeyro (lugar de Macieira de Alcôba). . . .	1
— Vigueira (idem)	1
em Rio de Maças.	1
O Çarvalhall	3
Vilarinho (da freguesia das Talhadas)	4
no Cortes (idem).	1
na vemda da correga (1)	2
na maceyda.	3
no sexo (da freguesia das Talhadas)	1
no sovereiro — (da freguesia de Valongo do Vouga).	2
na fragoa.	1
em cambra	3
no folgarynho	1
na serra de fundo e de cima (da freguesia de Castanheira do Vouga)	2
no Casall	2
na Cernada	1
no vall do lobo.	1
que todos ffazem a dita soma (2)	

Este comcelho tem de termo em comprido duas legoas e em largura hũa legoa-parte e comfromta com a villa daveiro e com o comcelho de vouga e com o comcelho de Sam Joam do monte e com o comcelho de sever e com o comcelho de lafões.

---

(1) Vemda da Correga, hoje Venda Nova ou Varziela, tirou o nome da corga que desce de A-dos-ferreiros, passa à esquerda do lugar do Casal, e vai desaguar no Alfosqueiro — rio que, no século XII, tinha o nome de rio Cambar, como consta de uma Carta do Alcaide Cerveira, de Coimbra, e sua mulher D. Godinha João, transcrita no *Arq. Hist. de Portugal,* vol. I, fasc. 3, a pág. 123, a qual firma a troca de propriedades em Reigoso por outras da Arregaça em que foram pactuantes o supradito Alcaide e mulher e a Sé de Coimbra. A palavra «Cambar» (rio Cambar), acima referida, deriva de Cambra, freguesia do concelho de Vouzela, onde o rio tem sua origem. Tomou mais tarde o mesmo rio Cambar o nome de Alfosqueiro, por a sua corrente ser, em bastante extensão, no têrmo de Alafões, donde tirou o nome.

(2) Não corresponde ao total apresentado — 60 — o resultado das parcelas supra que acusa uma diferença de 2 para menos, devido certamente à omissão do número de moradores de algum lugar, ou êrro na contagem.

SUBSÍDIO PARA MACIEIRA DE ALCÔBA

COMCELHO DO PRESTAMO

Este comcelho do Prestamo tem assy ho nome e nom ha lugar que fica entitulado e portanto vay aqy esta declaração por que em muitas comfromtações vay nomeado este comcelho por este nome de Prestimo.» (V.º *Cadastro da Pop. do Reino (1527). Actas das Comarcas Dantre Tejo e Odiana E da Beira*, por João Tello de Magalhães Collaço, a pág. 158 e 159).

4. *Desenvolvimento da população.* Macieira de Alcôba, por não ter tido estradas, e ficar bastante afastada dos grandes centros populacionais, pouco se tem desenvolvido através dos tempos. A sua população formada, como é de crer e segundo a tradição, nos princípios da Monarquia, foi apenas de três casais povoadores no sítio de Macieira, depois centro da freguesia, a saber: Um, no centro, chamado — « Casal do Vale »; outro, a sul, com o nome de « Casal da Selada », e o terceiro, do lado norte, com a denominação de « Casal de Além ».

As casas dêsses casais, que foram os núcleos de povoamento, ainda conservam vestígios da sua antiga construção.

E assim:

Primeiro. O *Casal do Vale* — é a casa que, no meio da povoação (Macieira), assenta a poucos passos do sopé do monte chamado Outeiro da Vila, a nascente. Esta casa, hoje propriedade de António Lopes, conserva vestígios da sua alta antiguidade, como sejam:

a) Degraus da escada da casa. Esta escada de granito, lançada por fora, dava passagem, do lado poente, para o sobrado, ou pavimento superior da casa, e os seus degraus, desde muitíssimos anos, que eram quási intransitáveis por terem impressas, com dezoito centímetros de fundura, pègadas humanas. O seu proprietário, para evitar incómodos de maior, quis que continuassem a servir os mesmos degraus, mas do lado contrário, isto é, com a outra face voltada para cima. Porém, voltados os degraus, viu com pasmo que as respectivas faces tinham idênticos vestígios e com igual profundidade e, por isso, quanto era perigoso o andar das pessoas tanto para subir como para descer. Daí a necessidade de novos degraus para serventia da casa.

b) Forno de coser pão de milho ou de centeio. Existe na supradita casa um forno de coser pão de milho, ou de centeio. É de granito e já esborcinado pelas esquentações no decorrer dos tempos, e tem a bôca enegrecida, lar sobreposto e gasto pela acção do calor e do tempo, aluído o remate do seu « Céo » e, em vez do remate, um buraco que deixa entrar o sol e a chuva.

Tanto êste forno, como os degraus substituídos, bem mostram que a referida casa merece atenção pela sua venerável antiguidade!

Referindo-se à mesma casa, diz o seu proprietário em carta dirigida ao autor dêste estudo:

«... Casa de habitação pertencente actualmente a António Lopes, situada no Vale, limite de Macieira de Alcôba, que parte do norte com Casimiro Ventura de Macedo, sul com rua, nascente com herdeiros de Manuel António Henriques, poente com vários. A porta de entrada está virada ao poente e é servida por uma escada de pedra de granito, de sete degraus de vinte e um centímetros de altura cada, a qual veio substituir uma outra de igual tamanho, cujos degraus já estavam rompidos de alto a baixo e que, nestas condições, deixou de ser escada para ficar transformada numa perfeita cal. Na ocasião em que foi demolida viu-se que os ditos degraus, na face oposta, estavam rompidos da mesma maneira, verificando-se assim que os mesmos já tinham sido virados e, a prová-lo ainda hoje, está a soleira da porta que, a-pesar-de não ter sofrido tão grande desgaste, como os degraus, devido à sua superior posição, apresenta uma cava de dezoito centímetros de fundura. Tem por baixo duas lojas com uma porta cada e viradas para o sul. Interiormente tem uma divisão de pedra, cosinha e sobrado (ou sala). A mesma cosinha tem um forno com primeiro e segundo lar sobreposto, estando os dois desgastos com o tempo, e furado o cimo, ou «Céo», do forno, como aqui lhe chamam. O sobrado ou sala tem uma janela para o norte, dois janelitos para o sul, e a porta da entrada, já referida, *dois portais fechados por uma só porta,* dando um para a cosinha, e outro para um curral que fica do lado norte».

Nota. A nascente da casa supramencionada, há uma outra que é dos herdeiros do falecido Mauuel António Henriques. É a mesma conhecida por «*Casa do Estanqueiro*», por ter tido o privilégio de venda de tabacos, em tempos idos. Ainda no tempo da Raínha D. Maria II lhe foi passada e registada «Carta dos Privilegios do Contracto Geral dos Tabacos», documento que termina com os seguintes dizeres: «Nomeio ao Senr. José Antonio Henriques *para Estanqueiro do Numero no lugar e freguesia de Macieira de Alcôba, o qual gozará dos privilegios que lhe são concedidos por esta Carta. Aveiro, 1.º de Julho de 1839. Pelo Snr. José de Almeida Campos Junior. O Encarregado — Antonio de Almeida Campos. Registada a folhas 1*». Este documento está em posse da família do supradito falecido.

Segundo. O *Casal da Selada* — é a mesma casa também muito antiga que actualmente habita a viúva de José Aires. Está encostada a uma elevação de terreno que a abriga dos

ventos do norte. Essa elevação tem o nome de «Cabeço da Selada» (1), ou «Portela da Selada», que é a entrada da povoação, do lado sul.

Terceiro. O *Casal de Além* — é a Casa da família Rocha. A sua cosinha é visivelmente muito antiga. Haverá cento e trinta e sete anos que, por ser pequena e acanhada a casa com o seu recinto, foi mandada acrescentar de lojas sobradadas, a norte, na direcção nascente-poente, e ainda cercar de muro do lado poente e sul pelo Reverendo Padre Patrício António, seu proprietário e também Prior da freguesia, ao tempo. É habitada, presentemente, por Salvador António Henriques, casado com uma filha da mesma casa. Também é conhecido pelo nome de «Banda de Além» o sítio do mesmo «Casal de Além».

Advertência. As famílias dos três supramencionados casais, pelo casamento dos seus filhos e motivo de bens locais, foram-se propagando em âmbito e população na localidade de Macieira. E daí, estabelecidos sete casais, já aparentados, em Macieira, no tempo de El-Rei D. Dinis, procedentes, sem dúvida, dos três primeiros casais povoadores.

5. *População de Macieira de Alcôba, a seguir aos princípios da Monarquia, e prosseguida no tempo do Democratismo.*

É tradição que a povoação de Macieira começou no sítio dos três casais, já citados, e que tomariam êste nome das três primeiras famílias que ali se estabeleceram.

Os recenseamentos e outros documentos oficiais, referentes à população, mostram o seguinte:

Em 1298	7 casais
» 1514	6 »
» 1527	11 »
» 1707	20 »
» 1826	52 »
» 1900	66 »
» 1941	72 »

6. *Vias de comunicação.* A primeira Estrada Macadam (2) que entrou em Macieira de Alcôba foi a que sai da Estrada Nacional, em a Mourisca, atravessa Arrancada, e a freguesia do Préstimo com passagem pela Ponte do Alfosqueiro.

Para Macieira de Alcôba ficar ligada a Águeda, sede do concelho, por uma estrada, foi projectado um ramal que já anda

(1) «Selada» sítio onde quebra a lomba de um cabeço.

(2) Macadam, estrada construída com pedra britada, calcada e coberta de saibro, conforme a invenção do engenheiro escocês, Mac Adam, falecido em 1836.

em construção, partindo da Estrada do Caramulo, próximo de Assequins, subindo o Alto da Infesta, e descendo e prosseguindo, a seguir, a meia encosta da banda direita do Alfosqueiro até à Ponte dêste rio.

A mesma Estrada Macadam em Macieira de Alcôba ainda não passa do sítio chamado Monte da Pedreira, que dista da povoação de Macieira um quilómetro. Já foi projectado o prosseguimento desta Estrada até à Urgueira — povoação na extremidade sueste de Macieira, a mais distante e de maior altitude do concelho de Águeda e que limita com os concelhos de Oliveira de Frades e Tondela. Êste lanço da Estrada estabelece comunicação com o lugar do Carvalho que lhe passa muito próximo e com o da Urgueira, já referido, que atravessa, e daí, por uma depressão de terreno, a sua ligação com a Estrada do Caramulo em Paranho de Arca.

Do supradito Monte da Pedreira sai uma derivação da Estrada para a povoação de Macieira que já toca em o Adro, a qual precisa ser continuada, através da mesma povoação, até o Fontenário da Portela da Selada que lhe fica a sul, e daí seguir o carreiro, a norte da casa de Bedasto Duarte Pereira, e o limite norte da Quinta da tia Ana do Couço, contornando assim o Outeiro da Vila até ao seu encontro com o caminho da Portela Senon para ir alcançar a Estrada no Chão do Barbeias.

Êste braço de estrada, de enorme vantagem para a terra, que bastante tem aumentado em casas de habitação, sobretudo, do lado sul, não pode ficar muito dispendioso à Câmara por ser apenas de dois quilómetros, e não ter necessidade de obras de arte e nem de terrenos a expropriar.

E, assim, depois de ultimados os trabalhos de viação nesta freguesia de Macieira de Alcôba, os seus moradores podem exclamar:

— Graças a Deus! que esta terra, ainda que situada em uma região de montes, já tem Estrada e, portanto, valor centuplicado!

7. *Índole e propensão do povo de Macieira de Alcôba.* Os homens são alegres e expansivos, e empregam-se na agricultura, sobretudo, do milho e centeio, batata e feijão e, por isso, não se dedicam às armas, à ciência, ao comércio, às artes, à política e ao funcionalismo. E as mulheres são activas e muito vivas, sociáveis e excelentes donas de casa. Vive, portanto, êste povo, da agricultura e da criação de gado bovino e lanígero. Esta freguesia é abundante de caça: coelhos, lebres, perdizes, raposas, e teixugos. Também na mesma abundaram lôbos que desapareceram haverá cinqüenta anos, mas que o autor dêste estudo, quando pastor de cabras e ovelhas naquela sua terra, ainda viu e correu muitas vezes à pedrada em altos afoilos juntamente com outros pastores.

8. *Igreja e costumes.* A igreja, com a invocação de S. Martinho, assenta no meio da povoação de Macieira e, próximo dela, a residência do Prior com um pequeno passal.

O cemitério está junto à igreja, do lado sul, e dentro dêle há dois mausoleus — um do Padre José Luís Monteiro, e outro de Salvador António Henriques.

No primeiro Domingo de cada mês é costume fazer-se, antes da Missa, a Procissão de N. Senhora, em volta da igreja, com o canto da Salvè-Raínha e, no segundo Domingo, a Procissão dos defuntos ao cemitério, também antes da Missa.

É costume ainda fazerem-se as festividades seguintes:

S. Sebastião, no dia 20 de Janeiro; Rosário, no primeiro Domingo de Agôsto; S. Domingos, no dia 4 de Agôsto, e a do Corpo de Deus no dia da sua festa.

Cada uma destas festividades tem a sua procissão, que é feita no fim da Missa. Essas procissões saem do Templo para regressarem ao mesmo depois de terem ido e dado uma volta ao Cruzeiro.

Foram erectos na freguesia, em 1742, dois Cruzeiros — um, próximo da Igreja Matriz, e outro na povoação da Urgueira, também próximo da Capela de S. Domingos de Gusmão e, desde essa data, as procissões das festividades deixaram de ser feitas em volta da igreja.

Ainda a propósito de costumes:

Até o ano de 1892 foi praticado, em Macieira de Alcôba, como já disse algures, o louvável costume de alumiar o cadáver, enquanto exposto na casa mortuária, por candeias de azeite suspensas de cordas estendidas ao comprido das paredes interiores da casa. As candeias eram de parentes próximos e vizinhos da família do morto. Levantado o cadáver para ser conduzido à sepultura, depois de tudo pronto, e rezado pelo Prior o Responso *Subvenite Sancti Dei...*, eram retiradas as candeias e, fora da porta, entornado o azeite com as torcidas, por ter alumiado o defunto. É pena ter acabado êsse costume, não só pela sua antiguidade mas, sobretudo, pelo seu significado cristão, como a oliveira, que produz o azeite, simboliza a Paz, o azeite a misericórdia divina, e a candeia acesa a virtude da Fé e da Esperança em Deus.

9. *Homens da família* Arêde [1], *de Macieira de Alcôba, que freqüentaram a Universidade de Coimbra, desde 1720 em diante.*

---

[1] *Arêde* — do hebraico *Ared* — nome mencionado na Bíblia — *Génesis* — Cap. XLVI — vers. 21.

Arêde e *Arêdio* [Arêde] derivam de nomes de indivíduos santificados ou beatificados pela Igreja. (V. *Tent. Etym. Top.*, de Pedro Ferreira, Vol. I, pág. 18. E *Dicionário de nomes de baptismo*, por Francisco da Silva Mengo, pág. 11.

É bem cabido neste estudo lembrar os nomes de alguns homens da *família Arêde,* que cursaram a Universidade de Coimbra e se distinguiram em Letras. E para formar um juízo da sua cultura e inteligência vão, a seguir, mencionados os seus nomes por serem dignos de atenção, e juntamente o seu *curriculum vitae* académico, conforme os documentos arquivados na mesma Universidade:

JOSÉ DE ARÊDE NUNES

Nasceu em Macieira de Alcôba — no lugar do Carvalho.

Era filho de Manuel José de Arêde. — Na Universidade de Coimbra cursou o 1.º ano de Filosofia em 1781, e o 1.º ano de Matemática em 1782. A seguir matriculou-se em Direito (Leis), tirando depois Carta de Bacharel em Leis a 21 de Junho de 1788.

JOSÉ DE ARÊDE NUNES

Nasceu em Macieira de Alcôba — no lugar do Carvalho.

Era filho de Francisco José. Sacerdote. Foi Doutor em Cânones e Lente da Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu a 27 de Maio de 1767. (V.e L.º 98, f. 51. L. 101, f. 37 v.) O mesmo, para poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa, quando em sua casa, no referido lugar do Carvalho, impetrou Breve de Oratório que lhe foi concedido pelo Pontífice Pio VI com muitas graças e privilégios. A sala da casa, que serviu de Oratório, ainda conserva metida na parede a pia da água benta.

JOSÉ DE ARÊDE NUNES

Nasceu em Macieira de Alcôba — no lugar da Urgueira.

Era filho de Domingues Nunes. Sacerdote. Foi Doutor em Cânones e Lente da Universidade de Coimbra, cujo grau recebeu a 23 de Maio de 1728. (V.e L.º 60, f. 95. L.º 61, f. 54, v.).

Nota. Como os apelidos se transmitem, sobretudo por geração, e por êles se distinguem as famílias, é de crer que à *família Arêde,* de Macieira de Alcôba, se tivesse unido pelo casamento a *família Nunes,* e daí o apelido *Nunes* adicionado ao apelido *Arêde.*

Da *família Arêde,* de Macieira de Alcôba, existem algumas casas, e da *família Nunes,* da mesma terra, só existe uma casa, sobrevivendo actualmente um filho da mesma casa, de nome Joaquim Nunes, residente em Lisboa, com uma Casa de Máquinas de Costura, à Rua de S. Bento, 99. Êste é filho de José Nunes Lopes, natural de Destriz, mas de descendência proveniente de Macieira de Alcôba.

MANUEL DOMINGUES ARÊDE

Nasceu em Macieira de Alcôba — (povoação)

Era filho de Bernardo Domingues Arêde. Sacerdote. Foi Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra Fêz exame de Bacharel em 1 de Outubro de 1764. (L.º 96, f. 36).

10. *Ramificação da* família Arêde *em terras vizinhas de Macieira de Alcôba.*

Parece ter sucedido às famílias dos sete casais, em Macieira de Alcôba, no tempo de El-Rei D. Dinis, a *família* cognominada *Arêde* também oriunda da região caramulana.

Razão:

Os indivíduos, de apelido *Arêde,* que cursaram a Universidade de Coimbra, desde 1720 em diante, eram todos da região caramulana, com ramificações de parentesco e, sobretudo, em as terras a noroeste da Serra do Caramulo, como consta do próprio catálogo organizado na Universidade, referente ao mesmo período de tempo. Haja em vista os nomes de outros indivíduos, com o apelido *Arêde,* de terras vizinhas de Macieira de Alcôba, mencionados no mesmo catálogo juntamente com os desta freguesia, a seguir nomeados:

ANTÓNIO DIOGO LOPES DE ARÊDE
— de Paços de Pinheiro (Lafões, de Oliveira de Frades).
Mariculado em Cânones — de 1765-69.

JOSÉ DE ARÊDE, filho de Manuel de Arêde
Natural do Seixo (Talhadas).
Matriculado em Cânones — 1721-32.

MANUEL DE ARÊDE, filho de Manuel de Arêde
Natural de Lourisela (Préstimo).
Matriculado em Cânones — 1729-35.

MANUEL DE ARÊDE, filho de Francisco de Arêde
Natural do Seixo (Talhadas).
Matriculado em Cânones — 1754-61.

MANUEL FERNANDES DE ARÊDE, filho de Manuel Fernandes de Arêde
Natural da Serra de Baixo (Castanheira do Vouga).
Matriculado em Cânones — 1755-59.

MANUEL RODRIGUES DE ARÊDE, filho de Manuel Rodrigues Gonçalves
Natural de Brunhido (Valongo do Vouga).
Matriculado em Cânones — 1732-41.

(Do Ficheiro — Catálogo já citado).

PEDRO RODRIGUES ARÊDE, filho de Domingos Rodrigues
Natural de Múceres, freg.ª de Castelões, conc.º de Tondela.
Fêz exame de Bacharel em Direito Canónico e Civil, em 24 de Janeiro de 1753.

(De um documento particular).

11. *Párocos e Padres de Macieira de Alcôba.*

a) Parocos:

Padre — Baltasar Teixeira, em 1633. Ignora-se a naturalidade. (V.e *Arquivo do Distrito de Aveiro,* vol. VI, a pág. 254).

» — Giraldo Martins, natural de Macieira de Alcôba.

» — António de Arede, natural de Macieira de Alcôba.

» — José Ascensão de Faria. Ignora-se a naturalidade.

Licenceado — José de Arêde Nunes, natural de Macieira de Alcôba (lugar do Carvalho).

Padre — António Gomes da Fonseca. Ignora-se a naturalidade.

» — António Ferreira de Almeida. Ignora-se a naturalidade.

» — Domingos Antunes da Serra. Ignora-se a naturalidade.

» — Manuel de Arêde do Vale. Natural de Macieira de Alcôba.

(Do Rol Velho das Amentas arquivado no Cartório Paroquial).

» — Patrício António, natural de Macieira de Alcôba.

» — Constantino de Bastos, natural de Valongo do Vouga (Brunhido).

» — José Luís Monteiro, natural de Macieira de Alcôba.

» — Tomás da Costa, natural de Avô, concelho de Oliveira do Hospital.

» — Severiano Pedro Ferreira, natural de Borralha, Agueda.

» — Manuel Ferreira da Costa, A-dos-ferreiros, do Préstimo.

» — João Luís Monteiro, paroco actual, natural de Macieira de Alcôba.

(Do Registo paroquial).

b) Padres:

Padre — José Luís Monteiro, já citado.

Foi páraco de Agadão e, a seguir, prior e 1.º professor oficial de Macieira de Alcôba. Paroquiou também a freguesia da Sabacheira, do concelho de Tomar. Era muito sabido em Teologia e Latim. Faleceu em a sua terra natal, onde jaz em capela-jazigo.

Padre — João Luís Monteiro, acima referido.

Foi provido na freguesia da Igreja Nova, do concelho de Mafra. No interêsse de bem servir a Igreja pagou do seu bôlso tôdas as despesas com a ordenação de três sobrinhos.

Adiantado em anos e cansado de trabalhos paroquiais, voltou para a sua terra natal, tendo sido encarregado da paróquia por ser freguesia pequena e pobre, e haver falta de clero.

Padre — João Domingues Arêde.
Nasceu em Macieira de Alcôba no ano de 1869. (V.e *Registo paroquial*, n.º 4, a fôlhas 32, verso, do ano de 1892). Estudou no Seminário de Coimbra sob a protecção do sábio jurisconsulto — Doutor Alexandre de Seabra, de Anadia e, por morte dêste, do insigne estadista — Conselheiro José Luciano de Castro. Foi coadjutor do Louriçal, do concelho de Pombal, desde 18 de Outubro de 1893 a 24 de Novembro de 1897, Capelão do Asilo dos Inválidos Militares, de Runa, concelho de Tôrres Vedras, lugar que deixou a 15 de Maio de 1898, e Vigário de Souzelas, do concelho de Coimbra, de que tomou posse em 24 de Junho de 1898. E, no ano de 1900, foi nomeado Abade do Couto de Cucujães, concelho de Oliveira de Azemeis, lugar que exerceu durante 32 anos e 3 mêses, e depois aposentado por Despacho publicado no *Diário do Govêrno*, de 25 de Setembro de 1933.
Arqueólogo e historiador regionalista. Sócio correspondente da Academia de Ciências de Portugal em homenagem aos seus «méritos literários». Escreveu: *Cucujães, Vida e Virtudes cristãs de A Santinha de Arrifana, Cucujães e Mosteiro com seu Couto, Estudos sôbre antiguidades dos povos da Terra de Santa Maria da Feira, Museu de Cucujães, Estudos Regionais e Manual de Instrução Moral e Cívica.* Fundou o Museu de Cucujães, e organizou ainda as «Armas da Vila do Couto de Cucujães», aprovadas pela Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 30 de Novembro de 1927.

Padre — José Luís Monteiro Junior.
Nasceu em Macieira de Alcôba. Paroquiou as freguesias de Casaes e Alviuveira, do concelho de Tomar, onde faleceu e foi sepultado.

Padre — João Bernardo Domingues.
Nasceu em Macieira de Alcôba. Foi pároco das freguesias de Areias e de Pias, do concelho de Ferreira do Zêzere. Por falta de saúde retirou para a sua terra natal, onde faleceu, e foi sepultado.

Padre — Manuel António Henriques Monteiro.
Nasceu em Macieira de Alcôba. Actualmente é pároco de Agadão e Belazaima de Chão, do concelho de Águeda.

12. *Lista* (1) *dos professores da Escola oficial de Macieira de Alcôba:*

Padre José Luís Monteiro Júnior, professor efectivo, exercendo desde 14 de Novembro de 1877 até 28 de Fevereiro de 1902, data em que se aposentou;

Carma da Silva Lima, natural da vila e concelho de Águeda, professora interina, exercendo desde 1 de Março até 9 de Julho de 1902;

Ermelinda de Jesus Marques dos Reis, professora efectiva, exercendo desde 10 até 31 de Julho de 1902;

Alcina Abrantes de Matos Dias, de Mirandela, permutando com a professora anterior. Exerceu desde 1 de Agôsto de 1902 até 30 de Setembro de 1903;

Herculano José Dias, de Castanheira do Vouga, permutando com a professora anterior; exerceu desde 1 de Outubro de 1903 até 30 de Setembro de 1905;

Manuel Gomes, de Agadão, interinamente, desde 1 de Outubro de 1905 até 31 de Dezembro de 1905, e como efectivo desde 1 de Janeiro de 1906 até 28 de Fevereiro de 1912;

Palmira de Morais Sarmento, professora efectiva, nomeada em Novembro de 1912, não chegando a exercer por haver pedido a exoneração;

Gonçalo de Almeida Lito, de Agadão, exercendo desde 17 de Março de 1915 até 21 de Março de 1916, tendo a Escola estado vaga desde 29 de Fevereiro de 1912 até 16 de Março de 1915;

Luís Maria de Almeida Santos, natural de Ois da Ribeira, concelho de Águeda, exerceu como professor efectivo desde 24 de Março de 1916 até 8 de Dezembro de 1918;

António Ferreira Pitarma, de Aveiro, interinamente, desde 8 de Março de 1919 até 30 de Abril do mesmo ano;

Gelásio Sarabando da Rocha, natural de Nariz, concelho de Aveiro, interinamente, desde 8 de Maio de 1919 a 30 de Setembro do mesmo ano;

João Dias Agudo, professor efectivo, desde 21 de Outubro de 1919 até 30 de Setembro de 1922;

Vaga a Escola desde 1 de Outubro de 1922 até 24 de Maio de 1923;

Alzira Correia da Silva Santos, interinamente, desde 25 de Maio de 1923 até 30 de Setembro do mesmo ano;

---

(1) Foi passada esta Lista conforme os elementos obsequiosamente cedidos pelo Ex.mo Sr. António de Meneses Mendes, Director do Distrito Escolar de Aveiro. A Sua Ex.a, a homenagem sincera da minha profunda gratidão.

Vaga a Escola desde 1 de Outubro de 1923 até 30 de Setembro de 1924;

Rosa Pereira Simões, professora efectiva, natural de Macinhata do Vouga, exercendo desde 1 de Outubro de 1924 até 30 de Setembro de 1932;

Maria Isabel Ferreira, professora efectiva, desde 1 de Outubro de 1932 até 3 de Fevereiro de 1938, falecendo em 4 de Fevereiro dêste último ano;

Vaga a Escola desde 4 de Fevereiro de 1938 até 30 de Setembro do mesmo ano;

Emília Lígia Correia Lisboa, professora efectiva, desde 1 de Outubro de 1938 até 30 de Setembro de 1940;

Vaga a Escola desde 1 de Outubro de 1940 até 30 de Setembro de 1941;

Amélia Ângelo Hansen, professora efectiva, exercendo desde 1 de Outubro de 1941 até à actualidade. É natural de Lisboa.

13. *Justiça póstuma.* A história de Macieira de Alcôba deve conservar o nome do Reverendo Prior José Luís Monteiro, já mencionado nêste estudo, para, em todo o tempo, ser respeitada a sua memória.

Macieira de Alcôba póde e deve gloriar-se dêste filho que, durante a vida, perseverou em fazer bem, tendo procurado sempre o bem estar do povo da sua terra. Foi um padre de muito saber e de muita virtude. Como Pároco, desempenhou zelosamente os espinhosos deveres do seu ministério e, como professor primário, esforçou-se por desenvolver a educação moral, religiosa e literária dos seus alunos, e com tão bom resultado que viu saír da sua Escola alguns que freqüentaram o Seminário de Coimbra e depois subiram os degraus do Altar para a celebração da Santa Missa e outros actos do Culto, entre os quais se contam os últimos cinco padres acima referidos.

Foi o mesmo quem mandou reconstruir a Igreja em 1880 e, a seguir, fazer o cemitério para não continuarem os enterramentos dentro da Igreja como até essa data e, por fim, edificar a Capela de N. Senhora de Fátima, com a porta principal a levante, no alto do monte, que tem a forma cónica, chamado Outeiro da Vila, já mencionado neste estudo, tendo o mesmo dado assim mais uma prova do seu carácter de sacerdote e da sua firme crença católica.

14. *Local da Capela de N. Senhora de Fátima.*

É no alto do Outeiro da Vila, já referido, que assenta a Capela de N. Senhora de Fátima com a sua tôrre e relógio. E só contornando o Outeiro se pode chegar à Capela, de onde se avistam:

Em baixo, a poente, a povoação de Macieira e, mais longe da vista, as areias das costas do mar; do norte, a Serra de

Alcôba, prolongamento da Serra do Caramulo [1]; e do sul os lugares do Ribeiro e Carvalho, da freguesia de Macieira de Alcôba, e ambos assentes em encostas de suaves colinas; e, adiante, a Capela da N. Senhora do Bom Despacho, fundada em um monte alto, frio e desabrigado pelo Ermitão — Plácido Francisco nos meados do século XVIII, da vizinha freguesia de S. João do Monte [2]; além, a Estrada que parte de Águeda para o Sanatório do Caramulo e, lá mais em cima, de entre altivos montes, o Pico do Caramulo cheio de grandeza e majestade onde, em 1867, alguém deslumbrado pelo aspecto imponente do seu panorama, prorrompeu neste canto de oração e louvor a Deus Todo Poderoso:

«NÃO TENHO CANTOS

Salvé! aras [altares] de Deus, eis-me prostrado
ante as portas do Céu! Dos anjos oiço
Dos coros divinais o canto augusto!
Grão de areia nas ondas tumultuosas
dum revoltoso mar, chamado mundo!
Ponto perdido nas regiões do espaço
do chamado *finito* ao *infinito!*
Se extensão se concebe, a extensão meço!
Debaixo dos pés a terra apalpo,
eis que toco no Céu mal ergo a fronte!
Dum lado... a terra, o pó, o mundo, o *nada;*
doutro... o vago, o divinal, o inconcebivel;
e, por cima de tudo — a Imensidade!!!
Ó Deus, que tudo vês, que tudo escutas!
Acolhe os hinos que se entoam férvidos
das santas aras [altares] que aqui me acercam,
erguidas pelas mãos da *natureza!*
Louvem-Te as vozes de milhares de mundos;
Dos arcanjos mil coros Te bendigam,
que eu, para te louvar, não tenho cantos.

No Pico da Serra do Caramulo, em agôsto de 1867.

PADRE VIEIRA DE MELLO»

(*Voz do Cristão*, vol. II, pág. 98).

Cucujães, Setembro de 1942.

JOÃO DOMINGUES AREDE
(Abade aposentado)

---

(1) A Serra do Caramulo era chamada Serra de Alcôba nos séculos XI e XII.

(2) S. João do Monte também tinha o nome de S. João do Monte ou de Alcôba nos séculos XI e XII. (*Estudos de Diplomática Portuguesa* por RUY D'AZEVEDO, I, a pág. 70).

A-PROPÓSITO DO INQUÉRITO LINGÜÍSTICO

FALARES DO NOSSO POVO

(Continuação da pág. 240)

— Flautiar: engranpar, embaír.
— Fôgo-de-bistas: cousa para dar na vista.
— Foi muito bem feita! elas penso qu'é tudo praino e, às-duas-po-três,... é tombo de meia noite e asneira que te parto...
— Folhêdo e fôlho: camisa da espiga de milho. Na beira-mar: capela (e scapelada).
— Folhêtas: funileiro.
— Foneira, fôna: faúla.
— Fraguiar: dar o corpo.
— Fessura: fressura.
— Fosfros, palhêtes: fósforos, lumes.
— Frida: ferida, chaga.
— Fuça: ventas.
— Feluge: fulígem.
— Fugir ós córtes: evitar alguma *treição*.
— Fundego: terreno fundo.
— Fungão: resmungão.

G

— Gabinardo: varino.
— Gaiola: malandrim.
— Gaita, galha, rameira, rata, bêrga, minhoca, spiga, pistola: têrmos equívocos, tomados às-vezes em sentido chulo.
— Gaipa: ramificação dum cacho de uvas.
— Gaja: rapariga, cachopa, môça, namorada.
— Galga: atoarda e fome. Deixa correr a galga, até qu'ela pare. Sempre stou cũa galga...
— Galinha: má sorte. Stou hoje cũa galinha, stou sem sorte!...

— Gancho, ingaço: gadanho, ancinho de ferro (três dentes).
— Ganha-pão: modo de vida.
— Gaz, pitrólio: petrólio. O pitrólio stá polo hora da morte e... nuno há. Candeia de gaz.
— Gêm'ó patrão e num gêm'à obra: solidez acima de tudo.
— Grabêto: garaveto, pedaço de lenha miúda.
— Gracinha: piada. Mas que gracinha êle tem!... parece um cão a cagar.
— Grãos, batatas: testículos.
— Grêlo: ranho ó nariz.

H

— Heim! heim!: pregunta ou admiração.
— Hirdo: hêrdo, herança.
— Home ou mulher das Arábias: de muito rasgo.
— Hórtos: rebentos de couve.
— Hoube antr'os dois ũa desbéria grande (zanga) e stão de trombas.
— Hui! hui!, Sinhor... designa dôr.
— Hum! hum!: interjeição que exprime desconfiança.

I

— Imbanar: embalar (os bêrços).
— Imbisgar-se: envisgar-se, sujar-se.
— Imbio e imbigo: umbigo.
— Im-têrmos: nas condições devidas. Êsse trabalho num stá feito im-têrmos (está mal feito).
— Ih!: admiração.
— Inchêr o bandulho (pança).
— Inchinho: ancinho.
— Impôr um defunto: fazer o seu funeral.
— Incóneco: incógnito. F. é filho incóneco, filho-de-fóra.
— Indebido: indivíduo.
— Incréu: pasmado, atado.
— Inferno: desordem, confusão. Esta casa é um berdadeiro inferno... qu'inferno! Ó infernos (os filhos), num me consumeis...
— Inorância: ignorância.
— Incalacrar: entalar.
— Incalidas: passadas apenas pela fervura (carnes, peixe).
— Incangar: encangar, desejar todo o mal a alguém. — Incangou-me de pragas.
— Ingranzar: embaír, enganar.
— Inguiço: enguiço, mau agouro.

— Incastelar: levantar castelos de achas.
— Ingustir: engolir.
— Inté-logo: até logo, *se Deus quiger*.
— Ir à cabalucha: andar às cavaleiras (os miúdos).
— Ir-a-pouco, ir a tíseco, ir a queixa: estar tuberculoso.
— Ir ó triato, ó cimêna: ir ao teatro, ao cinema.
— Ir ós tócos: perder o emprêgo.
— Isca: pedacito de bacalhau frito.
— Intouridas: duras, mal cozidas. Almocei um caldo de coibes intouridas, cuns releiros de pão.
— Isso é mais chisco ou mênos...
— Isso nem se prègunta!... sempre rijo cum'om pêro.
— Isso num é fácel; mas, polo sim polo não, dê-le sempr'as bòltinhas.
— Isso tó-rôla!... Paulino tem ôlho.
— Isto num se pode lubar à pacência: um home num ser sinhôr do qu'é seu!...
Nunca se beu tamanha ladroeira. É demais!

J

— Já cá canto (batendo na bôca do estômago) dez tostões dela (cachaça).
— Jaleca: jaquêta.
— Janeiras: cantigas populares no dia de Ano-Novo. — Reis: no dia 6.
— Já num stou im mim! abro-te de meio-a-meio.
— Já-qui num stá quem falou.
— Jintar: jantar, refeição principal, por volta do meio-dia.
— Jóga: seixo redondo e liso.
— Jogada, jogatina: partida de jôgo.
— Jólda: súcia. — Fraca jólda!
— Judas: falso amigo.
— Junça: trampa, bosteira. Sabes que mais?... bai à junça.

L

— Lá ardeu a tenda!: tarde piaste.
— Labage: comida de porcos, lavagem.
— Lábia: astúcia, manha.
— Labrosca: babrêgo, casca grossa.
— Sabujar: babujar, babar a comida.
— Labutar: trabalhar nas terras.
— Ladrão: rebento vegetal e gatuno.
— Lambão: lambareiro.
— Lampejar: relampejar.

— Lanço: peixe apanhado na rêde e oferta de preço em leilão. — Lançar: vomitar.
— Lândia: lande, glande.
— Lanho: golpe algo profundo.
— Larada, stendida: defecação um tanto líquida.
— Larota: fome.
— Largato: lagarto.
— Lascar: evacuar.
— Latagão: homem entroncado e alto.
— Lá t'abém cume tu pudés...
— Letrina: latrina, sentina.
— Labrar, bessar: lavrar com arado, vessar com charrua.
— Léba-te (fóge) incanto é tempo.
— Lé-cum-cré: cada qual com seu igual.
— Leixenço: leicenço, furúnculo.
— Leiba: mania e manta de terra entre dois rêgos (leiva).
— Leira: têlha, mania, e gleba.
— Lelo, lela: doido, doida.
— Lêsmia: lêsma.
— Lestro: lesto, ligeiro.
— Letria: aletria.
— Liaça: ligaça (usada nos tiros de pedreira, poços, etc.).
— Libaral: liberal, franco.
— Libra-te de t'eu pôr as mãos, qu'eu trago-t'as gardadas...
— Lida: lide, trabalhos.
— Liró: janota, *paralta*.
— Lòreiro: loureiro.
— Louro: menino e papagaio. Anda cá meu louro, dá cá um beijinho... Ó louro, dá cá o pé.
— Lubar: levar, apanhar pancadas. — Lubou que se cunsolou...
— Lumiar: limiar, soleira da porta.
— Lunjura: lonjura, grande distância.

M

— Macaca: má. Tibe ũa sorte macaca. — Macacôa: doença sem gravidade.
— Macaco: feio e fraca rês.
— Mal se ganha pr'á côdia... Im cundoito nem é bô falar! Isso é pó ricos...
— Mandado: presente, oferta.
— Mão-trabessa: largura da mão.
— Mariar: governar a vida.
— Marau: mariola.
— Marosca: trapacice.
— Massa: dinheiro.

— Mata-piôlhos: o dêdo polegar. – Fura-bolos: o indicador.
— Matage: matança dos porcos ou *cebados*.
— Matéria: pus das feridas.
— Melro, passarinho, assobio: têrmos equívocos, e, por vezes, tomados em sentido chulo.
— Meninos do forno: os cachorros da porta.
— Merda: matérias fecais. — Bá merda (desprêzo).
— Merenda: refeição ligeira entre o jantar e a ceia.
— Mancebo: objecto em que se pendura a candeia de gás.
— Meter a biola ó saco: calar-se.
— Meter ó streito: comer.
— Miada: meada, enrêdo.
— Mijar fora do têsto: proceder mal.
— Migas e mias: sôpas de releiros de pão e castigo. — Eu dout'as migas!
— Minhocas na cabeça: mania.
— Mintir cum cantos dentes tem na boca: ser muito trapaceiro.
— Mira: espreita. — Star à mira.
— Missa: gratificação dada ou recebida por ocasião de um negócio.
— Molanqueiro: pôdre, preguiçoso.
— Molhadura: repasto no fim de uma obra.
— Molinhar: chuviscar.
— Morder alguém: pregar-lhe o cão.
— Moual: mangoal.
— Mulher de pouco-mais-ou-menos, curta, rôta, canhão, gerica, desabregunhada, coira, cólde, coudel, pêga, baca, pécora, mula: meretriz, prostituta.
— Muito custa a puta da bida!...
— Mundo!... toca a rodar, ponha-se a andar.
— Muliço, grabisso, caruma, agulhas: fôlhas sêcas do pinheiro.

N

— Naco: pedaço grande (naco de brôa).
— Nagalho: negalho, cinco réis de gente.
— Naija: nanja, não.
— Nascer dentro dum fole: ser afortunado.
— Nà-qu'isto é um hipotes...
— Nassa: tamoeira. — Zé das nassas.
— Na tôrre de Fiães cairo (27-IV-41) dois « bens de Deus »: duas faiscas.
— Nêna: boneca de pano.
— Nespreira: nespereira. Nomes do fruto: nêspra e maganório (magnólio).

— Neste comenos (momento), só se fala do fragelo da guerra: o pior é qu'atrás dela bem a fome e a peste.

— Nica: ferroada de pião, bagatela. Niquice, niquento: impertinência, esquisito.

— Ninguém me pribe (proïbir disto ou daquilo). É o pribes...

— Ninguém é probe senão do juízo.

— Ninguém perca o âmeno...

— No tribunal ninguém s'alimpa.

— Nube: núvem. — Andor de nube.

— Num bêr um palmo adente do nariz.

— Num abezar daquilo cum que se compro os mulões...

— Num gosto nada do andamento (conduta) e dos prepostos (propósitos) de F. ou C.

— Num bende nada?: pregão de galinheira (ou de farrapeira).

— Num me benha pra cá cum cherinolas (cantigas-ó-Rosa).

— Num dezer cousa cum cousa.

— Num dar ponto sem nó: ser muito acautelado.

— Num dar po burro nem por albarda: estar-de-tôdo...

— Num ter papas na língua.

— Num sou fôrma pró seu pé: terá que bater a oitra porta.

— Num sai da cêpa torta...

— Num sei a sua graça (nome).

— Num há santo nem santa que te baila (ou t'as tire do côrpo).

— Num me benhas bêr!... Eu num bou nêssas... Cande tu nascestes, eu já ingatinhaba.

O

— Ó besoiro de rapaz, sai-te daqui e num'atentes...

— Obséque: obséquio. Faz obseque, sr. F., de me dezer qui horas são?

— Óclos: óculos. — Pôço sem óclo.

— Ó cum stapôr!... sempre dei um biro, sempre dei um tombo... que m'ia spadaçando.

Om'esta!... tibe Deus ou algum santo pola minha banda.

— O diabo é tendeiro... e sempr'arma cada tenda (stendida)!...

— O dinheiro na tua mão é... um ar-que-le-dá! Some-se... e ninguém sabe o que tu le fais.

— Òlá! òlá!: saüdação. Òlá, parente, até dunde bai? — Bou ali e benho já.

— Olhos bixigueiros: bonitos.

— Omessa!... o bezinho sempre tem dir pôr o cu no moixo?! Beja se scapa a êsse calor...

— O meu home é arisco imódo; mas torna-se (vem às-boas).

— Ó meu santo, ou capar ou assobiar. Isso num é bida.

— Ora-ora-ora!... pró que l'habia de dar!... cos pés na coba e inda pensa im casório...

— Ó rapaz, ou tu afinas ou eu t'abro a cachola (cabêça).

— Ó rapaz, larg'ós tamancos (ou sócos) e... ó pernas, pra que bos quero?

— Órgo: órgão e sim-senhor.

— Ó sr. C., há tanto tempo qui o num bia! aperte êstes óssos...

— O stamo num derige (digere) bem a comida. Precisa dir ó ferreiro.

— Os bacorinhos stão a duzentos mel reis, pa-riba que não pra-baixo.

— Os óbos num tem strèçâo (embarque) e... nada perdido: mete-se ó streito e... até logo, que se me faz tarde.

— Ourina, mijina: urina, mijo, águas. Berter auas.

P

— Padiola: pacato, bom-serás.

— Padaço d'asno: cabeça-de-burro.

— Pai-de-todos: o dedo grande.

— Pandorca: mulher gôrda e feia.

— Paparoca: comida.

— Parafusar: pensar, *scogitar*.

— Parança: descanso. O doente num tem parança.

— Paranho e paranheiro: secadouro de lenha verde ou molhada, levantado por cima da lareira.

— Parôlo: aldeão, grosseiro.

— Parteid'a defrença ó meio e arrumaide co isso.

— Parteleira: prateleira, estante de colocar pratos, etc.

— Partes: palhacices. Fazer partes.

— Pasmo: desmaio.

— Passa-culpas: pessoa indulgente.

— Passadio: comida diária.

— Pastel: pessoa enfermiça, doentia.

— Patacoada: disparate.

— Patarata: pateta.

— Patêgo: lôrpa. Ó patêgo, olha o balão...

— Pedão: podão, sem habilidade para nada (pessoa).

— Pé-de-meia: mealheiro.

— Pèdrinhas: ovos encontrados nos ninhos das aves.

— Pegar no binho: beber como uma caleira.

— Peido, pu, farfante, bento, traque, foguête, castanha: ventosidade mais ou menos estrepitosa, que se escapa pelo ânus.

— Peita: dádiva, presente.

— Pele-do-diabo: muito mau. F. é da pele-do-diabo.

— Peles e peis (usadas as duas formas).
— Penico, pote, mijadeiro: bacio, vaso de noite.
— Perdido por cinco, perdido por dez: é mais bocado ou menos.
— Pesquim: pasquim, escrito difamatório. Pôs pesquins scontra a Rita, qu'é ũa gaja atestada, ũa rapariga detrás da orêlha. A inbeja é qui o faz falar.
— Peu! peu!: interjeição para obrigar a tirar o chapeu.
— Pêssego e pessêgo (usadas as duas formas).
— Pial: poial.
— Píbeda: pevide.
— Pica: bôlo pequeno, bolinho cozido no fôrno. Ó mãe, faça-m'ũa piquinha, um bolinho.
— Pila, grila, ratita: pénis ou falo de criança.
— Pintar a manta: ralhar e andar na pândega.
— Pirar-se: safar-se, pôr-se ao frêsco.
— Pisa: acto de pisar uvas, e sova. Lebas-m'ũa pisa...
— Pitos: pintainhos. Oubes tu?... deita de comer à galinha dos pitos. No singular: têrmo chulo, palavra obscêna. Pita: franga.
— Pôço, pôço pra êles!: repulsão.
— Poia: pilha de merda e mãe da preguiça. És ũa pilha de stêrco, ũa podricôna.
— Poliar o chapeu, o casaco, os sócos, etc.: arremessá-los.
— Ponta: gaita, chifre, côrno.
— Por a mão n'ũas horas (juramento).
— Por êsse andar, stás aqui stás na calcêta (cadeia) e terás que t'haber co a «santa» do caçareiro. Num te lebo lá ũa sêde d'áua.
— Pôr o prêto no branco: escrever, segurar por escritura. Há biber e morrer e o seguro morreu de-bélho.
— Pranto: choradeira acompanhada de gestos descompostos, por ocasião do saïmento dum cadáver.
— Porque te num casas, João! Porque as que me quer, no nas quero; e as qu'eu quero num'as dão.
— Potreia, morraça, zurrapa: vinho mui ordinário, muito «baptizado».
— Pra dente de Deus stou labada. Pró mundo stou cu lixença a cagar im pé.
— Pribada, sagreta, cagadeira, cuaca (cloaca), retreta, sentina, pôça, letrina: têrmos sinónimos e mal cheirosos.
— Prigar: perigar, correr perigo de abôrto, abortar.
— Prosa: lábia. F. tem muita prosa, é um prosa.
— Pst... pst... pst... ouça cá: num topou por i co meu Zé António? — Num bi nem sombra dêle.
— Psiu! psiu!: para chamar ou mandar calar.
— Puf!, puf!... designa cansaço ou enfado.
— Pulga: purga, remédio que faz purgar. Carraça.

— Pum! designa estrondo.
— Puxo: dôr de ânus.
— Puxos: tranças de cabêlo.

Q

Que caldinho sem sal!: pessoa desengraçada.
— Que Pedro malazarte!: desajeitado.
— Quelho, quelha: mau caminho.
— Quem cabritos bende e cabras num tem, é porque dalguns le bem.
— Quilhar: lograr, burlar.
— Quitanga: quitanda, loja de negócios.
— Quinteiro: pátio.

R

— Rabeiras: pés de milho verdes que ficam para segunda chamada. Faltas no sexto mandamento.
— Rabiar: passear. — Bai sabiar pola feira.
— Rabistel: traseiro.
— Rabujar: ser impertinente.
— Rabo-de-palha: nódoa na reputação.
— Ranfo: roubo.
— Ranhida: disputada, renhida. Eleição ranhida.
— Rais benha qui o parta!... pois eu debo-le algũa cousa, sou stepôr?! olhe qu'a cadeia num se fêz prós cães...
— Rapioca: pândega, pagode.
— Rasgo: expediente.
— Ratada: maroteira.
— Rêbo: calhau.
— Reixa: rixa.
— Recendência: descendência.
— Remela: ramela.
— Renço: ranço.
— Rêpas: cabelos raros, ripas.
— Repontão, respingão: gajo que responde com maus modos.
— Restôlho: barulho.
— Repentes, intentos: tentação. Dá-me repentes e intentos de fugir de casa e ir por êsse mundo além.
— Restuir: restituir o alheio.
— Retraço: palha cortada.
— Réu-réu: signal de escárnio.
— Rezão: razão. — Tu tens tôda a rezão.
— Rôço: parte componente da *manada* de mato.

— Rodadas, andadas: distribuïções de pão, etc. — à-roda.
— Roer a corda: faltar ao prometido ou combinado.
— Rôlha: patife. — F. é fraca rôlha.
— Rônha: astúcia.

S

— Saída: solução. — O rapaz staba cum mêdo ó inzame; mas deu-le saída, saiu-se bem.
— Sair as bruxas: ter um mau encontro. — A F. sairo-le as bruxas na incruzilhada das quatro stradas. Êle sempre se beu nuns apêrtos!... Até perdeu a fala e fêz caquinha nas celouras.
— Saia: mulher. Nêsse negócio ando metidas as saias.
— Safa!: designa repugnância.
— Sainête: gôsto especial.
— Saluço: soluço.
— Salpicão: falo, pénis.
— Sapinhos: aves implumes.
— Sapo-concho, cagão: cágado.
— Saquitar: rebuscar.
— Sarilho: dificuldade.
— Sarrabulhada: banquete de miúdos e carne frêsca de pôrco.
— Sarrafusca: balbúrdia.
— Sarrar: serrar, cortar com serra.
— Sebe, caniça: tapume de varas delgadas, usado nos carros. Também se usa a designação: sórça (na beira-mar).
— Sconca, sconcra: conca, tigela grande (de serrador).
— Sbujar, sbijar: retesar.
— Scumbrar: aparar cômoros.
— Scupir: cuspir.
— Séga: ferro do arado e da charrua, que facilita a lavra.
— Serbiço gratuites: de-graça e a-sêco.
— Sêsso: assento.
— Sesudo: sisudo.
— Sestro: manha. Boi de sestro.
— Sfolhada, scapelada: desfolhada, descamisada.
— Sfromiar: formigar, ter comichão.
— Sgalgado cum fome: com fome de três dias, fome de galgo.
— S. Jiróneno, Santa Barbra-birge!: prece-esconjuro de trovoadas e bens-de-Deus ou *relampos*.
— Smouteirar: cortar erva onde ela é melhor e não a-eito.
— Sôco: murro.
— Sofrer um baixame: vexame.
— Sôga: corda que se prende aos chifres do bói.
— Sôlha: bofetão.

— Soltura, diarreira: diarreia.
— Sondes uns burros... só num tendes rabo.
— Sotil: subtil.
— Spantalho: bonecos de palha e farrapos para afugentar as aves. — Pessoa feia e mal vestida.
— Star a bêr nabios: distraído.
— Star téfe-téfe: assustado.
— Star fulo: muito irado.
— Stebe ũa função atestada: muito animada e concorrida.
— Stapôr, stepôr: má pessoa.
— Sticar o pernil: morrer.
— Stoura-bêrgas: valdevinos.
— Stou sastifeito e stifeito: satisfeito.
— Stou têzo, stou sem môsca, sem puto, sem bintém.
— Strada de S. Tiago: via láctea.
— Strepassou-me da ideia: não me lembra.
— Strobincar: tropeçar.
— Stroquiar: tosquiar.
— Sua bença, padrinho (ou madrinha); sua bença, pai ou sr. pai; sua bença, sr. abade.
— Súcia: grupo de pessoas que se juntam, para comer e beber.
— Sumilhou-se-me que bi cousa ruim.
— Stá cara d'imbêrno: sapos e lêsmias por todos os cantos, a cheminé nada de fumar, as paredes e bidraças a scorrer, os gatos sonarentos...
— Stá um dia de rosas: dia lindo, qu'até dá saúde.

T

— Tabaqueiro: lenço grande da mão.
— Tabulão: fala-barato, parlapatão.
— Taburno: espécie de estrado.
— Tachada: bebedeira.
— Tafulho: objecto com que se tapa um buraco. Criança.
— Tal-tal-tal: estribilho em uso na região.
— Taleio: taleigo, saco de mendigo, alforge.
— Talhada: fatia e castigo.
— Tamão: timão d'arado.
— Tapado: bronco, estúpido.
— Tapôna: pancadaria.
— Tardo: diabo. — Apraceu-nos o tardo.
— Tarrincar: terrincar, trincar objectos duros.
— Tareia; carga de pancadas.
— Tartulhos: tortulhos.

— Tau: som de tiro ou pancada.
— Téca: porção de peixe que se distribue aos pescadores, consoante o lanço.
— Té: até. — Té logo.
— Tegelada: tigela cheia.
— Temos qu'apertar a correia (da cinta)... Alusão à crise alimentar por que estamos passando.
— Tempras: trempes e têmporas.
— Tem-tem: equilíbrios dos bèbés, aos primeiros passos.
— Tendal: estendal.
— Tenho-me desterrado cum gastar dinheiro im rumédios da botica, begitas do médeco, idas às mulhés de morada aberta... Infim, é ũa casa àrder sem botar fumo.
— Tentiar: calcular bem.
— Ter a barria a dar horas: necessidade de comer.
— Têres: bens, posses.
— Ter dinheiro cuma milho: muito.
— Ter falta dũa aduela: pouco juízo.
— Ter pra pêras: longo sofrimento.
— Ter ũa dôr insuportábel salbo sêja no osso do suão...
— Ter um desbio, desmancho, abalo: abortar.
— Tibe, êsti ano, milho, fajão, batatas... que foi um sinal! Binho e fruita... nem por isso.
— Tineta: mania. — Deu-le na tineta...
— Tirar nabos do pucro: procurar saber alguma coisa por modos indirectos.
— Tomates: testículos. — Stás àquecer os tomates (ou as batatas) ó lume, gato borralheiro?... bai trabalhar, que tu aqueces.
— Tosar alguém... bem tosado.
— Trabalhar pr'àquecer: de-graça.
— Tralha: várias coisas em desórdem.
— Tramêlo: laço do pescôço e rato pequeno.
— Traquête (a): de-alto-a-baixo.
— Treição: traição.
— Trepa: sova, tunda.
— Tréboas: trevas.
— Trinca: bocado de cousa que se come.
— Tringalha: têrmo obscêno.
— Tringalho: Trincalho, bocado.
— Trio: trigo.
— Troca-tintas: trapalhão.
— Tropar: bater. — Tropar na porta. Tropar os filhos.
— Truz-truz!: voz imitativa do bater a uma porta.
— Tudenada: tudo-nada, pouca coisa.
— Tum!: detonação.

U

— Um home num é de pau: faz minga que traga sempre cum sio uns còbresitos pás suas strabagâncias, pa stafar.
— Untar as unhas: peitar, subornar.

Z

— Zé-Preira: zabumbas. — A festa (de tal) stá muito toada. Até tem zés-preiras.
— Zimbrar: chover que Deus-a-dá, chover a-potes.

Dou por encerrada esta longa «emissão popular», que nos permitiu vislumbrar a *expressão, riqueza* e *propriedade* do vocabulário em uso nas nossas aldeias. Antes, porém, de o fazer, quero formular êste voto: — que os mestres da nossa língua consigam descobrir, no meio de tanta parra, alguns «carrapiços» provenientes de tão *boas castas*: os falares do nosso povo.

P. S. — Sempre me decidi a fazer o *inquérito lingüístico* que, devo dizê-lo, me deu ensejo de recordar e aprender muitas coisas que eu *inoraba*.
Não pude levá-lo a bom têrmo em «quatro dias» nem me parece que alguém apresentasse um trabalho «a sscapar» em tão curto espaço de tempo.
A resposta foi para o distinto organizador do inquérito «uma agradável surpresa».

Fiães da Feira, 1942.

P.e MANUEL F. DE SÁ

FORAIS NOVOS DO DISTRITO DE AVEIRO

AROUCA

Dom manuel: *per* graça de D*eu*s Rey de portugall *e* dos algarues daquẽ *e* dallem mar em africa. S*en*h*or* de guine *e* da cõquista *e* nauegaçam *e* comerçio de ethyopia arabia p*er*ssya *e* da . Jndia A quãtos esta nossa carta de forall virem dado aa villa de arouqua do most*ei*ro do dito lugar . Fazemos saber que por bẽ das dilligençias ysames *e* Jnquiriçooẽs que em nossos Regnos *e* senhorios mã-/damos gerallmẽte fazer p*era* Justificaçã *e* decraraçã dos foraaes delles *e* p*er* algũas sentẽças *e* determinaçooẽs que cõ os do nosso cõselho *e* leterados passamos *e* fizemos acordamos visto ho . forall da dita villa dado pella Rainha dona mafallda que as rendas *e* dj*rei*tos Reaaes se deuẽ na dita villa pagar *e* recadar na maneyra *e* forma seguinte. —

BURGO NOUO

MOstra se pollo dito forall ser aforado o burguo nouo *de* arouca em termo de villa meãa a foro do qujnto vinta çinquo casaes pollo quall foro os moradoradores *(sic)* da terra ora nam pagã soomẽte pagam pollos prazos particulares q*ue* cada hũs tem segũdo for decrarado . em suas escreturas segũdo as quaes mandamos q*ue* se leuem — ao diante sẽ outra mudãca assy nas cõtias dos pagamẽt*os* como nos tẽpos que sam obrigados a pagar — E nã dita maneira he toda a terra aforada pel*os* ditos nouos emprazamẽntos sem se pagar de nenhuã della o qujnto segũdo o forall saluo hũa / lata que foy de deogo brandam sogro d*e* afonso martĩz d*e* q*ue* paga o quj*n*to della.

SOLDOS *QUE* SE MÃDÃ PAGAR.

E Pagam mais pollos quatro soldos q*ue* se mãdã pagar de cada casa pollo dito forall E assy pollo solldo q*ue* se mãdou pagar dos outros moradores q*ue* nã tiuesem casaes hũ rreall por cada solldo de seis çeptijs o rreall E o d*inheirro* d*os* dit*os* soldos se paga p*er* rrepartiçam antre os herdeiros dos — ditos cassaes segũdo andã em rrepartiçam com as heranças da dita terra do quall d*inheirro* cõprarã em cada hũ ano p*er* sesta feira de lauapees çem paaes de rreall *e* doze sauees ou p*or* elles vinte *e* quatro caynbos de pescado d*e* abeiro p*er*a darem aas freiras do dito moest*ei*ro segũdo esta p*er* avẽça antijga de mujto t*em*po *e* asy se cõprira ao diante E quãto aos caminhos q*ue* erã obrigad*os* fazer cõ suas bestas asy se comp*r*ira segũdo o forall — *a saber* — o mais longuo fose a coimbra ou a seea ou a bouças *e* dar lhe am mãtimẽtos p*er*a os homẽs *e* ceuada p*er*a as bestes E ysto hũa / vez no ano sem outro premjo E se mais vezes os ouuer mester o moesteiro ou p*er*a mais lõge nam os cõstrangeram senã por seu preco *e* aa sua vontade —

E Tem mais o dito moesteiro no burguo de çima casaes *e* herdades q*ue* estam p*er* seus aforamẽtos *e* p*r*azos *e* na nam leua hy outr*os* foros da mesma terra —

GUADO DO VẼTO

E O gado do uẽto ẽ ambos os lugares sera do moesteiro qũado se p*er*der segũdo nosso ordenaçã cõ decraraçam que a pessoa a cuja mãa ou poder for ter o dito gado a uenha — escreuer cõ as pesoas p*er*a yso ordenados a dez dias p*r*imeir*os* seguj*n*tes so pena de lhe ser demãdado de furto

TABALIAÃES

E A pẽsam dos tres tabaliaes q*ue* seruem em amboll*os* burgos — quando se nõ qujt*ar* pagara cada hũũ trezẽtos *e* oytẽta rr*eais* —

MÕTADOS

NAm se leuã mõtad*os* na dita t*er*ra p*or*q*ue* os moradores dela estã ẽ vizinhãca cõ seus com*ar*coõs *e* vsarã hũs / com outros p*er* suas posturas do cõcelho.

MANJNH*OS*

OS manjnhos nam se darã senã ẽ camara pollo sesmeiro da abadesa sendo p*r*imeiro chamados todallas p*ess*oas — comarcaõs dos ditos maninhos q*ue* digase os manjnhos q*ue* se asy rrequere he das p*er*tẽçãaas doutros casaes ou suas saidas *e* logramẽtos porq*ue* ẽtam não se daram taaes manjnh*os* E quando nom ouuer Jmpedimẽto p*er*a se darem dar se ã segũdo seus comarcaos *e* usãça Jeral. da terra dos semelhãtes —

DIZ*IM*A DAS SENTẼCAS

POrquanto pollo forall antigo dado aa dita villa foy posto por d*irreit*o Reall a dizima das sentẽças condenatorias portãto ho noso mordomo q*ue* na dita villa ouuer rreçebera cõ seu escriuã quaesquer sentẽcas cõdenatorjas q*ue* se na dita villa ouuerẽ d*e* eixecutar E de quallq*ue*r cãtidade de q*ue* fizer a dita ẽxecuçã *e* entrega leuara o dito mordomo a dizima aa custa do cõdenado porem se da tall sentẽca se ja pagou a diz*im*a em outra parte polla dada della / nam se pagara mais outra diz*im*a na ẽxecuçam posto q*ue* seja feita pollo dito mordomo E se a parte condenada qujser pagar ho cõtiudo na sentẽça ante de ser penhorado por ella nã pagara a dita dizima nẽ se pagara yso mesmo se ho mordomo por afeiçam ou p*or* negligẽçia sendo rrequerido ou por outro algũ respeito nã quiser fazer a dita ẽxecuçam — Nẽ menos leuara — a dita dizima o porteiro alcaide ou meirinho se a tall enxecuçam fizer Os — quaes soomẽte aueram por seu trabalho ou solayro q*ue* deuẽ d*e* auer p*er* nossa ordenacã

PENA D*E* ARMA

E Leua se mais pollo moesteiro de quẽ tirar arma noue rr*ea*is *e* quẽ firir quorẽta *e* oyto rr*ea*is *e* meo E de morte d*e* omẽ cẽto *e* quorẽta rr*ea*is E o meirinho da terra leuara mais das ditas — penas ou malefiçios as armas — E mais p*er*a chegar cada hũa dellas aos ditos cẽto *e* quorẽta rr*ea*is leuara — o dito meirinho o quall leuara de quallquer outro malefiçio sem sangue çẽto *e* quorẽta rr*ea*is *e* mais as armas com limjtaçam que o que apunhar / espada ou outra arma não pagarã ninhũa cousa se a nã tirar E o que tomar paao ou pedra se nõ fizer mall cõ elle nam pagara nada E se cõ preposito *e* tẽçã de mall fazer tomar o dito paao ou pedra *e* lho fizer em sua pesoa pagara — cinquoẽta *e* quatro R*ea*is E posto que cõ paao ou pedra ẽ Reixa noua *e* nã de preposyto ferir ou fizer outro mall nom pagara ninhũa pena nẽ a pagara moço de qujnze ãnos p*er*a bayxo Nẽ — molher de quallq*ue*r ydade nẽ pagaram a dita pena aquellas pesoas que castigãdo sua molher *e* filhos *e* escrauos tirarem sangue Nẽ pagaram a dita — pena quẽ jugãdo punhadas sem armas tirar sangue cõ bofitada ou punhada E as ditas penas nem cada hũa dellas nã pagaram yso mesmo quaesquer pesoas que en defendimẽ *(sic)* de seu corpo ou por apartar *e* estremar out*r*as pesoas ẽ arroido tirarem armas — posto q*ue* cõ ellas tirẽ sangue Nẽ pagara a dita pena escrauo de qualq*ue*r ydade q*ue* cõ paao ou pedra tirar sangue —

FFORÇAS

E As forças seram yso mesmo do moesteiro ou do meirinho se lhas leixar — *a saber* quãdo forem p*r*imeiramẽte julgadas pellos Juizes *e* tornado aa pose o forçado leuaram sesẽta *e* quotro *(sic)* rr*ea*is sem liuras aa custa do forçador *e* nã doutra maneira —

CARNES

E Leuara mais o moesteiro de qu*a*llquer Vaca ou porco q*ue* se Vẽder a pesso ou talho no acougue ou fora delle hũ solldo o quall arrecadara o dito conçelho E assy a portagẽ do burgo do mordomado de çima p*or*quãto da ao dito moesteiro p*or* ano mjll *e* oytẽta rr*ea*is p*or* tudo *e* se mais Rẽder sera p*er*a o dito cõçelho —

P*OR*TAGẼ DO BURGO DE FUNDO

E Arrecadara mais o dito cõçelho a p*or*tagẽ do mordomado — do burgo de fundo de Villa meaã porquanto paga por ella em cada hũ ano seteçentos rr*ea*is ora Rẽda pouco ora mujto E o que sobejar sera do cõçelho a quall portagem se Recadara na dita terra na manera seguinte

PORTAGẼ GERALL

DEcraramos p*r*imeiramẽte q*ue* a p*or* / tagem que se ouuer de pagar na dita Villa ou lugar ha de ser p*er* homes de fora della que hy trouxerem cousas de fora a uẽder ou as cõprarem hy *e* tirarẽ p*er*a fora da ujlla *e* termo a — quall portagẽ se pagara desta maneira

PÃ — SALL CALL LINHACA

DE todo trigo çẽteyo çeuada mjlho painço aueya *e* de farinha de cada hũ delles E assy de call ou de sall ou de Vinho ou Vinagre *e* linhaca *e* de quallquer frujta Verde entrãdo melloes *e* ortalliça —

PESCADO

E E assy de pescado ou marisco se pagara por carga mayor — *a saber* — caualar ou muar de cada hũa das ditas cousas hũ Reall de seis çeptijs ho rreall E por carga menor q*ue* he de asno meyo rreall E por costall — que hũ homẽ pode t*ra*zer aas costas dous çeptijs E di p*er*a bayxo ẽ quallquer cãtidade em q*ue* se vẽderem se pagara hũ ceptill E outro tanto se pagara quãdo se tirar p*er*a fora porẽ quẽ das ditas cousas ou de cada hũa — dellas cõprar *e* tirar p*er*a fora p*er*a seu / vso *e* nã p*er*a vẽder cousa q*ue* nã chegue a meyo Reall de portagem segũdo os sobreditos p*re*ços dessa tall nã pagara portagem nem ho fara sabe *(sic)* ¶ E posto que mais se nam decrare adiante neste forall a caga *(sic)* mayor nem menor decraramos que sempre a p*r*imeira adiçam *e* asento de cada hũa das ditas cousas he de besta mayor sem mais se decrarar — *a saber* — pollo p*re*ço q*ue* nessa p*r*imeira sera posto se ẽtenda logo sem se hy mais decrarar q*ue* o meyo preço dessa carga sera de besta menor E o quarto do dito p*re*co p*er* consegujnte — sera do dito costall E qũado as ditas cousas ou outras Vierem ou forẽ em carros — ou carretas pagar se a por cada hũa dellas duas cargas mayores segũdo ho preço de que forẽ E qũado cada — hũa das cargas deste forall se nom vẽderem todas começãdo se a úeder pagar se a dellas soldo aa liura segũdo venderem *e* nã do q*ue* ficou p*or* uẽder

COUSAS DE *QUE* SE NÕ PAGA P*OR*TAGẼ

A Quall portagẽ se nom pagara de todo pam cozido queijadas / bizcoyto farellos nẽ ouos nẽ de leite nẽ de cousas delle que seiã sem sall Nẽ de p*ra*ta laurada nẽ de vides nẽ de canas nẽ de carqueija tojo palho Vassoyras nẽ de pedra nem de barro nẽ de lenha nẽ de erua nem das cousas q*ue* se cõprarẽ da villa p*er*a ho termo nẽ do t*er*mo p*er*a a ujlla posto q*ue* seiam p*er*a Vẽder assy uezinh*os* como estrãgeiros Nẽ das cousas q*ue* se trouxerem ou leuarẽ p*er*a algũa armada nossa ou feita p*er* nosso mãdado — Nem dos mãtimẽtos que os camjnhãtes cõprarem *e* leuarẽ p*er*a sy *e* p*er*a suas bestas Nẽ dos gados que vierẽ pastar algũs lugares pasando nẽ — estãdo saluo daquelles q*ue* hy somẽte Vẽderẽ dos quaaes ẽtam pagarã pollas leijs *e* precos deste forall E — decraramos que das ditas cousas de q*ue* assy mãdamos q*ue* se nõ pague p*or*tagẽ se nõ ha de fazer saber —

CASA MOUJDO

A Quall portagẽ ysso mesmo se nõ pagara de casa moujda assy Jndo como vindo nẽ outro njnhũ d*irr*e*i*to p*er* quallquer nome q*ue* o possam chamar / saluo se cõ a dita casa moujda leuarem cousas p*er*a uẽder porq*ue* das taaes cousas paguaram portagẽ onde somẽte as ouuerẽ de vẽder segũdo as contias neste forall vã decraradas *e* nã doutra maneira.

PASAGẼ

NEm se pagara de njnhuas m*er*cadorias q*ue* a dita villa ou lugar ujerẽ ou forẽ de pasagẽ p*er*a outra parte assy de noyte como de dia . *e* a quaaesquer oras nem seram obrigados de o fazerẽ saber nẽ ẽcorrerã por ysso ẽ njnhũa pena posto q*ue* hy descarreguẽ *e* pousem E se hy mais ouuere d*e* estar q*ue* ho outro dia todo p*or* allgũa cousa ẽtam ho farã a saber di p*or* diãte posto q*ue* nõ ajã de uẽder —

COUSAS *QUE* SE LEUARẼ P*ER*A FORA

NEm pagarã a dita portagẽ os q*ue* leuarẽ os fruitos de seus bees moues ou de rraiz — ou leuarẽ as rẽdas *e* fructos de quaẽsquer outros bees q*ue* trouxerẽ d*e* arrẽdamẽto ou de rẽda nem das cousas que alguas pesoas forẽ dadas ẽ pagamẽto de suas tẽcas casamẽtos merçes ou mãtimẽtos posto q*ue* as leuẽ p*er*a vender —

GUADO

E Pagar se a mais de cada cabeca de / guado uacũ assy grande como peq*ue*no hũ reall. ¶ E do porco meyo reall ¶ E de carneiro *e* de todo outro guado me[*u*]do dous ceptis.

BESTAS

¶ E de besta caualar ou muar dous rr*eai*s ¶ E da besta asnar hu Real.

ESCRAU*OS*

¶ E do escrauo ou escraua ajnda q*ue* seia parida seis R*ei*s E se se forar dara ho dizimo da vallia de sua alforria p*orque* se forrou ou resgatou —

PANOS

E Pagar se a mais de carga mayor de todollos panos de lãa linho seda algodam de quallquer sorte q*ue* seiã assy delgados como grossos E assy da carga da laã ou de linho fiados oyto R*eai*s E se a laa ou linho forẽ ẽ cabelo pagarã quatro rr*eai*s por carga —

COYRAMA

¶ E os ditos oyto R*eai*s se pagarã de toda coyrama cortida E assy do callçado *e* de todallas obras della E outro tanto da carga dos coyros vacarijs cortidos *e* por cortir E por quallquer coyro da dita coyrama dous ceptijs q*ue* se nõ cõtar ẽ carga.

AZEITE ÇERA

E Outros oyto rr*eai*s por carga — mayor d*e* azeite cera mell seuo. / vnto queijos secos manteiga salgada pez rezina breu sabam alquatram

PELITARIA P*ER*A FORR*OS*

¶ E outro tanto por pelles de coelh*os* ou cordeiras E de quallquer outra pelitaria *e* forros —

MARCARIA

E Da dita maneira de oyto R*eai*s aa carga mayor se leuara *e* pag*ar*a por todallas marçarias especiarias buticarias *e* tinturas E assy por todalla suas semelhãtes —

METAAES

E Outro tanto se pagara por toda carga de aço estanho *e* por todollos outros metaaes *e* obras de cada huũ delles de quallquer sorte que seiam

FFERRO

¶ E do ferro em barra ou magcuquo *e* de quallquer obra delle grossa se pag*ara* quatro rr*eais* por carga mayor E se for limada estanhada ou ẽuernjsada pagara oyto rr*eais* cõ as outras dos metaaes de cima E quẽ das ditas cousas ou de cada hũa dellas cõp*rar* *e* levar p*era* seu vso *e* nam p*era* uender nã pagara portagẽ nã passando de costall de que se aJã de pagar dous rr*eais* de portagem q*ue* ha de ser de duas arrouas / *e* meya leuando a carga mayor deste forall em dez arrouas *e* a menor ẽ cinquo *e* ho costall p*er* este respeito nas ditas duas arrouas *e* meya. —

FRUJTA SECA

E Pagar se a mais por carga mayor destas outras cousas a tres rr*eais* por c*ar*ga mayor de toda fruita seca — *a saber* — castanhas *e* nozes v*er*des *e* secas *e* d*e* ameyxias passadas amẽdoas pinhoes p*or* britar auellãs boletas.

LEGUMES

E mostarda lẽtilhas *e* de todollos outros legumes secos E das outras cargas a esse . Respeito E assy de çebolas secas *e* alhos porq*ue* os verdes pagarã cõ a frujta verde hũ reall

CASCA ÇUMAGRE *E* OBRAS DE BARRO

¶ E a casca çumagre pagarã os tres R*eais* como estoutros de çima. ¶ E por carga mayor de quallquer telha ou tigelo *e* outra obra *e* louca de barro ajnda q*ue* seia vidrada E do reino *e* de fora delle se pagarã os ditos tres R*eais* —

OB*RA*S DE PAAO *E* D*E* ESPARTO

E Outros tres rr*eais* por c*ar*ga de todallas arcas *e* de toda louça *e* obra de paao laurada *e* por laurar ¶ E outro tãto por todallas cousas / feitas d*e* esparto palma ou jũco assy grossas como dellgadas E assy de tabua ou funcho E as outras cousas cõteudas no dito forall sam escusadas aqui — porq*ue* dallguãs delas nã ha memoria que se usem nẽ leuẽ E as outras sam sop*ri*das per leijs *e* ordenaçoes de noss*os* Regn*os* —

DO ARRECADAR DA P*OR*TAGẼ ẼT*RA*DA P*ER* TERRA

E Os que trouxerẽ mercadorias p*er*a uẽder se no propio lugar onde qujserem vẽder ouuer rẽdeiros da portagem ou ofiçiall della fazer lho ã saber ou as leuarã aa p*ra*ça ou açougue do dito lugar . ou nos resios *e* saidas delle quall mais qujserẽ sem njnhuã pena E se hy nõ ouuer rendeiro nẽ p*ra*ça descarregaram liuremente onde q*u*iserem sem njnhũa pena — comtanto q*ue* nã uẽdam sem ho notificar ao requedor se ho hy ouu*er* ou ao Juiz ou vintaneiro se hy se poder achar E se hy njnhũ delles ouuer nẽ se poder entam achar notifiquẽ no a duas testemunhas ou a hũa se hy mais nõ ouuer *e* a cada hũ delles pagaram ho dito direito da portagem / que por este forall mandam*os* pagar sem njnhũa mais cautella nẽ pena.

DESCAMJNHADO

¶ E nã ho fazẽdo assy descamjnharã *e* p*er*derã as mercadorias sóomẽte de que assy nõ pagarẽ ho dito direito da portagẽ *e* nã outras nenhũas nẽ as bestas nẽ carr*os* nẽ as outras cousas ẽ q*ue* as leuarẽ ou acharem ¶ E posto q*ue* aja hy rẽdeiro no tall lugar ou praça se cheguarem porem despois de soll posto nam faram saber mais descarregaram onde quiserem cõtanto que ao outro dia atee meyo dia ho notifiquẽ aos ofiçiaes da dita portagem p*r*imeiro que Vendam sob a dita pena E se nõ ouverem de uẽder *e* forem de camjnho nã será obrigados a njnhũa das ditas recadaçooẽs segũdo que no titollo da passagẽ fica dec*ra*rado —

SAIDA —

E Os que comprarẽ cousas p*er*a tirar p*er*a fora de que se deua de pagar portage podel las am cõprar liuremẽte sem njnhũa obrigaçã nẽ diligẽçia E soomẽte ante que as tirem p*er*a fora do tall lugar *e* termo arrecadarã / cõ os ofiçiaaẽs a que p*er*tençer — sob a dita pena de descaminhado. ¶ E os p*r*iujligiad*os* da dita portagẽ posto que a nõ ajã de pagar nõ seram escusos destas dilligẽçias destes dous capitollos atras — das entradas *e* saydas como dito he sob a dita pena. —

P*R*IUILLIGIAD*OS*

As pessoas eclesyasticas de todoll*os* moesteiros assy d*e* homẽs como de . molheres q*ue* fazẽ voto de profissam E os clerigos d*e* ordẽes sacras E os benefiçiad*os* d*e* o*r*dens menores posto que as nã tenhã que viuẽ como clerigos *e* por taaes forẽ auidos todollos sobreditos sam ysent*os e* p*r*iuilligiados de portagẽ . ninhũa paguarẽ nẽ vsagẽ nẽ custumagem per quallquer nome q*ue* a possam chamar assy das cousas que venderẽ de seus beẽs *e* benefiçios como das cousas que cõprarẽ trouxerẽ ou leuarẽ p*er*a seus vsos *e* de seus benefiçios *e* casas *e* familliares de quallquer quallidade que seiam assy p*er* mar como p*er* terra.

E Assy ho será as çidades *e* villas *e* lugares de nossos Regnos — / E as pesoas que teuerem priuilligio de nam pagarem a d*i*cta portagem que fose dado antes da dada da d*i*cta villa a hordem de sam bernardo que foy dada na era de mjl *e* duzentos *e sessenta e sete* . E asy o seram os vezinhos *e* moradores dos lugares Seguĩtes porquãto se mostrou per seus priuillegios serẽ priuilligiados antes da dada da d*i*cta villa a d*i*cta hordem de sam bernardo — *a saber* — a villa de ¶ Guimaraẽs—.¶ Couilhaã—.Pinhel—.Sortelha—. ¶ A cidade da guarda —. ¶ A cidade d*e* euora —. ¶Valẽca —. Mõçã —. C*ra*sto leboreiro —. Mogadoiro —. B*r*agãça —. ¶ E asy o serã outros algũs lugares *e* pesoas q*ue* teuerẽ o semelhãte p*r*iuillegio ãte da dada da d*i*cta villa a ordẽ . E asy o serã os / vezinhos do dito lug*ar e* te*r*mo escusos da d*i*cta portagẽ no mesmo lug*ar* nõ serã ob*r*igados de fazerẽ saber da ida nẽ vĩda

E As pessoas dos ditos lugares p*r*iuilligiados nõ tirarã mais ho trellado de seu p*r*iuillegio nẽ ho trazerã . soomẽte trarã çertidã feyta pollo escriuã da camara *e* cõ ho sello do cõçelho como sam vezinhos daquelle lugar E posto que aJa duuida nas ditas certidooẽs se sam v*er*dadeiras ou daquelles que as apresentam poder lhes am sobre ysso dar Juramẽto sem os mais deterẽ posto q*ue* se diga que nã sam V*er*dadeiras E se despois se prouar que erã falssas p*er*dera ho escripuã que a fez ho ofiçio *e* sera degradado dous anos p*er*a çepta *e* a parte p*er*dera em dobro as cousas de que assy enganou . *e* sobnegou a portagẽ ametade p*er*a a nossa camara *e* a outra p*er*a a dita portagem . dos quaaes p*r*iuillilegios *(sic)* vsarã as pessoas nelles cõtheudas pollas ditas çertidooẽs posto que nã vaã cõ suas m*er*cadorias nẽ mãdẽ suas procuraçooẽs cõtanto que aquellas pessoas q*ue* as . leuarẽ Jurẽ que a dita çertidã he v*er*da / deira *e* que as taaẽs mercadorias sam daquelles cuja he a çertidã que ap*re*sentarã.

PENA DO FORALL

E Quallq*uer* pessoa . que for cõtra este nosso forall leuãdo mais direitos dos aqui nomeados ou leuãdo destes mayores cõtias das aqui decr*a*radas ho auemos po*r* degradado por hũ anno fora da villa *e* termo *e* mais paguara da cadea trĩta rr*eai*s por hũ de todo ho que assy mais leuar p*er*a a p*ar*te a que os leuou E se os nõ quiser leuar seia ametade p*er*a os . catiuos *e* a outra p*er*a quẽ ho acusar E damos poder a quallquer Justiça onde acõteçer assy Juizes como Vintaneyros ou . quadrilheyros que sem mais proçesso . nẽ ordẽ de Juizo sumariamente sabida ha v*er*dade cõdenẽ os culpados no dito caso de degredo E assy do d*inhei*rro ateẽ cõtia de dous mill rr*eai*s sem apellaçã nẽ agrauo *e* sem disso poder conheçer almoxarife . nẽ cõtador nẽ outro ofiçiall nosso nẽ de nossa fazẽda em caso que ho hy aJa E se o senhorio dos ditos dir*ei*tos ho dito . forall quebrãtar p*er* ssy ou p*er* outrẽ seja lo-/guo sospensso delles *e* da Jurdiçã do dito lugar se a tiuer . emquãto nossa merce for E mais as pessoas que em seu nome ou por elle ho fizerẽ encorrerã nas ditas penas E os almoxarifes esc*r*ipuaaẽs *e* ofiçiaẽs dos ditos dj*rei*tos q*ue* ho assy nõ cõp*r*irẽ p*er*derã logo os ditos ofiçios *e* nã aueram mais outros E portanto mandamos q*ue* todallas cousas cõtheudas neste forall que nos poemos por ley se cũprã p*er*a sempre. Do theor do quall mandamos fazer tres . hũ delles p*er*a a camara da dita . villa E outro p*er*a ho senhorio dos ditos . dj*rei*tos E outro p*er*a a nossa torre do tombo p*er*a ęm todo tempo se poder tirar quallquer duuida que sobre ysso possa sobrevijr . dada em a nossa muy nobre *e* sempre *e* semp*re* leall çidade de lixboa aos vinte dias do mes de dezembro da era do naçimento : de nosso sen*h*or Jhesu *Christ*o de mill *e* quinhẽtos *e* treze anos & fernam de pyna pe*r* mãdado spicial de su*a* alteza o ffez fazer soesc*re*puy *e* comçertey em omze folhas com esta : —

el Rey ⁝ ——

foral p*er*a arouqua . /

Re*gista*do No tombo . fernã de pyna /

Segue-se o auto de entrega, desta forma redigido:

aNo do Naçim*en*to de Nosso Sen*h*or Jh*esus* *Christ*o de mjll *quinhentos dezaseis* anos *treze* d*ia*s do mes de dezẽbro era sobredic*t*a na çidade de llameguo estãdo hy tomas lujs *e*scr*i*puã da chancellarja da Coreycã da beyra q*ue* ora vem liurar os foraẽs o dic*t*o tomas lujs ẽtregou a mj lopo F*ernandez* t*abali*am *e*scr*i*puã da camara ẽ a vylla d*e* arouca este forall p*er*a a v*ir*tuossa E manjfjca sen*h*or a sen*h*or dona abadessa do most*ei*ro da dic*t*a vylla d*e* arouca mãdando o dic*t*o tomas lujs q*ue* vssasem do dic*t*o forall des Janeyro atras ẽ djante Como se nelle cõtem Eu lopo F*ernandez* scr*i*puã da camara q*ue* esto scr*e*puj

lopo Fer*nandez* tomas lluis /

Vallem os Cust*os* — *setecentos dezasete* Re*ais*

O exemplar de que nos servimos para a presente cópia é o que pertenceu ao Mosteiro de Arouca e que se encontra no museu actualmente lá instalado.

Conserva o sêlo de chumbo, pendente da sua trança original, de fios vermelhos e brancos, e tem ainda a encadernação primitiva, com sua fecharia própria e brochas de latão, tudo bem conservado.

Na obra intitulada *Foraes e doações regias — Arouca e o Fisco — Estudo historico-juridico por* ADRIANO CARLOS VAZ PINTO, de 1897, e ainda em *Foros do extincto convento d'Arouca — Razões justificativas da sua extincção, por um Foreiro,* de 1898, foi o foral publicado segundo certidão da *Leitura Nova,* do Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, de 1873. Confrontando-o com a presente cópia, que pessoalmente fizemos, encontram-se importantes variantes, o que vem reforçar quanto a-propósito-do foral de Aveiro deixámos anotado relativamente ao registo de forais nos livros da *Leitura Nova.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL

OS INCÊNDIOS DOS EDIFÍCIOS DO GOVÊRNO CIVIL DE AVEIRO

EM Aveiro, o velho palácio dos Tavares, senhores de Mira, e dos dízimos do pescado da vila de Aveiro, estava situado junto à Ribeira, entre a antiga rua da Alfândega e a rua dos Tavares.

Por morte de Manuel de Sousa Tavares, passou o palácio e restantes bens para a Coroa.

O rei D. José deu o palácio dos Tavares para Paço Episcopal da Diocese de Aveiro, que acabava de criar.

Extinta esta diocese, foi o Paço Episcopal ocupado pelo primeiro Govêrno civil de Aveiro, inaugurado em 25 de Setembro de 1835 com o seguinte pessoal:

Governador civil — José Joaquim Lopes de Lima, depois governador da Índia.

Secretário geral — Manuel Joaquim Fernandes Tomás; primeiro oficial — Elias Eloi de Abreu Tavares; segundos oficiais — João Pedro Ribeiro e Manuel António Loureiro de Mesquita.

Amanuenses: José António de Resende, Bento Augusto de Morais Sarmento, António Manuel da Cruz Rebelo.

Amanuense impressor — José António Tôrres; porteiro — Francisco José Soares.

No Paço Episcopal foram instaladas não sòmente as repartições do Govêrno Civil, mas também as da fazenda pública, hoje finanças.

Porém, na madrugada do dia 20 de Julho de 1864 um violento incêndio destruiu o velho edifício do Govêrno Civil, e a maior parte do arquivo das repartições públicas nêle instaladas, e ainda documentação da extinta diocese de Aveiro.

Os prejuízos foram grandes, quer para o Estado quer para os particulares, com o desaparecimento de muitíssimos documentos.

O Govêrno Civil passou então em 20 de Julho daquele ano para o rés-do-chão do edifício do Liceu Nacional de Aveiro, inaugurado em 15 de Fevereiro de 1860, e construído por influência do ilustre aveirense José Estêvão Coelho de Magalhães, e em virtude da portaria de 5 de Março de 1855.

Palácio dos Viscondes de Almeidinha em Aveiro, em cujo local foi construido o edificio do Govêrno Civil

No dia 24 de Junho de 1871, outro violento incêndio devorou o belo e antigo paço do visconde de Almeidinha, situado no Terreiro, em Aveiro, próximo do extinto convento das Carmelitas.

A Junta Geral do Distrito comprou então por 500.000 reis as ruínas dêste paço, bem como uma capela que lhe pertencia e se ligava a êle por um arco sôbre a rua da Sé.

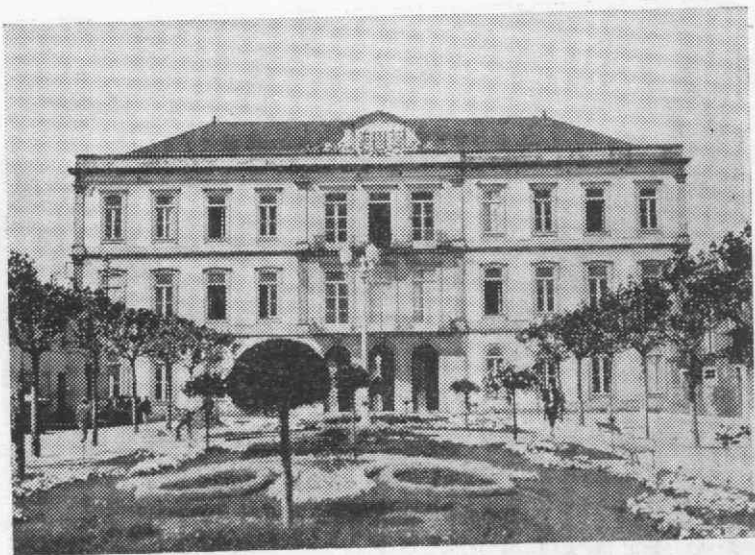
Em 3 de Setembro de 1888 começou a demolição das ruínas do paço, para no local ser construído um grande edifício destinado a tôdas as repartições públicas distritais, excepto as das obras públicas que deviam ficar em edifício próprio, mas que a-final não ficaram. A nova obra foi orçada em vinte e oito contos de reis.

A construção foi demorada, mas sólida, e o edifício, com trinta e cinco metros de frente e doze de largura, e três pavimentos, ficou magestoso dentro do estilo a que foi subordinado.

Inaugurou-se o edifício em 1901, e nêle ficaram instaladas as repartições do Govêrno Civil, Jnnta Geral do Distrito, Auditoria administrativa, Fazenda ou Finanças, Obras Públicas, e Direcção Hidráulica do Mondego.

Recentemente lá foram também instaladas a Direcção Escolar e o Tribunal do Trabalho.

Mas a fatalidade espreitava o grandioso edifício e os serviços públicos nêles instalados. No dia 17 de Outubro do corrente ano, pelas oito horas da noite, noite serena e amena, irrompem fortes labaredas pelo telhado.

Por motivo ainda hoje desconhecido, havia-se declarado incêndio no sótão, onde estavam guardados inúmeros documen-

Edifício do Govêrno Civil de Aveiro

tos do arquivo do Govêrno Civil. O fogo toma proporções assustadoras. Passado pouco tempo desmorona-se o telhado com imenso fragor. O incêndio propaga-se ao segundo andar do edifício, mas diminui de intensidade.

Acodem os bombeiros da cidade e outros de fora. É porém escassa a água para êles poderem dominar o incêndio. E êste vagarosamente passou ao primeiro andar. Tudo ia sendo devorado pelo monstro.

Populares e militares colaboravam na salvação dos arquivos e dos mobiliários. Milhares de pessoas, em frente do edifício em chamas, contemplavam compungidas o incêndio que ia destruindo o melhor edifício de Aveiro, e os documentos nêle guardados.

O fogo passa então ao primeiro andar. Já tinham decorrido horas. O esfôrço dos heróicos bombeiros era quási ineficaz em

virtude da grande extensão do incêndio, da falta de água e insuficiência do material. Todo o primeiro andar foi também pasto das chamas.

O fogo continuou até de madrugada do dia seguinte, domingo. Extinguiu-se então, mas o rescaldo prolongu-se durante todo êste dia. Do edifício apenas se salvaram as paredes e o rez-do-chão. Felizmente salvaram-se os arquivos das diversas repartições, com excepção dos da repartição de

Estado em que ficou o edifício do Govêrno Civil depois do recente incêndio

Obras Públicas e da Direcção Hidráulica do Mondego que arderam totalmente, por estarem no segundo andar.

Lamentamos profundamente que Aveiro tenha sido privado do seu melhor edifício público, e de documentos cuja perda é irreparável; mas tomemos êste gravíssimo acontecimento como lição para dotarmos os edifícios e arquivos públicos com os necessários meios de defesa contra incêndio.

Aveiro, 31 de Outubro de 1942.

F. FERREIRA NEVES

FILARMÓNICAS DO DISTRITO

V

VOLTANDO aos apontamentos que nos forneceu o Sr. Dr. ANTÓNIO ZAGALO DOS SANTOS, de Ovar, vamos indicar, muito sumàriamente, as restantes agremiações musicais do nosso Distrito, com a certeza de não ficarem tôdas inventariadas:...

Paredes do Bairro (Anadia) — Fundada em 1888 e extinta em 1898. Conhecem-se-lhe dois regentes: Rôlhas, e Adriano da Silva Carvalho, professor primário.

Palhaça (Oliveira do Bairro) — Fundada em 1879 por Sebastião Martins Loureiro, tamanqueiro, e Manuel Marques, lavrador. Regentes: Manuel José de Oliveira, Manuel Cristino Mota, Manuel Marques, Manes Nogueira, Luís Pinto de Almeida e Alfredo Cardoso Frederico.

Moita (Anadia) — Fundada em 1906 pelo P.e Serafim Rodrigues, Manuel Rodrigues, António Almeida, Abel Simões, etc. Regentes: Meliciano de Oliveira Gonçalves, Francisco Esteves e Fausto Moreira Cancela.

Anadia («Música do Serra») — Fundada em 1874 pelo Dr. José Paulo Cancela, Manuel Bonito e outros. Regentes: Serra, José Guimarães e Teodomiro Argênteo. Terminou em 1910 ou 1911.

Fermedo (Música de Cabeçais) (Arouca) — Fundada em 1886 por Domingos Correia dos Santos Lima e outros. Regentes: Manuel Francisco de Paiva (o *Venera*), David de Sousa Heitor e António Francisco da Rocha.

Canelas (Estarreja) — A «Banda Bingre Canelense», também conhecida por «Sociedade Musical União Canelense», foi fundada em 1867 por João Lourenço Domingos da Silva, proprietário; P.e Joaquim Domingos da Silva e Manuel José Aguiar e Santos. Regentes: António Domingues de Sá e Manuel Joaquim Ribeiro de Andrade, lavradores; Manuel Máximo da Cunha, serralheiro; Manuel Pedro Calado, Delfim Emílio Matias e José Vaz Redondo.

Luso (Mealhada) — «Filarmónica Lusitana», fundada em 1895 por José Vieira de Melo Pimenta, José Fernandes Pimenta e Firmino dos Santos, todos proprietários. Regentes: Adriano de Sousa Carvalho, professor; Alfredo Rodrigues, sargento reformado; e Benjamim de Sousa Carvalho. Terminou em 1923.

Mealhada — A «Sociedade Filarmónica Mealhadense» foi fundada em 1850, não se sabe por quem. Regentes: Marcelo, Stofel, António Santos, Adriano de Sousa Carvalho, e um tal Queiroz, músico reformado. Acabou em 1926.

Pampilhosa (Mealhada) — A «Filarmónica Pampilhonense» foi fundada em 1898 por João Teixeira Lopes. Regentes: Alfredo Fernandes de Almeida, Adriano de Sousa Carvalho e Joaquim Simões Pleno.

Murtosa — «Pelos anos de 1840 a 1855 — escreve o Dr. Zagalo dos Santos —, foi estabelecer-se na Murtosa o boticário Francisco Leite, de Ovar, que se chamava Francisco Leite de Sousa, filho de António Leite de Sousa, também natural de Ovar, que registou sua carta em 15 de Dezembro de 1836. Foi êle o fundador da filarmónica e seu primeiro regente.

Morto êste, sucedeu-lhe seu filho, Agostinho António Leite, já falecido em 1932. A-pesar-de transferido para Estarreja (1869), continuou na regência.

Passou então a denominar-se «Música de Estarreja» e era constituída por elementos da Murtosa, Avanca e Pardilhó. Os ensaios faziam-se na freguesia de Veiros, por comodidade de todos.

Em 1870, o professor primário António Maria Pereira fundou a segunda filarmónica, conhecida pela «Música do António Maria». A ela pertenceu o músico Manuel Maria da Silva Portugal, que abandonara Agostinho António Leite, quando êste foi viver para Estarreja. Foi êste Portugal um exímio tocador de flauta e como tal constituiu um quarteto com o vareiro Dr. António da Cunha e Costa, médico, com o Dr. Elmano Cunha e Costa, e outro.

Volvidos anos, vendo que o mestre lhe era inferior, emancipou-se dêle e em 1889 fundou a terceira música da Murtosa,

só com elementos criados por êle, com excepção de três músicos, pertencentes à da Estarreja.

De 1889 a 1897, houve, pois, duas filarmónicas. Alípio da Silva Portugal reüniu as duas filarmónicas e conseguiu granjear-lhe óptima reputação. A-pesar-disso, terminou em 1922, em conseqüência da forte emigração para a América.

Em 1932, fundou o professor Miguel Maria da Silva Portugal, filho de Alípio da Silva Portugal, a — «Banda dos Escoteiros» —.

Cedrim (Sever do Vouga) — A «Filarmónica de Cedrim», foi fundada em 1910 por Artur Nunes Vidal e P.e Artur Tavares Dias, que foram sucessivamente seus regentes. Acabou em 1916.

Silva Escura (Sever do Vouga) — A «Filarmónica Silva-Escurense» foi fundada em 1916 e extinguiu-se em 1928. Foram seus fundadores, além doutros: Dr. Alvaro Amorim, médico; Adelino Cabral e Belarmino Martins Pereira. Regentes: António Francisco Tavares, Vergílio Augusto de Oliveira — ambos regentes da «Filarmónica Severense» — e Alfredo Malinhas, músico do Pôrto.

Souto da Feira — A «Música do Souto» foi fundada em 1850 pelo P.e Francisco Leite de Andrade, seu primeiro regente. Regentes posteriores: Bento José Rodrigues, Manuel Pereira dos Reis, Jacinto Soares Calçada, António Martins Leite e, pela segunda vez, Manuel Pereira dos Reis.

Desorganizou-se em 1931, mas voltou a tocar em festas e romarias, regida pelo mestre de obras, de Ovar, Joaquim da Silva (o *Raso*), em 1933.

Podem ainda citar-se duas filarmónicas — *a de Bairros* e *a de Fornos* (Castelo de Paiva), a primeira fundada em 1900 por Evaristo R. da Silva e Augusto Gomes da Rocha, e a segunda em 1910 por António Moura Duarte. Em 1932, era regente desta última Felisberto de Moura Duarte.

*

Olhando no seu conjunto as sociedades musicais do distrito de Aveiro, conclue-se que a mais antiga notícia, ascendendo à segunda metade do século XVII, se refere à actividade musical de Aveiro. Segue-se, imediatamente, Figueiredo do Burgo, de Arouca (1700 e tal).

Posteriormente, as mais antigas filarmónicas são as de Ovar, S. Tiago de Riba Ul e Arrifana, fundadas entre 1800 e 1820. Note-se a proximidade destas localidades.

Surgem, entre 1820 e 1830, as filarmónicas de Arouca, Vista Alegre e S. João de Loure; e em 1830 e tal e 1840 e tal nascem, respectivamente, as de Ílhavo (velha) e da Murtosa.

Entre 1850 e 1860, aparecem as de Souto da Feira, Espinho, Estarreja, Agueda, Mealhada, e outra na capital do Distrito; entre 1860 e 1870, as de S. João da Madeira, Albergaria-a-Velha, Fermentelos, Canelas, Vagos e Pessegueiro-do-Vouga; entre 1870 e 1880, as de Macieira de Cambra, Pardilhó, Palhaça e Anadia; entre 1880 e 1890, as de Fermedo (Arouca), Pinheiro-da-Bemposta, Ovar (Bombeiros), Sever do Vouga e Paredes do Bairro; entre 1890 e 1900, as de Cucujães, Junqueira, Luso e Pampilhosa; entre 1900 e 1910, as de Loureiro, Bairros (Arouca), Moita, Ílhavo (Nova) e Aveiro («José Estêvão»); entre 1910 e 1920, as de Troviscal, Mamarrosa e Barcouço (Mealhada), Fornos (Arouca) e Vale de Cambra, Cedrim e Silva Escura; entre 1920 e 1930, as de Eixo, Salreu e Pardilhó (Nova); e as últimas de que temos notícia são a de Paramos e a mais nova de Aveiro, fundadas depois de 1930.

Algumas dessas agremiações ou sociedades musicais têm, como vimos, raízes muito profundas, e não poucas conseguiram granjear notável fama. São tôdas obra de indivíduos que podemos considerar como beneméritos. Na fundação delas encontramos eclesiásticos, professores primários, músicos reformados, músicos amadores, médicos, advogados, capitalistas, proprietários, e até pessoas de profissões humildes, e por vezes quási analfabetas.

Umas, depois de haverem atravessado fases de maior ou menor esplendor, ainda existem; outras morreram, vítimas de dissídios ou da falta de meios da vida; outras ressuscitaram, impulsionadas por novos «carolas».

O povo precisa de música como de pão para a boca. Tem os seus orfeões, a duas e três vozes, ouvidos principalmente nas espadeladas e esfolhadas; tem as suas tunas e os seus «ranchos»; mas as filarmónicas, que nas festas de igreja se transformam em orquestras, provam o espontâneo valor artístico do povo ou o seu natural gôsto pela música. Escolas de bom gôsto e de educação musical, as filarmónicas afirmam o espírito de coesão, disciplina e bairrismo dos seus componentes e de quantos, vencendo por vezes enormes obstáculos, contribuem para a sua sustentação.

É ver o orgulho com que elas se apresentam em público, ostentando fardas e bandeiras, e o ardor com que se medem com outras nos chamados «despiques» de arraial, capazes, só por si, de arrastar multidões. Graças a elas, o povo, que de ordinário só costumava vibrar com a execução de peças de acentuado cunho popular, como são as «rapsódias», já muitas vezes vai ouvindo com prazer, preferindo-a aos descantes, a música clássica, quer a de um Verdi, de um Mascagni ou de um Puccini, quer a de um Wagner ou de um Tchaikowsky.

O escalracho do *jazz*, que infelizmente já invadiu cidades, vilas e aldeias, não poderá, mercê da intuïção artística e da

inteligência dos regentes das bandas populares, abafar o gôsto pela música pròpriamente dita. O *jazz* passará!

O distrito de Aveiro deve ser dos mais bem dotados em filarmónicas populares, constituídas por indivíduos que geralmente não vivem da música. É prova disso o avultado número de bandas que deixámos inventariadas nas páginas do *Arquivo*, algumas com mais de cem, outras com mais de cinqüenta anos de existência.

JOSÉ TAVARES

EM RONDA PELO PASSADO

II

ALEXANDRE HERCULANO disse um dia: — *Recordar é viver.* Mais uma vez repito essa frase do grande solitário de Vale de Lôbos, porque, na verdade, nós, os que vivemos do passado, sentimos bem aquêle influxo bemfazejo. E êsse, como diria também TOMÁS RIBEIRO, outra águia igualmente portuguesa, de Parada de Gonta, *o triste jus da nossa idade.*

Andámos já bastante o caminho da vida. Recordamos, por isso... *Recordar é viver... Nós, os velhos, temos o triste jus da nossa idade...*

Sorrisos de então; amores bem ou mal sucedidos dessa época; esperanças ou desalentos; cantares de um rouxinol à beira dum ninho; poentes lindos sôbre o mar; beijos nas desfolhadas da nossa aldeia; noites de luar à beira das ondas; aves a cantarem sob o sorriso das estrêlas; um barco a vogar e a vela branca quási a sorrir sôbre o marulho da vaga; a fauna e a flora das nossas serras e das nossas planícies, na variação intensa das suas espécies; as pequenas impressões da nossa meninice; a fôlha de uma árvore ou a pétala duma flor simplificadas nos seus filamentos e apresentando qualquer palavra significativa das nossas paixões infantis; tudo isso que foi o amor dos nossos pais, a sua primeira prece ou a sua última lágrima; a canção do bêrço com o raiar das auroras ou o silêncio do túmulo com o cair dos crepúsculos; tudo isso que é amor ao nosso viver e ao viver da nossa Pátria, e da nossa Liberdade; tudo isso que é o nosso coração e o mais fundo vibrar do nosso sentimento... eu vos saúdo! No exílio da minha já longa existência, olhando com amarga nostalgia para êsse tempo que não volta, lembro aquela frase dos gladiadores romanos perante César e junto às feras sanguinárias do Coliseu... *Morituri te salutant!*

* * *

Nesta associação de saüdades, recordo hoje o nome de um homem que, não nascendo em Aveiro, — cá temos um caso

que, em parte, se parece com a origem do nascimento de Eça de Queiroz —, é de Aveiro, porque sempre o quis ser, na companhia das maiores intimidades de seus pais, sob êste sol que foi sempre a luz dos seus olhos e o sentimento do seu coração, tanto nas suas alegrias como nas tristezas da sua vida febril e agitada. Êle próprio para aqui fêz conduzir aquêle filho que tinha o nome honrado do avô, entre as lágrimas que o seu lenço branco não pôde ocultar naquela manhã de ofício funebre na Igreja da Misericórdia, para o cemitério da cidade, para aquela capela onde estava, como que a faiscar estrêlas, o maior dos seus amores. Êle próprio para aqui veio também a dormir o sono eterno ao lado de seu pai que foi uma das maiores glórias da tribuna latina.

Refiro-me a Luís de Magalhães a-propósito de um dos incidentes mais espirituosos da sua vida boémia. Filho de José Estêvão, tinha a responsabilidade da sua filiação, elevada e sem mácula, e essa filiação soube-a êle manter de forma absolutamente digna. Por isso, bem reflectidamente procederam os dirigentes do seu funeral quando o conduziram para a Câmara Municipal. Naquela pousada, passageira e fúnebre, velado por amigos, se tivesse voz, poderia repetir as palavras justificativas de seu pai: — «Disseram-se injúrias, jogaram-se apedrejos... E eu não ouvi as injúrias, e as pedras nem os vestidos me tocaram!»

Conduzido, em seguida, cá para baixo, para a beira da estátua do tribuno, com o céu a chover, como que a chorar a chuva da saüdade, se pudesse ouvir a voz dos seus amigos que ali vieram à chamada da sua morte, e de muitos outros que de longe sofriam a mesma amargura, poderia também ouvir, através daquele bronze, a voz agradecida de seu pai que, numa benção de amor e de aplauso às suas virtudes, levantaria a cabeça e se deixaria de novo cair no leito da sua eternidade, contente, por certo, por ter ao lado, na mesma esteira de estrêlas, um fruto do seu grande coração.

Luís de Magalhães honrou bem o seu lar. Escrevo em Agôsto e recordo que era por êste tempo, na sua época de veraneio na Costa-Nova, que mais aparecia por aqui, de visita ao túmulo de seu pai — belo gesto da sua devoção filial! — e de visita também aos seus amigos, que nunca esquecia.

Tôda a cidade de Aveiro se orgulhava com a sua presença. Não era só por ser filho de José Estêvão... Era idêntica a grandeza do seu carácter e idêntica a sua própria filiação. É certo que poderia ficar por aqui a sua estatura moral, como sucede a muitas famílias de grandes tradições, mas não; o seu talento de jornalista, e até de tribuno, igualaram-se, por vezes... Por tudo isso, quando aparecia em Aveiro... Aveiro parece que se enchia de grandeza.

A sua vida foi duramente fustigada pelo temporal das lutas políticas. Teve muitos triunfos, mas teve também os seus des-

gôstos e muitos desenganos. Foi êle um dos que mais concorreram para que ANTERO DE QUENTAL presidisse à Liga Liberal de protesto contra o *ultimatum* de 1890. Êle foi também Governador Civil de Aveiro, a pedido de OLIVEIRA MARTINS, em 1892. Mais tarde foi eleito deputado por Vila do Conde e Póvoa de Varzim em que se desempenhou, se não com o brilho oratório de seu pai, com a dedicação plena e digna de quem nêle confiou os seus destinos.

JOÃO FRANCO, que marcou uma época de honestidade política no país, escolheu-o para seu primeiro ministro dos estrangeiros, lugar que ocupou com brilho e competência até ser substituído por Luciano Monteiro. Proclamada a República, recolheu-se, vencido, à sua casa de Moreira da Maia, casa de velhas tradições que serviu de asilo e guarida a alguns dos mais graduados revolucionários de 31 de Janeiro.

Com a chamada *Monarquia do Norte*, voltou a ser ministro, mas, vencido o seu regimen, que era e seria ainda o regimen de seu pai..., entregou-se à prisão. A luz do sol cobria o influxo de um eclipse. A sombra da Terra surgia negra e esmagadora...

Recordo que fui, numa tarde, visitá-lo às cadeias da Relação do Pôrto. Subi a escadaria de pedra, em certo ponto alumiada apenas por uma pequena luz posta aos pés da Virgem, que lá em cima estava como que escondida no seu nicho. O fechar daquelas portas de ferro produziam em mim uma impressão de terror. Apressei-me, por isso, a sair daquele ambiente, escuro e cheio de tristeza, para o ar livre e aromatizado dos jardins da Cordoaria, e puz-me a reflectir no que é a vida neste sonho longo das nossas ilusões, tantas vezes desfeitas a meio do caminho...

Entre aquelas paredes e aquêles ferros, onde esteve encarcerado CAMILO CASTELO BRANCO, uma das maiores grandezas da literatura portuguesa, tão grande como VIEIRA ou BERNARDES, estava também prêso um homem que, filho de JOSÉ ESTÊVÃO, muito se distinguiu pelo seu talento, pelo seu carácter imaculado e pelo bem que fêz aos seus adversários que foram vencidos em 31 de Janeiro de 1891. BASÍLIO TELES poderia recordar, e certamente recordou, porque a sua gratidão não lhe permitiria o contrário, aquela noite escabrosa da sua fuga para Espanha. Êle e muitos outros poderiam ver, e viram, de-certo, que LUÍS DE MAGALHÃES era, como diria SÁ DE MIRANDA

> Homem de um só parecer,
> dum só rosto e d'ũa fé.

Alguém poderia então oferecer-lhe uma ponte de passagem para a sua liberdade, e parece que alguns republicanos assim o pensaram, mas êle, se o não disse, poderia repetir as palavras de seu pai: — «Antes quero uma corda com honra do que uma pasta com ignomínia!»

Eu não tenho, nem li, as suas estreias literárias, a *Revista Científica e Literária* que fundou com António Feijó, nem os *Zumbidos* que lançou a público com Carlos Lobo d'Avila. Deveria ser interessante o que nessas publicações se escreveu, não só como valor literário, mas também pelos subsídios que certamente deram para se avaliar o quilate da envergadura moral e intelectual dos seus autores.

Eu não tive relações pessoais com Carlos Lôbo de Avila mas comecei a apreciá-lo como grande psicologo nas suas narrativas de viagens, como jornalista distinto e como parlamentar digno dessa época em que pontificava Pinheiro Chagas e outros oradores de igual grandeza. Com António Feijó... eu conheci-o, apresentado na Agência do Banco de Portugal em Aveiro, não me lembro agora se por Luís de Magalhães ou Jaime de Magalhães Lima. Talvez dêle possa dizer alguma coisa em qualquer das minhas *rondas,* porque com êle me correspondi para a sua residência de Estocolmo e dêle recebi correspondência ligeira mas apreciável.

... Mas perdoem-me os leitores o desvio do caminho. As palavras, é bem certo, são como as cerejas; quando se puxa por uma vẽem umas poucas.

Luís de Magalhães deveria ter revelado todo o seu merecimento intelectual e moral naquelas revistas. Mas, se o não revelasse então, mostrou-o êle por uma forma que não admite contestações, nos *Primeiros Versos,* nas *Odes e Canções,* nos *Contos do Estio e do Outono,* no *Brasileiro Soares,* no *Perante o Tribunal e a Nação,* no *Tradicionalismo e Constitucionalismo,* na *Crise Monárquica,* em muitos trabalhos de gigantesca envergadura em publicações diversas ou no jornalismo do seu tempo.

Eu já disse que foi também um orador de rara eloqüência, se não com o brilho espontâneo e faiscante de seu pai, com a rara beleza dos maiores tribunos do seu tempo. Manuel de Arriaga, que foi um homem de coração e de pensamento, que era qualquer coisa de grande nos seus conceitos, disse quando acabava de ouvir um seu discurso: — «É mais um milagre de José Estêvão, porque produziu um orador».

Esta frase faz-me recordar uma noite inolvidável em que a tribuna portuguesa refulgiu cheia de luz na nossa terra de Aveiro. Há cinqüenta e três anos, inaugurava-se a estátua de José Estêvão e essa noite, de 11 de Agôsto de 1889, foi dedicada ao sarau de gala no Teatro Aveirense.

Linda ornamentação. A minha velhice não esqueceu êsse brilho. Pelos camarotes e frisas pendiam colchas ricas. Havia muita luz em tôda a parte. Era o raiar vivo de uma alvorada encantadora, o triunfo alegre de um dever cumprido. As flôres eram muitas e parece que se associavam com a sua verdura e colorido àquela festa.

Carlos Faria, que foi depois o Barão de Cadoro, com aquela gentileza de diplomata, que o poderia ser, pela cultura do seu espírito e pelo aprumo com que se sabia apresentar, jornalista distinto que deixou o seu nome ligado a jornais e a revistas que o fogo ou a traça dos arquivos destruiram, e a livros de alto merecimento realista e psicológico, Carlos Faria, que tão injustamente tem sido esquecido, abriu a sessão, e, depois de poucas palavras proferidas de homenagem aos oradores que tomariam parte no sarau, deu sucessivamente a cada um a palavra.

Falou, em primeiro lugar, e muito bem, Sebastião de Magalhães Lima, o *loiro tribuno,* como então lhe chamavam; falou José Dias Ferreira, o grande jurisconsulto que ainda hoje, e não sei se depois da guerra, será consultado em Portugal e em todo o mundo onde se reconheça e aprecie a nossa língua; falou Manuel de Arriaga, com o entusiasmo que êle sabia usar nos grandes combates da tribuna, gigante como o mar que afagou o seu bêrço; falou António Cândido, a *águia do Marão,* que o foi, entre os maiores oradores do seu tempo, e que naquela noite foi como que um rouxinol que trinasse por indicação divina nas festas de José Estêvão...

Por fim, falou Luís de Magalhães e parece que seria difícil a sua situação. Lembro-me bem de quanto foi admirável aquela noite. Aquêle discurso poderia ser recitado por José Estêvão. Se todos aquêles oradores fizeram surgir de uma taça de cristal uma constelação de pérolas, Luís de Magalhães correspondeu a essas pérolas oferecendo uma constelação de brilhantes. Lindo final de uma sessão de arte.

Mas Luís de Magalhães não foi só nas grandes solenidades que adquiriu alto relêvo. Nas pequenas coisas, na boémia, desprendida e alegre da mocidade, êle revelou o que era.

Há cêrca de quarenta e seis anos, em 1896, juntavam-se na antiga loja de Domingos Leite, aos Arcos, vultos em destaque na vida de Aveiro. Numa dessas noites, onde se ria o bom rir dos portugueses, resolveram classificar aquelas sessões de *Câmara do Comércio* e eleger sócio dela o dr. Luís de Magalhães. Remetido o chamado diploma, a resposta não demorou. É a seguinte:

OFÍCIO-EPÍSTOLA À CAMARA DE COMÉRCIO DE AVEIRO

Ex.mos Senhores,
Amigos de coração:
Rendido aos vossos favores,
Venho acusar, meus senhores,
Do Diploma a recepção.

Com muito orgulho, me vejo
Eleito sócio da Câmara
As mãos, Amigos, vos beijo!
Do sonho, que eu tanto almejo,
Sinto-me assim... na ante-câmara.

Ah! a divina ilusão!
O antecipado deleite!
Embuçado no gabão,
Ir-me à nossa reünião,
De-noite — em casa do Leite! (1)

Ver o Jaime, (2) entusiasmado,
Tronchuda e penca exaltar!
E o Vareiro (3), arrebatado,
Fazer tremer o sobrado,
Como faz tremer o mar!

Ver o conspícuo Edmundo, (4)
Com a estatística bossa,
Provar, n'um cálculo profundo,
Que não há, em todo o mundo,
Mais rica terra que a nossa!

E o doutor António Emílio, (5)
(Envergada a *jersey* preta
E a toga posta no exílio)
Contando, ao grave Concílio,
Os gôzos da bicicleta...

Ver os Melos, (6) palradores,
Amigos a toda a prova,
Falando dos seus *amores:*
O António Carlos — das flôres,
E o Carlos — da Fonte Nova...

Emquanto o Joaquim, (7) sentado,
Sobre o balcão, prestamente,
Solta o seu verbo endiabrado,
Como um cavalo folgado
Cabriolando livremente!

Ver o Vieira, (8) incompatível
Com o Matoso (9) e os Firminos, (10)
À voz do acôrdo insensivel,
Excomunga-los, terrível,
Com anátemas latinos!

Ver, entre os outros, calado,
Os olhos d'èxtase cheios,
N'um sonho d'arte enlevado
O Rocha (11) — que foi criado
De Minerva aos alvos seios!

E, ao passo que do hospital
A ideia o Visconde (12) alenta,
Ver como alegre e jovial
Um palão monumental
O nosso Amadeu (13) inventa!

Ah! fileira, onde me alisto,
D'almas claras como a onda,
Grémio d'homens nunca visto,
Do Cenáculo de Cristo
Até à Távola Redonda!

Ah! terra como não há,
Nem houve, no mundo inteiro!
Que é Paris? que foi Sabá,
Corinto, Roma ou Judá,
Amigos — ao pé de Aveiro?

Dizem os italianos:
« Ver Nápoles — e morrer! »
Mas nós outros, lusitanos,
Podemos dizer, ufanos:
« Ver Aveiro... e então viver! »

Onde areias mais doiradas?
Onde ribas mais formosas?
Lagunas mais prateadas?
Abraços calmos d'enseadas?
Paisagens mais deleitosas?

Onde mais verdes campinas,
Em que o nosso olhar se enleve?
Velas, nas águas, mais finas?
Mais puras, brancas salinas,
Com os seus cones de neve?

Onde é que olhos namorados
Vêem mais lindas mulheres,
Fino artelho, pés alados,
Cabelos de oiro cendrados,
Ou d'ébano — se os preferes?

Por isso, em meu coração,
(Como um santo na redoma)
Guardo, com veneração
E infinita gratidão,
O vosso honroso Diploma!

E d'êsse aprazível gôzo,
Mais doce do que uma tâmara,
Me sinto já tão guloso,
Que em breve, irei, pressuroso,
Tomar assento na Câmara.

Deus vos guarde, Amigos, pois,
E vos dê todos os bens,
De que vós tão dignos sois!
Moreira: Dezembro, dois.
Sócio:
Luís de Magalhães.

1896

Tecida a última linha dessa filigrana da graça portuguesa, que agora é publicada na íntegra, impõem-se umas notas explicativas das pessoas que nela são visadas. Como um marçano de boa vontade, mas sem merecimentos que a boa arte me poderia habilitar, o que bastante sinto, preparada a enxó, a plaina, os formões e outra ferramenta própria, verei se posso conseguir para ela moldura apropriada...

(1) O *Leite* é o saudoso amigo Domingos José dos Santos Leite, comerciante ilustrado e duma honestidade indiscutível. Ocupou altos cargos da sua especialidade, e, se mais adiante não avançou é porque não quis ou o não souberam arrastar àquilo a que se aferrou como a lapa no rochedo: — ser de Aveiro e para Aveiro. Velho amigo! No teu túmulo, que é como o sacrário de todos os bens que espalhaste por tôda a tua vida, eu te saúdo. Homem cheio de grandeza, amaste o trabalho e, com honra, soubeste desenvolver a tua actividade.

(2) O *Jaime*... Êste nome marca em mim a mais profunda das saudades. Tôdas as suas *vozes*, todo o seu viver, são *vozes do meu lar*. Jaime de Magalhães Lima, cantaste muito no meu coração e, ainda mais, na minha saüdade!... O seu morrer foi o morrer de um justo. *Justo*... assim lhe chamou Agostinho de Campos.

Cantou S. Francisco de Assis e, como o santo da Úmbria, êle foi modesto, cantando as aves, as flôres, tudo isso de que se dizia irmão, fazendo da simplicidade do seu viver a grandeza do seu carácter. Filho do pó, pediu a Deus que o recebesse nessa poeira de humildade, e Deus, clemente e bom, recebeu-o quando a Igreja celebrava o *pulvis es* do seu cântico!...

Era cunhado de Luís de Magalhães e todos nós o vimos, como um cadáver ambulante, a trazer para o túmulo do seu maior amigo as flôres mais queridas que encontrou, e êle próprio colheu, na sua quinta de S. Francisco, de Vale de Suão.

Assisti ao teu funeral, padrinho duas vezes do meu coração agradecido. Quiseste que os rouxinois do Vouga cantassem à beira do teu túmulo! quiseste ficar ali, em campa raza, à beira das águas que passam saudando a tua vida branca e sem mácula como as tuas barbas de neve! Permite que uma destas lágrimas que me correm pela face caia na relva que o teu corpo alimenta... Velho amigo, meu querido amigo, coração de um diamante, memória que eu tão doloridamente recordo, eu te saúdo!...

(3) O *Vareiro* era o João dos Santos Silva, o *João Vareiro*, como por todos mais era conhecido. Capitão de marinha mercante, era, por isso, homem do mar, rude e franco, amigo dos seus amigos, a quem não sabia regatear favores.

Um dia desanimou de fazer bem. Farto de emprestar dinheiros e farto de pessoas que não sabiam, ou não podiam, honrar os seus compromissos, parou no caminho da beneficência e pôs um letreiro sôbre a porta da sua residência, que ficava ao fundo da rua da Sé, em que se dizia: — « O alma do diabo do dono desta casa declara que não faz favores a ninguem ».

Mas isso era um desabafo. Era a mesma coisa que êle dizia no alto mar quando não havia vento e no navio, oscilado pela vaga, apenas se ouvia o bater de velas nas enxárcias e mastros nessa canção aborrecida da solidão oceânica. Dizia êle — *raios parta o Senhor dos Navegantes que não manda vento para andarmos*, ou qualquer outra expressão idêntica quando fustigado pelas grandes tempestades...

Passado o momento do perigo, poderia ir à missa, já de bem com o Senhor dos Navegantes e com todos os santos da sua devoção...

(4) O *Edmundo* era o dr. Edmundo de Magalhães Machado, que foi uma pessoa de destaque em Aveiro.

Em 1896 ocupava êle o lugar de presidente da Associação Comercial e, no ano seguinte, no *Relatório e Contas* da mesma agremiação, num traba-

lho importante que muito o honrou, coube-lhe o encargo, bem amargo, por certo, de prestar homenagem a Sebastião de Carvalho e Lima, falecido em 23 de Março daquêle ano. Ali se lê: — « Vulto respeitável e geralmente respeitado, espírito altamente esclarecido e culto, foi larga a fôlha de serviços com que durante longos anos contribuiu para o engrandecimento desta região, quer como presidente da Câmara Municipal, quer como presidente da « Caixa Económica de Aveiro », instituïção simpática e benemérita, de que por muito tempo foi a alma, e até a vida nas situações difíceis. Fôra um dos sócios fundadores da Associação Comercial, e por mais de uma vez fêz parte da sua direcção na qualidade de presidente, cargo que, até ao momento de ver avizinhar-se a morte, desempenhou sempre com aquêle critério e tino prático que tão particularmente distinguiam as suas notáveis faculdades ».

Foi, além disso, presidente da Direcção do Sindicato Agrícola do Distrito de Aveiro, e, como tal, desempenhou o seu lugar com muita dedicação e saber. A sua circular, por exemplo, de 20 de Março de 1899, é uma prova clara da sua competência. Recomendou a leitura do *Guia prático para o emprêgo de adubos em Portugal,* de João da Mota Prego, mas, a meu ver, só o fêz por modéstia. Êle, em teoria e na prática, estava à mesma altura dos bons mestres em agronomia. As suas instruções sôbre culturas a adubos são modelares.

Não foi só escrevendo que mostrou a sua competência. Em contacto directo com a terra, honrou bem o seu nome de cultivador. Introduziu em Portugal sementes estrangeiras devidamente seleccionadas, e, na plantação de batatas e na sementeira de outras espécies agrícolas, atacou de frente tudo o que era rotineiro, fazendo cavar a terra e beneficiando a lavoura com um critério até então deploràvelmente desconhecido.

Recordo ainda um gesto do seu desinterêsse individual. Possuïdor de uma esplêndida marinha de sal em S. Tiago, sacrificou-a aos seus estudos e fêz dela uma piscina que foi como que uma escola que muito poderia beneficiar esta região onde se cultivou, com mágua o direi, êsse bacilus a que chamariam *dulce far niente* os pèssimistas das regiões do Adriático...

Se eu tiver vida e saúde, e possa escrever outras *rondas,* talvez que um dia me resolva a associar o seu nome ao nome ilustre e, com mágua o digo, bastante esquecido, de José Maria de Melo de Matos, o autor do *Laboratório marítimo de Aveiro* e de outros trabalhos de semelhante interêsse. Calarei, por isso, outras considerações a fazer.

O dr. Edmundo de Magalhães Machado, sendo médico distinto, especializou-se em doenças de olhos, e, como tal, foi chamado para tratar da cegueira de Camilo Castelo Branco. Um dia, tendo visitado o grande romancista, ao descer a escada, ouviu a detonação de um tiro. Subiu de novo e deparou com o suïcídio... Repetiria, então, o que Portugal também repetiria, tomado de uma grande dôr, a frase amarga de Virgílio perante um grande infortúnio: — *Sunt lacrimae rerum*...

(5) *António Emílio* era o dr. António Emílio de Almeida Azevedo... Foi um jurisconsulto distinto e um magistrado de rara honestidade. Em tôda a parte por onde andou, perto ou longe da sua terra, soube honrar o seu nome e ligá-lo à sua família, sempre ilustre e sempre limpo.

Há quarenta e seis anos — a mocidade manda muito! — resolvi ir ver Madrid, e, numa noite, fui ouvir D. António Maura na sua tribuna do *Ateneo.* Perante a sua figura e o seu processo de falar, logo recordei um patrício meu, como um dia antes recordara Marques Mano quando visitei Gumersindo Azcarate. Aquêle patrício, que era também um amigo dedicado, era o dr. António Emílio de Almeida Azevedo. Ouvi falar o grande tribuno espanhol, grande como Castelar e Cânovas, como Romero Robledo e Moret... A princípio parece que estava pensando o que deveria dizer, indeciso, sem gestos... um pobre homem que vai dizer um recado. Mas a máquina vai aquecendo, as ideias vão surgindo, e, quando pouco esperamos, surge a aurora com todos os seus deslumbramentos... É o bramir do tribuno que

canta no fluxo e refluxo das suas ondas de eloqüência, a grande vida do seu talento e da sua arte.

Assim era também, observadas certas distâncias, a oratória do dr. António Emílio de Almeida Azevedo... Assemelhava-se e não ficaria mal ao pé dêle.

Poderia ainda referir-me à sua actividade como juiz de instrução criminal que foi cortada, quando a luz começava a fazer-se, que foi como que o tiro de Chateaubriand sôbre a cascável que se lançou sôbre êle, que recebeu o embate da serpente mas sem a cabeça que conduzia o veneno... Poderia referir-me às *Comunidades de Goa* e a outros trabalhos de valor que publicou, mas vejo que tenho ainda de escrever bastante e o espaço permitido vai rareando...

([6]) Os Melos ali citados eram o Carlos da Silva Melo Guimarães e o dr. António Carlos da Silva Melo Guimarães. Ambos eram homens de boa educação, activos, inteligentes, tendo em si alguma coisa de Manuel de Melo, daquele filho de Aveiro que no Brasil foi... o que Camilo Castelo Branco escreveu em sua memória.

Ah! recordo aquêle nome ilustre, não porque com êle tivesse relações de amizade, mas pelo muito que o apreciei através do seu talento e do seu muito saber. Eu li e reli o seu livro *Da Glótica em Portugal* e devo-o ter no *mare magum* dos meus amores predilectos. Êle honrou uma família. Só por aberração, qualquer indivíduo do mesmo sangue poderia ser indigno, mas algumas vezes isso tem sucedido. Nenhuma dessas aberrações, porém, se deu na família tão justamente estimada dos Melos.

Manuel de Melo, sendo uma individualidade de raro fulgor, foi um lar de literatura feliz onde se aqueceram, nos diversos sectores da sua actividade, os seus amigos e parentes. Todos os Melos Guimarães, todos os Melos Freitas, todos os Farias e Melos, tôda essa gente da boa gente de Aveiro daí receberam a boa lição do civismo e pode dizer-se mais, a herança benéfica, embora cheia de responsabilidades, de um grande vulto que — infeliz dêle, da sua grande alma de patriota, da sua grande ternura pela nossa terra — foi deixar os seus ossos, ossos queridos da nossa saudade, num cemitério longínquo das suas pátrias do Brasil e de Portugal — num cemitério de Milão, dessa Itália de Dante e de Virgílio, de Ariosto e de Petrarca que tão primorosamente foi cantada por dois dos melhores oradores peninsulares — por Castelar e Alves Mendes. Desejaria alargar-me sôbre o que escreveu Soares Romeu Junior, e ainda Camilo Castelo Branco, sôbre Manuel de Melo. Valeria a pena — direi antes o grande prazer — arquivar aquelas páginas da *Boémia do Espírito* sôbre o extraordinário filólogo cuja erudição marcava *um dos primeiros homens doutos que escrevia em português sem mácula*. É forçoso evitar divagações, por muito interessantes que sejam, e, por isso, as suspendo...

Carlos Melo — e quando digo Carlos Melo, digo o dr. António Carlos, o Luís, o David, tôda essa família de industriais activos e honestos — deixou uma boa lembrança de si. Dizia um dia Alberto Pimentel... mas deixarei esta e outras citações, para me fixar numa outra, e essa basta. Almeida d'Eça, que não nasceu em Aveiro, mas que foi educado nesta região onde seu *avô estadeara a sua farda verde de capitão-mor nos tempos heroicos da repulsa das hostes napoleónicas...* Almeida d'Eça, no seu prefácio de uma *Sessão de Arte no Museu Regional de Aveiro,* dizia: — « Fui também ver a fábrica da Fonte Nova, e ali verifiquei outro documento do culto da tradição. Processos modernos, porventura ainda hesitantes, mas boa orientação na escolha dos modelos, gomis, jarras, travessas de forma portuguesa, com os azues, os amarelos e os roxos desmaiados das nossas antigas faianças, e sobretudo reconstituição dos nossos tão característicos azulejos. »

O dr. António Carlos da Silva Melo Guimarães foi também um homem de destaque entre nós. Cultivando com esmêro as suas flôres, exercendo altos cargos na vida local, foi sempre um homem de bem fazer, *amigo a tôda a prova,* como muito bem disse Luís de Magalhães.

([7]) O *Joaquim* era o dr. Joaquim de Melo Freitas, nome que, grande como é, não cabe bem numa simples nota, embora eu procure abrevia-la o

mais que posso. Para dêle escrever aqui seria como *meter o Rocio na Betesga*. Êle enche a antiga Praça do Comércio, ali, em frente dos Arcos, onde Joaquim José de Queiroz, naquela manhã de 16 de Maio de 1828, indo da sua casa de Verdemilho, foi levantar o primeiro viva a Liberdade, em revolta contra o absolutismo de D. Miguel. Mas o seu nome não cabe ali. Falando ou escrevendo, era alguma coisa de grande.

Eu já disse quanto apreciava o seu carácter e o seu talento, naquela tarde cheia de tristeza de 9 de Dezembro de 1923, quando se realizava o seu funeral no cemitério de Aveiro. Poderia dizer muito mais de que proferi naquele apagado discurso, poderia mesmo falar de muitos dos seus livros e opúsculos que quási todos me foram oferecidos com dedicatórias honrosas e, por vezes, iluminadas com muito espírito, com aquêle espírito que tanto caracterizava a sua forma de se exprimir. Limito-me, porém, a repetir conceitos que dêle fazia Magalhães Lima, o distinto e interessante autor dos *Episódios da minha vida* e de muitos outros livros.

Sebastião de Magalhães Lima escreveu no epílogo do *A granel* de Melo Freitas:

«Escreve como fala, singelamente, correntemente. E, no meio de tudo, uma ironia, um parêntese, uma anedota, que êle aplica ao caso, como qualquer aprendiz de latim aplica uma regra na análise miuda de um período de livro. É fértil e abundante.

....

...... «Não sei porquê, quando leio os seus livros, recordo-me, naturalmente, do meu malogrado amigo Júlio César Machado. Há pontos de contacto entre os dois escritores, e de tal modo que, tendo eu um dia esboçado o perfil do brilhante folhetinista português, reconheço agora com surprêsa, que o juizo que dêle formulei, cabe, em parte, sem exagêro, a Melo Freitas.»

Nestas alturas, velho amigo, estive para sair fora da linguagem necrológica, porque só tenho tratado de mortos nesta *ronda* de saüdades, e dizer alguma coisa das tuas *diabruras, bagatelas, provincianismos e chineserias*, mas não; não perturbarei o teu sono de paz.

(8) *Vieira* é o padre Manuel Rodrigues Vieira, figura de grande merecimento que se distinguiu como professor, como orador e, sobretudo, como jornalista, cujas actividades conheço em mais de vinte anos de camaradagem. Por isso, posso afirmar, no limite, é claro, da minha competência, que foi êle um dos jornalistas mais brilhantes das últimas gerações literárias de Aveiro.

Haverá outros que, numa ou outra especialidade, o vencessem, e, de-certo, havia quem fôsse mais trabalhador em investigar e mais hábil no combate, em produzir o enrêdo dum romance ou descrever paìsagens ou costumes, em fazer poesia com tôda a beleza dos lírios ou escrever um pedaço de prosa com tôda a severidade do bronze. O padre Manuel Rodrigues Vieira, não seria o mais profundo em qualquer dessas especialidades, mas conhecia, como poucos, as linhas gerais com que tecia a rêde dos seus objectivos e a apresentava nítida de clareza, de lógica, resumindo ideias, procurando os fracos de uma posição e vencendo-os muitas vezes pela razão ou pelo ridículo. O *ridendo castigat mores* foi nêle uma arma terrível. Juvenal não seria mais intensivo no combate. O espaço está-me a faltar e eu não posso abusar desabridamente da paciência do leitor. Eu talvez um dia me resolva a dizer mais larga e pormenorizadamente o que foi o seu jornalismo local, além de todos os outros merecimentos que ilustraram a sua vida pública e particular.

(9) O *Matoso* era o Conselheiro Francisco de Castro Matoso da Silva Côrte-Real, senhor da chamada *Casa do Morgado*, da Oliveirinha.

Daquêle casamento de Francisco Joaquim de Castro Pereira Côrte-Real e de D. Maria Augusta de Meneses Silva e Castro, nasceram naquela ridente povoação do sul de Aveiro, três grandes vultos da terra portuguesa: — Francisco de Castro Matoso, José Luciano de Castro e Augusto Maria de Castro. Todos êles foram homens de talento e de carácter sem mancha, verdadeiros cristais de rocha perante um sol amigo.

Castro Matoso era o mais velho e, por isso, chefe e senhor daquela Casa donde recebi as maiores provas de consideração e estima. Poderia, por isso, dizer alguma coisa do que foi aquêle tão querido amigo, mas a saüdade é como um longo pano de névoas que cai entre nós como noite sem luz e sem estrêlas

Num dia, ao jantar, na Oliveirinha, entre outros, estava o dr. António Emílio... Castro Matoso, mal humorado, aborrecido com o decorrer da vida e cheio de dor pela morte de seu filho Francisco, dizia quási com profética visão: — «Vá reservando, amigo António Emílio, no seu mealheiro, alguns vintens com que um dia possa comprar esta casa... A minha morte será o seu fim!» E algumas lágrimas eu, que assisti àquela cena, lhe vi cair pela face.

Por isso, mesmo em público, eu já, por uma ou duas vezes, lamentei que o último abencerragem dessa família ilustre que se chama AUGUSTO DE CASTRO — seria bom que êste nome fôsse escrito em oiro — não tomasse sôbre si a propriedade daquele Solar cheio de nobreza e tradições.

O grande jornalista e diplomata que é, ao mesmo tempo, um dos maiores publicistas da sua geração, escreveu num prefácio primoroso com que abre um belo livro de RICARDO SOUTO: — «n'este momento, daria todos os banquetes principescos do mundo, por uma caldeirada de peixe do rio de Aveiro, cheirosa, fumegante, crepitando de azeite e côdeas de trigo, espessa e picante, capaz de ressuscitar o estômago de um morto — preparada e saboreada à sombra dos salgueiros, ao ar livre e quente, numa dessas tardes d'Agôsto, verde e oiro, de que o Vouga da minha infância conserva ainda hoje a meus olhos, o privilegiado e claro segrêdo!»

Quem assim escreveu poderia acrescentar os seus amores por aquelas agras cheias de verdura e frutos que tanto caracterizam as terras da Oliveirinha. Êle próprio diz que a *aldeia foi a melhor escola do seu espírito e, se mais tarde a vida o separou dessas primeiras afeições, nunca, na realidade, as esqueceu.*

Mas... deixemos isto, mesmo porque cada período que se transcreva daquele maravilhoso prefácio dá vontade de o repetir na íntegra. Através dêle, embalado naquele encanto com que descreve, naquela *tarde pálida da Bélgica,* a sua infância, o carinho do seu lar, as suas águas, a visita e recordação dos seus amigos — algumas canções do túmulo — em dias de festa na capela privativa da sua casa do Funtão, em tudo isso que é viver... eu recordo também, e com saüdade, um grande amigo, que teve o mesmo sangue de seu pai, que morreu, é certo, longe da sua aldeia natal, mas quis vir *viver* a sua morte no bêrço do seu nascer da Oliveirinha. Tudo ali findou, como um aerólito que se precipitasse do alto, iluminando o espaço e afundando-se no escuro da noite...

Casa de grandes tradições, ruas, alameda, flôres, canavial da fonte... há muito que de tudo isso me despedi!...

(10) Os *firminos* eram uma família numerosa que aqui viveu com muito prestígio político sob o *patriarcado,* se assim me posso exprimir, de Manuel Firmino de Almeida Maia. Êste homem teve merecimentos incontestáveis. De simples regedor, subiu à presidência da Câmara de Aveiro e à da Junta Geral do Distrito. Foi deputado e par do Reino, sôbre o seu peito brilhava a Cruz da Legião de Honra por feitos de benemerência no naufrágio do *Nathalie,* em 23 de Outubro de 1880 na costa da Torreira.

Àquela família pertenceram seus filhos Fernando e Firmino de Vilhena, que muito se distinguiram pelo seu talento nas refregas jornalísticas da localidade e em diversas publicações avulsas em prosa e verso e, sôbre todos, seu genro José Maria Barbosa de Magalhães que foi um causídico de grande e justa nomeada, não só em Aveiro, mas em todo o país.

Eu tenho aqui a sua *Dissertação académica* que trata *Da não retroactividade da lei* que é, em minha opinião, um trabalho jurídico de profundo saber. Com verdade ali se diz: — «Se no embate dos interêsses e no tumultuar das paixões se pudessem escutar sempre os dictames da razão, a

justiça teria na consciência o mais augusto templo, e no remorso a mais austera garantia.»

E acrescenta: — «Para quê magistrados, tribunais, leis, se o homem dominasse as tendências orgânicas, os instintos egoístas, e os movimentos febris da sua vontade pela fôrça sublime da liberdade? O equilíbrio dos egoísmos individuais não careceria da balança do Areópago, nem da espada de Salomão, nem da venda de Themis. A humanidade dispensaria Moisés, Licurgo, Solon, Numa. O Direito não precisaria de *tábuas*, nem de códigos.»

Desta família ficou um homem que, felizmente vivo, em tôda a parte a representa com carácter e com talento, o dr. José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães.

(11) O *Rocha* é o Francisco Augusto da Silva Rocha, o único sobrevivente citado por Luís de Magalhães na sua *Carta-Epistola à Camara do Comércio de Aveiro.* Não lhe deve ter sido desagradável ler estas alusões a velhos amigos já falecidos, embora com o doce amargo da saüdade, mas não deve estar desgostoso de ser vivo. Creia que, por isso, o felicito, com franqueza e sinceridade.

Desculpe o meu prezado amigo se não lhe traço hoje aqui umas notas ...necrológicas, embora ligeiras. É certo que, vindo da escola autorisada da Vista-Alegre, que em arte é alguma coisa de muito valor, tem ocupado em Aveiro cargos bem dignos da sua competência. Não lhe falta, portanto, a matéria prima para um bom e longo elogio, embora o não possa incluir nos *Paralelos de Principes, e Varões Ilustres* de Francisco Soares Toscano... O meu bom e caro Silva Rocha dispensa tudo isso e prefere estar vivo.

Mas, não obstante isso, eu recordo uns versos de Nicolau Tolentino que vão... num abraço, como se eu os pudesse escrever:

Homem são e sem reserva,
....
Nutrido..................................
Com o leite de Minerva:

Vosso servo hoje se atreve
Em mandar em má poesia
Bons desejos, que ter deve;
Que tenhais paz e alegria.

(12) O *Visconde* era o Visconde da Silva Melo, um bom homem que, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, muito interveio e se interessou para a construção do novo hospital. Pertencia à família dos Melos, mas não era o mais *palrador.* A sua voz mais apreciável não lhe saía dos lábios; saía-lhe da algibeira com destino aos deserdados da sorte. O seu palacete no Largo do Espírito Santo era um asilo da pobreza. Compreendia bem a caridade. Não levava para a sua mesa, como S. Gregório Magno, os pobres da sua terra. Socorria-os, todavia, com carinho, quási que envolvendo em flôres a sua dedicação cristã.

Teve razão, por isso, o Conselheiro Castro Matoso quando em 16 de Outubro de 1901 inaugurou a construção do nosso hospital, num belo discurso que também ficaria dignamente gravado em letras de oiro à volta do seu nome:

«Que êsse homem de quem se lembrava sempre com muita saüdade e não menos gratidão, o Visconde da Silva Melo, não pudera chegar àquele dia, que seria de-certo um dos mais felizes da sua vida, se vivesse ainda, pois assistiria ao coroamento dos seus persistentes e louváveis esforços. Que aquêle lugar era dêle e só dêle, mas já que Deus assim quisera, esforçar-se-ia tanto quanto pudesse para que a obra iniciada por êle fôsse levada a final para assim melhor se galardoar a memória de tão prestante, tão benemérito cidadão como fôra o Visconde da Silva Melo.»

Eu bem quereria transcrever todo êste discurso de Castro Matoso daquela tão interessante homenagem que lhe foi prestada por Marques

Gomes em 1906, mas o espaço não mo permite e eu sou forçado a findar esta *ronda*...

(13) O *Amadeu* era o Amadeu de Faria Magalhães e o *palão monumental* que êle inventou é o seguinte:

Em 1896, um grupo de amigos resolveu fazer uma visita a Luís de Magalhães na sua casa da Quinta do Mosteiro, em Moreira da Maia. Como era de esperar, foi um dia cheio de boa graça em que se encontraram os bons espíritos de que falam os franceses num sugestivo conceito popular.

Amadeu Faria resolveu fazer uma narrativa daquela visita e fê-la em trinta e seis curiosas sextilhas a que pôs o título da *História dos onze valentes desta terra*. Com o pseudónimo de Fradinho, fêz a publicação em poucos exemplares, destinados apenas aos componentes da caravana, ou pouco mais.

Assim começou:

I

As oito horas bateram da manhã;
Tomam todos caminho da estação.
O Jaime faz de *bôlsa*. « Campanhã! »
assim grita o chefe da missão.
E os sócios que os bilhetes receberam,
nos bolsos, cautelosos, esconderam.

Descreve, em seguida, essa viagem, o jantar, todos os episódios próprios que sempre se dão em divertimentos dessa natureza, fazendo-o com graça e, por vezes, com muito relêvo artístico. No regresso daquela, como êle diz

XXVIII

.... « Cam'ra ótica »
que alegre mais não há e patriótica.

Fradinho, continuando a narrativa, viu no trem

XXX

.... um velho d'aspecto de pateta
. . . .

e, êle o diz:

eu devo confessar que foi então
que julguei oportuno um bom *palão*.

XXXI

D'est'arte me dirigi ao viandante: —
— « A bôca tanto abris, que eu imagino
« oh! que tentais comer algum gigante!
. . . .
« mas se quereis comer bem, boa ração,
« vinde a Aveiro, gostais de tubarão?—

XXXII

— « Jamais vi' d'êsse peixe e tenho pena
« nem conheço a terra em que falais.
. . . .

XXXIII

— « O tubarão, amigo, é peixe enorme
« que se pesca co'a abob'ra bem assada.
« O pescador astuto nunca dorme;
« de noite é ocasião mais bem azada.
« Mas já ouvi dizer: melhor destrôço,
« é quando o tubarão busca o almôço. »

XXXIV

— « Na minha terra abunda o camarão... » —
— « Quem d'isso caso faz, reles marisco!...
« Tubarão, meu amigo, o tubarão,
« d'êsse sim, d'êsse sim, um bom petisco!
. . . .

XXXV

— « Vós tendes por ventura lá douradas
« tão bastas quais sardinhas em canastra?!
« Se visseis ratoeiras bem armadas
« d'êste peixe apanhar que a ria alastra!...
Mas o comboio chega à estação;
Tive pois de findar o meu palão.

Desejava terminar aqui, mas, por tão pouco, não vale a pena tirar aos leitores o sabor final dos versos de Amadeu Faria. Assim terminam:

XXXVI

Agora, ponho aqui ponto final
que os feitos d'esta empreza 'stão contados,
ou fôssem bem contados, fôssem mal: —
onze varões d'Aveiro assinalados

puderam conquistar além do Douro,
p'ra todo o sempre, amen, um grande fôro.

E, agora, só me resta pedir desculpa aos leitores, se alguns tenho, do muito que me alarguei, mais do que supunha, nesta *ronda* de saüdades.

Verdemilho, Agôsto de 1942.

ACÁCIO ROSA

NAVIOS QUE POSSUE O PÔRTO DE AVEIRO NO ANO DE 1942

NOME DOS NAVIOS, DOS CAPITAES E TONELAGEM BRUTA

Cruz de Malta	— José Gonçalves Vilão	— 295,65
Groenlândia	— João Fernandes Matias	— 441,86
Alcion	— Manuel Pereira Teles	— 224,29
Novos mares	— Manuel Simões da Barbeira	— 433,74
Brites	— Manuel dos Santos Labrincha	— 422,96
D. Dinis	— Manuel Ferreira da Silva	— 529,88
Raínha Santa Isabel	— João de Sousa Firmeza	— 259,57
Navegante 2.º	— Alfredo Simões Júnior	— 275,39
Navegante 3.º	— José Maria Vilarinho	— 365,77
Primeiro Navegante	— João Maria Vilarinho	— 482,77
Santa Mafalda	— João dos Santos Labrincha	— 353,25
Maria da Glória	— Sílvio Ramalheira	— 320,14
Neptuno	— Samuel Marques Damas	— 243,80
Milena	— António Augusto Marques	— 756,63
Ilhavense 2.º	— Manuel Marnoto Praia	— 283,82
Santa Joana	— Francisco dos Santos Calão	— 1.198,60
Santa Princesa	— António Trindade Paião	— 1.188,47
Senhora da Saúde	— José Vaz Mano	— 368,63
Oliveirense	— Manuel Fernandes Pinto	— 420,71

OBSERVAÇÃO — Todos estes navios são essencialmente destinados à pesca do bacalhau na Terra Nova e Groenlândia, e todos êles foram à pesca do bacalhau no presente ano, não tendo regressado o *Maria da Glória* por ter sido afundado em virtude da guerra.

Todos estes navios são de vela, com excepção do *Santa Joana* e do *Santa Princesa*.

O *Groenlândia*, *Neptuno* e *Oliveirense* estão registados na praça de Lisboa, mas secam o bacalhau na Gafanha e em Ílhavo.

Os capitães são todos do concelho de Ilhavo, excepto o do *Navegante 2.º*, que é da província do Algarve.

LES LIVRES LITURGIQUES D'AVEIRO

IL faut se féliciter que la récente publication de Mr. da Rocha Madahil [1] apporte tant de précisions intéressantes sur le riche fonds de livres liturgiques provenant de l'ancien *Mosteiro de Jesus,* aujourd'hui Musée d'Aveiro.

On connaît la romantique histoire de la fondation de ce monastère : une jeune orpheline noble, Brityz Leytão, attachée à la maison de l'Infante Isabelle, épouse Diogo d'Athayde, qui, peu de temps après son mariage, renonce à une vie heureuse et facile pour entrer chez les Dominicains. Le roi l'en tire à grand'peine, il reprend la vie de famille, et meurt en 1453, laissant trois enfants à sa veuve, aussi pieuse que lui. Après de longues hésitations, la jeune femme se décide à s'installer, avec ses deux filles, Catherine et Marie, dans une petite maison d'Aveiro, tout près du monastère de la Miséricorde, où demeure son directeur spirituel. Elle vit avec la plus grande austérité, et son unique désir est de fonder un monastère régulier. L'autorisation lui en est concédée et la petite communauté prend l'habit des Dominicaines le jour de Noël 1465. Il y a douze religieuses, dont Catherine et Marie d'Athayde et la soeur Isabel-Luys.

Chacune d'elles eut dès lors ses attributions. La mère Britiz (qu'il ne faut pas confondre avec la fondatrice) eut à enseigner à lire à la petite Gracia Alvarez, et cette même Gracia Alvarez (plus tard sous-prieure) eut mission de chanter l'office avec la soeur Isabel-Luys qui devait bien avoir quinze ans au plus, étant entrée à neuf ans en 1459.

La chronique spécifie qu'il n'y avait alors pas de livres dans le monastère ; la mémorialiste (p. 40) indique qu'on y suppléait en chantant « d'après un cahier » le Dimanche. Ce cahier contenait évidemment le propre de l'office car, les autres jours, on se contentait de chanter l'ordinaire (à part les Vendredis et

---

[1] *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e memorial da Infanta Santa Joana, Filha del Rei Dom Afonso V;* Aveiro, edição do prof. Ferreira Neves, 1939.

probablement les jours de fête, désignés sous le terme général de « outros dias »). Pour le reste, on le récitait... Récitées aussi les vêpres: probablement les antiennes, car on chantait les psaumes dans « qualquer tõo que queria ».

Nous savons qui se chargeait de l'enseignement de tout ce répertoire: c'est un vieux moine, qu'on appelait «Mestre Estêvão». Les religieuses eurent un autre professeur pour leur enseigner à copier et à enluminer: le « padre bacharel frey Pº Diaz d'Evora »: il est suggestif de voir ici intervenir la ville d'Evora qui devait être un tel centre musical très peu de temps plus tard. En tous cas, les jeunes religieuses Catherine et Marie d'Athayde eurent à apprendre à écrire (p. 40) et c'est à son école qu'elles furent formées.

L'ardeur des élèves dut être grande, car nous les voyons déjà, cette même année, chanter les Leçons et les Lamentations de la Semaine Sainte, de même que les Passions. Le reste des offices, spécifie la mémorialiste, ne fut pas chanté.

Catherine et Marie d'Athayde et Gracia Alvarez firent profession le dimanche dans l'octave de l'Epiphanie (1466). La cérémonie fut des plus solennelles et eut lieu en présence du roi qui avait amené les chanteurs de sa propre chapelle. Dans le cours de l'année de noviciat, elles avaient déjà écrit des livres de choeur: « Depois que souberõ apontar ẽ papees escreviã missas ». Je note au passage que le mot « apontar » revient chaque fois que l'on parle d'enseignement, ou d'exécution de livres. Ce sont bien des livres de choeur que l'on désirait faire, et avec quel soin.

Au mois d'août qui suivit la profession de Catherine et Marie, Aveiro fut visité par la peste: Marie d'Athayde avait manqué en mourir en 1453, en même temps que son père, si bien que sa mère était partie, sauvant sa fille aînée de la contagion et laissant les ordres pour l'enterrement de la cadette. Catherine fut emportée en 1466. C'est dans son éloge funèbre que nous trouvons encore quelques détails sur les livres du monastère:

« Elle avait appris à écrire les livres et la musique avec sa soeur Marie, et, à cette époque, toutes deux écrivaient des livres pour le choeur. Et elle (Catherine) écrivait et avait alors commencé le *Missel Sanctoral* de chant qu'elle ne put terminer ».

Ce n'est pas tout: elle avait déjà écrit un missel (du temps) et un psautier de lutrin... (p. 46)

Il y avait alors, dans le petit monastère, un orgue et un petit manicorde, que la fondatrice avait empruntés aux Pères de la Miséricorde. L'organiste était la mère Marie-Raffael. (p. 49) La chronique fait fréquemment allusion aux offices pendant lesquels on touchait ces instruments, et insiste sur l'attention que la fondatrice apporta à l'éducation musicale des soeurs. On soignait tout spécialement l'uniformité du chant et de la

récitation (p. 50) ce qui suppose non pas seulement les spécialistes dont j'ai parlé plus haut, mais une discipline générale de toutes les religieuses. Tant que le monastère ne fut pas complètement approvisionné en livres, on mit une grande activité à en demander de tous côtés. On sent très nettement, au-delà du soin élémentaire de la liturgie, un désir de perfection et d'abondance dans la musique.

Or, le Musée d'Aveiro, si riche, contient une fortune qu'on a peu fait valoir jusqu'ici: les livres écrits par les filles de la Fondatrice.

Deux beaux livres de choeur du XVeme siècle sont exposés dans une salle du musée; ce sont des antiphonaires de l'Office, de 55×40, assez maniables, et dont la reliure est postérieure au texte.

Le premier commence au début du Carême; il a deux paginations, toutes deux récentes. Il contient les Matines, Laudes, petites heures et vêpres des Dimanches. Pour les jours de la semaine, il donne en général les petites heures. Son contenu est absolument régulier et conforme aux usages encore en vigueur; les textes sont les mêmes quoique parfois disposés d'une façon différente (ce qui n'a rien d'étonnant, puisque chaque diocèse avait, à ce point de vue, une grande liberté, les ordres religieux ayant également leur propre coutume). Par exemple, au Jeudi Saint, le Répons 5 de Matines est «Unus ex vobis tradet me hodie», que nous chantons encore, sous une forme un peu différente («Unus ex discipulis») mais il est le 6ème et non le 5ème. Au Vendredi Saint, le 6ème Répons est «Barrabas latro» et non «Animam meam». Le manuscrit s'arrête au Samedi Saint.

La notation est très soignée, sur cinq lignes, avec des clés d'ut et fa. Les neumes sont naturellement dégroupés, ce qui est normal puisque l'époque est tardive pour le plain-chant, mais la leçon mélodique est correcte. De même que pour le texte littéraire, il n'y a que peu ou point de différence avec la version vaticane d'aujourd'hui. L'écriture est gothique très soignée, la main est aisée et semble travailler vite.

Les majuscules sont de deux sortes: au début des pièces elles sont ornées de filigranes. Les plus ordinaires sont enfermées dans leur rectangle de filigrane, les autres ont des panaches débordant dans les marges. En cours de pièce, on trouve des majuscules à enroulements, très variées, caractérisques, à elles seules, du XVème siècle.

Le second antiphonaire est pareil au premier; il commence aux matines de Pâques et va jusqu'au XXème dimanche après la

Pentecôte, après lequel on trouve l'office de la Dédicace. À la fin la signature :

« Este livro screveou e apontou a muyto virtuosa madre Maria Dathayde prioressa deste mosteyro de Jhesu nosso Senor ».

Ces deux antiphonaires se font suite. L'année liturgique comprenait donc 3 livres pour le Temps, le 3ème contenant l'Avent, Noël et le temps de l'Epiphanie.

Or, dans la Réserve où on a eu la bonté de me laisser pénétrer, j'ai pu voir un antiphonaire de la même famille, contenant le Sanctoral (office de nuit) de Saint André (30 Novembre) jusqu'à Saint Vincent Ferrier (5 Avril). Je n'ai pas pu examiner longuement les autres livres, mais, à part ce Sanctoral, il y a deux autres antiphonaires du même type (l'un avec la signature de Marie D'Athayde) ce qui porte à cinq le nombre des survivants de cette série.

Pour le Sanctoral, il est évident que l'année comprenait un volume pour la période du 30 Novembre au 5 Avril et deux volumes pour le reste de l'année. Il manquerait donc seulement une des pièces de cette belle série de six antiphonaires, signée et bien attestée par les documents.

Peut-on la dater sans imprudence? Il faut bien établir une première limite, celle où la mère Marie d'Athayde a été nommée prieure, bien qu'on ait pu signer ses livres, *a posteriori*, avec son titre. La chronique nous donne les dates de son priorat :

« No ãno do Senhor de myl quinhentos vinte e cinco no mes de Novembro... domingo dezanove dias... ffalleceo... nossa santa madre Maria de Atayde prioressa... a qual Madre governou... quorẽta e dous ãnos »,

ce qui fait commencer son priorat en 1483. Elle avait alors 35 ans, étant née en 1448. Elle n'a pas attendu les dernières années de sa vie pour exécuter — ou faire exécuter — des manuscrits dont on nous parle par ailleurs très tôt dans l'histoire du monastère. L'approvisionnement en livres a dû se faire le plus vite possible; impossible donc de les dater au-delà de 1500, ce qui est déjà un long délai. Leur aspect, d'ailleurs, est tellement suggestif du XVème qu'on ne saurait, même, les dater des premières années du XVIème. Je ne crois pas être loin de la vérité en inscrivant ces livres dans une période qui va de la mort de Catherine (date où ils semblent n'avoir pas été commencés) soit 1466, à 1490 et, peut-être, à partir du priorat seulement (1483).

Il y a en plus de cette série d'antiphonaires, plusieurs livres de choeur, moins anciens, mais intéressants, entre autres un

psautier (70×40) contenant, *in fine,* les hymnes (texte antérieur à leur réforme sous Urbain VIII).

En outre, on trouve deux séries de processionaux: la première série est la plus intéressante. C'est une collection de livres de petit format, contenant 82 feuilles de parchemin très fin et très blanc. Ils sont tous de la même main, et sont presque tous signés, à la dernière page, «Soror Isabel Luiza» avec la date de l'achèvement: 1489.

J'ai dit que cette soeur Isabel Luys était entrée en 1459 alors que Brityz Leytão vivait en ascète avec ses deux filles dans la petite maison d'Aveiro. Isabel-Luys avait alors neuf ans, les deux petites filles, onze et douze... Elle devait survivre à toutes, n'étant morte qu'en 1542.

Les petits processionnaux qu'elle laissa sont proches parents, comme écriture, des grands antiphonaires de la mère Marie d'Athayde; même notation, même portée de cinq lignes. Ils contiennent la Purification, les Rameaux (dont la pièce *Ave Rex* mentionnée aussi plus loin) les cérémonies de la Semaine Sainte *(mandatum* et adoration de la Croix) et les autres grandes processions de l'année liturgique, plus la Dédicace.

L'un d'eux est beaucoup plus grand, il a des enluminures superbes (à feuilles d'or) et son aspect est plus riche. Serait l'exemplaire de sainte Jeanne, ou tout simplement celui du célébrant? Je ne l'ai pas touché sans émotion. Une particularité de cet exemplaire inclinerait à faire croire, d'ailleurs, qu'il servait plutôt au lutrin, car il contient les deux généalogies du Christ, selon Saint Luc et Saint Mathieu, qui se chantaient, respectivement, à l'Epiphanie et à Noël, pendant l'office de la nuit. L'écriture, très élégante, s'orne d'initiales à enroulements. Une feuille détachée que j'ai analysée d'autre part aux Cimelios de la Bibliothèque de l'Université de Coimbra (sous le nº 11) semble bien provenir de l'un de ces processionnaux.

L'autre série est datée de 1687, «soror Mariana da Vitoria sendo Cantora-Mor». Les exemplaires sont un peu plus grands et ne contiennent que la Procession des Rameaux. Les antiennes sont celles que nous chantons encore, avec, en plus, l'antienne «*Ave Rex noster*». On sait que cette pièce figure également au Missel de Braga (éd. de 1558, fl. LXXIV vº) qui nous indique comment on doit la chanter: on répète trois fois l'invocation «*Ave Rex noster*» en se prosternant à chaque fois. C'est à la troisième reprise seulement que l'on poursuit «usque in finem». C'est une des parties dramatiques de l'office, si répandues dans l'Occident chrétien, mais qui n'entrèrent pas à Rome. On trouve encore cette pièce dans le processional M. M. nº 67 des Cimelios de Coimbra (17ème siècle) et dans plusieurs processionaux manuscrits cisterciens dont l'un est au Musée Machado de Castro à Coimbra (processional nº 2226) et deux autres à l'Instituto Histórico (Faculté des Lettres).

Toutefois la version d'Aveiro, très ornée, est différente des autres.

Il est à espérer que de nouvelles recherches nous rendront le « Missal Sanctorall » que Catherine d'Athayde laissa inachevé; il nous serait précieux à tous les points de vue.

Enfin, procédant par ordre chronologique, nous trouvons la « Neuvaine » de Sainte Jeanne dans un manuscrit plus récent.

On sait que la dévotion à Sainte Jeanne s'est établie très vite dans le monastère où elle est morte en odeur de sainteté. Une neuvaine fut composée en son honneur; elle se trouve manuscrite dans un grand in-folio du Musée qui contient les mêmes pièces que la « Neuvaine » imprimée à deux reprises dans le courant du XVIII ème siècle (en 1751 et en 1766). Ceci prouve la popularité du culte de la sainte princesse, car on célébrait encore cette neuvaine, en 1907, dans le collège de jeunes filles qui avait succédé au monastère dominicain.

La seule de ces pièces dont la forme littéraire atteste quelque antiquité est l'hymne de deux strophes « Spiritus paraclitus ». La coupe (couplets de deux vers de 6 + 7) et le vocabulaire peuvent être du bas moyen-âge; il est évident que c'est une pièce plus ancienne, extraite et utilisée par le compilateur de la Neuvaine. La mélodie ne se retrouve dans aucun recueil que j'aie vu au Portugal, mais elle est proche parente des pièces que l'on retrouve dans les livres de choeur des XVI et XVII ème. Elle présente d'ailleurs des intervalles trop disjoints pour remonter à une époque très antérieure et elle est construite entièrement sur le 5 ème mode ecclésiastique (fa, tritus authente deuxième hexacorde avec un bémol) sans que l'on entende la note sous la finale. La forme de la mélodie écarte cependant la possibilité d'un tétrardus transposé.

L'hymne « Te novum celi » se compose de 6 strophes de trois vers (5 plus 6) plus un vers de 5. Cette pièce est écrite pour Sainte Jeanne et il n'est pas question d'adaptation; elle est d'une éloquence renaissante où abondent les allusions aux grandeurs que la sainte princesse délaissa pour entrer au couvent. La mélodie, de même que pour la pièce précédente, appartient au cinquième mode ecclésiastique, fa, avec un bémol. On entend la sous-tonique: elle est donc nettement plus récente. Il est fort possible qu'elle ait été composée pour les vers qu'elle accompagne.

La séquence se compose de huit motifs mélodiques répétés deux fois comme dans les séquences classiques. Le texte, pour toutes les strophes, s'astreint au même rythme: trois vers de huit pieds, un vers de 7. Cette pièce a été composée par la piété des Dominicaines lorsque le culte de la Sainte s'imposa:

ce ne fut, probablement, que l'une des dernières pièces écrites. Il n'est plus question de modalité, mais de tonalité (fa, avec un bémol). Les clausules finales des motifs 1, 2, 3, et 4 font entendre la sensible (elle est entendue à la 7ème supérieure dans la formule 2, et la mélodie retombe tout de suite dans son «ambitus» par un saut de sixte). La cinquième formule ne fait pas entendre la sensible, elle est en marche vers la modulation à la quinte qui vient à la 6ème formule, et qui donne absolument l'impression d'une modulation moderne à la dominante. La formule 7 est encore à la quinte, mais elle a retrouvé, dans la clausule finale, le bémol qui ramène au fa. Toute cette pièce contient um nombre considérable de sauts d'octave et de sixte; en outre, avec des artifices, on recouvre sans arrêt des chemins inaccessibles au plain-chant classique. Nous sommes en pleine période d'innovations, et l'imagination du compositeur a pu donner libre cours à une fantaisie pleine de charme et d'imprévu. Si l'on pouvait se permettre un rapprochement de textes très différents, j'assimilerais cette composition, pour son allure un peu pompeuse, aussi bien que pour tous ces détails de construction, aux pièces de Du Mont (1610-1684) dont certaines, non sans valeur, sont encore au répertoire des églises françaises.

Il m'est impossible de terminer cet article sans dire à quel point je suis reconnaissante de l'accueil bienveillant qui m'a été fait par les autorités d'Aveiro, et aussi par Mr. da Rocha Madahil, historien qui parfaitement connaît tout ce qui concerne le Monastère de Jesus. L'amitié dévouée qui m'avait conduite à Aveiro, et qui y a facilité mon travail, trouvera ici sa part de ma gratitude.
Je ne puis dire d'ailleurs à quel point j'ai été touchée de la bienveillance dont j'ai été l'objet, de toutes parts, pendant le voyage d'études que j'achève ces jours-ci. Je suis heureuse que l'occasion me soit offerte de redire le souvenir que je garde du lumineux pays où l'on a si bien compris et aidé mon travail.

SOLANGE CORBIN

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

Ao encerrarmos o 8.º volume da nossa revista, é obrigação nossa prestar, uma vez mais, a homenagem da nossa admiração pelo honesto, metódico, e proveitoso labor realizado pela *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.*

Emprêsa de organização modelar, vai cumprindo o programa que ao público anunciou de forma a merecer gerais aplausos e a assegurar o aproveitamento integral do seu bem orientado esfôrço.

Está decorrendo a letra — D —, mantendo-se a escolhida colaboração de sempre, o papel e as ilustrações como a princípio.

Indispensável é que assim seja, visto uma obra desta natureza não permitir discontinuidades, e valorizar-se, exactamente, pela regularidade do seu aspecto, quer intrínseco quer extrínseco. Nem tôda a gente poderá, contudo, avaliar quanto, no momento difícil que atravessamos, representa a manutenção de tal continuidade; só quem a realizações afins se encontra ligado lhe pode dar o merecido valor e compreendê-lo inteiramente.

Daí a sinceridade da nossa admiração, e os votos que fazemos para que o favor público continue acompanhando a utilíssima publicação.

R. M.

COLECÇÃO DE CLÁSSICOS SÁ DA COSTA:

Cartas — do Cavaleiro de Oliveira. Selecção, prefácio e notas de AQUILINO RIBEIRO. Volume de XXXV — 242 páginas. 1942.

Obras Completas — de Gil Vicente, vol. I. Prefácio e notas do prof. MARQUES BRAGA. Vol. de LXXXI — 247 páginas. 1942.

São os últimos volumes aparecidos — o 26.º e o 27.º — da já notável colecção da Livraria Sá da Costa. A organização do primeiro foi confiada ao ilustre romancista AQUILINO RIBEIRO, a quem se devem notáveis estudos àcêrca-do *Cavaleiro de Oliveira,* especialmente o prefácio que corre à frente da tradução da «Recreação Periódica». — No prefácio, depois de justificar certas modificações que, a bem da vernaculidade, houve de fazer em vários passos das *Cartas* transcritas, AQUILINO, considerando o *Cavaleiro de Oliveira* como «um escritor menor», reconheceu, porém, que êle «escrevia com solércia, graça ligeira, se não chiste, e poucos como êle souberam contar uma anedota e dosear as tintas duma galantaria». «Sem rebuscar, com uma espontaneidade que contrasta com a redundância então da moda, e da que peca uma vez por outra, sabe encontrar o efeito hílare ou faceto». — Neste volume foram transcritas e anotadas 51 cartas, sendo 21 do vol. I da edição completa, 23 do vol. II e 7 do vol. III.

A organização da edição completa das *Obras* do fundador do Teatro Nacional foi entregue aos cuidados do prof. Marques Braga, reputado como uma das maiores autoridades sôbre a obra vicentina. Além de várias peças de Gil Vicente, publicadas em separado com fins escolares *(Côrtes de Júpiter, Triunfo do Inverno, Inez Pereira)*, deve-se ao ilustre professor o vol. I das *Obras Completas*, dado a lume em 1933 pela Imprensa da Universidade de Coimbra [Série C) da « Biblioteca dos Escritores Portugueses »], publicação infelizmente interrompida com a extinção daquela Imprensa. Aproveitando o trabalho e material reünido para aquela edição, organizou agora Marques Braga edição de outra índole e finalidade — texto reproduzido na ortografia oficial, com notas mais sóbrias e de menor aparato científico —, a qual, no entanto, constitue notável homenagem à memória do Autor. A ordem da publicação é a da edição príncipe: do Livro I — *Obras da Devoção* —, são neste volume da Colecção Sá da Costa publicadas as seguintes obras: *Monólogo da Visitação, Auto Pastoril Castelhano, Auto dos Reis Magos, Auto da Sibila Cassandra, Auto da Fé, Auto dos Quatro Tempos, Auto de Mofina Mendes, Auto Pastoril Português*, e *Auto da Feira*.

J. T.

Laudelino de Miranda Melo, *Travassô e Alquerubim (dos concelhos de Águeda e Albergaria-a-Velha) e outras localidades da Região Vouga. Espinhel. Casal d'Álvaro. Óis da Ribeira. Requeixo. Taipa. Eirol. Ponte da Rata. Segadães. Fontinha. Trofa do Vouga. Mourisca do Vouga.*

Documentário Histórico. Geográfico. Corográfico. Genealógico. Literário.

Águeda e Albergaria-a-Velha. Pateira de Fermentelos. O farolim de Almeara. Cantando a Região. Talábriga seria ali? O Mar em Alquerubim. Tradições. Famílias. Nomes que marcam. Curiosidades. Nota final.

Prefácio do Dr. A. de Magalhães Basto. Aveiro, Gráfica Aveirense, L.da, 1942; VIII — 176 págs. — 5 est. fora do texto. Ilustrado.

Em explicação complementar ao pormenorizado título que deu ao seu livro, e que acima fica transcrito, esclarece ainda, o Sr. Miranda Melo, que a matéria se encontra agrupada em quatro capítulos: « 1.° — *A freguesia de Travassô.* 2.° — *A freguesia de Alquerubim.* 3.° — *A família Miranda, e biografias.* 4.° — *Outras localidades da Região Vouga* ».

Trata-se, verdadeiramente, do coração da incomparável zona vouguense, de história, tradições, e paisagem altamente aliciantes; por elas se deixou tentar o Autor, e não há senão que louvá-lo pelas suas altruístas intenções e pelo contributo valioso trazido aos estudos locais, não obstante as grandes deficiências de investigação documental que não pode deixar de notar quem tenha algum conhecimento dos tesouros de informação postos actualmente pelos nossos Arquivos à disposição dos estudiosos, notòriamente no Pôrto, em Coimbra e em Lisboa, pelo que respeita ao caso sujeito.

Problemas enumerados nas páginas do seu livro há, nos sectores da Geologia local, da Geografia, da Arqueologia, e da História medieval, para os quais a ciência e a metodologia de nossos dias requerem já outro tratamento, tanto em profundidade como em extensão, o que nos inibe de acompanhar o Autor, mau grado nosso, na forma como no-los apresenta, bem como nas conclusões para êles propostas.

Não é, de forma alguma, intenção nossa diminuir o merecimento do trabalho do Sr. Miranda Melo e não insistiremos, portanto, no que se nos afigurou menos bem documentado, até mesmo para não assumirmos a deselegante atitude de pretender corrigir trabalho doutrem; lamentamos, simplesmente, que um autor com tão grande propensão para a história regional se

não tivesse aproximado mais das indispensáveis fontes documentais, que, felizmente, não escasseiam, algumas delas já mesmo impressas, e, portanto, absolutamente acessíveis.

E, porquanto êle próprio declara no limiar do seu livro que « A ideia concebida não foi mercantil. Foi, sim, tôda carinho, gratidão e amor — pelas nossas terras, pelo nosso povo, pelas nossas famílias », daqui o exortamos, cordeal e lealmente, a retomar e rever as fontes naturais e as fontes históricas dêste processo monográfico.

A própria região lho agradecerá, e nós primeiro que ninguém, pois não nutrimos por ela menor carinho nem menos grata devoção: nela viveram e trabalharam muitas gerações de ascendentes nossos, na ronda ininterrupta dos séculos.

A Literatura paisagística regional e a Etnografia vouguense ficam devendo ao Autor muitas páginas de saboroso estilo e de proveitosa observação. A paisagem é familiar ao Sr. Miranda Melo e nêle encontrou sensibilidade emotiva para a compreender e no-la transmitir; os « velhos costumes dos povos da região Vouga » excedem, sem favor, quanto em matéria de Etnografia os escritores locais nos teem proporcionado, e concitam o amor à Terra, ao Povo sàdio e bom, ao Criador que tão generosamente distribuíu em roda do Vouga tamanhas graças e tesouros tais de fertilidade agradecida.

Com particular interêsse acompanhámos o colorido descritivo da romaria e procissão dos Santos Mártires de Marrocos, de Travassô, que à memória nos trouxe o estudo que em ano já distante dedicámos ao facto histórico iniciador dêsse curioso culto nacional, irradiado de Coimbra, e a reedição que então fizemos dum precioso texto arcaico a êle relativo, de 1568.

Agradecimento merece ainda o Autor pelas abundantes notas familiares da região que teve o cuidado de arquivar, e que transcendem, mesmo, o simples interêsse biográfico, pois nos ajudam a conhecer e a compreender o processo do povoamento local, problema de capital importância histórica e económica de todos os tempos. Prossiga o Autor nessas investigações, para o que revela natural propensão, prolongue-as, tanto quanto os documentos lho permitirem, até, pelo menos, à reconquista cristã donde nasceu Portugal, e terá prestado a êste rincão abençoado do nosso distrito, e à história pátria, um serviço do mais elevado merecimento.

Os cartórios dos Mosteiros de Pedroso, Grijó, S.ta Cruz de Coimbra, Lorvão, e Universidade, possuem abundante e precioso material de consulta, inédito, que muito auxiliará quem à meritória emprêsa se dedique.

R. M.

Volfrâmio e estanho, pelo Eng.º Mendes da Costa. Livraria Domingos Barreira, Pôrto, 1942.

O livrito de cêrca de noventa páginas do Sr. Mendes da Costa, engenheiro e professor de Minas, e editado pela conhecida livraria Simões Barreira, do Pôrto, tem um carácter essencialmente prático e actual. Destina-se não aos técnicos especializados, mas àquelas pessoas que, nas circunstâncias emergentes, se vêem envolvidas ou na exploração de minas ou no comércio de minérios.

O A. inicidiu o seu trabalho sôbre dois minérios muito procurados na época presente, ou sejam, a volframite e a cassiterite.

Do primeiro extrai-se o tungsténio, com grande aplicação no fabrico do aço, filamentos de lâmpadas eléctricas, etc.; do segundo, extrai-se o estanho, muito empregado em várias indústrias, em ligas metalúrgicas, etc.

Depois de enunciar as principais propriedades e aplicações do volfrâmio e do estanho, trata o A. dos respectivos minérios, dos jazigos, e dos processos de extracção.

No capítulo v refere-se aos processos químicos para a obtenção do tungsténio e do estanho, a partir dos respectivos minérios.

No capítulo seguinte o A. põe de sobreaviso os compradores de minérios sôbre as várias modalidades de falsificação em uso e ensina os modos de as descobrir. Por último faz referência pormenorizada ao mercado dos minérios, à legislação em vigor sôbre concessão e lavra de minas, e termina com uma longa lista de gabinetes técnicos, de fornecedores de material e de Laboratórios químicos.

O A. conseguiu dar ao seu trabalho um carácter prático, como se depreende da enunciação dos diferentes capítulos do livro, e torná-lo acessível àqueles que não possuem conhecimentos técnicos. É ao mesmo tempo um livro de divulgação e um auxiliar à altura dos menos letrados.

A. S.

Gonçalo Sampaio, *Cancioneiro minhoto;* Pôrto, tip. Costa Carregal, 1940. XLVIII — 214 págs. 1 est. fora do texto.

Há muito já que devíamos ter registado esta obra notabilíssima, ditada pelo mais esclarecido sentimento regionalista e apresentada em condições invulgares para o nosso meio, onde a literatura do género escasseia grandemente. Que os seus ilustres editores (visto que de obra póstuma se trata) nos perdoem a dilação que involuntàriamente pusemos no cumprimento dêste grato dever; é ainda tempo, aliás, de homenagear a memória de quem com tamanha elevação serviu o seu país através duma feição particular da região que lhe foi berço.

Gonçalo Sampaio, botânico e professor eminente da Faculdade de Ciências do Pôrto, falecido em Julho de 1937, deixou obra científica da sua especialidade que lhe assegura lugar dos mais honrosos nos anais da ciência portuguesa; a *Notícia sôbre a vida e a obra do Prof. Gonçalo Sampaio,* de 1937, pelo Dr. A. Taborda de Morais, e o seu *Elogio histórico,* do ano imediato, pelo Dr. Américo Pires de Lima, recenseiam abundante lista de trabalhos botânicos de reconhecida importância, que o sábio professor imprimiu; são «aquisições positivas para a ciência botânica», diz um daqueles biógrafos.

A-par-do culto da ciência que professava, porém, grande era a sua dedicação pela música, executando, mesmo, com mestria, conquanto fôsse simples autodidata e não tivesse cursado qualquer escola musical.

Dessa estrutural e compreensiva paixão pela música, conjugada com hábitos de anotador em que a Botânica o disciplinara, resultou a recolha de numerosas canções populares do Minho, serviço inestimável prestado ao nosso folclore, pois se trata de espécies em franca via de desaparição, por tôda a parte batidas pela moda estrangeira de estranhas dissonâncias e bárbaras arritmias; que a *moda* passará, por certo o havemos; mas se prèviamente se não tiver procedido à recolha do fundo regional português, tudo será perdido e nada poderemos apresentar quando soar a hora do nacionalismo estético revivido.

É escassa a nossa bibliografia musical popular, e ao trabalho de investigação folclórica falece método e servidores esclarecidos.

Por felicidade não se perdeu a dedicação do prof. Gonçalo Sampaio à canção popular; com o auxílio material do Instituto para a Alta Cultura, do S. P. N., de Comissões de Turismo, Juntas provinciais e Câmaras municipais de Entre Douro e Minho, o *Cancioneiro minhoto* publicou-se, arquivando 46 *Modas de terno,* 78 *Modas de romaria,* 24 *Cantos coreográficos,* 16 *Cantos dos velhos romances,* 15 *Toadas* (dos cegos, de embalo, dos pedintes, dos Reis, de aboiar, de «abaular»), e 25 composições de *Música religiosa.*

Magnífico tesouro a colocar a-par-das recolhas realizadas, noutras regiões de Portugal, por Adelino António das Neves e Melo, César das Neves e Gualdino de Campos, Pedro Fernandes Tomás, Alberto Pimentel, António Tomás Pires, António Arroio, Jaime Lopes Dias, Rodney Gallop, Armando Leça, e poucos mais, o *Cancioneiro minhoto* contribuirá grandemente para a organização do cancioneiro geral português que um musicólogo de génio e de bom gôsto um dia agrupará, como Edouard Schuré fêz para a Alemanha,

CHAMPFLEURY e WECKERLIN para a França, e BOURGAULT-DUCOUDRAY para a Grécia e Oriente.

Valorizam muito a colecção musical os comentários, embora apenas esboçados, do Prof. GONÇALO SAMPAIO sôbre *cantos populares minhotos, toadilhas de aboiar, côro das maçadeiras, viras, cantos populares a Nossa Senhora, Salvè-Rainha, Avè-Maria, Aleluia, Romeiros,* e *canções redondas.*

Quando disporá a nossa Beira-Litoral dum folclorista consciente e dedicado como para o Minho foi o Prof. GONÇALO SAMPAIO? A colheita não seria inferior, pelo que pessoalmente nos tem sido dado observar.

R. M.

Santa Maria de Fiães da Terra da Feira — Subsídios para a sua história, por P.e MANUEL F. DE SÁ; Pôrto, 1939-1940.

Esta obra é a terceira monografia regional que o Rev. P.e MANUEL F. DE SÁ publica. A primeira foi *Breve monografia de duas igrejas do Termo da Feira.* Não nos enganamos quando na singela apreciação desta monografia, por nós publicada no vol. I desta revista, fizemos por que o autor continuasse os seus estudos regionais. De facto, no ano seguinte, 1937, o autor publicou a excelente *Monografia de Paramos,* e depois, a obra de que nos vamos ocupar: *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira.*

Esta monografia, interessante e bem ordenada, merece os nossos louvores. Nela reüniu o seu autor grande soma de elementos para a história do lugar e freguesia de Fiães, que paroquiou durante muitos anos e que estima como se fôsse a sua terra natal. Os principais assuntos tratados são: etimologia e antiguidade; geografia física, económica e humana; formação e desenvolvimento da paróquia; testemunhos da fé do povo; etnografia e folclore.

Tratando da pré-história de Fiães, cuja antiguidade o autor faz remontar aos celtas, o autor dá-nos notícia das investigações arqueológicas aqui realizadas pelo sr. prof. Dr. MENDES CORREIA, que classificou êste lugar como tendo sido uma estação luso-romana, próximo da qual passava a via militar romana de Lisboa a Cale e Braga, à qual o autor chama *Via Militar de Antonino Pio* (págs. 27, 40 e 41).

Entendemos que esta designação é imprópria, por quanto o imperador Antonino Pio (86 a 161) nada tem que ver com esta estrada.

Na obra conhecida por Itinerário de Antonino Pio *(Itinerarium provinciarum Antonini Augusti)* vêem descritas as grandes vias romanas. Mas êste Itinerário, pôsto que geralmente atribuído a Antonino, não é de sua autoria, e é mesmo posterior à época de Antonino, sendo provàvelmente do séc. IV de Cristo.

Terminamos a nossa ligeira apreciação da monografia *Santa Maria de Fiães da Terra da Feira,* felicitando sinceramente o seu autor que tão interessantes subsídios nos forneceu para a história de um dos mais lindos rincões de Portugal.

F. N.

Publicações dos Congressos comemorativos do Duplo Centenário, realizados em 1940.

Estão na memória de todos as invulgares e nobilíssimas realizações com que, dois anos há, Portugal festejou o oitavo centenário do seu aparecimento como Estado independente na carta política da Europa, e ao mesmo tempo, os trezentos anos decorridos sôbre o têrmo que voluntàriamente pôs à política e à administração que em regime de monarquia dualista dirigiram os nossos destinos durante sessenta anos depressivos e inglórios, de 1580 a 1640.

Muito se fêz, com evidente desejo de acertar, e de manter viva, no Tempo e no Espaço, a lembrança dêsses marcos cronológicos da História pátria, postos em evidência ante o Mundo que geralmente nos desconhece, e ante a Nação que a si própria muito se ignora.

Construíu-se, estudou-se, estimularam-se competências, desenvolveram-se e restauraram-se artes e ofícios, de tudo resultando deslumbramento de olhos e regalo do Espírito. Mais tarde se verá a influência benéfica e a projecção profunda que na vida nacional essas comemorações tiveram.

Dos dez congressos científicos que se levaram a efeito em Lisboa, Pôrto e Coimbra, resultou a opulenta publicação de dezóito preciosos volumes, dignamente apresentados e utilmente colaborados, a êles se acrescentando um décimo nono onde a história completa dos congressos se desenrola com a minúcia que é de justiça registar.

Êsses volumes honram o País e constituem material precioso de informação, de que se não pode prescindir; cuidou da sua organização a Academia das Ciências de Lisboa, cujo ilustre Secretário Geral, que foi também Director adjunto da Secção dos congressos, — o eminente Académico, nosso distinto colaborador, Senhor Joaquim Leitão — muito contribuiu, com o seu espírito organizador, e conhecido bom gôsto, para o êxito felicíssimo dêste invulgar empreendimento que põe em justo relêvo a superior cultura nacional, e deixará perdurável rasto na vida intelectual do País.

Agradecendo os 8 volumes que gentilmente puderam ser-nos cedidos, chamamos a atenção dos nossos leitores para a inestimável colecção destas publicações, difícil de reünir, mas na qual ficaram registadas comunicações em número aproximado de quatrocentas, totalizando mais de dez mil páginas de muito elevada utilidade científica, abrangendo vastíssimo sector de conhecimentos e notícias.

R. M.

Açoreana — Revista de Estudos Açoreanos, n.º 4, vol. II. Angra do Heroismo — Açores.

Altitude — Último número recebido — n.º 9, ano II.

Boletim da Casa das Beiras — Último número recebido — n.º 27, VIII ano, II série.

Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo Municipal de Guimarães. Último número recebido — n.º 3, vol. VI.

Douro-Litoral — Último número recebido — n.º 5.

Portucale — Último número recebido — n.º 88-89.

A Grã-Bretanha de hoje — Último número recebido — 57.

ÍNDICE ALFABÉTICO POR AUTORES

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

FIM DO VOLUME 8.º